

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E
HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

Valério Hillesheim

O GRAMATICAL E AS FORMAS DE VIDA EM WITTGENSTEIN

Salvador

2012

VALÉRIO HILLESHEIM

O GRAMATICAL E AS FORMAS DE VIDA EM WITTGENSTEIN

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, para a obtenção do grau de Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências, na área de Filosofia das Ciências.

Orientador: Professor Doutor João Carlos Pires da Silva

Salvador-Ba

2012

VALÉRIO HILLESHEIM

O GRAMATICAL E AS FORMAS DE VIDA EM WITTGENSTEIN

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, para a obtenção do grau de Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências, na área de Filosofia das Ciências, pela seguinte banca examinadora:

Professor Dr. João Carlos Salles P. da Silva – Orientador _____

Doutor em Filosofia pela Unicamp-SP, 1999

Universidade Federal da Bahia

Professor Dr. Arley Moreno – Membro _____

Doutor em Filosofia pela Université de Provence, 1975

Universidade de Campinas-SP

Professor Dr. Waldomiro J. da Silva Filho – Membro _____

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea, UFBA, 1999

Universidade Federal da Bahia

Professor Dr. Rafael Azize – Membro _____

Doutor em Filosofia pela Unicamp-SP, 2008

Universidade Federal da Bahia

Professor Dr. Aurino Ribeiro Filho – Membro _____

Doutor em Física, Essex University, Inglaterra, 1984

Universidade Federal da Bahia

Professor Dr. Charbel Niño El-Hani – Suplente _____

Doutor em Educação, USP, 2000

Professor da Universidade Federal da Bahia

Professor Dr. Daniel Tourinho Peres - Suplente _____

Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo, 2002

Universidade Federal da Bahia

Dedico este trabalho a todos os que contribuíram, de forma direta ou indireta, para a realização desta pesquisa, especialmente os que ficaram privados da minha presença, em muitos momentos, durante este tempo de pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, Professor Doutor João Carlos Pires da Silva, pela confiança e pela aposta na possibilidade de realização deste trabalho. Seu incentivo é percebido, em primeira instância, pela própria postura em relação à filosofia e seus desdobramentos. A reflexão sobre os grandes temas e problemas da filosofia, sua interpretação – profunda, sistemática e envolvente – alimenta o nosso desejo de inserção no universo filosófico, mantendo viva a curiosidade ingênua e opaca, por vezes, para entender e elucidar as questões, em torno da especificidade do que é a nossa atividade – inacabada e inacabável, sempre complexa e desafiadora – de entender as condições de sentido. Muito mais do que indicar temas e problemas a ser pesquisados, o orientador João Carlos esclarece e sugere possíveis caminhos de investigação, sem nunca indicar, no entanto, os fins a que possamos chegar, via estes caminhos. Porém, sem deixar de advertir sobre os possíveis riscos de se fazer uma escolha ou outra. Reside nisso, penso, em parte, pelo menos, sua grandeza como orientador. Com isto não nos poupa a tarefa de pensar por conta própria, seguindo, assim, o que o próprio Wittgenstein sugere ao leitor de suas obras. João Carlos mostrou-me, de modo encantador, vários caminhos possíveis de investigação filosófica, por um lado, e, por outro lado, soube reconhecer, mesmo com todos os meus limites, o meu interesse e a minha disposição para alguns temas da filosofia, pelo qual lhe sou eternamente grato.

Agradeço, também, com admiração e estima a todos os membros de Grupo de Estudos e Pesquisa, Empirismo, Fenomenologia e Gramática. Primeiro pela acolhida, depois, pelos momentos de convivência, que foram extremamente enriquecedores.

Agradeço, com apreço e amor, à minha família como um todo. Mas, de modo especial, à Conceição, Sophia e Isaac que chegou para alegrar ainda mais a vida da família, pela compreensão, pelo incentivo e por terem entendido a necessidade de privar-se de minha convivência, em vários momentos, em função da dedicação a esta pesquisa.

Esta pesquisa não poderia ter sido realizada sem o incentivo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Agradeço, imensamente, pela liberação das atividades docentes normais, para a realização do doutorado. Agradeço, também, pela Bolsa PAC. Foi um incentivo importante para poder dedicar-me, com mais intensidade, a este trabalho.

Agradeço, de modo especial, a todos os Professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana, pelas contribuições, na formação, no decorrer deste período.

Agradeço, também, de modo especial, à Faculdade São Bento da Bahia pela compreensão da necessidade de redução da carga-horária de trabalho e pelo incentivo dado durante este período.

Agradeço, finalmente, a todos os amigos que me apoiaram, durante este tempo de Doutorado, e foram compreensivos com minhas ausências nos momentos de convivência.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar o modo como Wittgenstein concebe sua atividade filosófica, como gramática dos usos dos conceitos, e sua relação com as formas de vida. Para realizar a interpretação deste tema, outros temas são trabalhados conjuntamente, pois estão numa relação de semelhança de família e entrecruzam-se mutuamente. Tais temas, observados nas apresentações dos usos dos conceitos, pelos jogos de linguagem, são: a descrição gramatical, o contexto de uso, a insuficiência da fenomenologia, o normativo e o descritivo, a certeza e o conhecimento. Estes últimos são analisados no debate com Moore. Quando Wittgenstein discute questões epistemológicas, ele procura analisar as implicações gramaticais nos usos destes conceitos. Então, se não há uma epistemologia, propriamente dita, em Wittgenstein, há, pelo menos, uma análise do uso da linguagem e seus limites, das condições de possibilidade de uma epistemologia ser pensada criticamente, a partir deste instrumental. Nesse sentido, as distinções da gramática dos usos de conceitos, como saber e certeza, atrelados às formas de vida, passa a ser algo central para se poder pensar uma epistemologia contextualizada e regionalizada. A partir da ideia de que o significado está no uso e de que as condições de sentido são estipuladas com independência das condições de verdade, a autonomia gramatical preservada é a condição de possibilidade de avaliação dos usos efetivos e de seus limites, também da incorporação de novos fatos significativos ao universo da linguagem. Com isto, Wittgenstein demarca bem o campo de atuação da atividade filosófica, de forma crítico-terapêutica, e a distingue de outros campos, como o das ciências, por exemplo. Ele direciona esta análise conceitual para que possamos compreender questões como estas: o que fazemos ao usar os conceitos da forma como usamos? Em que condições fazemos o que fazemos - significamos como significamos? Quais são as condições de sentido presentes nos usos práticos dos conceitos e como evitar mal-entendidos nestes usos?

Palavras-chave: Gramática, Descrição Gramatical, Jogos de Linguagem, Contexto de Uso, Conhecimento, Certeza e Formas de Vida.

ABSTRACT

This study aims to investigate how Wittgenstein conceives his philosophical activity, as grammar of the uses of the concepts, and its relation to life forms. To perform the interpretation of this theme, other issues are worked together, because they are in a relation of family resemblance and crisscross each other. Such themes, observed in the presentations of the uses of concepts, by the language games are: the grammatical description, the context of use, the insufficiency of phenomenology, the normative and the descriptive, the certainty and knowledge. These latter are analyzed in the debate with Moore. When Wittgenstein discusses epistemological issues he seeks to analyze the grammatical implications in the uses of these concepts. So if there is not an epistemology itself in Wittgenstein, there is, at least, an analysis of the use of the language and its limits, of the conditions of possibility of an epistemology been thought critically from this instrumental. In this sense, the distinctions of the grammar of the uses of concepts, as knowledge and certainty, linked to forms of life, becomes something central to be able to think an regionalized and contextualized epistemology. From the idea that the meaning is in the use and that the conditions of sense are stipulated independently from truth conditions, the grammatical autonomy preserved is the condition of the possibility of evaluating of the effective uses and its limits, as well the incorporation of significant new facts to the universe of language. With this, Wittgenstein demarcates well the playing field of philosophical activity, in a critical-therapy way, and distinguishes it from other fields such as sciences - for example. He directs this conceptual analysis so we can understand questions like these: what do we do when we use the concepts in the way we use them? Under what conditions we do what we do - do we denote as we denote? What are the conditions of meaning resident, in the practical uses of the concepts, and how to avoid misunderstandings in these uses?

Keywords: Grammar, Grammatical Description, Language Games, Context of Use, Knowledge, Certainty and Life Forms.

SUMÁRIO

Introdução	11
1. O Sentido Filosófico de Gramática.....	23
1.1 – Filosofia e Linguística.....	23
1.2 – Linguagem e Realidade.....	30
2. O Uso Wittgensteiniano da Noção de Transcendental.....	42
2.1 – Fatos do Mundo e Fatos na Linguagem.....	49
2.2 – Um Breve Diálogo com Kant	55
3. A Descrição Gramatical	61
4. A Fenomenologia e o Imbricamento Linguagem e Mundo.....	72
5. As Questões Centrais do Debate entre Moore e Wittgenstein.....	84
6. O Contexto de Uso	104
7. A Certeza e o Conhecimento no <i>Da Certeza</i>	117
8. Entre Normativo e o Descritivo	131
9. A Certeza e as Formas de Vida	142
9.1 – Wittgenstein e a Noção de Fundamento no <i>Da Certeza</i>	150
10. Os Jogos de Linguagem e a Epistemologia	163
Conclusão	184
Bibliografia.....	197

LISTA DE ABREVIATURAS

TLP - *Tractatus Lógico-Philosophicus*. Tradução, Apresentação e Ensaio Introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos, 2ª edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

IF - *Investigações Filosóficas*, In: *Coleção Os Pensadores*. Tradução de José Carlos Bruni, 2ª edição, São Paulo: Abril Cultural, 1979.

UG - *Da Certeza*. Tradução de Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70, 2000.

GF - *Gramática Filosófica*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

OF - *Observações Filosóficas*. Seleccionadas entre seus escritos póstumos por: Rush Rhees. Tradução para o inglês: Raymond Hargreaves e Roger White. Tradução para o português: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LC - *O Livro Castanho*. Tradução de Jorge Mendes. Revisão de Carlos Morujão. Lisboa: Edições 70, 1992.

CV - *Cultura e Valor*. Tradução de Jorge Mendes. Lisboa: Edições 70, 2000.

LA - *O Livro Azul*. Tradução de Jorge Mendes. Revisão de Carlos Morujão. Lisboa: Edições 70, 1992.

BPP - *Observações sobre a Filosofia da Psicologia – Vol. I e II*. Tradução e revisão técnica de Ricardo Hermann Ploch Machado. – Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2008.

AC - *Anotações sobre as Cores*. Edição em Alemão e em Português. Apresentação, estabelecimento do texto, tradução e notas de João Carlos Salles Pires da Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

ZT - *Fichas (Zettel)*. Tradução de Ana Berhan da Costa e revisão de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1989.

CRP - KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. 3ª edição, tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar e interpretar o pensamento de Wittgenstein para mostrar, descrever e exemplificar como a dimensão gramatical e as formas de vida podem ser entendidas como condição de possibilidade de sentido e de significação¹. A imbricação entre o gramatical e as formas de vida, ao ser explicitada, permite, também, compreender como a certeza é instaurada a partir das ações práticas nos jogos de linguagem e como ela se diferencia do conhecimento. Para Wittgenstein, é na aplicação e nos usos dos conceitos que eles adquirem significado, então, cabe analisar como os conceitos são usados, em nossos sistemas de juízos, enquanto expressam certeza e conhecimento, para entender qual é o papel que eles exercem nas formas de interação com o mundo. Como a certeza é constituída nos nossos juízos empíricos sobre fatos do mundo? E pode ela se instaurar a partir de proposições empíricas? Ou a certeza implica, necessariamente, proposições normativas? Estas são questões centrais que permeiam a obra *Da Certeza*. A busca pela descrição das formas como a gramática da certeza se instaura torna a obra extremamente relevante e a situa entre as grandes obras da história da filosofia. Esta obra tematiza, também, a relação entre mundo e linguagem, que são duas realidades distintas e interagem a partir da dimensão simbólica, inerente à linguagem. Na imbricação entre linguagem e mundo podem surgir vários fantasmas, ilusões, erros e mau uso da linguagem, produzindo o enfeitiçamento do pensamento. Mostrar quais conceitos são usados, como são usados e quais os propósitos e fins são alcançados com este uso é um dos elementos centrais para os quais se volta a terapia filosófica de Wittgenstein. A multiplicidade de descrições e exemplificações feita por Wittgenstein tem, entre outras pretensões, a de fazer ver isto. Neste sentido, se a sua

¹ No *Tractatus*, as proposições têm sentido e os nomes têm significado. Ao falar das proposições da lógica diz: "Pressupõe que nomes tenham significado e proposições elementares tenham sentido: e essa é a sua ligação com o mundo." (TLP, § 6.124, p. 259). O que é marca típica de Wittgenstein, nesta obra, é colocar as condições para o sentido independente da verdade, considerada a partir da epistemologia, bem como dos fatos, ao passo que pretendia estabelecer a relação entre as condições de sentido e o valor de verdade. Já nas *Investigações* e, no período final de seu pensamento, procura resolver estas questões estabelecendo as condições gramaticais para que se possa compreender a relação entre o sentido, o significado e a realidade a partir de novas bases, como veremos no decorrer do trabalho. Uma das afirmações centrais sobre o sentido é a seguinte: "... o sentido de uma palavra é seu uso na linguagem." (IF, § 43, p. 38). Quando coloca situações diferentes, descritas pela mesma frase, diz o seguinte: "Prefiro dizer que estes modos de uso de "entender" compõem o seu significado, meu conceito de entender. Pois quero aplicar "entender" para tudo." (IF, § 532, p. 194).

concepção filosófica pode ser entendida como condição de possibilidade da significação e do sentido, colocamos a possibilidade, também, de ser entendida como a condição de possibilidade de significação da epistemologia enquanto crítica da ciência e de seus discursos. Wittgenstein, desde o *Tractatus*, estabelece uma diferença radical entre o que é a filosofia e seu campo e o que é a ciência e seu campo. À ciência pertence o conjunto das proposições verdadeiras que descreveriam fatos e fariam previsões em relação a determinados fenômenos, e à filosofia cabe, prioritariamente, determinar as condições lógicas das proposições significativas, conforme o *Tractatus*, e fazendo elucidações e descrições das formas expressivas nos contextos dos jogos de linguagem, conforme as *Investigações*. Na obra *Da Certeza*, bem como em toda assim chamada segunda fase de seu pensamento, esta diferenciação é mantida e direcionada para o campo mais pragmático². Neste novo contexto, cabe à filosofia, mais propriamente, cuidar das condições normativas da significação, mostrando o uso de conceitos e fazendo a terapia necessária para evitar, ou mostrar, os usos sem sentido e contraditórios, e cabe às ciências cuidar, mais propriamente, do descritivo nos sentidos específicos em que estas narrativas são empregadas ou construídas. Ao fazer uma distinção categórica entre conhecimento e certeza, em *Da Certeza*, possibilita, também, compreender que a epistemologia deve ser submetida à luz desta distinção e, por isso mesmo, pode ser entendida como um jogo de linguagem e através dele adquirir sua significação. Nesse sentido, os jogos de linguagem da ciência e da filosofia pertencem a categorias distintas. Por ser distinta, a filosofia pode ser tomada como crítica e terapêutica, também em relação à epistemologia, que passa a ser tratada, também, a partir das condições de significação linguística, não mais sendo pensada como algo distinto e independente em relação à linguagem.

A partir destes objetivos, cabe colocar a seguinte problemática: como a filosofia é concebida, em Wittgenstein, para estabelecer as condições de possibilidade da significação de temáticas filosóficas e epistemológicas? O que permite, então, a distinção categórica entre conhecimento e certeza? A ciência é um discurso que se estrutura social e institucionalmente. Nesse sentido, qual é a relação que pode ser estabelecida entre a

² Conforme apresenta Arley Moreno nos seguintes textos: *Investigações entre o pragmatismo e a fenomenologia* (2008); *Introdução A Uma Pragmática Filosófica* (2005); *Pensamento e Realidade: em direção a uma pragmática filosófica* (2007) e *Uma Concepção de Atividade Filosófica* (2004).

linguagem, como condição de possibilidade de sentido e significação, e as narrativas científicas? Se o sentido está no uso e o uso da linguagem está sempre regido por normas que estabelecem o modo como a significação é alcançada e o modo como as normas são seguidas constitui o jogo de linguagem específico em cada situação, como compreender esta relação entre: linguagem, significação dos conceitos científicos, normas próprias deste campo de conhecimento, jogo de linguagem, significado e realidade? Se as condições gramaticais impõem limites para tornar possível o sentido, elas promovem interdições para tornar claro o uso legítimo da linguagem. Nesse sentido, como esta análise gramatical pode ser pensada como condição de possibilidade do sentido no interior de uma dada ciência?

A importância deste estudo consiste em elucidar o modo como, a partir de Wittgenstein, podemos perceber a relação estreita entre a dimensão gramatical e as elucidações e terapêuticas voltadas para as condições de uso da linguagem e também, portanto, para a epistemologia, tendo como pano de fundo as formas de vida, que são o solo firme em que os discursos pretendidos como verdadeiros e significativos encontram seu fundamento. Neste sentido, o modo como se concebe a linguagem em sua dimensão gramatical, através de jogos de linguagem estabelecidos no interior de formas de vida organizadas contextualmente, considerando o uso e emprego, mais as regras internas destes mesmos jogos, permite-nos entender criticamente a distinção entre a própria filosofia e a ciência.

Várias confusões podem surgir quando tentamos estabelecer a relação entre pensamento e realidade, entre formas de representações internas e realidade objetiva, sem as devidas distinções. A forma terapêutica com que Wittgenstein concebe a filosofia expõe os usos expressivos dos conceitos em vários campos de conhecimento, permitindo compreender os limites deste uso e o que está em jogo, a gramática dos conceitos, neste uso. Dito de outra forma, quais questões merecem ser elucidadas para compreender e evitar confusões conceituais.

Isto significa que, tanto no caso das ciências quanto no dos sistemas filosóficos, as confusões são devidas a uma e mesma atitude, a saber, de supor que tais questões possam ser definitivamente solucionadas - seja

pelo método científico, seja por métodos elaborados especialmente pelos filósofos. (MORENO, 2007, p. 57).

Por isso, a necessidade da terapia filosófica deve voltar-se tanto para a filosofia como para a ciência³. Embora em vários momentos de sua obra, deixe claro o seguinte: “Por outras palavras, o nosso problema não era um problema científico, mas sim uma confusão, sentida como um problema.” (LA, 1992, p. 31). Estabelecido, assim, o que é próprio do normativo e próprio do descritivo, podemos perceber que existem proposições que são tomadas como definições e outras, tão somente, como descrições. Nesta diferenciação, considerando o estatuto distinto do que é a ciência e a filosofia, entendemos que o sentido e a significação dos conceitos científicos devem ser considerados à luz da crítica filosófica, pois “Toda verificação, confirmação e invalidação de uma hipótese ocorrem já no interior de um sistema.” (UG, § 105, p. 43). Sistema este que estabelece certas condições para compreender os jogos em que aparece a palavra saber. Este sistema “... é o quadro de referências herdado que me faz distinguir o verdadeiro do falso.” (UG, § 94, p. 41). Porém, esta diferenciação não deve ser entendida como sendo feita a partir de referenciais essencialistas e estáticos, quer de ordem interna ou externa. Nem o objeto, nem o sujeito aparecem como critérios de verdade ou falsidade e mesmo de sentido. Tudo deve ser resolvido no interior de nossas práticas linguísticas. Wittgenstein deixa claro esta posição em vários momentos de sua obra. Vemos isto exemplificado quando diz: “Aquilo que conta como prova adequada de uma afirmação é do domínio da lógica. Pertence à descrição do jogo de linguagem.” (UG, § 82, p. 35).

O trabalho será desenvolvido a partir da estruturação e distribuição de temas, conforme apresentado no sumário, e o conjunto destes temas permite mostrar, de modo,

³ No prefácio do livro *Azul*, R. Rehes, ao falar do modo como os filósofos, na visão de Wittgenstein, atribuem caráter metafísico à linguagem diz: “Muito bem; mas quando procuramos saber o que os leva a fazer isso, a resposta de Wittgenstein no Livro Azul é a de que isso se deve a um desejo de generalidade, e ao facto de “os filósofos terem sempre presente o método da ciência e serem irresistivelmente tentados a colocar questões e a responder-lhes da mesma maneira que a ciência.” (LA, p. 19-20). Isso que Rehes diz, Wittgenstein expõe na página 49, onde acrescenta: “O nosso desejo de generalidade tem uma outra fonte importante: a nossa preocupação com o método da ciência. Refiro-me ao método de reduzir a explicação dos fenómenos naturais ao menor número possível de leis naturais primitivas e, na matemática, de unificação dos diferentes tópicos por recurso a uma generalização.” (LA, 1992, p. 49).

panorâmico e perspicuo, ao mesmo tempo, a relação entre conhecimento, linguagem e realidade. Eles estão dispostos de tal forma que os temas se entrecruzam e se complementam. Por isso, em alguns momentos, aquilo que pode parecer repetição é a complementação do mesmo tema sob outro aspecto.

Wittgenstein mostra, de maneira terapêutica e crítica, as implicações no uso expressivo dos conceitos nos jogos de linguagem que implicam conhecimento e certeza. Compreender a gramática dos conceitos que determinam o limite entre conhecimento e certeza permite compreender como eles se diferenciam. Wittgenstein consegue, com isto, mostrar como as questões que interessam à epistemologia podem ser adequadamente compreendidas, colocando-as na dependência da linguagem. Nesta relação, é relevante perceber a gramática de alguns conceitos centrais e suas relações, semelhanças e diferenças⁴. Entre estes conceitos, destacamos os seguintes: saber, certeza, verdade, dúvida, formas de vida, etc.

Esta análise e interpretação pretendem mostrar, também, como as condições gramaticais, estipuladas pela análise lógica⁵ da linguagem de Wittgenstein, são essenciais para compreender como a significação dos discursos científicos é estabelecida dentro de uma perspectiva contemporânea, onde as grandes narrativas são colocadas em cheque e a regionalização dos discursos parece ser aceita como algo que se impõe necessariamente. Neste sentido, entender a relação entre os jogos de linguagem relacionados às possibilidades do conhecimento torna-se uma discussão fecunda, e a terapia proposta por Wittgenstein, ou o estabelecimento crítico de limites no uso de certas noções centrais em

⁴ Wittgenstein não defende teses sobre estes conceitos. Por isso, não podemos esperar uma construção ao estilo cartesiano ou kantiano. "Es gibt bei Wittgenstein zwar eine Dekonstruktion der Sprache, aber sie ist konstruktiver Art." (GEBAUER, 2009, p. 252). "Embora haja em Wittgenstein uma desconstrução da linguagem, ela é de forma construtiva ou sua forma é construtiva" ou "Há, na verdade, em Wittgenstein uma desconstrução da linguagem, mas ela é de forma construtiva ou sua forma é construtiva." (GEBAUER, 2009, p. 252). Ver a desconstrução como uma construção só faz sentido em determinado contexto, com um método próprio. Implica, necessariamente, a dimensão crítica como tarefa negativa, inicialmente, porém positiva no final. Junto da crítica, ou a partir da crítica, a terapia, feita por Wittgenstein, dos usos indevidos da linguagem parece querer se valer desta condição o tempo todo.

⁵ Entendo lógica não no mesmo sentido do *Tractatus*, mas como as condições gramaticais, a priori, da significação.

epistemologia⁶ são necessários para o esclarecimento dos limites inerentes a cada uma das formas discursivas, sugerindo onde e como ocorrem usos indevidos, sem sentido, portanto, abusos e contradições no interior de cada uma destas práticas. Compreender o modo como tais usos indevidos são estabelecidos e sugerir terapia para as pretensões ilegítimas nos usos linguísticos é condição central para toda e qualquer pretensão de legitimidade dos discursos em todos os campos de conhecimento.

O sistema de referências ou quadro de referências deve ser utilizado como elemento essencial nesta crítica. Diz Wittgenstein: "A verdade de certas proposições empíricas pertence ao nosso quadro de referências." (UG, § 83, p. 35). Entendo que o quadro de referências estabelece, na dimensão gramatical, aquela condição, de certa forma, a priori⁷ e

⁶ Embora, o autor desta pesquisa não concorde completamente com os autores que dizem que, em o *Da Certeza*, os temas possam ser colocados como pertencentes à epistemologia, como é o caso de (SHARROCK, 2004, p. 125). Algumas reflexões são, claramente, direcionadas para o interesse epistemológico, mas não é o foco central. A questão central sempre é a terapia do pensamento expresso linguisticamente, quer epistemológico ou não. Esta terapia incide sempre sobre as formas de expressão, pois, quando mostradas em seu sentido, podemos compreender o seu real significado. Também Michael Kober dá uma ênfase epistemológica, em certo momento, na interpretação deste texto. "I want to show here that the main outcome of *On Certainty* is not a dissolution of skepticism, but a philosophically illuminating picture of the epistemic structure of language-games and their epistemically relevant settings." (KOBER, IN: SLUGA, 1996, p. 412). "Eu quero mostrar aqui que o principal resultado do *Da Certeza* não é uma dissolução do ceticismo, mas uma imagem filosoficamente esclarecedora da estrutura epistêmica dos jogos de linguagem e suas configurações epistemicamente relevantes." (KOBER, IN: SLUGA, 1996, p. 412).

⁷ Todas as vezes que for usada, neste trabalho, a expressão a priori ela não será tomado no sentido kantiano. Em Kant, o a priori é sempre tomado como puro, universal e necessário. "Necessidade e estrita universalidade são, assim, critérios seguros de um conhecimento a priori e são inseparáveis um do outro." (CRP, B 4). Com estas características, Kant pretendia que os juízos sintéticos a priori fossem absolutamente certos e claros, com total independência da experiência (Cf. CRP, B3), ou seja, eles não têm qualquer ingrediente sensível e ainda constituem a condição da experiência. A necessidade e universalidade são oriundas da atividade espontânea do sujeito. O sentido de a priori, em Kant, está voltado para a estipulação dos limites do conhecimento. Em Wittgenstein, ao contrário, para os limites do significativo. Em que sentido, então, o a priori pode ser usado em Wittgenstein? No *Tractatus* diz: "Ser a lógica a priori consiste em que nada pode ser pensado illogicamente." (TLP, § 5.4731, p. 225). "A chamada lei da indução não pode, de modo algum, ser uma lei lógica, pois é manifestamente uma proposição com sentido. – E por isso não pode também ser uma lei a priori." (TLP, § 6.31, p. 265). "(Aqui, como sempre, o que é certo a priori revela-se como algo puramente lógico.) Não acreditamos a priori numa lei de conservação, mas sabemos a priori da possibilidade de uma forma lógica." (TLP, § 6.3211 e 6.33, p. 267). Vemos, portanto, que no *Tractatus* o a priori refere-se, sempre, à lógica como condição de possibilidade do significativo. A partir do segundo período, o a priori pode ser relacionado com o gramatical e sua autonomia. Portanto, depende de como são usados os conceitos em jogos de linguagem expressivos. Mas, como o a priori se efetiva nestes usos? Se não há incompatibilidade entre os usos habituais da linguagem e o uso gramatical, e estes usos são sempre contextuais, então, o a priori desapareceria por completo? Como o a priori é engendrado no interior destas práticas para poder ser pensado como elemento ligado à autonomia

pura⁸, simbólica, portanto, que permite estabelecer o sentido e a significação do uso (Gebrauch) das palavras. O uso efetivo, por si só, quando restrito aos níveis empíricos e psicológicos não poderia nunca estabelecer e fundar aquilo que é considerado critério normativo, condição necessária e suficiente para estabelecer os limites do significativo.

O nosso trabalho irá priorizar o momento que se entende como a segunda fase do pensamento de Wittgenstein. No entanto, sempre que se fizer necessário, iremos relacionar o argumento em questão, ou a temática que está sendo trabalhada, com a lógica do seu pensamento, presente no conjunto de suas obras, que independe, em muitos aspectos, das complexas e problemáticas distinções em primeiro e segundo Wittgenstein, ou até mesmo num possível terceiro⁹. A obra central a ser analisada para a fundamentação do nosso

gramatical? Creio que, para bem compreender estas questões, é necessário fazer uma diferenciação entre o início cronológico e o início lógico. Certamente, não importa, para Wittgenstein, quando um conceito passou a ser usado numa determinada língua, muito menos em qual língua ocorreu o uso pela primeira vez. Sua análise conceitual visa identificar, no uso, o papel e a função que um conceito exerce. Nesse sentido, o uso cotidiano da linguagem deve, naturalmente, estar usando, nomes, verbos, adjetivos, números, etc. A questão de interesse filosófico, em Wittgenstein, é a descoberta de como e em que contexto um destes conceitos passa a ser adotado tendo uma função normativa. A partir deste momento, esta expressão pode ser considerada com validade a priori, pois coordena em torno de si uma série de outros elementos linguísticos, determinando-os. Quando, nesta aplicação, constata-se que há a independência deste termo, em relação aos outros, pode-se dizer que ele cumpre uma função a priori. Porém, este a priori não tem, como em Kant, validade pura, universal e necessária, incondicionalmente. Sua legislação normativa a priori tem sua validade restrita, como estipulação das condições de sentido, dentro de um jogo de linguagem, num determinado contexto de uso. Assim, pode-se afirmar que a gramática dos conceitos, sejam eles quais forem, mostra sua relativa independência em relação a determinações extrínsecas e a todos os aspectos contingentes com os quais se relacionam, sendo estes determinados por aqueles.

⁸ A priori e puro aqui no sentido de a linguagem ser tomada como independente das determinações meramente empíricas e causais. Com isto é possível pensar, em Wittgenstein, a autonomia da gramática. Tal como explicado na nota anterior.

⁹ Por “Terceiro Wittgenstein”, na interpretação de Moyal-Sharrock, significaria uma nova fase que compreende todos os escritos de Wittgenstein a partir de 1946. Isto inclui *Da Certeza*, *Remarks on Colour*, *Zettel* e todos os escritos da *Filosofia Psicologia*, incluindo a Parte II de *Investigações Filosóficas* (MOYAL-SHARROCK, 2004a, p. 01). A ideia de um terceiro Wittgenstein é apresentada por SHARROCK (2004b) entre as páginas 163 e 180 e, para a autora, tem haver, principalmente com o problema do ceticismo em relação ao mundo exterior e que a gramática é muito mais extensiva do que se tem pensado até então. STROLL (1994, p. 5), também defende a ideia de um possível terceiro Wittgenstein. Esta classificação parece não representar bem o que Wittgenstein apresenta em seus textos, pois o próprio autor diz, nas *Investigações*, no prefácio, que esta obra deve ser lida em comparação com o *Tractatus*. No entanto, sempre que se fizer necessário, iremos analisar e apresentar algumas mudanças em seu pensamento, tendo em vista nosso tema. Para interpretar estas mudanças utilizaremos textos como o de HARK, Michel Ter. *Beyond The Inner and the Outer - Wittgenstein's Philosophy of Psychology*. Também, Baker & Hacker (1980) e (1985) e WRIGHT, Von (1982), entre outros. Porém, mostrar algumas mudanças não significa aderir à ideia de um terceiro Wittgenstein. Preferimos concordar com autores

trabalho, dada a sua importância, será *Da Certeza*¹⁰. Porém, a investigação do nosso tema exige a busca de argumentos que estão distribuídos, também, nas *Investigações Filosóficas* e em outras obras.¹¹ O modo como faremos a relação entre as obras não é pela ordem cronológica das mesmas, ou pela temática das mesmas, tampouco considerando as mudanças e transformações do pensamento de Wittgenstein, ao longo de sua produção filosófica¹². Não temos a pretensão de mostrar, em detalhes, em que se diferenciam obras

como Michael Kober que diz: “Ich bin nicht der Meinung, dass Über Gewissheit eine neue Stufe in Wittgensteins philosophischer Entwicklung darstellt (‘Wittgenstein III’ sozusagen – mit dem Tractatus als ‘Wittgenstein I’ und etwa den Philosophischen Untersuchungen als ‘Wittgenstein II’). Vielmehr sehe ich auch hier eine Kontinuität in Wittgenstein philosophischer Entwicklung gewahrt: In Über Gewissheit, so meine These, werde Auffassungen aus den Philosophischen Untersuchungen (etc) weiterentwickelt und/oder modifiziert.” (KOBBER, 1994 p. 10). “Não sou de opinião que Sobre a Certeza represente uma nova fase no desenvolvimento filosófico de Wittgenstein (‘Wittgenstein III’ por assim dizer, com o Tractatus, como ‘Wittgenstein I’ e talvez as Investigações Filosóficas, como ‘Wittgenstein II’). Vejo aqui também preservada muito mais uma continuidade no desenvolvimento filosófico de Wittgenstein: em Sobre a Certeza, esta é a minha tese, concepções ou opiniões das Investigações Filosóficas (etc.) continuam sendo desenvolvidas e/ou modificadas”.

¹⁰ Existe uma observação interessante de Von Wright sobre o *Da Certeza*: “O tratado de Wittgenstein sobre a certeza pode ser considerado como um resumo das novidades essenciais do seu pensamento. Mas é-o, pelo que sei, de uma maneira bastante diferente da que os seus numerosos comentadores têm tentado percebê-las. O livro abre novos horizontes relativamente à sua notável realização filosófica.” (WRIGHT, 1982, p. 165).

¹¹ Consideramos bastante desafiador analisar o *Da Certeza* com plena independência em relação às outras obras de Wittgenstein. Mesmo porque, boa parte dos estudos desta obra não oferece um tratamento da obra por si só. Normalmente a atenção se volta para outro lugar, a tendência é interpretar o *Da Certeza* à luz de outras obras, como *Investigações e o Tractatus*, o que poderia minimizar a originalidade desta obra (STROLL, 1994, p. 05-06).

¹² No percurso que será feito neste estudo, buscaremos fazer uma interpretação das razões apresentadas pelo próprio Wittgenstein. Razões estas, estabelecidas gramaticalmente. Segundo Porchat, interpretar um sistema filosófico significa “... reaprender, conforme a intenção do autor, esta ordem por razões e em jamais separar as teses dos movimentos que as produziram.” (PEREIRA, 1963, p. 140). Ou, como diz mais adiante: “após o autor, refazer os movimentos concretos, aplicando as regras e chegando a resultados que, não por causa de seu conteúdo material, mas em razão desses movimentos, se pretendem verdadeiros. Ora, esses movimentos se nos apresentam na obra escrita.” (Ibidem, p. 142). Complementa colocando, “Refazer, após o autor, os movimentos de que a estrutura da obra guarda o traçado é repor em movimento a estrutura e, desse modo, situar-se num tempo lógico.” (Ibidem, p. 143). Enfatizamos a importância desta colocação: “repor os sistemas num tempo lógico é compreender sua independência, relativa talvez, mas essencial, em relação aos outros tempos em que as pesquisas genéticas os encadeiam.” (Ibidem, p. 144.) Esta indicação parece ser importante para o estudo de uma obra lógica como a de Wittgenstein, não somente para compreender o espaço lógico e a forma lógica, o que consideramos ideal, mas também para a sequência do seu pensamento após *Tractatus*. Estas citações exemplificam como podemos utilizar a mesma metodologia para as obras posteriores. “Não queremos encontrar uma teoria das cores (nem fisiológica, nem psicológica), mas apenas a lógica dos conceitos de cor. E esta proporciona o que muitas vezes injustamente se esperou de uma teoria.” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 101). “Seu interesse não incide sobre a descrição de “ligações mecânicas ou causais”, mas apenas sobre as relações conceituais, “lógicas” ou “gramaticais” geradas no interior dessas práticas.” (MORENO, 1995, p. 20). Até mesmo quando analisa as cores não abre mão da primazia da lógica. “Entre cores: afinidade e contraste.

(isto é lógica).” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 61). Alguns intérpretes podem defender que este modo de interpretar não se aplicaria à obra *Da Certeza*, dada a sua característica aparentemente não coesa e não linear. Porém, preferimos concordar com quem vê na obra o seguinte: “uma rígida, dinâmica e coesiva estrutura lógica que não é geralmente reconhecida” (STROLL, 1994, p. 81, 89-90). Não estaria Wittgenstein mostrando que há uma unidade temática na obra quando diz coisas como: “Estou a filosofar agora como uma velha que está sempre a perder qualquer coisa e a procurá-la: ora os óculos, ora as chaves.” (UG, § 532, p.151). Mais do que uma incapacidade ou dificuldade por falta de condições subjetivas, esta perda pode revelar a complexidade temática e a necessidade de retomar, com novo vigor metódico, os conceitos centrais da obra. Esta procura, retomada, redirecionamento, volta, desvio, revela, possivelmente, o espírito inquieto de Wittgenstein para encontrar as condições de sentido. Algo já expresso nas *Investigações* quando diz: “Os mesmos pontos, ou quase os mesmos, foram tocados sempre de novo a partir de direções diferentes, e foram projetadas sempre novas imagens.” (IF, Prefácio, p. 11). O recommençar, quantas vezes for necessário, para tornar claro o uso expressivo dos conceitos, não é um procedimento indicativo de hesitação do trabalho filosófico do autor, pelo contrário, um dos procedimentos genuínos, também, de toda filosofia clássica, é a tentativa de partir de um ponto completamente original, não comprometido com dogmatismos e fundamentos que comprometessem a estrutura e a ordem estabelecidas como ponto de partida necessário e suficiente para a cadeia argumentativa a ser estabelecida. São aqueles pontos de partida buscados pelos filósofos que indicam a originalidade e autenticidade do seu pensamento. O autor do *Tractatus* coloca esta exigência para si próprio e para todos os que pretendem compreender seu pensamento. Vemos isso na primeira frase do Prefácio: “Este livro talvez seja entendido apenas por quem já tenha alguma vez pensado por si próprio o que nele vem expresso – ou, pelo menos, algo semelhante.” (TLP, p. 131). No *Da Certeza* esta ideia aparece da seguinte forma: “(Creio que ler as minhas notas poderia interessar um filósofo, alguém que possa pensar por ele próprio. Porque mesmo que eu tenha acertado só raramente, ele reconheceria quais os alvos para que venho apontando incessantemente.” (UG, § 387, p. 111). Pensar por si próprio implica a capacidade de estabelecer este lugar lógico original onde o pensamento é estabelecido com autonomia pelo pensador. Até mesmo para quando a originalidade é “algo que já está abertamente manifesto e que se torna visível em seu conjunto mediante organização.” (IF, § 92, p. 66). Neste caso, a própria busca pela originalidade não poderia pecar por excessos. Atribuir importância excessiva a algo, como a proposição ou outro tema filosófico qualquer, pode levar a mal-entendidos. Por isso, “Por outro lado, esta importância e uma má-compreensão da lógica da linguagem nos induzem a achar que a proposição tem que realizar algo extraordinário, algo original. “Por um mal-entendido, parece-nos que a proposição faz algo estranho.” (IF, § 93, p. 66). As dificuldades encontradas por Wittgenstein para alcançar seu objetivo de deixar claro o uso da linguagem e as condições para tal são reconhecidas em vários momentos de seu pensamento. O lugar da originalidade, o começo não comprometido com nenhum pressuposto é uma das dificuldades reconhecidas. “É tão difícil encontrar o começo. Ou melhor, é difícil começar no começo. E não tentar recuar mais.” (UG, § 471, p. 135). Em relação ao método estrutural, para interpretar Wittgenstein, Arley Moreno faz uma ressalva, “Ao concentrarmos a atenção no sentido metodológico de leitura do álbum, veremos que a obra de Wittgenstein apresenta uma dificuldade relativa à concepção do que seja a obra de um autor. Os estruturalistas resolvem esta questão considerando exclusivamente os textos reconhecidos pelo autor, preferencialmente os publicados, ou com permissão para tal no caso de autores antigos, fazem-se necessárias a análise e a classificação histórica prévias entre os textos atribuídos ao autor e os textos apócrifos.” (MORENO, 2009, p. 133-134). Certa dificuldade em usar o método estrutural é analisada em relação a como ler o álbum. Porém, entendemos que esta dificuldade pode se estender, também, para outras obras, “Por outro lado, podemos constatar no álbum, de acordo com a análise estrutural em filosofia, a coincidência entre a ordem das razões e a dos conteúdos, ou melhor, entre a dinâmica do discurso e a natureza dos temas tratados; no caso de Wittgenstein, os temas são marcados pelas dificuldades filosóficas com as quais convive o nosso pensamento, dificuldades cuja complexidade obriga o terapeuta a percorrer extensos caminhos por saltos abruptos e frequentes repetições.” (MORENO, 2009, p. 161). Ao dizer que usaremos, neste trabalho, o método estrutural não é no sentido forte do termo, pois, “A

como o *Tractatus*, *Investigações Filosóficas*, *Gramática Filosófica* e o *Da Certeza*, por exemplo. A relação entre as obras será analisada, quando necessário, a partir do que o nosso tema exige. Então, os argumentos analisados e buscados em outras obras, além de *Da Certeza*¹³ e *Investigações*, serão considerados a partir da coerência que pode ser estabelecida e percebida com o nosso tema¹⁴. A recorrência ao *Nachlass* será feita para complementar e esclarecer certas questões que, nem sempre, são corretamente

tese estruturalista rígida – de que é preciso o reconhecimento do autor sobre o acabamento de sua obra ou, ao menos de um livro, para que a análise estrutural possa ser aplicada – não dá conta dos textos produzidos por Wittgenstein.” (MORENO, 2009, p. 162).

Pelo menos esta abordagem nos leva a uma separação adequada entre o homem Wittgenstein e o pensador Wittgenstein. Penso que isto é de extrema importância, caso contrário, muitos não iriam reconhecer a importância das obras de Wittgenstein caso soubessem de todas as perturbações psicológicas do autor, ou se soubessem de atitudes como estas: “Certo dia, Wittgenstein perdeu a paciência e deu dois ou três murros na cabeça de Haidbauer, fazendo o rapaz desmaiar.” (MONK, 1995, p. 216). Ou como esta: “as meninas provaram-se mais recalcitrantes aos métodos de Wittgenstein: ficavam indignadas que ele lhes puxasse os cabelos ou desse tapas na orelha quando não conseguiam ou não queriam se adequar às suas expectativas irrealistas, particularmente em matemática.” (Ibidem, p. 213.). E mais, “Sua filha, Hermine, fora freqüentemente objeto da ira de Wittgenstein e certa vez fora esbofeteada com tanta força que começara a sangrar atrás das orelhas”. (Ibidem, p. 216). A própria imagem que Wittgenstein tinha de si conflitava com o desejo de vida sem problemas e perfeição teórica e moral. Vejamos: ““Eu me comporto mal e tenho sentimentos e pensamentos mesquinhos e desprezíveis” (26/08/37); “sou um covarde, volto a reparar em todas circunstâncias” (2/09/37); “sou irreligioso, mas com Angst” (7/09/37).” (Ibidem, p. 337). Sendo assim, as distinções não são para introduzir dicotomias no pensamento de Wittgenstein. Nesse sentido, “Seria importante salientar, como consequência, a profunda unidade entre o texto das IF e o conjunto de escritos que compõem o *Nachlass* de Wittgenstein, na medida em que estes resultam do exercício de um determinado método filosófico.” (MORENO, 2009, p. 163).

¹³ Mesmo com as várias leituras possíveis, do *Da certeza* de Wittgenstein, como indica SHARROCK (2005), em *Readings of Wittgenstein's On Certainty*, quais sejam: “*The Framework Reading; the Transcendental Reading; the Epistemic Reading and the Therapeutic Reading*”, acreditamos que algumas leituras podem ser complementares ou compatíveis. Tal como indica a própria Sharrock nas páginas 3 e 4. Uma das questões é se a leitura terapêutica é compatível com a transcendental ou gramatical. Aceitamos a ideia de que transcendental e gramatical podem ser tomados como, praticamente, sinônimos. Mas tal aceitação só é possível considerando as mudanças na significação de transcendental que será mostrada no decorrer do trabalho.

¹⁴ A partir da diferenciação que Umberto Eco faz entre interpretação semântica e interpretação crítica tem-se um bom indicativo de como interpretar um texto. O risco, em relação a Wittgenstein, é o leitor, permanecer numa interpretação semântica. É o que pretendemos evitar neste trabalho, pois “A interpretação semântica ou semiótica é o resultado do processo pelo qual o destinatário, diante da manifestação linear do texto, preenche-a de significado. A interpretação crítica ou semiótica é, ao contrário, aquela por meio da qual procuramos explicar por quais razões estruturais pode o texto produzir aquelas (ou outras, alternativas) interpretações semânticas.” (ECO, 2000, p. 12).

compreendidas na análise estrita de uma obra. A seguinte indicação de como utilizar o *Nachlass* consideramos bastante esclarecedora:

O *Nachlass* eletrônico pouco se presta a uma leitura linear, no sentido de se começar “do início” e progredir passo a passo até “o fim” – até porque não há início, meio e fim no sentido clássico; o acesso dá-se através da abertura de determinados arquivos com as diferentes versões, e prossegue-se através da procura por determinados termos ou até mesmo de textos inteiros que, por sua vez, dificilmente serão lidos passo a passo. A grande vantagem do suporte eletrônico está exatamente na possibilidade de se dar saltos para outras “paisagens” com os mesmos temas, através de mecanismos de busca. (OLIVEIRA, IN: MORENO, 2009, p. 306).

A forma como usaremos este recurso ao *Nachlass*, nesta pesquisa, segue esta indicação.¹⁵ É perfeitamente possível entender que um autor, em relação a uma temática específica, estabelece diferentes argumentos, em diferentes obras, todos, porém, perfeitamente conciliáveis quanto à significação. Temos plena consciência da tarefa árdua de ler esta obra, dadas todas as complicações inerentes, considerando, também, o estilo de Wittgenstein¹⁶.

¹⁵ “... o sistema de busca do *Nachlass* possibilita que o próprio leitor estabeleça – com base na forma dos termos de busca – seus próprios itinerários pelas diferentes paisagens. O que determina a escolha dos termos a serem procurados é o interesse do leitor, alguma hipótese interpretativa que queira verificar. (...) a dinâmica do trabalho com o *Nachlass* aproxima-se dos movimentos de ida e vinda da leitura na construção do sentido.” (OLIVEIRA, IN: MORENO, 2009, p. 306).

¹⁶ Stroll chama atenção para algumas dificuldades: “The major difficulty seems to be that it is not clear what the author is driving at. There are few arguments in these works. Unlike the *Tractatus*, with its highly organized structure and directed flow, the post-*Investigations* writings meander. The reader is not so much puzzled by individual aphorisms as drowned in a welter of words. So after finishing one of these notebooks, such as *Last Writings on the Philosophy of Psychology*, *Remarks on Colour* or *Zettel*, one is inclined to wonder what the fuss was all about or indeed what happened.” (STROLL, 2002, p. 446). “A maior dificuldade parece ser que não está claro onde o autor quer chegar. Há poucos argumentos nesses trabalhos. Ao contrário do *Tractatus*, com sua estrutura altamente organizada e sequenciada, os escritos pós-*Investigações* oscilam. O leitor não fica tão confuso com os aforismos individuais quanto fica afogado em uma confusão de palavras. Assim, depois de terminar um desses livros de apontamentos, tais como: *Last Writings on the Philosophy of Psychology* [Últimos escritos sobre a Filosofia da Psicologia], *Remarks on Colour* or *Zettel* [Comentários (Anotações sobre Cor ou Zettel (Fichas) - coleção de notas de Ludwig Wittgenstein], fica-se inclinado a se questionar sobre onde se quer chegar ou o que aconteceu de fato.” Logo em seguida, fala sobre aspectos centrais das dificuldades de se compreender o *Da Certeza*. “That special sensitivity is crystallized into what Wittgenstein calls a method; and that method itself gives rise to further complications for the interpreter. Wittgenstein never explains exactly what it is or indeed exactly what it is supposed to accomplish. He seems to assume that the reader will issue in “sketches of landscapes,” and by this locution he seems to be implying that it will not take the form of explicit

Este é o modo, portanto, que conduzirá a nossa investida na diversidade de obras e fases do pensamento do autor, quando necessário, para melhor elucidar e fundamentar o sentido e a significação de nosso tema. O uso da bibliografia escolhida para este trabalho segue este mesmo critério. Todas as obras consultadas, sejam do próprio autor, sejam de intérpretes de Wittgenstein, ou de outros pensadores que disseram algo relevante para o nosso tema foram lidas com esta perspectiva. Dito isso, pensamos ter uma boa chance de estudar Wittgenstein a partir de sua própria concepção de linguagem e de filosofia e, entender, apesar das dificuldades, a complexidade¹⁷ da obra *Da Certeza*.

argumentation leading to the sorts of definitive conclusions that traditional philosophy has aimed at." (*idem*, p. 447). "Essa percepção (sensibilidade) especial está cristalizada em o que Wittgenstein chama um método; e que o método em si dá origem a complicações posteriores para o intérprete. Wittgenstein nunca explica exatamente o que é ou o que exatamente deveria se realizar de fato. Ele parece presumir que o leitor emitirá "esboços de paisagens" (construirá "esboços dos cenários"). Em outro texto afirma que o *Da Certeza* é a "obra mais difícil de Wittgenstein" (STROLL, 2004, p. 81). Em linhas gerais, é quase consenso entre muitos intérpretes de Wittgenstein que ele não é sistemático, vai rapidamente de um tema a outro, faz seguidas digressões, os aforismos são desconexos, é um trabalho não concluído, não revisado, não polido, etc. Tudo isso coloca várias dificuldades para a interpretação. Porém, acreditamos que é possível uma interpretação que faça sentido a partir de nossa metodologia de leitura. Alguns outros autores também chamam a atenção para as dificuldades para se ler o *Da Certeza*, por exemplo, "Das heißt für den Text: er ist nicht das Ergebnis einer Untersuchung, die nach bestimmten Konventionen zusammengefasst ist, einer klaren Gliederung folgt oder ähnliches. Statt dessen können wir W. quasi beim Denken beobachten. Ich stelle mir sein Schreiben so vor: er überlegt über sein Thema, stellt Gedanken- und Sprachexperimente an, fragt nach der Logik von Sätzen (also der Logik der Sprachspiele) und schreibt alles sofort auf, eine Art schreibendes Denken also. Dabei 'spricht' er mit sich selbst: gibt Anweisungen ('Denk nicht, dass...'), führt Dialoge (Frage-Antwort-Sequenzen mit sich selbst, bei denen aber keiner der Lehrer oder der Schüler ist), stellt Experimente an (Wenn einer vor einem roten englischen Briefkasten steht...) Immer wieder greift er Gedanken von neuem auf, wendet sie hin und her, stellt sie erneut in Frage, lässt sie eine Weile liegen, um später darauf zurückzukommen; er umkreist sein Thema, schwankt, ob er mit sich zufrieden sein soll oder nicht." (SCHUMAK, Renate. *Gewissheit und Wahnsinn*, 2004, p. 1 - www.spsh.de/texte/WittgensteinUG.rtf, acessado em 22/01/2010). "Isso significa para o texto: ele não é o resultado de um estudo que é resumido de acordo com determinadas convenções; que segue uma estrutura clara ou algo semelhante. Ao invés disso, quase que podemos observar Wittgenstein pensando. Imagino o seu ato de escrever da seguinte forma: ele reflete sobre seu tema, realiza experiências de pensamentos e linguagem, questiona a lógica de frases (isso é a lógica dos jogos de linguagem) e anota tudo imediatamente, portanto, uma maneira de pensar escrevendo. Enquanto isso, ele "fala" consigo mesmo, dá instruções ("Não pense que . . ."), dialoga (sequências de perguntas e respostas consigo mesmo, nas quais, porém, ninguém é o professor ou o aluno), realiza experiências (Quando alguém está em pé diante de uma caixa de correio inglesa vermelha . . .). Sempre retoma pensamentos de novo, revira-os de cá para lá, questiona-os novamente, deixa-os de lado, por algum tempo, para, mais tarde, voltar a eles; ele circunda o seu tema, oscila se deve estar satisfeito consigo mesmo ou não."

¹⁷ A este respeito, achamos interessante as palavras de Von Wright: "The young Wittgenstein had learned from Frege and Russell. His problems were in part theirs. The later Wittgenstein, in my view, has no ancestors in the history of thought. His work signals a radical departure from previously existing paths of philosophy. With respect to *On Certainty*, von Wright added: As late as two days before his death He wrote down thoughts that

Capítulo 1 - O Sentido Filosófico de Gramatical

1.1 – Filosofia e Linguística

Parece ser praticamente consenso que Wittgenstein seja tido como um dos principais pensadores a fazer uma crítica e análise sistemática sobre a linguagem e sua importância filosófica. Embora as reflexões filosóficas sobre a linguagem tenham começado com os gregos¹⁸, é, principalmente, com Wittgenstein que o lugar da linguagem, na filosofia, fica mais relevante, dada a sua grande contribuição, com suas diversas obras. Uma das características centrais da filosofia da linguagem é tomar a própria linguagem como objeto de estudo. O modo de proceder da filosofia da linguagem diferencia-se da forma como a ciência linguística analisa a linguagem. Se a linguística¹⁹ se ocupa com problemas mais particulares de uma dada língua, relacionados à fonologia, etimologia, sintaxe e semântica, etc,

are equal to the Best He produced.” (WRIGHT, In: STROLL, 2002, p. 448). "O jovem Wittgenstein aprendeu de Frege e Russell. Seus problemas eram em parte deles. O segundo Wittgenstein, na minha opinião, não tem antepassados na história do pensamento. Seu trabalho sinaliza uma mudança radical nos caminhos já existentes da filosofia com relação ao *Da Certeza*; von Wright acrescentou: dois dias antes de sua morte ele escreveu pensamentos que são iguais aos melhores que ele já produzira."

¹⁸ Estamos nos referindo, aqui, à investigação platônica sobre o problema da linguagem encontrada, principalmente, no *Crátilo*. Embora haja, academicamente, uma discussão sobre o momento histórico em que se pode falar de um início da filosofia da linguagem, vemos, já nos clássicos, uma rica reflexão sobre a linguagem, suas possibilidades e limites. Gadamer, em *Verdade e Método*, salienta a importância do diálogo *Crátilo*, dizendo: "O *Crátilo* é o escrito básico do pensamento grego sobre a linguagem, que abrange a extensão dos problemas, de tal modo que a discussão grega posterior, que só nos é conhecida de maneira muito incompleta, quase não acrescenta nada de essencial." (GADAMER, 1998, p. 590, 591).

¹⁹ "A filosofia linguística é a tentativa de resolver problemas filosóficos particulares examinando o emprego corrente de certas palavras ou de certos elementos no interior de uma dada língua." (SEARLE, 1981, p. 10).

A filosofia da linguagem é a tentativa de fornecer uma descrição filosoficamente esclarecedora para certos traços gerais da linguagem, tais como a referência, a verdade, a significação e a necessidade. (SEARLE, 1981, p. 10).

Essa característica geral da filosofia da linguagem é percebida o tempo todo nos escritos de Wittgenstein.²⁰ Se no *Tractatus* a generalidade era determinada a partir da forma lógica, a partir das *Investigações*, vemos sua filosofia como descrição gramatical dos usos dos conceitos. Nesse sentido, a dimensão normativa das proposições gramaticais implica que elas sejam necessárias, informando algo sobre o mundo, por exemplo, sem dependerem, causalmente, do próprio mundo e das condições empíricas que possam existir na relação linguagem-mundo. Com esta concepção, a linguagem é colocada em primeiro plano, por isso, questões ontológicas e epistemológicas ficam em segundo plano, ou mesmo colocadas fora do interesse filosófico.

Embora a ciência linguística e a filosofia da linguagem sejam distintas, podem ser pensadas sendo compatíveis entre si²¹. Se não fosse assim, como poder pensar, no caso de Wittgenstein, que o significado das expressões consiste no uso que nós fazemos delas, segundo regras que agregam os usuários em torno da significação que torna a comunicação e a compreensão possível? A gramática filosófica que se distingue da gramática linguística está sempre, em Wittgenstein, atrelada às regras de uso de um conceito num jogo de linguagem. Por este motivo ele diz,

²⁰ Estes traços gerais da linguagem não são características percebidas, efetivamente, em linguagens naturais. Para Wittgenstein, por exemplo, são características que toda e qualquer linguagem deve possuir, mas sob o ponto de vista lógico. Tal como aparece, por exemplo, no *Tractatus*, em 4.5 “É claro que, na descrição da forma proposicional mais geral, apenas o que lhe seja essencial pode ser descrito – caso contrário, ela não seria, é claro, a mais geral. Que haja uma forma proposicional geral é demonstrado por não poder haver proposição alguma cuja forma não tivesse sido possível antever (i.é., construir). A forma proposicional geral é: as coisas estão assim.” (TLP, 4.5, p. 201). “A forma proposicional geral é a essência da proposição. Especificar a essência da proposição significa especificar a essência de toda descrição.” (TLP. 5.471 e 5.4711, p. 225).

²¹ “Es gibt keine Inkompatibilität zwischen einer gewöhnlichen linguistischen Grammatik einerseits und einer philosophischen Grammatik im Sinne Wittgensteins anderseits.” (KOBEL, 1990, p. 51). “Não há uma incompatibilidade entre uma gramática linguística comum, por um lado, e uma gramática filosófica segundo Wittgenstein, por outro.”

A gramática não diz como a linguagem tem que ser construída para cumprir com sua finalidade, para agir desta ou daquela maneira sobre as pessoas. Ela apenas descreve o emprego dos signos, mas de maneira alguma os elucida. (IF, § 496, p. 186).

A gramática, assim entendida, é que limita a atividade filosófica a fazer descrições²², tal como Wittgenstein concebe. Vejamos: “A filosofia não deve, de forma alguma, tocar o uso real da linguagem; o que pode enfim, é apenas descrevê-lo.” (IF, § 124, p. 74). Não buscar fundamentos e deixar tudo como está é indício claro de proibir à filosofia a pretensão de levantar hipóteses, construir teorias ou defender teses a respeito de qualquer tema, inclusive a respeito de elementos específicos de uma dada língua. Muito menos teses filosóficas sobre a linguagem e seu papel como meio ou instrumento para a significação, ou como o lugar da gênese do sentido e do significado. Porém, nesta atividade prática da filosofia, que deve se limitar a fazer descrições de como são usados conceitos expressos linguisticamente, não faz descrições de questões, fatos e fenômenos de interesse científico. Com a noção de gramática, como uma noção estritamente filosófica, “A finalidade da linguagem é exprimir pensamentos.” (IF, § 501, p. 501). Estabelecida esta finalidade para a linguagem, percebemos que Wittgenstein faz coincidir esta finalidade com a própria finalidade da gramática. “Pode-se chamar as regras da gramática de “arbitrárias”, se com isso se deve dizer que a finalidade da gramática é apenas a finalidade da linguagem.” (IF, § 497).

Outro momento em que Wittgenstein deixa clara a distinção entre gramática filosófica e gramática linguística, e até mesmo o campo de estudo de outras ciências, é quando diz: “é como se tivéssemos que penetrar os fenômenos: mas nossa investigação não se dirige aos fenômenos, e sim, como poderia dizer, às possibilidades dos fenômenos (...). Por isso nossa reflexão é uma reflexão gramatical.” (IF, § 90, p. 65). Então, o fenômeno do uso da linguagem cotidiana, por si mesmo, não é seu objeto de estudo, mas o modo como, no uso, são engendrados conceitos de sentido. Desta diferenciação entre a gramática linguística e a gramática filosófica surge, progressivamente, a noção de autonomia gramatical.²³ Nesse

²² Vide um esclarecimento maior sobre a descrição no capítulo terceiro sobre descrição gramatical.

²³ “As regras gramaticais que Wittgenstein quer descrever não se justificam através de fundamentos últimos, pela remissão a uma realidade ou a uma finalidade absoluta; são regras convencionais e arbitrárias que

sentido é que podemos encontrar, em vários momentos de seus escritos, a gramática das cores, a gramática dos números, a gramática dos conceitos psicológicos, etc. Ele chega a expressar literalmente esta ideia, como, por exemplo: “Os nomes que dou a corpos, formas, cores, extensões têm gramáticas diferentes em cada caso.” (GF, § 27, p. 45). Neste sentido, sempre que Wittgenstein mostra o uso expressivo de conceitos em jogos de linguagem, as descrições e exemplificações visam esclarecer o significado dos conceitos usados como partes constituintes de uma gramática, uma vez que “A gramática descreve o uso das palavras em uma língua.” (GF, § 23, p. 42).

A partir do que foi dito, podemos afirmar que a gramática filosófica não localiza, de modo sintático, o lugar ou o uso que se faz de uma palavra, na linguagem. Para Wittgenstein, o essencial em uma palavra é seu significado; de forma esclarecedora, diz: “Quero dizer que o lugar de uma palavra na gramática é o seu significado (...). A explicação do significado explica o uso da palavra (...) e o uso de uma palavra na linguagem é o seu significado.” (GF, § 23, p. 42). Wittgenstein associa e condensa este conjunto de afirmações, direcionando para o estabelecimento da autonomia gramatical. A descrição gramatical que visa mostrar a autonomia da gramática, pelos jogos de linguagem, não descreve diretamente o mundo e os objetos. “Sem negar a existência do mundo, dos fatos e dos objetos, Wittgenstein descreve apenas as expressões linguísticas que usamos para falar do mundo, dos fatos e dos objetos, sem procurar os princípios que nos permitiriam conhecer o mundo, os fatos e os objetos.” (MORENO, 1995, p. 47). A autonomia gramatical pode ser entendida, entretanto, para além da independência em relação ao mundo, fatos e objetos. Ela pode ser entendida, também, a partir do entrelaçamento e a compatibilidade entre uma língua determinada, objeto de estudo da linguística, e a gramática, tal como compreendida filosoficamente pelo autor. Então, nomes, palavras, verbos, proposições já estão, naturalmente, sendo usados numa determinada língua²⁴. A descrição gramatical mostra,

independem dos conteúdos aos quais as palavras possam ser aplicadas. As condições da significação são dadas inteiramente no interior da linguagem e as explicações de sua relação com a realidade já fazem parte, também, de jogos de linguagem.” (MORENO, 1995, p. 51).

²⁴ “Traditional descriptive Grammar concerns itself with parts of speech (such as nouns, verbs, adjectives, adverbs), examines forms of pluralizing nouns, regularities and irregularities in the conjugation of verbs, and so on. This seems to have nothing to do with philosophy.” (HACKER, 1985, p. 54).

também, portanto, sua independência em relação a tais elementos linguísticos. Nas palavras de Hacker,

A gramática descritiva tradicional preocupa-se com as partes do discurso (tais como substantivos, verbos, adjetivos, advérbios), ela examina as formas de pluralizar os substantivos, regularidades e irregularidades na conjugação de verbos, e assim por diante. Isto parece não ter nada a ver com filosofia. (HACKER, 1985, p. 54).

Aprendemos estes elementos da linguagem ao aprender a língua, pois “Aprender uma linguagem ocasiona o entendimento dela.” (GF, § 3, p. 29). Este aprendizado mostra ao aprendiz, também, ao tempo em que percebe que aprendeu como usar a linguagem para se comunicar, que “A linguagem deve falar por si mesma.” (GF, §2, p. 28). A compreensão do aprendizado e dos modos adequados do uso da linguagem não implica, para o autor, o estabelecimento de conceitos metalógicos. Por isso, “Entender uma palavra pode significar: saber como é usada; ser capaz de aplicá-la.” (GF, § 10, p. 33). O fato de Wittgenstein atrelar o entendimento do significado das palavras às maneiras diversas de gramaticalmente aplicá-las, permite aos usuários da linguagem transitar de um domínio gramatical a outro. Isso é um modo interessante de perceber como as semelhanças de família, entre os jogos de linguagem, vão se estabelecendo na prática da linguagem e não pelo estabelecimento de uma teoria sobre os modos de uso da linguagem. Este processo articulado de uso da linguagem em diferentes jogos de linguagem relaciona o sentido particular de uma proposição a um conjunto sistemático de proposições. (Cf. § 16 GF). Esta mesma ideia é retomada, também, no *Da certeza*, percebida logo no início, quando sugere que uma proposição pode ser derivada de outra proposição. “Quando alguém diz que uma certa proposição não pode ser provada, evidentemente que não quer dizer que não possa ser derivada de outras proposições. Qualquer proposição pode ser derivada de outras.” (UG, § 1, p. 15).

A passagem do uso explicativo da linguagem para o uso descritivo da linguagem dá primazia para a forma da descrição. Esta forma de fazer a descrição gramatical estabelece uma maneira elucidativa de fazer a distinções entre estes dois campos²⁵.

Onde o gramático classifica as partes do discurso em substantivos, adjetivos, etc., o filósofo, tipicamente, se preocupará com as diferentes classificações, por exemplo: palavras-sensação, palavras para sentimentos, emoções, humores, atitudes, etc. O filósofo pode solucionar problemas conceituais e resolver confusões sobre a percepção e nosso conhecimento do mundo, por exemplo, esclarecendo, organizando e contrastando as diferentes regras para o uso da sensação - e palavras-percepção. (HACKER, 1985, p. 55).

A descrição do uso das palavras, além de visar mostrar a forma de descrição, muito mais do que a verdade, pois a preocupação é com o sentido, faz com que o uso seja entendido como parte constituinte da vida. “Bem, a linguagem realmente se liga à minha vida. O que é chamado “linguagem” é algo formado de elementos heterogêneos, e a maneira como se entrelaça com a minha vida é infinitamente variada.” (GF, § 29, p. 47). Atrair o uso da linguagem à vida faz com que a investigação gramatical possa estabelecer a função de uma palavra na linguagem, encontrando seu significado, pelos diversos usos nos jogos de linguagem, que estão imbricados com as formas de vida. Nesse processo, nenhuma característica comum e única é encontrada nos diversos jogos de linguagem. A semelhança de família faz com que os jogos de linguagem possam ser entendidos como “processos inter-relacionados de diversas maneiras, com muitas transições diferentes entre um e outro.” (GF, § 35, p. 53). A inter-relação entre os jogos de linguagem para compreender diferentes usos, portanto diferentes significações, ao invés de comprometer a possibilidade da autonomia gramatical, permite que ela ocorra com o estatuto interno de independência em relação à experiência. “porque sempre que verificamos qualquer coisa, já partimos de pressupostos

²⁵ “Where the grammarian classifies parts of speech into nouns, adjectives, etc., the philosopher Will typically concern himself with different classifications, e.g. sensation-words, words for feelings, emotions, moods, attitudes, etc. The philosopher can dissolve conceptual puzzles and resolve confusions about perception and our knowledge of the world, for example, by clarifying, arranging and contrasting the different rules for the use of sensation – and perception-words.” (HACKER, 1985, p. 55).

que não são verificados”. (UG, §163, p. 59). Por isso, não é pela quantidade de vezes que, historicamente, uma experiência é feita o que conta para a existência da autonomia, mesmo na diversidade de jogos de linguagem.

O fato é que há, gramaticalmente, uma impossibilidade de tomar experiências passadas e sua história como pano de fundo e garantia de que, na experiência atual, tal história agregaria algo relevante quanto à significação, “porque a própria história por trás da experiência certamente não está presente na própria experiência.” (GF, § 37, p. 56). Poderíamos dizer que tal história só poderia ser invocada, caso necessitasse, pela própria distância das ocorrências fenomênicas experimentadas, o que só é possível considerando a independência da linguagem em relação aos fatos ocorridos efetivamente²⁶. Não havendo tal independência, estaríamos sempre presos a um número determinado de fatos, e este condicionamento não nos permitiria associar, sequer, vivências atuais com a diversidade e multiplicidade de vivências e ocorrências passadas. Nem sempre é o caso, mas, certamente, quando necessário, devemos poder relacionar, via a significação, experiências presentes a experiências passadas e projetar a possibilidade de vínculos futuros com outras ocorrências passíveis de experimentação. Sendo assim, “está completamente determinado na gramática, no que poderia ser previsto e do que se poderia falar antes mesmo da ocorrência do evento.” (GF, § 45, p. 63). Por este motivo é que a dimensão normativa, ou o estatuto gramatical das regras, não pode ser provado pela experiência. Um conjunto qualquer de experiências nunca pode esgotar, ou encerrar, ou delimitar as possibilidades de aplicação da regra. No entanto, pode um conjunto de experiências mostrar como a normatividade delimita os limites do sentido.

A dimensão simbólica da linguagem, tal como definida por Wittgenstein, mostra que não é necessário estabelecer uma diferença entre o que se apresenta em primeiro plano, na

²⁶ “É possível que nós consigamos isto através da experiência, mas a experiência não nos ensina a conseguir seja o que for da experiência.” (UG, § 130, p. 49). Sobre este ponto, entendemos ser oportuno dizer o seguinte: se a experiência não pode ser fonte de qualquer critério orientador e regulador, no entanto, tais critérios podem emergir da experiência por uma ação humana que não se coloca, apenas, como resultado determinado, exclusivamente, pela experiência. Na experiência, a partir da experiência, uma ação pode constituir-se como uma condição de sentido e não apenas como resultado ou efeito de tais práticas. Algo é eleito, percebido ou mostrado pela descrição gramatical como guia orientador para que a própria experiência possa fazer sentido. Nesse sentido, algo pode ser tomado como a razão, ou como condição de possibilidade que indica o sentido da própria experiência.

ordem da experiência, e o que poderia estar influenciando ou determinando a significação, como uma espécie de pano de fundo. O que sugere a existência de laços internos na gramaticalidade dos conceitos. A compreensão da gramática do uso das palavras não se interessa por todas as virtualidades que possam estar atreladas a tais palavras. O que importa considerar nos signos usados é o que a própria gramática lhes incorpora, ou descreve como normativamente incorporado aos signos. Todas as descrições passíveis de serem feitas devem subsumir as pretensões de explicações que tomam a linguagem como se ela primeiro tivesse que incorporar uma estrutura para depois se ajustar à realidade. Uma descrição adequada deve poder mostrar que o próprio uso da linguagem determinará o modo de ajuste entre linguagem e realidade, não algo que determine, de uma vez por todas, o modelo de ajuste que possa ser aplicado, inclusive a todos os casos futuros.

1.2 – Linguagem e Realidade

A forma como uma proposição ou conjunto de proposições se relaciona com a realidade pode se dar de diversas maneiras, segundo os usos que fazemos de signos que podem ser amostras, modelos, padrões, etc. A partir deste uso significativo da linguagem é que Wittgenstein estabelece sua noção de autonomia. Diz ele: “A ligação entre “linguagem e realidade” é feita por meio de definições de palavras e estas pertencem à gramática, de modo que a linguagem permanece autocontida e autônoma.” (GF, § 55, p. 69). Com esta caracterização da autonomia da gramática, fica descartada, logo de início, qualquer relação de dependência da causalidade ou dos objetos e fatos do mundo. Nesta relação entre gramática e realidade não existe nenhuma justificativa possível para demonstrar a adequação da realidade à gramática. Na *Gramática Filosófica*, Wittgenstein sustenta que o nome tem um significado e a proposição tem um sentido no cálculo a qual ela pertence. Para ele, este pertencimento é, por assim dizer, autônomo, condição para a gramática cuidar de si mesma. A ordenação entre nome e objeto não é naturalmente dada, mas é determinada

pelo simbolismo linguístico, pois é parte dele.²⁷ Nesse sentido, a ligação entre a linguagem e a realidade é realizada através do esclarecimento das palavras em seu pertencimento à linguagem de tal forma que a linguagem permanece encerrada em si, dependente de si somente, quanto a este quesito. Relacionado a esta mesma ideia, vemos Wittgenstein dizer que, antes da diferença entre o sentido e o não sentido, nada é possível fazer.

À gramática não pertencem proposições empíricas verdadeiras ou falsas. A gramática contém todas as condições para poder comparar as proposições com a realidade, tendo em vista a compreensão do sentido. Na relação das proposições com a realidade, não importa, portanto, a verdade da adequação destas à realidade, pois a gramática não estabelece nenhuma teoria sobre a realidade. A possibilidade de referência à verdade ou falsidade, ou de decisão se houve adequação ou não, ocorre somente com a aplicação, o emprego gramatical de expressões já constituídas, que podem ser comparadas enquanto aplicação e, neste sentido, observadas se aplicadas corretamente ou não.²⁸ Na observação se a aplicação está sendo correta ou não, o ponto principal a ser observado não é se decorre daí a possibilidade da verdade ou da falsidade, mas se está jogando outro jogo de linguagem ou não (Cf. ZT, § 320). Podemos associar a esta ideia o que Wittgenstein apresenta nas *Investigações* (IF, § 199), quando diz que algo só é uma proposição na linguagem, e compreender uma proposição significa compreender uma linguagem, com a ideia já presente na *Gramática Filosófica* de que não é possível conceber uma proposição sozinha e que aquilo que é chamado proposição compreende-se pela posição²⁹ que ocupa na linguagem. Por isso: “Entender uma palavra” pode significar: saber como é usada; ser capaz de aplicá-la.” (GF, § 10, p. 33). Neste sentido, a descrição gramatical que mostra as aplicações feitas apresenta, ao mesmo tempo, como a autonomia da gramática é estabelecida. A partir disso, podemos dizer que há uma antecendência, uma prioridade

²⁷ “A correlação entre objetos e nomes é simplesmente a correlação estabelecida por uma tabela, por meio de gestos ostensivos e a emissão simultânea do nome etc. É parte de um simbolismo.” (GF, § 56, p. 70).

²⁸ “O Fato de uma proposição empírica ser verdadeira e outra falsa não é parte da gramática. O que pertence à gramática são todas as condições (o método) necessárias para comparar a proposição com a realidade. Isto é, todas as condições necessárias para o entendimento (do sentido).” (GF, § 45, p. 63).

²⁹ Aqui podemos perceber, claramente, a necessidade do contexto de uso para a compreensão do papel que uma proposição ocupa na linguagem. Sobre a necessidade e importância do contexto, vide o capítulo VI – O Contexto de Uso.

metódica, nos modos de aplicação da linguagem em relação à realidade. Por isso, toda empreitada de tentar provar a correspondência entre linguagem e realidade é uma espécie de petição de princípio, pois, cada justificativa apresentada é apresentada na e pela linguagem, mesmo quando nos referimos à realidade. Tudo o que se deixa dizer deixa-se dizer pela linguagem, assim como tudo que se pode provar, mesmo em relação à realidade, prova-se pelos modos de uso da linguagem.

Nesta perspectiva, a busca não é pela causa ou pelas causas. A causa da significação não está na realidade à qual a linguagem deve corresponder. Além de Wittgenstein denunciar que existe certa confusão entre razão e causa, enfatiza que as razões podem ser dadas e encontradas somente dentro de um jogo, e “os elos da corrente de razões chegam a um fim, na fronteira do jogo.” (GF, § 55, p. 69). Esta mesma limitação quanto às causas e à estipulação somente pela busca de razões é algo, também, buscado no *Da Certeza*, conforme veremos mais adiante. Parece que Wittgenstein sugere o fim da busca de razões, quando a significação já está clara e não há necessidade de ir além do domínio em que se encontra a compreensão da significação, no uso e aplicação que está sendo feito de um conceito, num determinado jogo.³⁰ Portanto, pela ação praticada, inerente ao jogo, deve haver indícios satisfatórios para aceitar as condições do jogo como suficientes. Caso contrário, não poderíamos dizer que estaríamos jogando. A ação de jogar, de poder jogar, de saber que se está jogando, de compreender que o uso é significativo, de perceber a organicidade e harmonia dos lances do jogo, parece ser algo relevante para se tomar algo como razão suficiente para os fins desejados.

A busca pelas explicações causais não interessa a Wittgenstein e tal atitude soa como algo trivial e desnecessário. No instante em que cessa a necessidade de buscar razões, pois a significação, neste momento, deve estar clara, é onde podemos dizer que a certeza está instaurada e estamos num nível distinto do mero conhecimento. “Tenho razões soberanas para a minha certeza. Estas razões tornam a certeza objetiva.” (UG, §270, p. 81). Quando a certeza se instaura, deve haver indícios fortes de que regras gramaticais estão determinando

³⁰ “Na raiz de uma convicção bem fundamentada encontra-se uma convicção não fundamentada.” (UG, §253, p. 77).

o sentido e não meramente regras de qualquer jogo, como os jogos de conhecimento. Um dos momentos esclarecedores desta diferenciação é quando Wittgenstein diz:

Por que não chamamos as regras de culinária de arbitrárias e por que somos tentados a chamar as regras de gramática de arbitrárias? Porque penso no conceito “culinária” tal como definido pelo fim da culinária, e não penso no conceito “linguagem” como definido pelo fim da linguagem. Você cozinha mal se é guiado na culinária por outras regras que não as certas; mas se você segue outras regras que não as do xadrez você está jogando outro jogo; e se você segue outras regras gramaticais que não tais e tais isso não significa que você diz algo errado; não, você está falando de alguma outra coisa. (GF, § 133, X, p. 139).

No § 320 das *Fichas* aparece, praticamente, a mesma citação, com pequenas variações, mas o sentido é o mesmo. A arbitrariedade que deve existir nas regras gramaticais e, algo análogo ao que ocorre no xadrez, dá-se pelo fato de elas terem uma determinação interna na estipulação do sentido e, se não forem seguidas, exatamente pela necessidade interna, os limites do sentido não são estabelecidos claramente. Não jogar este jogo, com o seguimento de tais regras, significa jogar outro jogo, estipular outro sentido.³¹ Isto deve ser assim, pois a gramática determina o que pode ser dito com razoabilidade e sentido, mas não determina o que é verdadeiro; enquanto tem esta pretensão, não formaliza nenhuma teoria sobre a realidade. Um modo de referência à realidade não pode conferir autonomia à gramática por ser uma via única de referência a esta realidade. O que confere autonomia à gramática é a sua independência, na determinação do sentido, da contingência factual e de toda causalidade natural, também de todo e qualquer determinismo essencialista ou social e psíquico, bem como de todo e qualquer objeto ou conteúdo. Em vários momentos de sua obra, o autor deixa bem evidenciada sua posição quanto à independência gramatical em relação a tudo o que lhe é alheio. Por exemplo: “Não estamos no domínio das explicações

³¹ Quanto a este ponto, para KOBER (1990, p. 54), existe uma diferença de interpretação entre ele e Schulte. Para SCHULTE (1989, p. 116), não seguir a necessidade interna da regra significa se referir a outro estado de coisas ou fato, enquanto que, para KOBER, podemos nos referir ao mesmo estado de coisas, ou fato, de outro modo e sob outra perspectiva. Para além das divergentes interpretações, vemos que a forma como Wittgenstein articula a diferença entre regras arbitrárias, por isso, autônomas e regras relacionadas e condicionadas a fins extrínsecos à gramática, permite distinções sutis e complexas, talvez sendo este o motivo de surtir várias possibilidades de interpretação.

causais e toda explicação de tal tipo soa trivial para nossos propósitos.” (GF, § 63, p. 77). A distinção do gramatical de outros domínios é enfatizada em diversas descrições³². Nas palavras de Hacker, vemos um esclarecimento interessante a este respeito:

A gramática filosófica está preocupada com as regras para o uso das palavras, assim como a gramática comum também está. A este respeito é diferente das regras de sintaxe lógica que foram concebidas para se preocuparem com as super-expressões (frases elementares e, logicamente, nomes próprios) que aguardam descoberta, ou pensamentos-constituintes desconhecidos que a psicologia deve trazer à luz. (HACKER, 1985, p. 56).

Com estas distinções, uma série de questões que poderiam parecer de interesse para muitos e, problemáticas, para outros, simplesmente ficam de fora da investigação gramatical, como esta, por exemplo: “A distinção entre “interior” e “exterior” não nos interessa.” (GF, § 60, p. 71). Se “pensar é inteiramente compatível com desenhar imagens.” (GF, § 113, p. 123), todo discurso sobre o exterior ou o interior, em sua geografia conceitual, bem como todo e qualquer discurso sobre qualquer objeto deve, gramaticalmente, ter as fronteiras bem definidas. Ainda que estas fronteiras bem definidas signifiquem a expressão de uma oscilação entre as regiões de vizinhança, onde estas imagens aparecem. Creio que não importa, para Wittgenstein, fazer a diferenciação entre interior e exterior, pois seria, para ele, talvez, mais uma tarefa da psicologia e da epistemologia. Não se interessar pela distinção entre exterior e interior significa, também, não defender teses, quer realistas, quer subjetivistas, ou fazer uma explicação teórica sobre estes dois campos. Porém, quando há um uso prático da linguagem envolvendo a distinção entre exterior e interior, certamente, Wittgenstein visa mostrar e exemplificar quais conceitos estão sendo usados e como são usados para tal diferenciação e se, neste uso e na aplicação de tais conceitos, estão ocorrendo procedimentos dogmatizantes e unilaterais. Também neste uso, possivelmente dogmático, que pretenderia distinguir, nitidamente, interior e exterior, incidirá a filosofia

³² “Philosophical Grammar is concerned with rules for the use of words, Just as ordinary Grammar is. In this respect is unlike those rules of logical syntax which were conceived to be concerned with super-expressions (elementary sentences and logically proper names) that await discovery, or unknown thought-constituents which psychology must bring to light.” (HACKER, 1985, p. 56).

como atividade e terapia. As imagens desenhadas pelo pensamento podem enrijecer o pensamento, envolvendo-o em nuvens de confusões. Toda vez que ocorre o risco de tais usos doentios da linguagem, a terapia do pensamento expresso linguisticamente justifica-se³³. Por isso, ele diz que “O que quero ensinar é: como passar de um absurdo não evidente para um absurdo evidente.” (IF, § 464, p. 180). Nesse sentido, as descrições gramaticais devem mostrar os usos indevidos de palavras, quando lhes são atribuídos usos transcendentais, misteriosos, essencialistas e, até mesmo, quando se atenta somente para uma forma única da linguagem e não para os vários usos possíveis das formas linguísticas.

A distinção entre exterior e interior pode exigir a apresentação de provas daquilo que se representou do exterior se justifica por tais e tais motivos. Quando esta análise deixa de ser central e a gramática é colocada como o lugar que torna possível ver os usos dos conceitos implicados em tal diferenciação, as razões aceitas são de ordem interna. Wittgenstein diz o seguinte:

As regras da gramática não podem ser justificadas mostrando que sua aplicação faz uma representação concordar com a realidade. Pois esta justificativa teria, ela própria, de descrever o que é representado. E se algo pode ser dito na justificativa e é permitido por sua gramática – por que não devia também ser permitido pela gramática que estou tentando justificar? Por que ambas as formas de expressão não deveriam ter a mesma liberdade? E como poderia o que uma diz restringir o que a outra pode dizer? (GF, § 134, p. 141).

Creemos que, para Wittgenstein, não se trata de tentar provar o acordo ou a correspondência entre linguagem e realidade. Pois toda tentativa de justificação já estaria sendo estipulada no interior da linguagem. Portanto, a própria possibilidade, ou não, da correspondência entre linguagem e realidade só poderia ser dita ou mostrada na linguagem, pois tudo o que se pode dizer, deixa-se dizer tão somente na linguagem. O que não se pode dizer, diretamente, pelo uso da linguagem, deve-se mostrar, pelo próprio uso descritivo. Ainda assim, em vários momentos, ocorrem ressalvas feitas por Wittgenstein quanto a este tema.

³³ Um texto importante para compreender esta noção de terapia do pensamento, envolvido em imagens, é o de MORENO, 1995.

“Vê-se aqui que a idéia de concordância com a realidade não tem aplicação clara.” (UG, § 215, p. 69). Nesse sentido poderíamos dizer que as possíveis classificações do pensamento de Wittgenstein não alcançam o alvo que a sua filosofia quer atingir. Então, não nos ajudaria em nada classificar o pensamento de Wittgenstein como sendo externalista, ou internalista; realista ou subjetivista, etc. A posição de Wittgenstein é sempre esta: caso esteja em uso conceitos que se referem ao exterior, ele visa mostrar, via as descrições, como estes conceitos estão sendo usados e como, portanto, sua significação derivará deste uso. Assim, também, com todos os outros conceitos. Portanto, um jogo de linguagem pode implicar conceitos de ordem subjetiva e eles precisam ser vistos, nesta aplicação, significando elementos da subjetividade. Em outro jogo de linguagem, os conceitos usados podem ser de ordem externa e objetiva, e eles precisam ser vistos implicando elementos de exterioridade e objetividade e assim por diante.

Até mesmo quando Wittgenstein discute, nas *Investigações*, a relação de um signo com uma sensação o autor sugere a necessidade de uma justificação que todos compreendam. A palavra usada seria da linguagem comum. Porém, imediatamente, mostra que a suposta exigência de uma referência para um signo “S”, por exemplo, como tendo alguma coisa, ou se referindo a alguma coisa, não consegue ocorrer sem o uso da linguagem, pois,

(...) ter alguma coisa pertencem também à linguagem. – Assim, filosofando, chegamos por fim lá onde gostaríamos tão-somente de emitir um som inarticulado. – No entanto, um tal som só é uma expressão num determinado jogo de linguagem, que deve ser descrito agora. (IF, § 261, p. 128).

A própria possibilidade de estipular um referente para um signo qualquer não pode prescindir da linguagem. Então, ainda que o objeto de referência de um signo, sendo uma sensação, possa ser privado, ou melhor, que a sensação possa até ser entendida como privada, porém o signo para designá-la nunca pode ser tido como privado. Nesse sentido, o próprio objeto da sensação não pode ser tido como algo privado. Esta é uma das razões

centrais para não admitir a possibilidade de contradição entre gramática e realidade. Wittgenstein diz:

Contanto que permaneçamos no domínio dos jogos de verdadeiro-falso, uma mudança na gramática só pode nos levar de um tal jogo para outro e nunca de algo verdadeiro para algo falso. Por outro lado, se saímos do domínio desses jogos, não o chamamos “linguagem” e “gramática”, e, mais uma vez, não entramos em contradição com a realidade. (GF, § 68, p. 81).

Wittgenstein é categórico ao afirmar que “A gramática não é responsável por nenhuma realidade.” (GF, § 133, p. 139). Uma das razões centrais que faz com que autonomia gramatical seja percebida é que as regras gramaticais que determinam o significado são arbitrarias. Sendo arbitrarias, não têm relação de necessidade com mundo exterior ou com as coisas. Para o autor, “O único correlato na linguagem para uma necessidade intrínseca é uma regra arbitrária. É a única coisa que podemos extrair dessa necessidade intrínseca e passar para uma proposição.” (GF, § 133, p. 133). A partir deste argumento, vemos que a necessidade se instaura na linguagem, ela é determinada gramaticalmente. O vínculo entre linguagem e realidade não é, portanto, um vínculo necessário. Se ele existir, quando existir, é contingente. O que é determinado gramaticalmente na instauração do significado é que pode ser necessário. O que está representado na linguagem e pode ser compreendido em seu significado, a partir do uso que é feito dos conceitos implicados em um dado jogo de linguagem, pode ser necessário, contingente, contraditório, dúbio, confuso, etc. As descrições feitas é que devem mostrar do que se trata, uma vez que “o mundo da representação está todo exposto na descrição da representação.” (IF, § 402, p. 165). As contendas surgem, para Wittgenstein, quando não estamos atentos às diferentes modalizações ocorridas pelas diferentes gramáticas dos conceitos. Portanto, contendas, - quer entre idealistas, realistas, solipsistas - podem ocorrer pela falta de compreensão do uso diverso que pode ser feito dos conceitos nos jogos de linguagem. Por isso, pode acontecer que “Uns atacam a forma de expressão normal, como se atacassem uma asserção; outros a defendem, como se constatassem fatos que todo homem sensato reconhece.” (IF, § 402, p. 165). As regras só podem colidir com algo da realidade a ser descrito quando elas se contradizem entre si, por exemplo, querendo dizer

de uma coisa que ela é e não é ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto. Mas, neste caso, diríamos que não há significado instaurado e, depois, a contradição estabelecida. É a contradição percebida no próprio uso da linguagem e não, propriamente, entre linguagem e realidade. Neste caso, seria muito mais uma contradição ou, pelo menos, confusão entre as formas de expressão do que entre a gramática e a realidade.

A terapia, sugerida por Wittgenstein, também deve incidir sobre a pretensão de querer encontrar ou fazer uma análise essencial e última entre as formas de expressão na linguagem. A reflexão gramatical deve poder fazer ver os “Mal-entendidos que dizem respeito ao uso de palavras, provocados, entre outras coisas, por certas analogias entre as formas de expressão em diversas áreas de nossa linguagem.” (IF, § 90, p. 65). Com este procedimento, a noção de autonomia gramatical instaura-se a partir do esclarecimento do uso de expressões que implicam condicionamento, dependência, confusões, etc. A possibilidade de eliminar as confusões filosóficas e mostrar, claramente, em que sentido os conceitos são usados faz com que a reflexão gramatical e a terapia filosófica sejam estendidas aos mais variados temas, como a teoria do conhecimento e a filosofia da psicologia, por exemplo.³⁴ As questões filosóficas implicadas nestes campos são tratadas como uma questão de doença (Cf. IF, § 255). A reflexão gramatical, por sugerir algo que antecede a própria verdade, pois é a condição do sentido da verdade, na medida em que faz uma análise de como o sentido é determinado pelas regras do uso de palavras e do que faz sentido dizer na linguagem, não se compromete com a necessidade de demonstração e a justificação da correspondência entre linguagem e realidade. Wittgenstein chega a dizer que,

³⁴ No Prefácio às *Investigações*, Wittgenstein deixa claros os grandes temas que são objeto de sua análise. “No que segue, publico pensamentos, o assentamento de investigações filosóficas que me ocuparam nos últimos dezesseis anos. Elas dizem respeito a muitos objetos: ao conceito de significado, de compreensão, de proposição, de lógica, aos fundamentos da matemática, aos estados da consciência e outros.” (IF, p. 11). Quando ele fala em publicar pensamentos, provavelmente está tomando pensamento num sentido muito semelhante ao de Frege. Este distingue, claramente, representação e pensamento. Para ele, Frege, a representação é sempre subjetiva e o pensamento objetivo. Diz ele: “Entendo por pensamento, não o ato subjetivo de pensar, mas seu conteúdo objetivo, que pode ser a propriedade comum de muitos”. FREGE, G. “Sobre o sentido e a referência.” IN. FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

no início, entenda-se início lógico e não cronológico, deve-se dar com a distinção entre o que tem ou não sentido. Uma interpretação de Hacker é bastante interessante a este respeito.³⁵

A gramática (lógica) é antecedente à verdade. As questões filosóficas dizem respeito aos limites dos sentidos, e estes são determinados pelas regras para o uso das palavras, pelo que faz sentido de se dizer em uma língua. Esta é a fonte de preocupação da filosofia com as regras gramaticais. Por seus esclarecimentos e disposições, as questões e confusões filosóficas típicas podem ser resolvidas e paradoxos solucionados. (HACKER, 1985, p. 54).

Sendo assim, temas como sujeito, objeto e o conhecimento, temas extremamente caros à filosofia grega e moderna, deixam de ser preocupação central. Interessa a Wittgenstein, muito mais, analisar as condições gramaticais que tornam possível todo e qualquer uso significativo da linguagem, do que teorizar sobre os temas clássicos da teoria do conhecimento. Esse chamado giro linguístico, na filosofia, fica evidente até suas últimas reflexões, mesmo quando pretende falar em conhecimento e certeza sobre os fatos de mundo, como é o caso em *Da Certeza*.

O interesse filosófico de Wittgenstein pela linguagem fica evidenciado já no *Tractatus*, no prefácio, quando diz: “O livro trata dos problemas filosóficos e mostra – creio eu – que a formulação desses problemas repousa sobre o mau entendimento da lógica de nossa linguagem.” (TLP. p. 131). A filosofia, direcionada agora para a análise da linguagem, visa, de modo amplo e, ao mesmo tempo, dentro de uma circunscrição precisa dos contornos delineadores de sentido, executar sua tarefa crítica, via a lógica. A relação entre a crítica e a estipulação de limites está num nexos necessário e seu imbricamento promoverá as elucidações filosóficas pretendidas nesta primeira fase. “O livro pretende, pois, traçar um limite para o pensar, ou melhor – não para o pensar, mas para a expressão dos pensamentos.” (ibidem). A noção de pensamento, tão cara à filosofia, até então, está

³⁵ “Grammar (logic) is antecedent to truth. Philosophical questions concern the bounds of sense, and these are determined by the rules for the use of words, by what it makes sense to say in a language. This is the source of philosophy’s concern with grammatical rules. For by their clarification and arrangement philosophical questions can be resolved and typical philosophical confusions and paradoxes dissolved.” (HACKER, 1985, p. 54).

atrelada, agora, para sua correta compreensão, à linguagem. “O limite só poderá, pois, ser traçado na linguagem, e o que estiver além do limite será simplesmente um contra-senso.” (ibidem). As condições lógicas da linguagem devem apresentar estruturalmente as condições para determinar os limites legítimos para o uso significativo da linguagem, por outro lado, evidenciar tudo o que fica fora das condições efetivas de sentido. Nesse esforço filosófico ímpar, empenhado em mostrar a necessidade de uma análise completa das condições de possibilidade de sentido da linguagem, é que os desafios se mostram mais árduos. Este desafio filosófico nos convoca, primeiramente, a entender a originalidade e profundidade exigidas por Wittgenstein para si próprio. Em segundo lugar, o desafio de acompanhar, coerentemente, os intentos filosóficos explicitados pelo autor na obra, pois acompanhar a expressão dos pensamentos, mantendo a fidelidade ao autor ou ao sentido que sua obra explicita, não parece ser tarefa fácil. Este desafio é uma exigência colocada na primeira frase do prefácio, “Este livro talvez seja entendido apenas por quem já tenha alguma vez pensado por si próprio o que nele vem expresso – ou, pelo menos algo semelhante.” (ibidem). Entendo que este desafio, lançado como condição essencial para a compreensão dos pensamentos expressos no *Tractatus*, também vale para as demais obras e para todo o desenvolvimento do seu pensamento, incluindo, portanto, o desafio de entender a gramática do conceito de certeza. O prefácio inicia colocando este desafio tremendo, causador, provavelmente, da maioria dos diferentes modos de interpretar o pensamento de Wittgenstein pelos comentadores. Se o desafio colocado no início é nobre e profundo, o que dizer, então, da conclusão do prefácio:

Por outro lado, a verdade dos pensamentos aqui comunicados parece-me intocável e definitiva. Portanto, é minha opinião que, no essencial, resolvi de vez os problemas. E se não me engano quanto a isso, o valor deste trabalho consiste, em segundo lugar, em mostrar como importa pouco resolver esses problemas. (ibidem).

Na nossa interpretação, estes dois desafios evidenciam, significativamente, o sentido de limite empregado, criticamente, na forma como Wittgenstein elucida logicamente as condições de possibilidade de significação e de sentido. O sentido crítico de limite e tudo o que deriva deste contorno é essencial para a compreensão da autonomia da linguagem, bem

como para a independência e a autonomia do sentido em relação ao uso efetivo da linguagem e da verdade. É um lance essencial do jogo filosófico de Wittgenstein que evidencia e elucida as condições limitativas no uso da linguagem para alcançar as possibilidades significativas deste mesmo uso. Portanto, para se poder falar positivamente da linguagem deve-se entender, primeiramente, a dimensão negativa estipulada pelos limites lógicos da linguagem. A dimensão negativa, ou seja, limitativa, é condição necessária para o uso significativo da linguagem, sua positividade.

Os limites lógicos estabelecidos na primeira fase de seu pensamento, aos poucos, são buscados através de outro expediente, pela descrição da gramática dos usos, na segunda fase de seu pensamento. A atividade filosófica, concebida como descrição gramatical dos usos dos conceitos, em jogos de linguagem, pretende ser uma forma mais ampla de fazer as elucidações necessárias para o sentido do que esta concepção de crítica da linguagem proposta no *Tractatus*.³⁶ Para entendermos interpretações como a de Arley Moreno (1995, p. 111), que diz que a forma lógica, mostrada como condição de possibilidade, no *Tractatus*, é substituída pela noção de forma de vida e para mostrar que há uma relação de continuidade, em muitos aspectos, entre o que Wittgenstein entendia por transcendental no *Tractatus* e o que ele entende por gramatical, na segunda fase do seu pensamento, achamos necessário mostrar, ainda que de forma breve e introdutória, como o autor concebe a noção de transcendental e insinua, pelo menos, por analogia, que entre o transcendental e o gramatical há um certo fio condutor em seu pensamento. A seguir, tentaremos mostrar, sinteticamente, um dos modos como pode ser compreendido o transcendental em Wittgenstein. Dada a complexidade do transcendental no *Tractatus*, decidimos fazer este recorte.

³⁶ “A terapia filosófica é mais radical do que a crítica transcendental porque está ancorada na linguagem: a descrição gramatical dos usos da linguagem supera o resíduo dogmático da crítica transcendental à medida que desvela a multiplicidade de formas linguísticas que são não apenas o meio de expressão do pensamento, mas, principalmente, formas que constituem e instauram os próprios objetos do pensamento: O que é um objeto, afirma Wittgenstein, é dito pela gramática.” (MORENO, 1995, p. 13).

Capítulo 2 - O Uso Wittgensteiniano da Noção de Transcendental

Aceitamos a ideia de que, em Wittgenstein, o conceito de gramatical pode ser, em certo sentido, com as devidas distinções, tomado como sinônimo de transcendental. Este gramatical, como sinônimo de transcendental, é distinto do empírico, de modo filosoficamente semelhante da forma como o transcendental³⁷ é distinto do empírico em Kant. Por analogia, o binômio gramatical e empírico assemelha-se, enquanto função, ao transcendental e empírico em Kant.³⁸ Porém, em Kant, a distinção entre o transcendental e empírico é estipulada para determinar os limites legítimos em que ocorre o conhecimento, ao passo que, em Wittgenstein, a distinção entre o gramatical e o empírico visa chegar às condições de sentido no uso da linguagem. A questão central que a analogia pode mostrar como semelhante é que o transcendental em Kant antecede logicamente o empírico, assim como o gramatical, em Wittgenstein, antecede logicamente o empírico.³⁹ Ambos, portanto, transcendental e gramatical, são independentes da experiência.⁴⁰ A independência do

³⁷ Kant define transcendental desta forma: “todo conhecimento que em geral se ocupa menos dos objetos, que do nosso modo de os conhecer, na medida em que este deve ser possível a priori.” (CRP, p. 53).

³⁸ De forma um tanto incisiva e, talvez, precipitada, vemos afirmações como esta: “Grammar and forms of life are among these facts of natural history, and therefore not empirical, which seems reason enough to consider whether they might be transcendental.” (GARVER, IN: TEGHRARIAN, 1994, p. 47). “A gramática e as formas de vida estão entre esses fatos da história natural, e, portanto, não empíricos, o que parece razão suficiente para considerar se elas poderiam ser transcendentais.” O fato de dizer que a gramática e as formas de vida estão entre os fatos da história natural já pode ser discutível. Porém, pelo simples fato de pertencerem à história natural, cremos ser insuficiente para afirmar que são, por isso mesmo, transcendentais.

³⁹ Na relação entre Kant e Wittgenstein, Garver coloca-se desta forma, “Since Critical Philosophy aims to explain the possibility of empirical facts, its a priori objects must then be forms or possibilities of some sort. Grammar (whose objects are the possible employments of language) and Lebensformen (which are possibilities of factual behaviour) seem Wittgenstein’s analogue of Kant’s objects of transcendental Knowledge, such as space, time, and causality.” (GARVER, IN: TEGHRARIAN, 1994, p. 47-48). “Uma vez que a Filosofia Crítica objetiva explicar a possibilidade dos fatos empíricos, seus objetos devem, então, ser formas ou possibilidades de algum tipo. A gramática (cujos objetos são os empregos possíveis de linguagem) e as formas de vida (que são as possibilidades de comportamento factual) unem-se (‘afigram-se como analogia’) à analogia de Wittgenstein sobre os objetos do conhecimento transcendental de Kant, tais como espaço, tempo e causalidade.”

⁴⁰ Vide esclarecimento feito na nota sete, sobre a diferença entre o início cronológico e lógico, em relação ao conceito de a priori. Aquele esclarecimento se enquadra, adequadamente, aqui.

transcendental em Kant é das formas a priori da sensibilidade, as chamadas intuições puras, espaço e tempo, em relação às ocorrências fenomênicas. Estas mantêm independência, portanto, de todo conteúdo empírico, bem como as categorias do entendimento mantêm independência em relação aos conteúdos a serem formalizados pelos juízos e classificados pelos conceitos em diferentes modalidades. Por outro lado, em Wittgenstein, o gramatical se estabelece de modo autônomo em relação a toda ocorrência empírica no uso da linguagem, no uso efetivo que se possa fazer dela em circunstâncias sociais e antropológicas, e principalmente, é claro, em relação ao mundo e aos fatos. A autonomia gramatical é possível pela forma como as condições de possibilidade do uso expressivo de conceitos se engendram logicamente, num sistema de proposições que, normativamente, permite evidenciar o sentido das ações humanas. Se um dos objetivos de Wittgenstein com sua filosofia era de mostrar diferenças ou fazer ver diferenças, isto pode ser aplicado à distinção entre estes dois termos, o transcendental e o gramatical⁴¹. Acreditamos que transcendental pode ser usado como sinônimo de gramatical, em Wittgenstein, com alguns esclarecimentos.⁴²

Podemos reconhecer algumas características que nos ajudam a diferenciar o pensamento de Wittgenstein em relação a Kant⁴³. Tomemos inicialmente, o espaço e o

⁴¹ "Seu objetivo não era o de explicar como foi feito o que se fez, mas, antes, o de colocar um limite àquilo que pode ser feito. Consistiu em tentativa crítica de fixar o âmbito de qualquer possível desenvolvimento da linguagem e, como tal, não se preocupou com o que humanamente possível ou com as limitações impostas pela estrutura do cérebro humano." (PEARS, 1973, p. 39). Pensamos que este aspecto, ressaltado por PEARS, pode valer, também, pelo menos parcialmente, para o segundo período do seu pensamento.

⁴² "Wittgenstein desejava marcar os limites absolutos da linguagem, tal como Kant desejava marcar os limites absolutos do pensamento." (PEARS, 1973, p. 39). Esta outra citação, também, estabelece uma distinção importante: "Então, no *Tractatus*, Wittgenstein, com efeito, transfere a análise feita por Kant das representações intuicionais a priori do espaço e do tempo na *Estética Transcendental* para sua própria análise das representações da forma lógica, para contornar os vários problemas criados pela espécie de metafísica e epistemologia da lógica característica do compromisso de Frege com objetos lógicos não-espácio-temporais, não-mentais e do platonismo de Russell." (HANNA, 2004, p. 321).

⁴³ Acreditamos que a seguinte colocação de Kant, no *Prefácio da Segunda Edição* da (CRP) é um dos elementos decisivos para toda e qualquer comparação entre Kant e Wittgenstein. "Poder-se-á contudo perguntar: que tesouro é esse que tencionamos legar à posteridade nesta metafísica depurada pela crítica e, por isso mesmo, colocada num estado duradouro? Um relance apressado desta obra poderá levar a crer que a sua utilidade é apenas negativa, isto é, a de nunca nos atrevermos a ultrapassar com a razão especulativa os limites da experiência e esta é, de facto, a sua primeira utilidade. Esta utilidade, porem, em breve se torna positiva se nos compenetrarmos de que os princípios, em que a razão especulativa se apoia para se arriscar para além dos

tempo.⁴⁴ Estes não podem ser representados ou explicitados discursivamente, pois, enquanto formas, são uma das condições de tal manejo. Por outro lado, em Wittgenstein, a forma lógica também não pode ser expressa por conceitos, ou melhor, dita por proposições. A forma lógica deve poder ser mostrada nas proposições, sendo a condição destas, assim como espaço e tempo, enquanto intuições puras, em Kant, devem ser a condição das intuições sensíveis, qualidades materiais dos dados fenomênicos, sendo estas qualidades materiais condicionadas por aqueles, e as categorias, a condição de possibilidade de compreender as funções lógicas dos juízos. Estas semelhanças percebidas, embora sejam interessantes, não nos autorizam, segundo penamos, a dizer que Wittgenstein constitui sua filosofia na dependência de um viés kantiano. Nem pode ser enquadrado como um neokantiano.⁴⁵

Vejamos, então, sinteticamente, como esta noção de transcendental aparece no *Tractatus* como condição, também, para nos referirmos ao mundo, cumprindo, analogamente, a função que as formas a priori cumpriam em Kant, para a referência ao mundo dos fenômenos. Mas esta referência ao mundo não é ao seu aparecer fenomênico

seus limites, têm por consequência inevitável não uma extensão mas, se considerarmos mais de perto, uma restrição do uso da nossa razão, na medida em que, na realidade, esses princípios ameaçam estender a tudo os limites da sensibilidade a que propriamente pertencem, e reduzir assim a nada o uso puro (prático) da razão. Eis porque uma crítica que limita a razão especulativa é, como tal, negativa, mas na medida em que anula um obstáculo que restringe ou mesmo ameaça aniquilar o uso prático da razão, é de facto de uma utilidade positiva e altamente importante, logo que nos persuadirmos de que há um uso prático absolutamente necessário da razão pura (...)." (CRP, p. 24).

⁴⁴ De modo muito semelhante vemos a concepção de espaço, no *Tractatus* de Wittgenstein, quando diz: "Assim como não podemos de modo algum pensar em objetos espaciais fora do espaço, em objetos temporais fora do tempo, também não podemos pensar em nenhum objeto fora da possibilidade dessa liga!" (TLP., 2.0121, p. 137). Logo em seguida, acrescenta: "Cada coisa está como que num espaço de possíveis estados de coisas. Esse espaço, posso concebê-lo vazio, mas não a coisa sem o espaço (idem, TLP. 2.013, p. 137). Como também, "O objeto espacial deve estar no espaço infinito. (O ponto do espaço é um lugar de argumento)." (ibidem, 2.0131).

⁴⁵ Um dos autores que pode ser evocado para justificar a não aceitação de que Wittgenstein segue uma matriz kantiana de pensamento, por um lado, apesar das semelhanças possíveis é, por exemplo, (HALLER, 1990, pp. 55-66). Por outro lado, há autores que tentam recuperar a raiz kantiana do pensamento, que teria influência, pelo menos parcial, na filosofia de Wittgenstein, como (ENGEL, 1971, pp. 43-73), mas o interessante deste texto é que o autor faz uma separação (p. 43-44), na sua análise crítica, dos textos que relacionam Kant e Wittgenstein, em sua primeira fase de pensamento, na sua segunda fase de pensamento e no pensamento de Wittgenstein como um todo. No entanto, no decorrer do artigo, faz a ressalva de que as referências a Kant são poucas, normalmente muito gerais e nem sempre muito claras ou consensuais.

que pode ser conhecido, como no caso de Kant. Wittgenstein não se refere ao mundo dos fenômenos a partir das categorias do entendimento, mas ao mundo que pode ser significado na linguagem.

Para compreender a primeira proposição do *Tractatus* “O mundo é tudo o que é o caso”⁴⁶ e seus desdobramentos, faz-se necessário entender, primeiramente e, em linhas gerais, o que pretende o autor nesta obra. De forma simples, cremos mostrar os limites para poder dizer algo com sentido e, por outro lado, mostrar o que não se pode dizer.⁴⁷ Mas o que se esconde por trás desta ideia aparentemente tão simples? Qual a originalidade da filosofia de Wittgenstein a este respeito?⁴⁸ Torna-se difícil expressar isto. Os fundamentos lógicos, propostos no *Tractatus*, estão desvinculados do uso circunstancial que se faz de uma determinada gramática. Procura mostrar uma estrutura comum entre mundo e linguagem a partir da forma lógica, visando extirpar confusões, ilusões e formas equivocadas da gramática de nossa linguagem. Proposta genuína, como uma espécie de terapia para a própria filosofia.⁴⁹ Pois, a mesma não passa de banalidades, uma vez que não diz nada de novo.⁵⁰ Então, precisa-se descobrir o uso incorreto da nossa linguagem para evitar os equívocos. Nossa linguagem ordinária, usada desde a nossa infância, pode encobrir as formas que tornam possível a expressão lógica dos pensamentos. Por isso, podem esconder

⁴⁶ TLP, § 1, p. 135.

⁴⁷ “Sabemos que, no *Tractatus*, a condição de expressão da linguagem é um solo de inefáveis, (...) Os pressupostos aqui são lógicos. É exigência lógica de uma linguagem qualquer, para estar em ordem, estar determinada.” (SALLES, 2006, p. 34). Os inefáveis não podem ser ditos na linguagem, ou expressos na linguagem. Podem apenas, ser mostrados.

⁴⁸ A originalidade da filosofia de Wittgenstein pode ser encontrada na própria estrutura da obra, mas fica notória com afirmações como esta: ““ O filósofo não é cidadão de nenhuma comunidade de idéias (...) é isso que faz dele um filósofo.”” (MONK, 1995, p. 228). As ideias de lógica e filosofia, no *Tractatus*, são, segundo pensamos, inéditas, não havendo precedente semelhante em toda história da filosofia.

⁴⁹ “A terapia dissolve, pois, confusões conceituais; afinal, na filosofia, é sempre preciso perguntar: “Como se pode enxergar este problema de modo que se torne solúvel.”” (SALLES, 2006, p. 127).

⁵⁰ Wittgenstein refere-se aos filósofos e ao estudo da filosofia de uma maneira dura, em alguns momentos, como neste: “... estudá-los é inútil – na verdade, é pior que isso: é nocivo. A questão não é estudá-los, e sim nos libertarmos deles.” (MONK, p. 292.). Confere à filosofia a tarefa de destruir ídolos, “o que não significa criar outros, inclusive o da ausência de ídolos.” (Ibidem, p. 294). Segundo ele, a vida prática não nos apresenta problemas, eles surgem quando fazemos perguntas como: ““ O que é o tempo?”, “o que é um número?”, etc. Essas perguntas são irrespondíveis, não por serem excessivamente profundas, mas porque não fazem sentido – são um contra-senso, um uso errôneo da linguagem.” (ibidem, p. 294).

a verdadeira natureza da linguagem.⁵¹ Wittgenstein propõe, no *Tractatus*, uma análise das condições lógicas de significação. “O *Tractatus*, como sabemos situava-se em um certo registro de modalidades, no interior do qual o filósofo restringe-se a perguntar o que a linguagem pode ser, isto é, o que é necessário para ela comportar significados.”⁵² Em outras palavras, busca estabelecer, logicamente, as condições de possibilidade de sentido de toda e qualquer proposição significativa. Qual é a lógica da nossa linguagem? O *Tractatus* pretende dar uma resposta a esta pergunta.

Uma das bases para o estabelecimento lógico dos limites da linguagem é o pressuposto de que existe, no mundo, algo de simples, condição para haver uma determinação externa à própria linguagem. “Não houvesse esse limite, sempre a verdade de uma proposição dependeria da verdade de outra proposição, enquanto, em última instância, a verdade das proposições deve depender do contato com o mundo.”⁵³ O *Tractatus*, para cumprir tal função, envolve e apresenta a relação entre lógica, linguagem e mundo. A investigação de Wittgenstein parece propor um estatuto lógico, a priori, de tal forma que possa haver um isomorfismo entre linguagem e mundo. “No Mundo, dentro do Mundo, tudo é casual, sendo necessária, contudo, sua constituição. Por sua feita, na lógica, onde se enunciam as condições de significação, nada é casual.”⁵⁴ O ponto de partida é, então, necessariamente ontológico, embora se chegue a este primeiro ontológico somente pela análise lógica da linguagem.

O mundo, estabelecido como condição primeira das proposições significativas, é contingente. Esta contingência do mundo deve poder, necessariamente, ser dita, ou mostrada pela linguagem, no que se refere às suas condições. Mas, como entender esta

⁵¹ Indicamos, aqui, a colocação feita por Wittgenstein, no *Tractatus*, a este respeito. “A linguagem corrente é parte do organismo humano, e não menos complicada que ele. É humanamente impossível extrair dela, de modo imediato, a lógica da linguagem. A linguagem é um traje que disfarça o pensamento. E, na verdade, de um modo tal que não se pode inferir, da forma exterior do traje, a forma do pensamento trajado; isso porque a forma exterior do traje foi constituída segundo fins inteiramente diferentes de tornar reconhecível a forma do corpo. Os acordos tácitos que permitem o entendimento da linguagem corrente são enormemente complicados.” (TLP, § 4.002, p. 165).

⁵² SALLES, 2006, p. 45.

⁵³ Ibidem, 2006, p. 35.

⁵⁴ Ibidem, 2006, pp. 118 e 119.

relação isomórfica entre mundo e linguagem se, de um lado, temos um mundo que é pura contingência e, de outro, temos a lógica que deve mostrar as condições para representar e expressar este mundo via a linguagem, de uma forma logicamente necessária? Para indicarmos um indício de solução desta questão salientamos que o mundo passível de representação na linguagem não é o mundo como totalidade, mas é um aspecto, ou alguns aspectos, desse mundo que pode ser expresso.⁵⁵ No entanto, ao expressarmos este aspecto, já deve ser dada a possibilidade de combinação deste aspecto com todos os outros. Embora esta ligação de um aspecto com outro não seja necessária, ela é contingente. Pode-se dizer que é um subconjunto pois, “O mundo é a totalidade dos fatos.”⁵⁶ Mas isto não implica dizer que todo e qualquer aspecto do mundo não possa ser pensado como um possível existente.⁵⁷ Apenas, digamos assim, não se pode dizer ele enquanto conjunto. Poder-se-ia arriscar aqui, por analogia inspirada no pensamento kantiano, dizendo: para todo subconjunto (um estado de coisas possível = caso; ou o que de fato é o caso = fato⁵⁸)⁵⁹ deve haver um conjunto (mundo como totalidade = totalidade dos fatos). Nos fatos é onde, propriamente, começa a significação do mundo. Pois é o que dele pode ser dito. Então, se há absoluta contingência no mundo⁶⁰, entende-se, pois, por que “Algo pode ser o caso ou não ser o caso e tudo o mais permanecer na mesma.”⁶¹ Nesta expressão, está implicada a estrutura da realidade com a estrutura do mundo.⁶² “O mundo é fundamentalmente aquilo

⁵⁵ “O Tractatus não se ocupa, contudo, do modo como percebemos a realidade. Sua ontologia faz parte de uma teoria da representação simbólica.” (GLOCK, 1998, p. 162).

⁵⁶ TLP, § 1.1, p. 135.

⁵⁷ “Cada proposição dotada de sentido defronta-se com esse espaço, já disponível em sua totalidade, e nele circunscreve uma região, correspondente às possibilidades de cuja realização ou não realização depende sua verdade ou falsidade.” (TLP, p. 56.)

⁵⁸ “O que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas.” (TLP, § 2, p. 135).

⁵⁹ “Pois há indícios de que a diferença entre estados de coisas e fatos está na diferença entre o que possivelmente é o caso e o que de fato é o caso.” (GLOCK, 1998, p. 159).

⁶⁰ “O mundo poderia ser diferente do que é presentemente, na medida em que outros estados de coisas poderiam estar realizados. Os estados de coisas (elementares) são independentes uns dos outros, isto é, a existência ou não existência de um outro estado de coisas.” (SCHMITZ, 2004, p. 97).

⁶¹ TLP, § 1.21, p. 135.

⁶² Cf. GLOCK, 1998, p. 160.

que está sendo representado na linguagem.”⁶³ Neste sentido, pode-se compreender que o mundo de que Wittgenstein fala em sua primeira tese no *Tractatus* é derivado da constituição do espaço lógico. O espaço lógico é o espaço das possibilidades.⁶⁴ Portanto, não é o mundo efetivo. Tem-se um mundo, então, que é constituído ou expresso através de proposições que tenham sentido. As proposições que têm sentido são aquelas que podem expressar estados de coisas, sendo verdadeiras ou falsas.⁶⁵ O problema está em ter que admitir que, para as proposições terem sentido, no caso, as elementares, é necessário pressupor que, no mundo, exista algo que ignoramos completamente, ou seja, a existência de objetos simples. “O estado de coisas é uma ligação de objetos (coisas).”⁶⁶ Para Wittgenstein, não podemos pensar “em nenhum objeto fora da possibilidade de sua ligação com outros.”⁶⁷ Por isto, só podemos dizer que as coisas, os objetos, “estão assim.”⁶⁸ Mas nunca o que eles são, propriamente, como coisas em si mesmas, como se nós os conhecêssemos. “Os objetos, só posso nomeá-los. Sinais substituem-nos. Só posso falar sobre eles, não posso enunciá-los. Uma proposição só pode dizer como uma coisa é⁶⁹, não o que ela é.”⁷⁰ Claro está, então, que ela não enuncia nada específico de um objeto, ou coisa.

Uma proposição representa uma das maneiras de “objetos” combinarem-se uns com os outros”. Se a proposição é verdadeira, verifica-se que é exatamente assim que os objetos estão combinados, mas isso é perfeitamente casual. Uma proposição diz “as coisas estão assim”, mas

⁶³ Ibidem, p. 162.

⁶⁴ “Os fatos no espaço lógico são o mundo.” (TLP, § 1.13, p. 135).

⁶⁵ “Se uma proposição tem sentido, devem estar completa e incondicionalmente determinadas suas condições de verdade. Um sentido proposicional indeterminado não é um sentido proposicional. Esse é o postulado da determinação de sentido, a que Wittgenstein se refere no *Tractatus*.” (TLP., p. 56.).

⁶⁶ TLP, § 2.01, p. 135.

⁶⁷ TLP, § 2.0121, p. 137.

⁶⁸ TLP, § 4.5, p.201.

⁶⁹ Quando a linguagem se resolve em proposições deve estar em ordem, sendo assim, “possa mostrar como estão as coisas, mesmo e, sobretudo sem jamais poder dizer como elas são.” (SALLES, 2006. p. 74). “Uma proposição, porém, “só pode dizer como uma coisa está, não o que ela é.”” (Ibidem, 2006, p. 77).

⁷⁰ TLP, § 3.221, p. 151.

seria perfeitamente possível que as coisas estivessem de outro modo, e isso não tem estritamente nenhuma importância intrínseca. (SCHMITZ, 2004, p. 130.)

A partir do estabelecimento destes aspectos iniciais sobre o *Tractatus*, compreendemos já, ainda que parcialmente, o lugar e a função do transcendental. O transcendental pode ser percebido, como veremos a seguir, no duplo significado que Wittgenstein estabelece para o "fato": fato no mundo e fato na linguagem.⁷¹

2.1 – Fatos do Mundo e Fatos da Linguagem

Quando Wittgenstein diz: “O mundo é a totalidade dos fatos, não nas coisas.”⁷², ou “O mundo é determinado pelos fatos, e por serem todos os fatos.”⁷³, ou “O mundo resolve-se em fatos.”⁷⁴, imediatamente, surge a pergunta: mas o que é um fato? Se o mundo começa na significação, então, ele começa onde ele pode ser dito⁷⁵. O que pode ser dito é o fato.⁷⁶ Então, uma das questões fundamentais que se estabelece a partir daí é: como entender o fato como condição inicial de toda significação? O que possibilita ao fato pertencer tanto ao mundo como à linguagem? Ou, como mundo e linguagem se tocam?

Na compreensão de Wittgenstein, a figuração é bipolar e, também, é uma proposição. Ela é a representação de um aspecto da realidade, de uma porção da realidade, o que se pode chamar de fato. Mas a própria figuração também se constitui em fato.

⁷¹ Compreende-se esta distinção, também, a partir desta citação: “Na constituição do mundo, duas ordens de modalidades já se combinam, uma relativa ao que nele se pode dizer, outra ao como pode essencialmente constituir-se.” (SALLES, 2006, p.111).

⁷² TLP, § 1.1, p. 135.

⁷³ TLP, § 1.11, p. 135.

⁷⁴ TLP, § 1.2, p. 135.

⁷⁵ As condições para poder dizer é que consideramos como transcendentais.

⁷⁶ “O mundo, afinal, enquanto referência do que pode ser dito, resolve-se em fatos e não em coisas, que devemos todavia supor.” (SALLES, 2006, p. 76).

Portanto, uma porção da realidade (mundo) é um fato, bem como a representação desta porção da realidade na linguagem é fato. Então, a partir da bipolaridade da figuração ou da proposição, pode-se, entender, inicialmente, a dupla situação em que o fato se apresenta. “O fato, para ser uma figuração, deve ter algo em comum com o afigurado.”⁷⁷ O mundo, ontologicamente falando, é mundo, independente da linguagem. Em certo sentido, ele é a condição última para uma linguagem poder fazer sentido. Pode-se dizer que ele é um postulado ontológico, no qual a linguagem deve se espelhar. Mas o mundo também é constituído na linguagem, representado na linguagem. O mundo só pode ser constituído na linguagem a partir do significado. Dá-se esta constituição pela possibilidade de construirmos figuras dos fatos.⁷⁸ A figuração é a construção lógica do mundo. Uma figura compreendida analiticamente deve possibilitar o seguinte: nela, os elementos simples correspondem aos objetos simples. A combinação entre estes elementos deve estar completamente determinada. Uma figura determinada analiticamente é uma figura articulada. Uma figura articulada deve representar um estado de coisas, por isto, podem-se estabelecer relações e parâmetros de relações com a realidade. Na figura, deve aparecer como os objetos simples estão combinados, via a combinação dos nomes. Embora ela não consiga dizer, precisamente, isto, deve, pelo menos, poder mostrar. Para dizer ou mostrar, esta combinação precisa ser verdadeira. Sendo verdadeira, representa um estado de coisas realizado. Embora os estados de coisas tenham como característica poder existir ou não.

O que permite que uma figura possa ser comparada à realidade, em primeiro lugar, é porque os elementos simples que a constituem são nomes de objetos simples. Os nomes estão no lugar dos objetos simples. Esta existência de objetos simples é um postulado necessário. “Se o mundo não tivesse substância⁷⁹, ter ou não sentido uma proposição dependeria de ser ou não verdadeira uma outra proposição.”⁸⁰ Em segundo lugar, a comparação da figura com a realidade deve-se ao fato de que sua constituição interna, ou estrutura, tem a possibilidade de ser um estado de coisas realizado, analogamente

⁷⁷ TLP, § 2.16, p. 143.

⁷⁸ A condição para a construção de figuras dos fatos é transcendental.

⁷⁹ A respeito da substância diz: “Ela é forma e conteúdo.” (TLP, § 2.025, p. 141).

⁸⁰ TLP, § 2.0211, p. 139.

constituído dos mesmos objetos. A relação da figura com a realidade torna-se possível, pois, na medida em que o fato que ela representa tem a mesma estrutura que a figuração. Neste caso, diz-se que tanto o fato da realidade como a figuração do fato têm em comum a mesma forma.⁸¹ “A possibilidade de seu aparecimento em estados de coisas é a forma do objeto.”⁸² Esta identidade de forma permite a relação com uma multiplicidade de estruturas.

Uma figura “diz” que o estado de coisas que ela representa (seu “sentido”) está realizado no mundo; ela é falsa se não for este o caso. A verdade ou falsidade de uma figura depende apenas da existência ou da não-existência do estado de coisas que ela representa, e não da verdade ou falsidade de uma outra figura. (SCHMITZ, 2004, p.98.)

Embora esta figura de que estamos falando, para Wittgenstein, não consiga representar a forma que relaciona o que ela representa e o representado. O limite está em apenas a figura poder mostrar tal forma e não dizer.

Na figuração lógica, a forma do fato cuja existência a torna verdadeira não é simbolizada nem como articulação articulada nem como articulação articulante. Ela simplesmente não é simbolizada, ela é a própria forma da figuração, o modo como os substitutos dos elementos do fato (por que não dizer, os nomes desses elementos) se articulam na figuração. (SCHMITZ, 2004, p.98.).

Esta relação entre fato⁸³ do mundo e fato na linguagem fundamenta-se em uma visão absolutista da significação linguística. “A figuração lógica pode figurar o mundo.”⁸⁴ Neste sentido, a linguagem passa a ser a expressão, a partir do que diz ou mostra, de todas as

⁸¹ “Essa “alguma coisa” em comum nada mais é que a forma lógica, que é a forma da realidade.” (SCHMITZ, 2004, p. 99).

⁸² TLP, § 2.0141, p. 139.

⁸³ “Um fato se converte em figuração quando ganha sentido, ao ser interpretado segundo um método determinado, que estabelece relações de substituição entre seus elementos e os constituintes do fato possível a ser figurado.” (TLP., p. 65).

⁸⁴ TLP, § 2.19, p. 145.

possibilidades combinatórias. O que são estas possibilidades combinatórias? Em uma compreensão inicial, diria, é a projeção de nomes sobre os objetos. “Os objetos contêm a possibilidade de todas as situações.”⁸⁵ Mas tal condição não é passível de ser dita, por isso transcendental. Pode apenas ser mostrada. A forma de projeção dos nomes sobre os objetos é determinada logicamente. Sendo assim, fica descartada a necessidade de um sujeito psicológico para promover a ligação entre nome e objeto. O sujeito metafísico, supostamente necessário para articular a relação nome objeto, apresenta-se como passível de controvérsias em Wittgenstein. Por um lado, os fatos se constituem na linguagem pelo exercício lógico articulado do sujeito. Por outro lado, o próprio sujeito não pode ser dito, ou expresso. O sujeito tem um papel ou uma função transcendental na relação entre mundo e linguagem, embora, em si mesmo, seja considerado transcendente. Só assim pode ver o mundo corretamente. Sendo transcendental, é a condição de possibilidade de estabelecimento do sentido, como, também, condição de possibilidade do exercício e do uso da linguagem. Neste sentido, o sujeito pode ser entendido como um sujeito que se articula a partir das modalidades lógicas, porém, estando além delas. Assim considerado é que ele pode ser entendido como tendo função dupla⁸⁶. Nesse sentido, ele é exterior ao sentido, pois, como sujeito, como eu, transcende os limites do que pode ser dito, e manipulador das condições de sentido⁸⁷, pois é ele uma das condições para que os elementos lógicos que estipulam as condições de sentido possam assim ser estabelecidos na linguagem.

O trabalho transcendental do sujeito permite que sejam construídas as funções de verdade, na qualidade de instrumento para pensar o mundo como *sendo interno* aos limites da expressão - e, podemos acrescentar, para perceber sensivelmente os fatos como *sendo exprimíveis linguisticamente* - explicando com este instrumento construído e não espontâneo as próprias condições de possibilidade do mundo como conteúdo representável, a saber, *as formas a priori* do perceber, do pensar e do dizer os fatos do mundo. Sem intervir no mundo dos fatos, o sujeito transcendental do *Tractatus* constrói as próprias *formas a priori* de

⁸⁵ TLP, § 2.014, p. 139.

⁸⁶ Conforme MORENO (2007, p. 63).

⁸⁷ Sobre o papel do sujeito, no *Tractatus*, há, pelo menos, duas visões bastante distintas nos estudiosos brasileiros de Wittgenstein. Por exemplo, entre Arley Moreno e Virgílio Cuter.

representação lógica (*Abbildung*) do mundo pela percepção e pelo pensamento. (MORENO, 2007, p. 61).

É o sujeito que pensa. Pensar é estabelecer figurações e proposições com sentido. Pensamento é linguagem. Como sabemos, no entanto, nem tudo pode ser dito, portanto, algo escapa às possibilidades de dizer, pois é uma espécie de ordem eterna de combinações e significações, pensando na relação nome-objeto. O que o sujeito contempla é determinado pela via que ele mesmo instaura transcendentalmente, ou seja, a forma lógica, a priori, da expressão linguística, tal como aparece no *Tractatus*, no aforismo 6 "... a forma geral da proposição."

Em relação aos objetos, estabelece Wittgenstein, no *Tractatus*, que há uma concatenação contingente dos mesmos, o que torna a linguagem verdadeira ou falsa. Estes objetos têm, necessariamente que existir, embora não possamos dizer isto, podemos, apenas, dizer da existência ou não existência de estados de coisas. Os objetos são eternos, por isto não posso dizê-los⁸⁸. Só posso dizer o que é uma porção do que é o mundo como totalidade, o fato. Ainda assim, o fato, já é uma porção complexa da realidade. Se fosse

⁸⁸ Uma das primeiras investigações sobre o significado filosófico da relação nome-objeto pode-se encontrar no diálogo *Crátilo* de Platão. Neste diálogo, a pergunta fundamental é sobre a origem dos nomes e se ela se dá de maneira natural ou é fruto da convenção humana. "Fé na palavra e dúvidas a respeito da palavra são o que caracteriza a situação do problema sob o qual o pensamento da ilustração grega considerava a relação entre palavra e coisa." (GADAMER, 1998, p. 590). Para Platão, ao dizer, no *Crátilo*, que as coisas existem de acordo com sua essência e que a essência é eterna e imutável, diz algo que pode ser considerado a origem do que Wittgenstein vai chamar de a imagem agostiniana de linguagem. Entendo que a noção de objeto como algo eterno e imutável estava presente em Platão como condição última da significação, diz ele "se as coisas não são semelhantes ao mesmo tempo, e sempre, para todo mundo, nem relativas a cada pessoa em particular, é claro que devem ser em si mesmas de essência permanente." (*Crátilo*, 386 e). Para Platão, a linguagem é uma ação, e toda ação deve ser realizada segundo a natureza. O ato de nomear, enquanto parte do ato de falar, é uma ação e tem seu (êidos), "nomear também é ação, uma vez que falar é uma espécie de ação, com relação a certas coisas." (*Crátilo*, 387 c). "é necessário nomear as coisas pelo modo natural de nomeá-las e serem nomeadas." (idem 387 d). Neste contexto, para Platão, o nome é um instrumento e a arte de nomear é uma arte mimética, por isso o nome que se institui através da imitação é sempre uma representação imperfeita, pelos próprios limites e imperfeições humanas. Aquele capacitado a dar nomes, seja Legislador, Filósofo ou quem quer que seja, deveria dominar uma tecne que imitasse a natureza. Essa sabedoria exigida para aquele que deveria nomear idealmente a essência da coisa instauraria a legitimidade para a correta significação do nome que substitui a coisa. Em Wittgenstein, esta competência filosófica, atrelada ao conhecimento verdadeiro da essência da coisa, é substituída pela exigência de uma estrutura lógica comum entre linguagem e mundo. Se em Platão o nome deveria imitar a essência da coisa, em Wittgenstein ele deve, na proposição, substituir o objeto e, na combinação com outros nomes, formar o fato linguístico que representa um estado de coisas realizado.

possível dizer os objetos, poderíamos também dizer a totalidade dos estados de coisas. Figuramos o que ocorre e não a totalidade da possibilidade de ocorrência de coisas. Em suma, duas coisas, principalmente, escapam à possibilidade de dizer claramente na linguagem: o mundo e a forma lógica. Com isso, fica claro que não podemos ver, no *Tractatus*, qualquer determinação empírica no modo como se dá a relação entre mundo e linguagem. Também não vemos nenhuma determinação discursiva, portanto epistemológica, influenciando a imbricação mundo e linguagem. Quando está em jogo a experiência, ela é pensada a partir das condições transcendentais e lógicas. O que Wittgenstein pretende estabelecer, portanto, é a própria condição de possibilidade da linguagem ser usada para descrever ou expressar fatos empíricos. Neste caso, uma possível linguagem da experiência nunca pode ser pensada como tendo independência do arcabouço arquitetônico lógico-linguístico.

Por esta breve exposição de como o transcendental ocorre na armadura do *Tractatus*, na relação entre fato do mundo e fato na linguagem, podemos eleger uma das características essenciais que confere papel importante ao transcendental. Ele é sempre tomado como independente da ordem efetiva das coisas, da materialidade do mundo, dos determinismos psíquicos e, para resumir, sempre se mostra como a condição de possibilidade de todo discurso significativo e nunca como uma possibilidade restrita ou mecânica de qualquer discurso.

Em relação ao segundo período de Wittgenstein, outras considerações serão feitas, também de modo sintético, para reconhecer as principais mudanças em relação ao transcendental, mantendo Kant em vista como pano de fundo⁸⁹. A crítica da linguagem, lugar próprio da tarefa filosófica, tomada agora como terapia filosófica, faz o segundo Wittgenstein desistir de estabelecer tudo a partir de uma lógica clara, límpida e rígida. A dimensão do transcendental, neste período, volta-se para a gramática dos usos dos conceitos. A base fundamental, essencialista e realista do *Tractatus*, determinada pela forma

⁸⁹ “Mas a diferença crucial entre o segundo Wittgenstein e Kant é esta: enquanto Wittgenstein radicalmente questiona a razão, e finalmente tenta nos curar de sua trágica loucura voltando a (o que ele considera ser) nossas atividades humanas diárias essencialmente saudáveis, Kant tem o objetivo de esclarecer, reformar e finalmente inocentar a razão humana. De fato, para Kant, nossa razão teórica criticamente “purificada” tem até uma função filosófica positiva perfeitamente legítima.” (HANNA, 2004, p. 47). É esta atividade teórica positiva que não vai ser aceita por Wittgenstein.

lógica, que sustentava uma imbricação entre mundo e linguagem, de forma completa, é substituída pela noção transcendental de gramática filosófica, que tem como uma das noções fundamentais a expressão "jogo de linguagem."

Pensamento e realidade são agora analisados a partir da gramaticalidade de inúmeros jogos de linguagem que estabelecem "a firme elasticidade da teia de aplicações (Anwendung) dos conceitos." (MORENO, 2007, p. 58). Neste lance, vemos a virada do metafísico para o prático. Ela pode ser percebida em vários momentos de seu pensamento, por várias vias, com diferentes demonstrações e exemplificações, em diferentes obras. Por exemplo: "Como tudo o que é metafísico, assim também a harmonia entre pensamento e realidade encontra-se na gramática da língua." (ZT, § 55, p. 27). Ainda nesta obra explicita: "Investigações filosóficas: investigações conceptuais. O essencial da metafísica: apaga a distinção entre investigações factuais e conceptuais." (ZT, § 458, P. 108) Nas *Investigações*, diz: "Nós conduzimos as palavras do seu emprego metafísico de volta ao seu emprego cotidiano." (IF, § 116, p. 72). Esta crítica à metafísica tradicional e sua autocrítica, envolvendo o que ele defendeu no *Tractatus*, não se limita ao campo filosófico.⁹⁰ Ela pode ser estendida a qualquer campo de conhecimento que, também, esteja imbuído de ideais metafísicos e promova uma mistura com o fatural, ou seja, com aquilo que se encaixa dentro da experiência possível. A este respeito, Kant já fez um enorme trabalho crítico.

2.2 – Um breve diálogo com Kant

Assim como para Kant, não interessa o fenômeno por si mesmo, ou seja, as qualidades materiais do fenômeno, as intuições sensíveis que o constituem, mas a forma como o fenômeno aparece para a faculdade da sensibilidade para poder percebê-lo,

⁹⁰ Esta crítica pode servir, também, para o campo da investigação científica, ainda que de forma indireta. Um dos momentos centrais onde podemos perceber esta crítica é nas *Investigações*, quando diz: "É como se tivéssemos que penetrar nos fenômenos: mas nossa investigação não se dirige aos fenômenos, e sim, como poderia dizer, às 'possibilidades' dos fenômenos. Isto quer dizer que meditamos sobre a espécie de asserções que fazemos sobre os fenômenos." (IF, § 90, p. 65).

sintetizá-lo⁹¹ e representá-lo⁹²; não interessa a Wittgenstein o fenômeno da linguagem ou dos fatos linguísticos, em si mesmos e por si mesmos. Kant diria: são necessárias as intuições sensíveis para que os conceitos não permaneçam vazios⁹³, embora não me interesse pelo que são os dados sensíveis, enquanto aspectos materiais dos fenômenos. Os dados sensíveis, em si, não são pensáveis ou cognoscíveis. O que torna possível conhecê-los é o modo como nos são dados de forma estruturada e uniforme. Esta uniformização e estruturação ocorrem no aparecer fenomênico do mundo natural, pela receptividade da sensibilidade e pela atividade do entendimento que estabelece os conceitos. "Os conceitos, que conferem unidade a esta síntese pura e consistem unicamente na representação desta unidade sintética necessária." (CRP, p. 110). A multiplicidade dos dados fenomênicos, neste sentido, não é caótica e indeterminada. O indeterminado, na natureza, não pode ser conhecido, pois conhecimento implica, inicialmente, algo agregado numa unidade sintética. Na unidade sintética realiza-se, concretamente, a ideia de que não existe conhecimento considerando uma representação isolada. É da relação e da ligação entre várias representações que o conhecimento é passível de ser estabelecido como tal. A representação pode ser concebida como a reunião sintética de uma multiplicidade. Neste sentido, para Kant, a razão não pode conhecer o mundo em si, mas pode constituir formalmente o mundo, a partir das formas puras da sensibilidade e do entendimento, mas o mundo apenas na sua dimensão fenomênica, nunca na dimensão numênica.

⁹¹ "Porem, a espontaneidade do nosso pensamento exige que este diverso seja percorrido, recebido e ligado de determinado modo para que se converta em conhecimento. A este acto dou o nome de síntese." (CRP, p. 108).

⁹² "Entendo por síntese, na acepção mais geral da palavra, o acto de juntar, uma às outras, diversas representações e conceber a sua diversidade num conhecimento." (CRP, p. 109).

⁹³ "Pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas. Pelo que é tão necessário tornar sensíveis os conceitos (isto é, acrescentar-lhes o objeto na intuição) como tornar compreensíveis as intuições (isto é, submetê-las aos conceitos). Estas duas capacidades ou faculdades não podem permutar as suas funções. O entendimento nada pode intuir e os sentidos nada podem pensar. Só pela sua reunião é que se obtém conhecimento." (CRP, B 75-76, p. 89).

Na constituição formal do mundo, ou da natureza, Kant está preocupado com a sua gênese lógica e transcendental⁹⁴, que torna possível um modo de referir-se a ela enquanto objeto de conhecimento. Está descartada a gênese cronológica ou o sentido psicológico do conhecimento, por não respeitar os critérios de rigorosa necessidade e universalidade. De forma semelhante, Wittgenstein, ao estabelecer os limites críticos das condições do significativo na linguagem, não tem interesse em tematizar a linguagem neste nível. Tanto em Kant como em Wittgenstein, vemos que a preocupação é como, de direito, estas condições podem ser estabelecidas e não como, de fato, são incorporadas em uma determinada cultura ou sociedade. Para Kant, o que do mundo é tomado como objeto de conhecimento não é mais a sua essência metafísica. Então, se não temos mais acesso, via as faculdades cognitivas, ao em si dos objetos, o que conhecemos pela ação limitada de nossas faculdades? Somente os objetos enquanto eles nos são dados como fenômenos. E os fenômenos que aparecem à faculdade perceptiva para serem enformados são os fenômenos na dimensão espaço-temporal. Mas nem espaço, nem tempo são, para Kant, propriedades objetivas da realidade. Cremos que, neste sentido, a semelhança de Wittgenstein com Kant é muito intensa, sob o aspecto de abordar a linguagem não mais a partir de seu aspecto metafísico⁹⁵.

A crítica da razão, em Kant, deve mostrar, prioritariamente, os limites inerentes às suas atividades.⁹⁶ Os objetos numênicos, por isso, ficam fora da possibilidade de conhecer,

⁹⁴ O conhecimento que é considerado transcendental, para Kant, não é todo e qualquer conhecimento, “mas somente aquele pelo qual conhecemos **que e como** certas representações (intuições ou conceitos) são aplicados ou possíveis simplesmente a priori. (Transcendental significa possibilidade ou uso a priori do conhecimento).” (CRP, p. 92).

⁹⁵ Assim como em Kant, a crítica da razão deve voltar-se para a própria razão e seus limites, em todas as suas faculdades, em Wittgenstein, “a crítica da linguagem deve ser aplicada a si mesma. A crítica condena qualquer tentativa de tomar a linguagem para além dos limites próprios de sua aplicação.” (PEARS, 1973, p. 40)

⁹⁶ “Com efeito, o que nos leva necessariamente a transpor os limites da experiência e de todos os fenômenos é o incondicionado, que a razão exige necessariamente e com plena legitimidade nas coisas em si, para tudo o que é condicionado, a fim de acabar, assim, a série das condições. Ora, admitindo que o nosso conhecimento por experiência se guia pelos objetos, como coisas em si, descobre-se que o incondicionado não pode ser pensado sem contradição; pelo contrário, desaparece a contradição se admitirmos que a nossa representação das coisas, tais como nos são dadas, não se regula por estas, consideradas como coisas em si, mas que são esses objetos, como fenômenos, que se regulam pelo nosso modo de representação, tendo conseqüentemente

segundo os mesmos critérios usados para conhecer o mundo fenomênico. O que fica fora da possibilidade do conhecimento é o incondicionado e este deve apenas poder ser pensado, porém nunca conhecido⁹⁷. Este incondicionado guarda certa semelhança com aquilo que, no *Tractatus* pode apenas ser mostrado, porém nunca dito por proposições que só podem dizer um estado de coisas realizado, sendo este algo que ocorre, também, apenas no nível possível de alguma experiência a ser feita.

Considerando estas exigências de limite, tanto de Kant como de Wittgenstein, fica claro que os procedimentos legítimos da razão, no caso de Kant, e a investigação lógica e gramatical do uso significativo da linguagem, no caso de Wittgenstein, não podem ultrapassar aquilo que é condição de possibilidade para o conhecimento e para o sentido. Nesse sentido, ambos podem ser tomados como referência para estabelecer as condições de possibilidade de várias atividades humanas, inclusive a atividade científica.⁹⁸

Após o percurso crítico do *Tractatus* e as mudanças fundamentais ocorridas a partir do período intermediário, vemos Wittgenstein dizer que a sua filosofia "é uma reflexão gramatical." (IF, § 90, p. 65). E, como reflexão gramatical, faz com que a noção de transcendental seja deslocada para este domínio da análise do modo de uso dos conceitos, em jogos de linguagem, o que é considerado como gramática dos usos. Agora, a filosofia não sendo mais uma teoria, nem tampouco uma elucidação lógica completa das condições de possibilidade de sentido, mas uma atividade voltada para uma tarefa crítico-terapêutica, muda seu alcance de atuação. Neste sentido, para Arley Moreno, este novo modo de fazer filosofia faz com que "a linguagem deixa de ser figura para se tornar fundo, ou melhor, a

que buscar-se o incondicionado não nas coisas, na medida em que as conhecemos, enquanto coisas em si (em que nos são dadas), mas na medida em que as não conhecemos, enquanto coisas em si." (CRP, Prefácio, p. 22).

⁹⁷ "As proposições fundamentais que derivam deste princípio supremo da razão pura serão transcendentais em relação a todos os fenômenos, isto é, nunca se poderá fazer desse princípio qualquer uso empírico adequado. Distinguir-se-á, assim, totalmente, de todos os princípios do entendimento (cujo uso é inteiramente imanente, pois têm por único tema a possibilidade da experiência)." (CRP, p. 304).

⁹⁸ No momento em que a ciência propõe modelos e padrões para descrever os fenômenos e suas interrelações, quando ela fizer predições, etc. pode estar comprometida com formas de descrição e imagens que exijam elucidação, análise, crítica e, muitas vezes, terapia. Nesse sentido, a proposta, tanto de Kant como de Wittgenstein, pode servir como um instrumento elucidativo para as reflexões implicadas na análise dos limites da atividade científica.

filosofia passa a incidir - como terapia - sobre o pensamento expresso linguisticamente⁹⁹ e não mais sobre a expressão linguística do pensamento." (MORENO, 2004, p. 292).

A filosofia como atividade, assim como foi descrita acima, distancia-se, mais e mais, de Kant e, também, é colocada em um campo distinto do das ciências. A sua atividade não se compara à atividade científica. Por isso, a filosofia não se ocupa em estipular, definir ou construir hipóteses sobre as ocorrências fenomênicas, que são objeto da investigação científica. A reflexão e a investigação gramatical fazem com que a atividade filosófica priorize o esclarecimento do significado dos conceitos, mediante descrições dos usos e aplicações dos mesmos, visando impedir as confusões do pensamento expresso linguisticamente. Esta atividade, portanto, não se limita ou nem tem por objetivo apresentar teorias que indicariam possíveis distorções nos usos linguísticos, arquitetando elementos para determinar o uso adequado e correto. Nesse sentido, a atividade filosófica não é construtiva e positiva é, antes de tudo, negativa. Parece que a atividade filosófica deve limitar-se a terapeutizar o pensamento dogmatizante expresso em proposições que, eventualmente, não tenham sentido claro. Por isso, "Os jogos de linguagem estão aí mais como objeto de comparação, os quais, por semelhança e dessemelhança, devem lançar luz nas relações de nossa linguagem." (IF, § 130, p. 76). Isto quer dizer que a atividade filosófica, como terapia, faz descrições para proporcionar elucidações, esclarecimentos e evitar confusões, e aí reside a nobreza de sua função.

A atividade terapêutica da filosofia visa, através das descrições, deixar em segundo plano, tanto os objetos ideais, apresentados no *Tractatus*, como todos os elementos que são tomados com as características dos sistemas metafísicos clássicos. Portanto, noções como sujeito, objeto, verdade, etc. não podem estar como âncoras e condições últimas da significação. No lugar destes elementos, responsáveis por aquilo que enrijeceria o pensamento, envolvendo-o em confusões, erros e ilusões, as descrições são feitas considerando um sistema de referência amplamente esclarecedor e elucidativo, que permite

⁹⁹ O pensamento científico também é expresso linguisticamente. Nesse sentido, quando a terapia filosófica liberta o pensamento e as condições de expressão dos pensamentos de suas bases dogmatizantes, oferece à ciência, por consequência, a possibilidade de se valer desta crítica para extirpar possíveis elementos dogmatizantes usados na construção das teorias científicas. Mais facilmente reconhecíveis em noções como indução, verdade e causalidade.

aos jogos de linguagem cumprir uma função significativa no uso das palavras. O esclarecimento seria sobre o próprio uso dos conceitos e sobre a possibilidade de serem usados em contextos diferentes, adquirindo diferentes significações. As descrições também podem mostrar certas concepções dogmáticas de alguns jogos de linguagem, inclusive os jogos envolvidos no conhecimento científico.¹⁰⁰

Por este breve percurso, pretendemos ter situado o lugar que deverá ocupar, agora, o transcendental, e mostrar, com as complementações que serão feitas no decorrer deste trabalho, como ele é compreendido como gramatical. A seguir, pretendemos apresentar o modo como Wittgenstein compreende a descrição gramatical e sua função e, a partir desta compreensão, mostrar como ela é central para a compreensão, também, da gramática da certeza.

¹⁰⁰ As ciências poderiam estar comprometidas, em seus jogos, com concepções dogmatizantes e deterministas. Uma teoria determinista, na ciência, pode estar usando, indevidamente, o conceito de necessidade, onde apenas existem probabilidades ou conhecimento hipotético que são, em geral, tidas como contingentes. Noções como causalidade e indução podem estar na base desta análise crítica. As analogias com outros jogos, as comparações por semelhança e dessemelhança, as exemplificações de usos em diferentes contextos de conceitos, tidos como tendo uma significação única, podem nos ensinar, ainda que parcialmente, o sentido de filosofia como atividade terapêutica.

Capítulo 3 - A Descrição Gramatical

Poderíamos muito bem perguntar: depois de tantos e tão grandiosos esforços de mentes tão brilhantes como Platão, Aristóteles, Descartes e Kant, por exemplo, por que ainda questões filosóficas não foram resolvidas, no sentido de não serem mais postas como problemas? Por que ainda não chegamos a um acordo sobre elas ou sobre as respostas dadas? Estaria, ainda, a filosofia, enquanto se envolve em questões metafísicas, num mero tatear, algo já identificado por Kant em relação à metafísica clássica? O que faltaria, então, à filosofia para que ela não seja a produtora de câimbras mentais, confusões, dicotomias, etc? Provavelmente Wittgenstein observou que o motivo principal da manutenção de tais problemas, na filosofia, era porque os meios e os modos de abordá-los eram inadequados. Por isso, resolve adotar novos meios e novos modos e abordá-los, para dissolvê-los, quando são causa da introdução de dicotomias, dogmatismos, mistura de questões metafísicas com questões factuais, etc. O meio mais eficaz para a compreensão do surgimento de tais confusões é mostrar como são usados e aplicados os conceitos envolvidos em tais situações. Para isso, irá propor a descrição gramatical dos usos dos conceitos.

A descrição, estabelecida por Wittgenstein no lugar das explicações, pode muito bem ser compreendida como uma dimensão do método empregado em sua segunda fase do pensamento. Diz Wittgenstein: “Toda elucidação deve desaparecer e ser substituída apenas por descrição. E esta descrição recebe sua luz, isto é, sua finalidade, dos problemas filosóficos.” (IF, § 109, p. 54). Uma descrição, tal como Wittgenstein entende, a partir das *Investigações*, não é, por exemplo, uma mera resposta a uma questão científica, como se estivesse apresentando e qualificando dados causais para a compreensão de determinados efeitos.¹⁰¹ A descrição deveria nos levar a compreender, pelo menos, a forma da descrição

¹⁰¹ Esta concepção de descrição já tem seus indícios fortes na *Gramática Filosófica*, quando diz: “Podemos dizer que as palavras “bem”, “oh”, e até “talvez” são expressões de sensação, de sentimento. Mas não chamo este sentimento de significado da palavra. Não estamos interessados na relação das palavras com a sensação, qualquer que possa ser, quer seja evocada por ela, quer seja regularmente acompanhada por ela, quer lhe dê vazão. Não estamos interessados em quaisquer fatos empíricos a respeito da linguagem, considerados como fatos empíricos. Estamos interessados apenas na descrição do que acontece, e não é a verdade a forma da

que poderia ser estabelecida pela questão, ou até mesmo, o que a resposta da questão descreve. O que o autor entende por descrição pode ser muito variado. A descrição, também, não pode expurgar a vagueza, elemento constitutivo inerente à descrição, bem como aos jogos de linguagem em suas semelhanças, multiplicidade e variedade. A própria noção de (Übersicht) deve acompanhar a dimensão metodológica presente no uso descritivo das proposições. A filosofia, em jogo nesta dimensão, como tarefa nobre, é a atividade terapêutica como “uma luta contra o enfeitiçamento de nosso intelecto pelos meios de nossa linguagem.” (IF, § 109, p. 70). Por isso não podemos mais ver a filosofia como tendo um único método, “mas métodos, como que diferentes terapias.” (IF, § 133, p.76). Então, já no *Álbum*¹⁰² o termo descrição não significa um uso uniforme e simples de proposições, diz ele: “Talvez a palavra descrever zombe de nós aqui. Digo “descrevo o meu estado de espírito.” e “descrevo meu quarto.” É preciso trazer à memória as diferenças dos jogos de linguagem.” (IF, § 290, p. 136). A variedade do uso da descrição está associada à variedade dos jogos de linguagem. “O que chamamos de “descrições” são instrumentos para empregos especiais.” (IF, § 291, p. 137). Sendo assim, a descrição cumpriria muito bem a função de distinguir o uso das proposições e a possibilidade de explicação das próprias palavras pelo uso, condição necessária para o sentido, uma vez que é no uso que passamos a compreender a real importância da passagem da explicação para a descrição. “É no uso da palavra que se vai mostrar, como habitualmente acontece, como foi que ele entendeu a explicação.” (IF, § 288, p. 136). Esta descrição substitui, de certa forma, a explicação das palavras como sendo nomes, tal como no modelo referencialista, o que é o centro da crítica à imagem Agostiniana de linguagem¹⁰³. Explicar uma palavra e tentar provar que ela

descrição que nos interessa. O que acontece considerado um jogo. Só estou descrevendo a linguagem, não explicando qualquer coisa.” (GF, § 30, p. 47). (Acréscimo na tradução, pois, na tradução citada, não consta a tradução da segunda frase deste parágrafo. “Wir werden sagen, dass das Wort, ‘herrlich’, das Wort ‘ach’, aber auch das Wort ‘vielleicht’ der Ausdruck einer Empfindung, eines Gefühls, ist. Dieses Gefühl nenne ich aber nicht die Bedeutung des Wortes”. “Nós diremos que as palavras “magnífico” (“herrlich”), “ai” (de mim) (“ach”), mas, também, a palavra “talvez” sejam a expressão de uma sensação, de um sentimento. Esse sentimento, porém, eu não designo como o significado da palavra.” Parte da tradução desta nota é a tradução feita por Rafael Azize, em sua tese de doutorado: *Paradigmas de Análise Conceitual em Wittgenstein*. Campinas: SP, Dezembro de 2008, p. 30.

¹⁰² Existe um artigo interessante de MORENO (2009, pp. 131- 182): *Como ler o álbum?* Álbum é o termo usado por Wittgenstein para referir-se às *Investigações Filosóficas*.

¹⁰³ Em nove de fevereiro de 1937, Wittgenstein escreveu, no MS 157a, uma passagem interessante para compreender o abandono desta perspectiva. “Die Idee des Wesens, wenn wir das Wesen des Satzes angeben

representa idealmente ou realmente algo não nos levaria a compreender bem o seu sentido. Pelo contrário, talvez, instaurássemos os velhos impasses surgidos dos debates entre idealistas, realistas e solipsistas (IF, § 402, p. 165). Para Wittgenstein, “o mundo da representação está todo exposto na descrição da representação.” (IF, § 402, p. 165). Esta forma de mostrar o papel da descrição na constituição do sentido leva-nos a compreender que aquilo que Wittgenstein entende por descrição de algo, por exemplo, uma planta, deve mostrar, na própria descrição, que esta mesma proposição que descreve a planta pode ter diferentes aplicações. Estas diferentes aplicações nos usos expressivos das palavras explicita os diferentes sentidos desta proposição. Em outras palavras, a gramática do uso das palavras mostrará o sentido que elas têm no jogo de linguagem em questão. As práticas humanas, imbricadas nas descrições, podem mostrar que falar uma língua é, de certa forma, parte de um padrão amplo e completo de atividade. Só assim poderíamos superar uma das fontes da falta de compreensão de nossa linguagem.

Uma das principais fontes de nossa falta de compreensão é que não dominamos com uma clara visão o uso de nossas palavras. – Falta à nossa gramática uma disposição clara. Uma exposição de conjunto transmite a compreensão, que consiste exatamente em “ver conexões”. Daí a importância de se achar e de se inventar conectivos. (IF, § 122, p. 74).

A dimensão, ou visão panorâmica (*übersehen*), sugerida para a linguagem seria uma forma de, via as ligações intermediárias (*Zwischengliedern*), obter uma representação mais significativa da linguagem, evitando as confusões e o mau uso dos conceitos. Para Wittgenstein, neste parágrafo, com a falta, na nossa gramática, do caráter panorâmico

wollten, war nicht einfach, eine Beschreibung dessen was man [Satz nennt, | mit diesem Wort bezeichnet,] sonder sie war, ein Letztes zu sagen, eine letzte Klarheit zuschaffen über das Unvergleichliche. Es Klar [keine Beschreibung ein für alle mal darzustellen.” (MS 157^a. pp. 56v-57r). “A idéia de essência (Wesen), se quiséssemos indicar a essência da frase, não foi simplesmente uma descrição daquilo que se [denomina frase, | se designa com essa palavra], mas sim, uma última coisa a dizer, uma última clareza a se obter sobre o incomparável. É claro [não representa uma descrição de uma vez por todas.” Após tradução feita com a supervisão da professora de Alemão, encontrei esta outra tradução feita por Rafael Azize (Tese de Doutorado) (2008, p. 78) que acho oportuno indicar, pois a forma como foi traduzido parece ser mais própria. “A ideia da essência, quando queríamos fornecer a essência da proposição, não era simplesmente [a de] uma descrição do que se denota com essa palavra, mas, antes, [a de] exprimir um Último, [a de] fornecer a clareza última sobre algo **incomparável**. Apresentá-lo (não uma descrição) claramente e de uma vez por todas.”

(*Übersichtlichkeit*), a própria compreensão dos conceitos pode seguir o perigo de pretender usar, de uma forma unilateral, as palavras. Por exemplo, a palavra jogo, a própria noção de proposição, ou mesmo a própria descrição. Um local onde Wittgenstein alerta-nos para o risco deste uso dogmático e unilateral das palavras é no § 66 quando diz:

(...) o que é comum a todos estes jogos? – Não diga: “tem que haver algo que lhes seja comum, do contrário não se chamariam ‘jogos’” – mas olhe se há algo que seja comum a todos. – Porque, quando olhá-los, você não verá algo que seria comum a todos, mas verá semelhanças, parentescos, aliás, uma boa quantidade deles. Como foi dito: não pense, mas olhe! (IF, § 66, p. 51).

Com uma representação mais panorâmica (*übersichtliche Darstellung*)¹⁰⁴, poderíamos evitar este modo unilateral de usar ou compreender os conceitos. Se levarmos em conta a seguinte sugestão de Wittgenstein de que “Os jogos de linguagem estão aí muito mais como objetos de comparação, os quais, por semelhança e dessemelhança, devem lançar luz nas relações de nossa linguagem.” (IF, § 130, p. 76), o dogmatismo do filosofar, ao fazermos asserções, poderia ser evitado, de tal forma que não forjaríamos preconceitos, aos quais a realidade deveria, supostamente, corresponder. A partir da noção de jogo de linguagem, que tem como uma das finalidades deixar claro o modo como usamos os conceitos, o uso da semelhança, da dessemelhança e da analogia são recorrentes, em Wittgenstein, para entender e mostrar, também, a tarefa terapêutica da filosofia nas questões que exigem elucidações e descrições para o sentido ficar claro.

A partir do que foi dito acima, podemos atribuir, então, à descrição, diferentes funções pelas quais diferentes significações poderão ser compreendidas dos conceitos implicados nos usos feitos, nos jogos de linguagem jogados, nas práticas específicas de cada situação. Nesse sentido, conceitos como visão panorâmica (*übersehen*) e ligações intermediárias (*Zwischengliedern*), importantes e centrais nas *Investigações*, são essenciais

¹⁰⁴ “Der Begriff der übersichtlichen Darstellung ist für uns von grundlegender Bedeutung. Er bezeichnet unsere Darstellungsform, die Art, wie Wir die Dinge sehen. (ist dies eine ‘Weltanschauung’? (P. U., § 122, p. 42). “O conceito de representação nítida para nós é de significado fundamental. Ele designa a nossa forma de representação, o modo como nós vemos as coisas (Isso é uma “visão de mundo”).”

para compreender a gramática do conceito de certeza no *Da Certeza*.¹⁰⁵ Dado que, nesta obra, a possibilidade de ligação entre as proposições significativas, para formar um sistema¹⁰⁶ de proposições, deve ocorrer, necessariamente, por meio deste tipo de expediente. “Quando começamos a acreditar em qualquer coisa, aquilo em que acreditamos não é uma proposição isolada, é um sistema completo de proposições (faz-se luz gradualmente sobre o conjunto).” (UG, § 141, p. 53).

Compreender que a descrição tem diferentes funções permite, também, atribuir-lhe a tarefa terapêutica de reconhecer a certeza em suas diferentes manifestações e evitar a sua atribuição a proposições inadequadas. Por isso “As proposições a que se regressa repetidamente como por encanto – gostaria de expurgá-las da linguagem filosófica.” (UG, § 31, p. 23). O que nos leva a perceber que as descrições com fins terapêuticos sugerem a seguinte ação: “eliminamos as frases que não nos fazem avançar.” (UG, §33, p. 23). A descrição, tomada sob o aspecto da funcionalidade diversa, deve valer-se e guiar-se pelas determinações gramaticais, mostrando como elas se realizam. Este domínio gramatical só é percebido considerando que “(...) tudo o que é descritivo num jogo de linguagem é do domínio da lógica.” (UG, § 56, p. 29). Neste sentido, a descrição, feita com vistas ao estabelecimento da compreensão da significação da certeza, exemplifica e explicita as diferentes formas de expressão, envolvidas na distinta modalização entre a própria certeza e o conhecimento.

Reconhecer que conhecimento e certeza pertencem a categorias distintas só é possível a partir das diferentes descrições feitas dos usos de conceitos que expressam, linguisticamente, ou conhecimento, ou certeza. Pois “... Um significado de uma palavra é um gênero de utilização desta. Porque é aquilo que aprendemos quando a palavra é incorporada na nossa linguagem.” (UG, § 51, p. 31). Mostrar ou descrever este aprendizado não coloca Wittgenstein como pensador que se volta para temas de psicologia do

¹⁰⁵ “Acontece que não vemos como é especializado o uso de eu sei.” (UG, § 11, p. 17). Não vemos, justamente, porque não usamos estes expedientes sugeridos por Wittgenstein. Ou seja, provavelmente não percebemos como saber e certeza têm gramáticas distintas e, enquanto conceitos, podem ser apresentados por diferentes jogos de linguagem, para que o significado possa ser percebido pela diversidade de usos e aplicações.

¹⁰⁶ “Pouco a pouco se forma um sistema daquilo em que acredito e, nesse sistema, algumas coisas permanecem inabalavelmente firmes, enquanto algumas outras são mais ou menos suscetíveis de alteração.” (UG, § 144, p. 53).

desenvolvimento e educação. A descrição da utilização das palavras é muito mais para reconhecer as condições que imprime às palavras tal significado e não outro e, ao mesmo tempo, para reconhecer as formas, de certa forma a priori, expressas na gramática (Cf. IF, § 371, p. 158). As condições a priori da gramática, no entanto, só são reconhecidas analisando o a posteriori, no qual as formas são percebidas pelo uso, “Uma vez que tudo se encontra em aberto, não há também nada para esclarecer.” (IF, § 126, p. 75). Então, ao invés de entender a gramática como o estabelecimento do a priori, que serviria para dar forma universal e necessária, com absoluta independência do empírico, a todas as ocorrências fenomênicas, a descrição serviria para mostrar a tarefa da filosofia, enquanto metodicamente propõe-se a ser restritivamente descritiva a “Compile recordações para uma determinada finalidade.” (IF, § 127, p. 75).

A descrição pretende fazer ver o novo lugar que a lógica deverá ocupar, pois “O preconceito de pureza cristalina só pode ser eliminado dando uma guinada em nossa reflexão.” (IF, § 108, p. 70). Esta guinada, ou mudança, ou inversão na metodologia wittgensteiniana é que coloca a descrição no lugar da lógica como “algo sublime.” (IF, § 89).¹⁰⁷ As reflexões filosóficas de Wittgenstein pretendem, agora, gradualmente, a partir das *Investigações*, mostrar, via as descrições e exemplificações, que, para dar conta do fenômeno complexo e diversificado que é a linguagem, em seus usos, é necessário ir além de uma proposta lógica uniforme e simples. Assim, para os usos expressivos das palavras, nas complexas e variadas circunstâncias, a consideração gramatical não pretende mais encontrar uma forma padrão de unificação dos diversos usos, a partir de uma única forma lógica. A gramática analisa o uso da linguagem, sem pretender oferecer um simbolismo lógico perfeito e puro, para dar conta de relacionar a linguagem e a realidade, uma vez que, como a linguagem está ordenada, ela é suficientemente satisfatória para podermos encontrar o significado necessário em cada situação específica.

Neste uso normal da linguagem, no qual a descrição deve deter-se, não são necessárias justificativas e fundamentações. O emprego das palavras nos diversos jogos

¹⁰⁷ “A tendência de supor um ser intermediário puro entre o signo proposicional e os fatos. Ou também de querer purificar, sublimar o próprio signo proposicional. — Pois nossas formas de expressão nos impedem, de diversos modos, de ver que isto acontece com as coisas ordinárias, na medida em que nos enviam à caça de quimeras.” (IF, § 94, p. 67).

manifesta as regras inerentes a cada um destes empregos significativos e à filosofia não cabe explicá-los. “A filosofia não deve, de forma alguma, tocar o uso real da linguagem; o que pode, enfim, é apenas descrevê-lo.” (IF, § 124, p. 74). A filosofia, tendo sua atividade terapêutica restrita a fazer descrições, via analogias e exemplificações, cessa de buscar fundamentos. A ausência de fundamentos sólidos, no sentido de serem definitivos e estáveis, não é um prejuízo para a terapia do pensamento expresso linguisticamente. As diversas funções das descrições permitem perceber que, no uso expressivo de conceitos, nem sempre é necessária uma justificação e fundamentação últimas. A justificativa para a gramática de qualquer conceito, como certeza e confiança, é vista desta forma, “- O que as pessoas admitem como justificação, - mostra como elas pensam e vivem.” (IF, § 325, p. 145). Este é o momento filosoficamente complexo, estabelecido por Wittgenstein, em colocar um fim, um limite na cadeia de razões e tomar algo como suficiente e necessário para o sentido estar claro, não necessitando de uma razão ulterior que complemente o sentido. A ideia de que “a cadeia de razões tem um fim” (IF, § 326, p. 145) é retomada sempre que certas condições são tidas como suficientes para o sentido ser tido como claro, num determinado jogo de linguagem que expressa um conceito significativo.

E a coisa estranha é que quando estou perfeitamente certo do modo como se usam as palavras, não tenho dúvidas a esse respeito, continuo a não poder indicar razões fundamentadas para o modo como procedo. Se tentasse, poderia indicar mil, mas nenhuma tão certa como a própria coisa que elas se propunham a justificar. (UG, § 307, p. 89).

Esta restrição, quanto à busca de razões fundamentadas, não é a mera estipulação de uma impossibilidade.¹⁰⁸ A interrupção na busca por explicações e razões deve ser, também, indicativa de uma saída, o que poderia conferir à terapia filosófica de Wittgenstein, não somente uma tarefa negativa, quanto à construção de teorias ou estipulação de teses, hipóteses, mas, por outro lado, algo como revelador de como chegar à clareza, pela resolução ou dissolução de confusões conceituais presentes nos usos expressivos das palavras. Diz o autor, “Nosso erro está em buscarmos uma explicação lá onde deveríamos

¹⁰⁸ Vide um aprofundamento da não necessidade de buscar fundamentos no capítulo nove, seção 9.1 intitulada: A Noção de Fundamento em Wittgenstein.

ver os fatos como ‘fenômenos originários’. Isto é, onde deveríamos dizer: joga-se este jogo de linguagem.” (IF, § 654, p. 223).

A constatação de como funciona um jogo de linguagem e a compreensão de como nele estão vinculados conceitos é suficiente, a princípio, para, a partir do uso, compreender o sentido aí implicado. Não são as vivências que explicam o jogo de linguagem, ao contrário, o jogo de linguagem descreve quais vivências estão presentes no jogo, significadas daquela, e não de outra maneira. As vivências consideradas desta forma, num jogo de linguagem¹⁰⁹, são aquelas que prescindem de razões fundamentadas e faz com que “sigo a regra cegamente.” (IF, § 219, p. 119). O método descritivo deve, apenas, descrever as regras implicadas neste jogo, de tal forma que, gramaticalmente, aquilo que é formado por proposições possa aparecer em seu sentido. Este é o antídoto para as inquietações filosóficas surgidas pela forma equivocada de olhá-las. Wittgenstein diz, “Queremos substituir as conjecturas e explicações desordenadas pela serena consideração dos fatos linguísticos.” (ZT, § 447, p. 106). A partir disso, a filosofia deixa de propor teses e de tirar conclusões e “(...) constata o que cada um lhe concede.” (IF, § 599, p. 210). Nem mesmo a explicitação do que seja uma regra gramatical, descrita nos usos das palavras, visa ser explicado pela filosofia. A própria regra, para ser bem compreendida em seu sentido, deve ser seguida, isto é, praticada, não definida e explicada. Perguntar, portanto, o que é uma regra, já é algo visto como possibilidade do surgimento da busca de explicações que instaurariam as clássicas inquietações filosóficas que Wittgenstein visa fazer a terapia. A pergunta: o que é uma regra? Pode muito bem ser substituída pela pergunta: como os signos são empregados? Esta pergunta pelo uso das palavras é uma pergunta direcionada para o uso contextual das palavras.¹¹⁰

Cremos que Wittgenstein não tem em mente o uso de uma palavra atrelado a um referente metafísico como um objeto simples ou uma essência última da realidade. A descrição filosófica, proposta por Wittgenstein, está direcionada para o uso das palavras num jogo de linguagem num determinado contexto. Diz ele: “falamos do fenômeno espacial

¹⁰⁹ “Uma vez selada com determinado significado, a regra traça as linhas de sua observância por todo o espaço. – Mas se algo assim fosse realmente o caso, em que isso me ajudaria? Não; minha descrição só teve sentido quando foi para ser entendida simbolicamente. – é o que me parece – deveria eu dizer.” (IF, § 219, p. 119).

¹¹⁰ Sobre a importância da noção de contexto vide o capítulo sexto: O Contexto de Uso.

e do fenômeno temporal da linguagem; não de um disparate a-espacial e a-temporal.” (IF, § 108, p. 70). Porém a descrição filosófica, direcionada para a dimensão espacial e temporal, não visa descrever os dados dos sentidos, como intuições sensíveis e toda sorte de ocorrências fenomênicas. Portanto, as características físicas do que ocorre no espaço e no tempo estão fora das pretensões de Wittgenstein. A descrição não descreve propriedades materiais e físicas, mas sim, as possíveis regras que permitem o uso da linguagem, para nos referirmos com sentido a tais objetos. Assim como quando se fala em figuras de xadrez é para indicar regras do seu uso e não falar da peça em si mesma e por si mesma, de sua cor, peso, medida, composição, etc. Dito isso, fica claro que a pergunta pelo uso precede a pergunta pela definição. Então, o que é uma palavra não será compreendido pelas definições dadas, mas por compreendermos o uso feito nas condições ditas acima.

A descrição, caracterizada desta forma, limita, no sentido filosoficamente relevante, a atividade da filosofia como uma atividade terapêutica, pois visa evitar o uso errôneo da linguagem, ao colocar questões que não possam ser respondidas, por isso não podem, tampouco, ser formuladas de modo legítimo. O sinal de alerta, emitido pela atividade terapêutica, surge quando passamos a usar as regras válidas para o uso da linguagem no cotidiano, para um uso filosófico que vise, supostamente, alcançar algo transcendente a este uso. Talvez, um dos motivos deste desvio, no uso da linguagem, deva-se ao fato de “A língua ser um labirinto de caminhos. Você vem de um lado, e se sente por dentro; você vem de outro lado para o mesmo lugar, e já não se sente mais por dentro.” (IF, § 203, p. 114). Associada a esta dimensão de labirinto, temos a falta da visão panorâmica da nossa gramática, o que faz com que o mal-entendido se estabeleça e as inquietações filosóficas apareçam adquirindo sua forma. “Um problema filosófico tem a forma: “Não estou por dentro.””¹¹¹ (IF, § 123, p. 74). Para dissolver estes mal-entendidos, as descrições e exemplificações devem poder mostrar qual uso significativo, de fato, se está fazendo de um conceito.

As descrições cumprem diversas funções, na terapia filosófica proposta por Wittgenstein. Estas descrições têm um limite ou poderão ser feitas indefinidamente? Creio que o limite das descrições, e das diversas formas válidas de fazê-las, começa com

¹¹¹ “Ich kenne mich nicht aus.” “Eu não sou versado.”

indicações como esta, “Diga o que quiser, desde que isto não o impeça de ver o que acontece (como se comporta ou como funciona).” ¹¹² (IF, § 79, p. 59). As próprias descrições deveriam mostrar as formas inadequadas de uso da linguagem. Perceber os usos em seus vários sentidos possíveis realiza esta sugestão de Wittgenstein: “É preciso que se veja a sua aplicação e assim se aprenda.” (IF, § 340, p. 149). Este aprendizado deve trazer nitidez sobre quais formas expressivas que estão sendo usadas e fazer perceber que “Um modo de falar inadequado é um meio seguro de se ficar preso na confusão. Ele tranca, por assim dizer, a saída dela.” (IF, § 339, p. 149).

Pelo que foi dito até aqui, podemos constatar que Wittgenstein parece ter aplicado este modo de pensar no desenvolvimento de seu pensamento. Em geral, vemos, a partir de 1930, aproximadamente, a substituição do uso da palavra lógica por gramática. Isto ocorre no assim chamado período intermediário e permanece, praticamente, até o final de seu pensamento. Em suas últimas obras, como *Da Certeza*, vemos novamente surgir a palavra lógica. Parece que a “ânsia por generalidade” estava presente no uso da palavra lógica¹¹³, juntamente com a pretensão de visão unificadora da linguagem a partir de elementos simples.

A atitude de “mostrar diferenças” presentes em praticamente todos os movimentos descritivos das *Investigações* visava, entre outras coisas, mostrar quais palavras podem ser usadas de diferentes modos, adquirindo diferentes sentidos. Nesta atitude de mostrar diferenças, via descrições e exemplificações, pode-se perceber a necessidade de “retirar uma expressão da linguagem para enviá-la à limpeza — e então se pode pô-la de volta em circulação.” (CV, p. 44). Os longos anos de reflexão de Wittgenstein, as seguidas retomadas do mesmo tema sob descrições distintas, as várias exemplificações e as analogias feitas parecem ser o resultado de sua compreensão de filosofia. “Na filosofia não podemos interceptar uma doença do pensamento. Esta tem de seguir o seu curso natural, e a cura lenta é o mais importante.” (ZT, § 382, p. 93). Com isso, vemos que a terapia filosófica deve incidir constante, dura e permanentemente sobre a dogmatização do pensamento expresso linguisticamente. A partir daí teríamos condições de ver os problemas filosóficos a partir de

¹¹² “Sage, was du willst, Solange dich das nicht verhindert, zu sehen, wie es sich verhält.” (tradução livre).

¹¹³ Porém, cremos que este uso é sinônimo da palavra gramática.

diferentes pontos de vista e a dissolução das confusões poderia, com isto, ficar mais próxima do alcance. Uma ressalva deve, no entanto, ser feita aqui. Não devemos imaginar que, com a atitude de “Destruir ídolos” e a sugestão de “não criar novos”, Wittgenstein estaria sugerindo, claramente, o aperfeiçoamento dos jogos de linguagem. Isso poderia parecer mais uma tarefa da ciência ou da técnica. O que vemos, no entanto, é que o modo como ele faz a descrição dos jogos de linguagem é muito mais para deixar claro como se constituem os laços internos nas determinações de sentido. Um dos fins deste procedimento metódico descritivo é, exatamente, uma investigação dos modos possíveis de uso dos conceitos, sejam eles de caráter estritamente filosófico ou, até mesmo, no interior de uma dada ciência.

A fenomenologia,¹¹⁴ tal como concebida por Husserl, por exemplo, bem poderia ser um destes exemplos de filosofia que merecem terapia, dado o modo como pretende investigar a relação da consciência com as coisas mesmas.¹¹⁵ Ela “(...) se propõem à análise pura e à pura consideração de essências.” (HUSSERL, s.d., p. 33). Tal análise é feita, evidentemente, prescindindo da linguagem e seu papel nesta relação. Isso fica claro em vários momentos como esse, “E a tarefa é, agora, dentro do âmbito da evidência pura ou do dar-se em si mesmo (Selbstgegebenheit), rastrear todas as formas do dar-se e todas as correlações e exercer sobre todas elas a análise esclarecedora.” (ibidem).¹¹⁶ Este proceder não considera a aplicação dos conceitos, os usos linguísticos dos conceitos em jogos de linguagem. No próximo capítulo, veremos, parcialmente, o modo como Wittgenstein concebe a insuficiência da fenomenologia para os seus propósitos.

¹¹⁴ Uma das definições de Husserl de fenomenologia é a seguinte: “a fenomenologia é a doutrina universal das essências, em que se integra a ciência da essência do conhecimento.” (HUSSERL, s.d. p. 22).

¹¹⁵ Um dos lugares onde a terapia filosófica de Wittgenstein poderia incidir é no modo como a fenomenologia concebe as coisas, a consciência e a relação da consciência com as coisas. “E aí as coisas não existem para si mesmas e enviam para dentro da consciência os seus representantes. Algo deste gênero não nos pode ocorrer no interior da esfera da redução fenomenológica, mas as coisas são e estão dadas em si mesmas no fenômeno (Erscheinung) e em virtude do fenômeno; são ou valem, claro está, como individualmente separáveis do fenômeno, na medida em que não importa este fenômeno singular (a consciência de estar dadas), mas essencialmente são dele inseparáveis.” (HUSSERL, s.d., p. 32-33).

¹¹⁶ “‘Fenomenologia’ – designa uma ciência, uma conexão de disciplinas científicas; mas, ao mesmo tempo e acima de tudo, ‘fenomenologia’ designa um método e uma atitude intelectual: atitude intelectual especificamente filosófica, o método especificamente filosófico.” (HUSSERL, idem, p. 46).

Capítulo 4 - A Fenomenologia - O Imbricamento Linguagem e Mundo.

A Motivação para analisar, brevemente, este tema se ancora na seguinte afirmação de Wittgenstein: “Não existe, de facto, a fenomenologia, mas existem, sim, problemas fenomenológicos.” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 27). Os problemas fenomenológicos¹¹⁷ surgem, de forma legítima ou não, na interação entre linguagem e mundo. Um dos desafios da fenomenologia é ver a ligação interna, o nexó interno entre mundo e linguagem para além do naturalismo e cientificismo.¹¹⁸ Esta ligação pretende ser conhecida enquanto tal. As pretensões filosóficas da fenomenologia enfrentam o desafio de desvelar e desvendar o que é a essência da coisa em si mesma e por si mesma. Pretender chegar a decifrar o que é a natureza ou essência da coisa, conhecendo-a em sua unidade e simplicidade, enquanto está

¹¹⁷ Pensamos ser importante a ressalva feita por Salles; “Trata-se primeiro de reconhecer um problema fenomenológico conforme a uma definição de fenomenologia interior à obra de Wittgenstein, para depois constatar a sua produtividade filosófica sem uma fenomenologia, ou melhor, em um solo, em um contexto, em que já se negou sua possibilidade.” (SALLES, 2002, p. 83). Para este autor, interessa, sobretudo, investigar a questão fenomenológica em relação às cores. Diz ele: “Interessar-nos-ão assim tanto as modificações e o abandono do projeto de uma “rein Phänomenologische Farbenlehre.”” (idem, p. 83-84). Para Husserl a atitude natural não é suficiente para os propósitos da fenomenologia, pois ela “(...) não se preocupa ainda com a crítica do conhecimento.” (HUSSERL, s.d., p. 39). A atitude natural, “Apodera-se num âmbito sempre cada vez maior do que de antemão e obviamente existe e está dado e apenas segundo o âmbito do conteúdo, segundo os elementos, as relações e leis da realidade a investigar de mais perto. Assim surgem e crescem as distintas ciências naturais, as ciências naturais enquanto ciências da natureza e da natureza psíquica (...).” (idem, p. 40).

¹¹⁸ No caso de Wittgenstein, ele diferencia a fenomenologia de outras ciências, como a física, por exemplo. A física estaria mais preocupada com explicações, enquanto a fenomenologia se propõe a cuidar mais das descrições. Para Husserl, a atitude natural não é suficiente para os propósitos da fenomenologia, pois ela “(...) não se preocupa ainda com a crítica do conhecimento.” (HUSSERL, s.d., p. 39). A atitude natural “Apodera-se num âmbito sempre cada vez maior do que de antemão e obviamente existe e está dado e apenas segundo o âmbito do conteúdo, segundo os elementos, as relações e leis da realidade a investigar de mais perto. Assim surgem e crescem as distintas ciências naturais, as ciências naturais enquanto ciências da natureza e da natureza psíquica (...).” (idem, p. 40). Em outro momento, diz que a tarefa da teoria do conhecimento é uma tarefa crítica e, como tal, “Tem de denunciar os absurdos em que, quase inevitavelmente, se envencilha a reflexão natural sobre a relação entre conhecimento, sentido do conhecimento e objeto do conhecimento” (idem, p. 45). É bastante enfático, também, como crítico do naturalismo, neste outro momento, “A filosofia, repito, situa-se, perante todo o conhecimento natural, numa dimensão nova, e a esta nova dimensão, por mais que tenha – como já transparece no modo figurativo de falar – conexões essenciais com as antigas dimensões, corresponde um método novo – novo desde o seu fundamento -, que se / contrapõe ao natural. Quem isto negar nada compreendeu do genuíno estrato de problemas da crítica do conhecimento e, por conseguinte, também não entendeu o que a filosofia realmente quer e deve ser, nem o que lhe confere a especificidade e a sua própria justificação, perante todo o conhecimento e a ciência naturais.” (idem, p. 49).

em relação intrínseca com a consciência intencional em seus atos puros, constituintes e constitutivos é um dos desafios centrais da fenomenologia. É a partir disto que a fenomenologia pretende, também, fazer uma análise epistemológica deste imbricamento entre as estruturas da consciência e a coisa mesma a ser conhecida.

Na citação de Wittgenstein acima, está sendo indicada a impossibilidade de uso de um determinado método filosófico para a resolução de problemas filosóficos, ou melhor, a impossibilidade de elucidar as condições de significação das proposições gramaticais para que os problemas filosóficos¹¹⁹ sejam evitados como enigmas. Em lugar de uma fenomenologia como método filosófico, Wittgenstein vai propor um método descritivo.¹²⁰ “Toda elucidação deve desaparecer e ser substituída apenas por descrição. E esta descrição recebe sua luz, isto é, sua finalidade, dos problemas filosóficos.” (IF, § 109, p. 54).

Nesta mudança paradigmática da filosofia, tanto em relação ao *Tractatus* como em relação à filosofia da tradição, percebe-se que o que está em jogo não é uma questão de conteúdo relativo às ciências naturais¹²¹, tampouco aquilo que está relacionado a questões históricas, sociais e psicológicas. A busca principal é para encontrar uma autonomia da gramática em relação ao empírico e a tudo o que for elemento extralinguístico. Nesta análise das condições de possibilidade de significação coloca-se a ligação da ideia de filosofia e de terapia¹²². “O termo fenomenologia possa ser substituído sem mais por termos outros como gramática ou simplesmente filosofia.”¹²³. Pode-se dizer até da passagem da ideia de filosofia

¹¹⁹ “Em filosofia, não basta aprender o que tem de se dizer em todos os casos sobre um objeto, mas também como dele devemos falar. Temos sempre de começar por aprender o método de o abordar.” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 61). A ideia de como dele devemos falar expressa a presença da dimensão transcendental na gramaticalidade dos usos.

¹²⁰ Conforme interpretação de MORENO, Arley. *Wittgenstein Através das Imagens*. 2ª edição, Campinas, SP: Unicamp, 1995. Também conforme já tratado no terceiro capítulo sobre a descrição gramatical.

¹²¹ “Destarte, se a física nos informa a verdade da percepção, as verdades da fenomenologia referir-se-iam à possibilidade da percepção, cabendo-lhes dizer o que é o objeto sobre cuja descrição a física tece proposições.” (SALLES, 2002, p. 85).

¹²² “A terapia filosófica se aplica apenas à gramática dos jogos de linguagem.” (MORENO, 1995, p. 15).

¹²³ (SALLES, 2006, p. 20-21). Em outra obra comenta: “O termo ‘fenomenologia’ (ou como se queira chamar) parece poder desvincular-se facilmente do estrito mundo dos dados dos sentidos, não sendo surpreendente que, em certas proposições, possa sem grande dano ser substituído por termos outros como ‘gramática’ ou simplesmente ‘filosofia.’” (SALLES, 2002, p. 86).

como busca de um saber verdadeiro, dos primeiros e últimos princípios que regem o ser e o pensar, das primeiras e últimas causas das coisas, para a “luta contra o enfeitiçamento do nosso entendimento pelos meios da nossa linguagem.” (IF, §109, p. 54).

O problema do método fenomenológico está em aceitar certas “entidades” extralinguísticas como a noção de essência “coisa mesma”; a de sujeito constituído como eu puro, metafísico, que estaria por trás de todas as representações; a de saber claro e evidente¹²⁴, derivado de uma intuição pura, intelectual¹²⁵. Assim, para a fenomenologia, a própria verdade depende de um critério de evidência estipulado pela consciência em seus atos puros intencionais, que não dependem de nenhum uso linguístico. Este esclarecimento evidente da verdade da realidade depende, em última instância, da vida da consciência intencional em seus modos de imbricamento com o objeto a ser conhecido em sua essência.¹²⁶ Este critério de elucidação evidente parece ser instaurado de modo anterior e no interior da consciência, antes mesmo de ela se ligar aos objetos como coisas mesmas. Por isso a primazia da subjetividade transcendental sobre a dimensão intersubjetiva, sobre a dimensão da coletividade. É claro que, para tentar evitar o psicologismo, Husserl busca estabelecer que os atos da consciência intencional sejam vivências da concordância entre o intencionado e o próprio dado.

Wittgenstein não concebe a fenomenologia da mesma forma que Husserl. Percebe-se que o ponto central da crítica de Wittgenstein se condensa em momentos como este:

Quando os filósofos usam uma palavra – “saber”, “ser”, “objeto”, “eu”, “proposição”, “nome” – e procuram apreender a essência da coisa, deve-se sempre perguntar: essa palavra é usada de fato desse modo na língua em

¹²⁴ “O conceito de cor pura não existe.” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 69). Nesse mesmo sentido, não se pode dizer que existe o objeto simples, uno, em sua dimensão metafísica, assim como o eu puro, em sua identidade essencial e operante na constituição do sentido.

¹²⁵ Talvez seja por isso que o próprio Wittgenstein não usa com tanta ênfase assim e guarda certo cuidado com seu uso. “Vale salientar que o termo ‘fenomenologia’ não é introduzido sem alguma reserva: é ‘fenomenologia (ou como se queira chamar)’ (Wittgenstein, 1994 a, p. 4; MS 105, p. 3).” IN: SALLES, 2002, p. 85).

¹²⁶ Vemos isso claramente quando Husserl diz o seguinte: “A crítica do conhecimento quer antes elucidar, clarificar, ilustrar a essência do conhecimento e a pretensão de validade que pertence à sua essência; que outra coisa significa isto senão trazê-la a dar-se a si mesma (Selbstgegenheit) diretamente?.” (HUSERL, s.d., p. 57).

que ela existe? Nós reconduzimos as palavras do seu emprego metafísico para o seu emprego cotidiano. (IF, § 116, p. 55).

Nesse sentido, há a indicação de que aquela busca pelos atos puros da consciência intencional, para estabelecer a relação interna entre ‘noesis’ e ‘noema’, tal como a fenomenologia de Husserl buscava, está descartada. A certeza que seria alcançada por este recurso é, em Wittgenstein, transferida para a gramática dos usos deste conceito. Assim, a investigação gramatical das palavras implicadas na constituição do conhecimento evidente e certo mostra que aquilo que era buscado como ato puro da consciência intencional pode ser encontrado em expressões cognitivas, nos jogos de linguagem. A partir daí, vemos que a terapia filosófica está, então, direcionada para as “formas de vida” expressas em proposições gramaticais e aos jogos de linguagem em seus usos num contexto determinado.

Nestas condições, não está mais sendo aceita aquela ligação isomórfica entre mundo e linguagem, que havia no *Tractatus*, onde a linguagem fenomenológica ou primária promoveria a ligação imediata entre as proposições elementares e os estados de coisas, via a articulação dos nomes¹²⁷. Os jogos de linguagem podem até pressupor o mundo, como uma condição existente, mas não tiram dele as condições de significação, elas são tiradas da gramática dos usos como condição a priori.

Se os objetos do mundo empírico não são mais essenciais à significação, nem mesmo os objetos como coisas em si mesmas, na dimensão metafísica, pode-se ainda falar em objetos como referência? Dito de outra forma: como o objeto é constituído já que ele não é mais visto como um “fenômeno” que aparece “para mim” a partir de um esquematismo transcendental aos moldes kantianos? Ou mesmo um “em si” via uma redução eidética e transcendental que possibilitaria uma identidade entre “noesis” e “noema”, como em Husserl? Pela interpretação de Moreno,

¹²⁷ “Por exemplo, segundo este modelo, é necessário que haja objetos logicamente simples para que o sentido dos enunciados seja articulado, assim como é necessário que o mundo possua substância para que possa ser representado, convenientemente, pela linguagem e pelo pensamento; (...) a linguagem e o mundo devem ser assim para que seja possível explicar e compreender as relações internas – e não externas, relações empíricas ou mecânicas – entre o pensamento, a linguagem e o mundo.” (MORENO, 2006, p. 146-147).

Um objeto é escolhido ou construído e, em seguida, apresentado como sendo o modelo para a aplicação de palavras – por exemplo, uma ou várias amostras de cor para a aplicação da palavra “vermelho”, ou ainda o metro padrão para a aplicação da palavra “metro”. O importante a ser salientado, segundo Wittgenstein, é que os objetos assim investidos da função de modelo são “meio de apresentação” (*Mittel der Darstellung*) de palavras e, enquanto tais, já fazem parte da linguagem. (MORENO, 1995, p.18).

Isso nos leva a afirmar, portanto, que a condição de possibilidade da existência de objetos, ou da constituição do significado dos mesmos, já dever ser dada no interior da própria linguagem. Neste sentido, não haveria, primeiro, um objeto constituído como um “si mesmo”, essencial, fundamental e fundante, muitas vezes, e um sujeito também constituído de faculdades aptas a abstrair e simbolizar esta densidade essencial do real. Antes da virada linguística na filosofia, tal como apresentada por Wittgenstein, havia a tarefa epistemológica, realizada pela razão, pelo sujeito, de constituir as condições suficientes e necessárias para o saber verdadeiro, conseqüentemente, para a certeza. A partir do pensamento de Wittgenstein, aquele domínio passa a ser efetivado a partir das regras gramaticais e lógicas da linguagem, para expressar a significação do objeto, seja ela verdadeira ou não.

Na visão clássica, a linguagem seria, diferentemente de Wittgenstein, neste ponto de vista, um mero instrumento de comunicação da ação do sujeito sobre o objeto, ou da determinação do objeto sobre o sujeito, ou da relação lógica e ou fenomenológica e recíproca de ambos, dependendo, é claro, do sistema filosófico adotado. Sob este aspecto, pode-se perceber uma inversão e radicalização completa em Wittgenstein. Independente destes polos, estipulados como pressupostos, embora justificados, posteriormente, pela tradição filosófica, o autor coloca a gramática de nossa linguagem como estipuladora de sentido e significação.

No realismo, as condições últimas de significação estariam dadas pelos elementos constitutivos da realidade, essencialmente metafísicos, os objetos exteriores à mente, cabendo à mente uma ação intelectual de adequação aos “sensíveis próprios” ou às “formas” constitutivas destes objetos. No caso da filosofia da subjetividade, a relação, independente da linguagem, dar-se-ia entre o objeto representado e a ação do pensamento sobre este objeto representado, a partir de regras a priori, visando um grau de evidência em

sentido praticamente absoluto. O projeto fenomenológico de Husserl visa, no nosso entender, a radicalização da filosofia da subjetividade cartesiano-kantiana, pretendendo eliminar a dicotomia entre sujeito e objeto, fundando, na atitude transcendental, radical, as condições da verdade e da evidência. Nesta radicalização, é estipulado o estatuto epistemológico como condição de acesso à ontologia.¹²⁸ A relação entre realidade e pensamento não tem como elemento prioritário e mediador a linguagem, e sim, os atos puros do pensamento. De forma bastante diferente, vemos em Wittgenstein, a linguagem como o meio, como o lugar e o fim do filosofar, que suprime a necessidade de explicação¹²⁹ das coisas, bem como a explicação do próprio surgimento da linguagem. Por isso, “A gramática não diz como a linguagem deve ser construída para realizar a sua finalidade, para ter tal ou tal efeito sobre os homens. Ela apenas descreve, mas de nenhum modo explica o uso dos signos.” (IF, § 496, p. 141).

Que existam problemas fenomenológicos, na visão de Wittgenstein, pode-se perceber numa afirmação como esta: “Queremos compreender algo que já esteja diante de nossos olhos. Pois parecemos, em algum sentido, não compreender isto.” (IF, § 89, p. 49). Algo que esteja diante de nós e necessita ser compreendido é um fenômeno. Pois é algo que “aparece” “para mim”. “É como se devêssemos desvendar os fenômenos.” (IF, § 90, p. 49). A necessidade de desvendar constitui-se num desafio; em última instância, diríamos, num problema. Mas, como este problema deve ser investigado para não se constituir num problema¹³⁰ no sentido negativo? Justamente, preocupando-se, apenas, com as condições de possibilidade de dizer, via regras gramaticais, considerando certas formas de vida em

¹²⁸ Diz Husserl: “No ato de ver o fenômeno puro, o objeto não está fora do conhecimento, fora da consciência e, ao mesmo tempo, está dado no sentido da absoluta autopresentação de algo puramente intuitivo.” (HUSSERL, s.d., p. 69).

¹²⁹ “À pergunta: “Que significa vermelho, azul, preto, branco?”, podemos apontar imediatamente para coisas com essas cores, - mas é tudo o que podemos fazer: a nossa capacidade para explicar o seu significado não vai mais longe.” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 73.).

¹³⁰ A linguagem fenomenológica ou primária, do *Tractatus*, foi concebida por Wittgenstein, no segundo período de seu pensamento, como padecendo deste risco. Para MORENO, “A causa das confusões filosóficas, diria Wittgenstein, é a força com que o müssen lógico parece impor-se à própria objetividade das descrições formais, levando, então, a descrições de objetos idealizados, acima do verdadeiro e do falso, acima de qualquer experiência possível, a descrição de objetos talhados segundo a imagem da forma do modelo aplicado para descrever formal e objetivamente os objetos reais – a saber, segundo a forma da necessidade e da impossibilidade, a forma do dever ser lógico.” (MORENO, 2006, p. 146).

determinados jogos de linguagem e não uma elucidação a partir de atos intelectuais puros, para além do uso possível de nossa linguagem. A partir da interpretação do pensamento de Wittgenstein por Moreno, pode-se dizer que, em Wittgenstein, há uma substituição do método fenomenológico pela gramática.

Gramática pode ser entendido, em uma primeira aproximação, como o conjunto de usos que fazemos das palavras, que podem ser expressos sob a forma de um sistema de regras; uma vez cristalizados em regras e assim sistematizados, os usos das palavras esclarecem a significação dos conceitos e enunciados. (MORENO, 2005, p. 151-152).

Neste sentido, a significação não dependeria de causas externas à linguagem. Vemos isto em várias situações. Em relação às cores¹³¹, a condição última de significação não seria encontrada por um ver fisiológico, voltado para o mundo físico, nem por uma tentativa de encontrar densidade em um ponto colorido qualquer. No que diz respeito à certeza, segue, analogamente, o mesmo raciocínio, pois ela não é adquirida ou constituída a partir de causas externas aos jogos de linguagem.

Uma das grandes questões é saber se, aceitando a ideia de um método fenomenológico, não estaríamos colocando as condições de significação e sentido em objetos extralinguísticos? A resposta de Wittgenstein sobre esta questão parece ser afirmativa. Mas o mesmo não ocorreria admitindo que o sentido esteja no uso, segundo regras, nos jogos de linguagem? Pois, de uma maneira ou outra, não teríamos que admitir sempre o mundo e os objetos como elementos correlatos ao que está simbolizado na linguagem? A posição de Moreno é bastante esclarecedora a este respeito.

A descrição minuciosa, feita por Wittgenstein, de diversas regiões de usos das palavras revela as complexas inter-relações que a linguagem mantém com o domínio dos objetos extralinguísticos, mas revela, sobretudo, a autonomia dos sentidos que daí decorrem justificando, assim uma reflexão

¹³¹ “Não queremos encontrar uma teoria das cores (nem fisiológica, nem psicológica) mas apenas a lógica dos conceitos de cor. E esta proporciona o que muitas vezes injustamente se esperou de uma teoria.” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 101).

filosófica essencialmente descritiva a priori e com função transcendental. (MORENO, 2005, p. 152).

Segundo o autor, se Husserl busca uma autonomia da consciência em relação aos objetos fora da consciência¹³², Wittgenstein busca uma autonomia da gramática em relação aos objetos extralinguísticos. Assim como a consciência não pode e não deve tragar os objetos para dentro de si, poderíamos dizer que, em Wittgenstein, a linguagem não pode tragar os objetos extralinguísticos e trazer para dentro de si o “em si” destes objetos. Ainda que encontre, via a análise do uso, segundo regras, uma forma de referir-se a estes objetos. “Seu interesse não incide sobre a descrição de “ligações mecânicas ou causais”, mas apenas sobre as relações conceituais, “lógicas” ou “gramaticais” geradas no interior dessas práticas.” (MORENO, 1995, p. 20). A relação para com os objetos não é construída via uma atitude fenomenológica, mas sim, lógica e gramatical. Esta relação complexa em relação aos objetos também pode ser colocada em relação às cores¹³³, sendo que a via de investigação do significado segue o mesmo procedimento lógico.

Se imprimires dois tons de cor A e B na tua memória e A for mais claro que B e se, mais tarde, chamares a um tom “A” e a um outro “B”, mas aquele a que chamaste “B” for mais claro que “A”, chamaste os tons de uma forma errada. (isto é lógica) (WITTGENSTEIN, 1996, p. 51).¹³⁴

Lógica, aqui, não usada mais no mesmo sentido do *Tractatus*, como algo cristalino, forma ideal de representar, ou mostrar os objetos ideais do mundo. Mas, se não é assim, então, pode-se pensar que ora é a experiência que determina o sentido, ora é a normatividade lógica, a priori? Não. Wittgenstein é claro quanto a isto, nesta afirmação: “não é o “pensamento” (um fenômeno psíquico concomitante), mas o seu uso (algo que o rodeia) que distingue as proposições lógicas das empíricas.” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 53). É

¹³² “A toda vivência psíquica corresponde, pois, por via da redução fenomenológica, um fenômeno puro, que exhibe a sua essência imanente (singularmente tomada) como dado absoluto.” (HUSSERL, s.d., p. 71).

¹³³ Sobre a Gramática das cores, vide (SALLES, 2002).

¹³⁴ “Entre cores: afinidade e contraste. (Isto é lógica).” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 61).

a partir da distinção entre as proposições gramaticais das proposições empíricas que percebemos, mais claramente, a impossibilidade de uma fenomenologia como método filosófico de descrição do sentido e significado das proposições.

Segundo Wittgenstein, as proposições gramaticais têm um caráter atemporal e as proposições empíricas um caráter temporal. As determinações das condições de sentido não são tiradas do caráter temporal, e sim, do caráter lógico. Mesmo assim, o caráter lógico das proposições refere-se a um mundo e a objetos dados à experiência em determinadas circunstâncias. No entanto, não tira da experiência a significação. Encontra a significação a partir de uma necessidade lógica regionalizada e faz desta necessidade uma forma de ver o mundo, “ver como”. Vemos isto em interpretações como a que segue,

Sem negar a existência do mundo, dos fatos e dos objetos, Wittgenstein descreve apenas as expressões linguísticas que usamos para falar do mundo, dos fatos e dos objetos, sem procurar os princípios que nos permitiriam conhecer o mundo, os fatos e os objetos. (MORENO, 1995, p. 47).

Se o ponto de partida está nas expressões linguísticas, fica sem sentido imaginar uma fenomenologia para constituir, primeiramente, estes objetos e, depois, significá-los na linguagem. Pois, “A significação de uma palavra é seu uso na linguagem.” (IF, § 43, p. 28). Com esta afirmação, Wittgenstein demonstra não estar mais preocupado em encontrar, inclusive, o que existe de comum entre os vários usos e os vários jogos de linguagem, ou o que seria, em última instância, procurar pela essência da linguagem. Vemos isto na seguinte citação,

Você simplifica tudo! Você fala de todas as espécies de jogos de linguagem possíveis, mas em nenhum momento disse o que é essencial do jogo de linguagem, e portanto da própria linguagem. O que é comum a todos esses processos e os torna linguagem. Você se dispensa pois justamente da parte da investigação que outrora lhe proporcionara as maiores dores de cabeça, a saber, aquele concernente à forma geral da proposição e da linguagem. (IF, § 65, p. 38).

Wittgenstein concorda com esta avaliação de sua filosofia e diz que, ao invés de indicar este algo em comum entre todos estes fenômenos, reconhece que estão aparentados entre si, de muitos modos diferentes. Este parentesco é o que possibilita chamar todos estes jogos de “linguagens”. O conceito de semelhança passa a ser expreso, nos parágrafos seguintes das *Investigações* como o que possibilitaria esta ligação, mais precisamente, via o conceito de “semelhanças de família”. A análise do sentido dá-se através do emprego de expressões linguísticas a partir de certas regras. Neste sentido, é estipulado um rigoroso limite, também, para o filosofar. No parágrafo 124, diz o seguinte a este respeito: “A filosofia não deve, de modo algum, tocar no uso efetivo da linguagem; em último caso pode apenas descrevê-lo. Pois também não pode fundamentá-lo. A filosofia deixa tudo como está.” (IF, § 124, p. 56).

Este é mais um ponto importante para entender a demonstração da impossibilidade da fenomenologia, pois a fenomenologia está comprometida com a defesa de certas teses sobre o modo de imbricamento entre sujeito e objeto para constituir o conhecimento.¹³⁵ Em seguida, continua as considerações sobre a filosofia que podem descrever as condições gramaticais do uso de expressões linguísticas sem jamais nos levar às essências ocultas. “Não é tarefa da filosofia resolver a contradição por meio de uma descoberta lógica ou lógico-matemática.” (IF, § 125, p. 56). Esta descoberta pressupõe o “em si” de objetos ideais e uma forma ideal de simbolização. “A filosofia simplesmente coloca as coisas, não elucida nada e não conclui nada. – Contudo tudo fica em aberto, não há nada a elucidar. Pois o que está oculto não nos interessa.” (IF, § 126, p. 57). A verdade como desvelamento, ou seja, a atitude racional de “ir às coisas mesmas”, tirar o véu que as encobre e compreendê-las em sua manifestação essencial e original e, a partir disso representá-las,¹³⁶ é abandonada por Wittgenstein.¹³⁷

¹³⁵ Por exemplo, quando Husserl diz que a fenomenologia é a ciência dos fenômenos absolutos e, nesse sentido, “Teve-se, pois em mira a fenomenologia; aqui, a fenomenologia do conhecimento enquanto doutrina da essência dos fenômenos cognitivos puros.” (HUSSERL, s.d., p. 74).

¹³⁶ “Somente dentro de uma linguagem posso ter em mente algo como algo.” (IF, § 38, p. 35).

¹³⁷ A compreensão grega de fenômeno como algo que se “mostra por si mesmo”, “por si e a partir de si” brilha e ilumina, será explicitada de maneira mais completa pelos modernos. O sentido de fenomenologia como filosofia, rejeitado por Wittgenstein, coloca-se, prioritariamente, contra esta pretensão da fenomenologia que

Creemos que é oportuno concluir este capítulo com a seguinte afirmação de Wittgenstein: “Não há um método da filosofia, mas sim métodos, como que diferentes terapias.” (IF, § 133, p. 77). A compreensão de fenomenologia de Husserl seria, portanto, com certa margem de segurança, objeto de terapia filosófica de Wittgenstein, na medida em que também define fenomenologia assim:

É, pois, ciência num sentido totalmente diferente, com tarefas inteiramente diversas e com um método completamente distinto. A sua particularidade exclusiva é o procedimento intuitivo e ideador dentro da mais estrita redução fenomenológica, é o método especificamente filosófico, na medida em que tal método pertence essencialmente ao sentido da crítica do conhecimento e, por conseguinte, ao de toda a crítica da razão em geral (portanto, também ao da razão valorativa e da razão prática. (HUSSERL, s.d., p. 87).

A fenomenologia, tal como concebida por Husserl, pelo menos, não será aceita por Wittgenstein como recurso filosófico válido para elucidar as condições de sentido, tal como era para o próprio Husserl.¹³⁸ Se Wittgenstein já não considerava a fenomenologia como

“conjuga na mesma eclosão o aparecer, o dizer e o homem.” (CASSIN, 1999, p. 134), pois “a verdade, se é copertinência do parecer e do dizer no Dasein humano, ao mesmo tempo abertura e finitude, parece decalque e meditação desta etimologia.” (Ibidem). Esta atitude fenomenológica, que faz com que a alma promova uma identidade entre a “coisa mesma” e o “símbolo”, exige que a própria fenomenologia apareça como uma questão de transitividade. “O fenômeno mostra-se na linguagem, deixa-se dizer e escrever, sob uma dupla condição: que ele passe na alma e que a alma passe no logos.” (CASSIN, 1999, p. 136). Isto exige uma atitude praticamente perfeita da alma, no sentido de certificar-se de que ela nada ocultou da realidade mesma, bem como em relação a si mesma ter um conhecimento claro e evidente. Entre a realidade e o pensamento deve haver uma correspondência unívoca. Uma das tarefas da filosofia é evitar o erro e a falsidade nesta adequação, bem como tirar as pessoas da ignorância da “ideal” relação entre pensamento e realidade. Diferentemente, em Wittgenstein, “A descoberta real é a que me torna capaz de deixar com o filosofar, quando eu quiser. – A descoberta que aquietta a filosofia, de tal modo que esta não seja mais açoitada por questões que coloquem ela própria em questão.” (IF, § 133, p. 76).

¹³⁸ O sentido depende, para Husserl, completamente de sua crítica ao conhecimento, o que para Wittgenstein seria objeto da psicologia. Vejamos o que o próprio Husserl diz: “Exige-se a evidência de que o / problema verdadeiramente importante é o da doação última de sentido por parte do conhecimento e, portanto, ao mesmo tempo, o da objetividade em geral, que só é o que é na sua correlação com o conhecimento possível.” (HUSSERL, s.d., p. 107).

método válido para elucidar as condições de sentido, nas *Investigações*, não aceita, tampouco, no final de sua vida, na investigação das condições de sentido na obra *Da Certeza*, quando descreve, gramaticalmente, os usos do conceito de certeza. O modo como apresentaremos as questões principais, envolvendo o debate entre Moore e Wittgenstein, já demonstra a falta de uso do método fenomenológico, por parte de Wittgenstein. O que se confirmará mais e mais nas partes posteriores deste trabalho. O próprio debate com Moore deixa claro que a exatidão do sentido não é mais dada por critérios únicos, perenes, que implementariam a ligação mundo e linguagem a partir da isomorfia.¹³⁹ A exigência de uma linguagem fenomenológica para poder representar, com imediatez, dados do mundo, fornecidos via a percepção, não logra êxito diante de várias situações que estão implicadas com as noções de transitoriedade e gradação, como é o caso do tempo, espaço e cores, por exemplo.

O debate com Moore ocorre, portanto, após Wittgenstein ter abandonado a concepção do *Tractatus* de objetos simples, alcançáveis, agora, somente através de sistemas de proposições, bem como da forma lógica e do espaço lógico. No lugar daquelas condições, as formas de vida estão, agora, como pressuposto e pano de fundo do debate sobre a gramática do conceito de certeza e sua distinção com o conceito de saber.

¹³⁹ Para Arley Moreno, “Ao ser aplicado o critério da isomorfia entre linguagem e mundo – descobre Wittgenstein -, deixa de ser possível distinguir a linguagem daquilo que ela supostamente representaria.” (MORENO, 2006, p. 150).

Capítulo 5 - As questões Centrais do Debate entre Moore e Wittgenstein.

O que é a realidade? Como podemos ter certeza de que não nos enganamos ao falar dela? O mundo exterior tem uma estrutura própria ou ele é, apenas, o que dele podemos conhecer ou dizer? Precisamos, de fato, provar a existência do mundo ou dos objetos? Mas o que seria uma prova satisfatória, legítima e justificada? É a experiência que prova algo do mundo, ou é outra condição? Estas, talvez, assim como muitas outras, poderiam ser questões para promover e mediar o debate entre Moore e Wittgenstein. Mas este tipo de questões, talvez, fossem propostas mais por Moore do que por Wittgenstein. Wittgenstein, provavelmente, estabeleceria, antes deste tipo de questão, outras, como estas: O que está em jogo quando perguntamos ‘o que é a realidade’, ‘o que é o mundo’ ou quando fazemos todas estas questões? Quais os limites da linguagem que precisam ser conhecidos para não formular questões que se tornam problemas insolúveis? Quais são as condições normativas que interditam, ou não, certo tipo de questões ou procedimentos implicados na constituição do sentido?

Apesar de não aceitar certa concepção de filosofia, não podemos dizer, no entanto, que sua preocupação não seja, eminentemente, filosófica. Os escritos de Wittgenstein mostram que sua preocupação é, essencialmente, filosófica. Mas filosofia entendida como atividade e como terapia. Ainda quando trata de temas que, inicialmente, pareçam pertencer a outros campos de conhecimento teórico, está preocupado em determinar o estatuto filosófico de tal tema ou de tal conceito, ou seja, seu estatuto gramatical. Os temas e problemas, tomados como elementos relevantes para a análise filosófica, são os conceitos fundamentais e estruturantes dos modos de uso da linguagem, enquanto tais objetos e temas são abordados de uma ou de outra maneira. Então, nas suas conversas e no seu debate com Moore, o que haveria de tão interessante para Wittgenstein escrever vários comentários sobre exemplos, aparentemente, tão banais, citados por Moore? O debate tem qual escopo? O percurso feito, no decorrer deste trabalho pretende elucidar, ainda que parcialmente alguns elementos deste debate.

As anotações e observações de Wittgenstein proporcionaram aos editores de sua obra compilar este conjunto de escritos que, posteriormente, foi publicado como o *Da Certeza*.

As anotações de Wittgenstein em seus últimos dois anos de vida (depois de Maio de 1949) nunca avançaram para o estágio datilografado. Nessas anotações, três temas principais podem ser claramente distinguidos. Um que é tratado em sua totalidade se preocupa com conhecimento e certeza, e o que Wittgenstein escreveu nesse tema foi publicado com o título de *Da Certeza* em 1969 (...) Outros dois temas são filosofia da Psicologia e filosofia das cores... (WRIGHT, 1982, p. 59).

Nesta obra, Wittgenstein aborda, de modo exemplar e original, velhos temas e problemas já presentes na filosofia clássica, tais como o saber, a certeza, a dúvida e a possibilidade de dizer o mundo¹⁴⁰. Sua abordagem não incide, no entanto, diretamente sobre objetos do próprio mundo, ou constituintes quaisquer de um objeto a ser analisado ou descrito. Muito menos sobre o modo de conhecê-los através de métodos específicos. Tampouco sobre o papel da subjetividade e suas modalidades de abordagem daquilo que interessaria à teoria do conhecimento¹⁴¹. Sua abordagem considera as proposições

¹⁴⁰ “Durante o último ano e meio de sua vida, Wittgenstein escreveu quase exclusivamente sobre conhecimento e certeza. Esses escritos possuem uma unidade temática que as faz quase únicas em toda a produção literária de Wittgenstein... Considerando que as observações constituem um primeiro, não revisado manuscrito, eles parecem para mim ambos extraordinariamente talentosos em forma e conteúdo.” (WRIGHT, 1982, p. 166).

¹⁴¹ Toda vez que aparece a crítica da subjetividade relacionada à Moore, provavelmente, está em jogo o grande debate já iniciado em 1914, quando Wittgenstein disse a Moore que a “relação entre ‘eu creio p’ e ‘p’ é comparável a relação entre ‘p’ diz ‘p’ e ‘p.’” (“dass Ich etwas Einfaches bin, ist genauso unmöglich wie das ‘p’ es sein konnte.”) (Wittgenstein, *Werkausgabe Band I*, Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft, p. 223). “(que Eu seja algo simples é tão impossível quanto o ‘p’ o pudesse ter sido).” Aqui está em jogo a não aceitação de Wittgenstein de que o acontecimento mental envolvido em ‘p’ crê ou diz ‘p’, poderia garantir a condição de verdade da própria proposição. O que vai garantir a possibilidade de dizer algo factual do mundo é a forma lógica da proposição elementar, juntamente com a possibilidade de figuração dos fatos. Todas as frases de cunho psicológico, passíveis de ser relacionadas a estados mentais, podem estar na base de construção de proposições sem sentido. Esta atitude pode tender a evocação da primeira pessoa como garantia da certeza e da verdade, a partir de uma subjetividade que fundamente, com segurança, o que se diz crer ou saber. Antônio Marques entende que, em Wittgenstein, é a terceira pessoa que pode fazer a relação sintática e lógica entre os signos para poderem ser significativos. No *Tractatus*, este debate aparece nas seguintes proposições, principalmente: “À primeira vista, parece que uma proposição poderia ocorrer em outra também de outra maneira. Particularmente em certas formas proposicionais da psicologia, como “A acredita que p é o caso” ou “A pensa p”, etc. Superficialmente, parece que nesse caso a proposição p manteria com um objeto A uma

gramaticais como determinantes para estabelecer o sistema ou rede de necessidade na distinção daquilo que faz, ou não, sentido e, como elas, distinguem-se das proposições empíricas.

Vemos este tipo de expediente sendo exercitado no seu modo genuíno de fazer filosofia, no *Da Certeza*, onde duas coisas estão presentes o tempo todo: as condições gramaticais suficientes e necessárias para o estabelecimento das condições do significativo e o exercício terapêutico para mostrar quais conceitos estão implicados nos usos e que podem ser a razão de confusões e absurdos. Nestas atividades, percebemos a presença de algumas concepções fundamentais de Wittgenstein¹⁴², tais como: a dependência da significação em relação ao uso; a relação entre a compreensão da significação e o jogo de linguagem em questão; a noção de mostrar diferenças, já presente nas investigações¹⁴³; a busca por uma (Übersicht) em relação à temática da certeza; a normatividade criterial, a colocação de conceitos como conhecimento e certeza em categorias distintas, o abandono da necessidade de um fundamento último, o uso da descrição no lugar das explicações, conforme § 189 “nalgum ponto temos de passar da explicação para a mera descrição.”, etc. também, conforme as Investigações, § 109, onde ele diz: “toda explicação tem que sair e em seu lugar entrar apenas descrição.”

Por todos estes elementos fica claro que Wittgenstein não teoriza sobre a temática da certeza ou do saber enquanto faz a circunscrição conceitual respectiva. Já nas *Investigações* nos diz: “Certo era que nossas reflexões não podiam ser reflexões científicas.” (IF, § 109, p. 71). Sua articulação e o modo de atuação são estabelecidos através de exemplificações e de descrições dos jogos de linguagem jogados em tais circunstâncias. Mais do que descrever, apenas, o jogo de linguagem, onde questões relacionadas ao saber e à certeza aparecem, visa, com isso, mostrar sob que condições tal jogo é jogado e a qual forma

espécie de relação. (E na moderna teoria do conhecimento (Russell, Moore, etc.), tais proposições foram mesmo entendidas assim.)” (TLP, § 5.541, p. 239). “É claro, porém, que “A acredita que p”, “A pensa p”, “a diz p”, são da forma “p’ diz p”. E não se trata aqui de uma coordenação de um fato e um objeto, mas da coordenação de fatos por meio da coordenação de seus objetos.” (TLP, § 5.542, p. 239).

¹⁴² Muitas destas concepções já foram formuladas em outros textos, como é o caso das *Investigações Filosóficas*.

¹⁴³ Percebe-se isto, claramente, quando diz: “Mas tem que ser possível ensinar o uso das palavras. Eu procuro a diferença gramatical.” (IF, VIII, p. 245).

de vida os conceitos implicados pertencem. Dito de outra forma, quais são os pressupostos presentes e subjacentes nos jogos de linguagem que implicam o uso do conceito saber e certeza. “A espécie de certeza é a espécie do jogo de linguagem.” (IF, p. 290).¹⁴⁴

Com estas observações, podemos ver que o texto *Da Certeza* não é apenas um texto construído para refutar ou aderir aos exemplos e teses de Moore, mas para mostrar as noções filosóficas implicadas no uso que se faz de proposições daquele tipo e como, em certas circunstâncias, elas podem ser classificadas em categorias distintas, o que, talvez, não tenha sido percebido por Moore¹⁴⁵. “A referência às proposições de Moore pode dar, e tem dado, aos leitores a impressão de que o trabalho de Wittgenstein se dedica a uma polêmica contra os escritos de Moore. Isto é um erro.” (RHEES, 2003, p. 3).

Se isto faz sentido, então, também podemos dizer que, em *Da Certeza*, Wittgenstein não acompanha Moore na tentativa de refutar o cético¹⁴⁶, ou mesmo em tomar tais proposições como prova e fundamento do conhecimento, a partir de uma forte defesa do realismo e recusa de qualquer tese idealista. Wittgenstein volta seu interesse para as condições gramaticais implicadas no uso de expressões que envolvem certeza e saber, ou seja, para a proposição que “descreve a situação conceptual (linguística).” (UG, § 51).

Pensamos ser um ponto central no debate filosófico entre Moore e Wittgenstein as seguintes afirmações de Wittgenstein: “É claro que nem todas as proposições empíricas têm o mesmo estatuto, já que se pode formular uma proposição e convertê-la de proposição

¹⁴⁴ “Die Art der Sicherheit ist die Art des Sprachspiels.” (IF, p. 191). “O tipo de certeza é o tipo do jogo de linguagem.”

¹⁴⁵ “The reference to Moore’s propositions can give, and has given, readers the impression that Wittgenstein’s work is devoted to a polemic against Moore’s writings. This is a mistake.” (RHEES, 2003, p.3).

¹⁴⁶ Por isso, não concordamos com posições como a seguinte: “In *On Certainty* He takes a central, traditional philosophical problem – the problem of scepticism and Knowledge – and tries to formulate a refutation of scepticism, and a characterization of knowledge and its justification.” (GRAYLING, 2001, p. 305). “Em *Da Certeza* ele toma um problema filosófico central e tradicional - o problema do ceticismo e do conhecimento - e tenta formular uma refutação do ceticismo e uma caracterização do conhecimento e sua justificação.” Caso Wittgenstein estivesse preocupado, essencialmente, com este tipo de expediente, ou seja, caracterizar o conhecimento e sua justificação, deveria, provavelmente estar construindo algum tipo de teoria ou defendendo alguma tese a este respeito. Não parece ser o caso, pois o que Wittgenstein pretende é apresentar a gramática dos conceitos usados em tais questões e, a partir daí, apresentar como o significado dos conceitos relacionados à epistemologia adquirem sentido. Então, poderíamos dizer que, com isso, não há uma justificativa e fundamentação do conhecimento, mas uma análise dos usos gramaticais dos conceitos.

empírica em norma de descrição.” (UG, § 167); “Há um sem número de proposições empíricas gerais que contam como sendo certas para nós.” (UG, § 273); “A falta de nitidez é a da demarcação entre regra e proposição empírica.” (UG, § 318); “Qualquer proposição empírica pode transformar-se num postulado – e então tornar-se uma norma da exposição. Mas tenho suspeitas mesmo quanto a isto. A frase é demasiado geral. Quase que apetece dizer qualquer proposição empírica pode, teoricamente, transformar-se. Mas que significa aqui teoricamente? Soa demasiado a uma reminiscência ao *Tractatus*.” (UG, § 321); “Pretendo dizer: proposições com a forma de proposições empíricas e não só proposições da lógica formam a base de todas as operações com pensamento (com linguagem). Esta observação não assume a forma eu sei. Eu sei... declara aquilo que eu sei e isso não tem interesse lógico.” (UG, § 401). “Eu creio que sei não exprimiria necessariamente um grau inferior de certeza... É verdade, mas não se está a tentar exprimir certeza subjetiva, nem mesmo a maior, mas antes que certas proposições parecem estar subjacentes a todas as perguntas e a todo pensamento.” (UG, § 415). “Quando se ouve Moore dizer ‘eu sei que aquilo é uma árvore’, compreendem-se repentinamente aqueles que pensam que isso não está decidido de modo algum. A questão parece-nos imediatamente pouco clara e desfocada. É como se Moore a tivesse colocado sob uma luz inadequada.” (UG, § 481). “E, contudo, este ‘apoderar-se’ direto corresponde a um estar seguro, não a um saber.” (UG, § 511). “... mas pode dizer-se que, em regra, alguns juízos empíricos têm de ser indubitáveis.” (UG, § 519) “O erro de Moore reside nisto – ter refutado a afirmação que uma pessoa não pode saber uma coisa, dizendo eu sei essa coisa.” (UG, § 521). “O conceito de saber está associado ao do jogo de linguagem.” (UG, § 560). “Eu sei só tem significado quando é proferido por uma pessoa. Mas, posto isso, é indiferente que a frase proferida seja ‘eu sei’... ou ‘é isso...’” (UG § 588). “Mas também é correto usar ‘eu sei’ nos contextos que Moore mencionou, pelo menos em certas circunstâncias. (Na verdade, não sei o que significa ‘eu sei que sou um ser humano’. Mas mesmo a isso se pode atribuir um sentido). Relativamente a cada uma destas frases posso imaginar circunstâncias que a tornem um lance de um dos nossos jogos de linguagem, e assim ela perde o seu carácter surpreendente em termos filosóficos.” (UG § 622).¹⁴⁷ “Não posso estar em erro; e, no pior dos casos, farei da minha proposição uma norma.” (UG, § 634). “Não posso estar em erro etc. mostra o lugar da minha

¹⁴⁷ Nesta frase, parece que Wittgenstein mostra a mudança no estatuto do problema.

afirmação no jogo. Mas refere-se essencialmente a mim e não ao jogo em geral. Se estiver errado na minha afirmação, isso não diminui a utilidade do jogo de linguagem.” (UG, § 637). “Não posso estar em erro é uma frase normal, que serve para indicar o valor da certeza de uma declaração. E, somente no seu uso quotidiano, é ela justificada.” (UG, § 638).

Proposições empíricas¹⁴⁸ podem ser usadas para descrever e expressar vários eventos do mundo natural, também da dimensão psíquica e da diversidade cultural. Enquanto elas são usadas neste sentido, parecem estar retratando amplamente o mundo vivido no cotidiano, ou descrevendo fatos científicos. Parece ser marca característica das proposições empíricas usadas no cotidiano servir, de modo multifacetado, aos interesses diversos dos membros de uma determinada sociedade. Teriam elas, em si e por si mesmas, isto é, enquanto elas são tomadas somente como proposições empíricas, algum interesse filosófico? Nestes usos diversos, muitas delas descreveriam crenças, outras descreveriam conhecimento, outras descreveriam dúvidas, outras expressariam desejos, outras poderiam pretender expressar estados mentais, etc. Nestes empregos, perceberíamos, sem muito esforço, várias características destas proposições. Certamente, muitas delas seriam contingentes.¹⁴⁹ Morawetz define as proposições contingentes assim:

As proposições contingentes (em oposição às proposições necessárias) descrevem estados de coisas que podem ou não ser obtidas no mundo. A proposição é verdadeira se o estado de coisas existe, mas não de outra maneira. A determinação da verdade de uma proposição contingente é uma questão de determinação de como as coisas se apresentam, e não uma questão de lógica ou de definição. Segue-se que para se negar uma proposição contingente, ao contrário da negação de uma definição ou de

¹⁴⁸ Tudo indica que, no debate com Moore, Wittgenstein não toma as proposições contingentes como objeto de análise. Ele está interessado nas “*Erfahrungssätzen*”, “proposições empíricas”, tal como expressa nos seguintes parágrafos: “A verdade de certas proposições empíricas pertence ao nosso quadro de referências.” (UG, § 83, p. 35); usa, em sentidos semelhantes, embora com funções diversas, tal como pede o contexto da argumentação nos §§: 96, 109, 136, 213, principalmente.

¹⁴⁹ Morawetz define assim as proposições contingentes: “Contingent propositions (as opposed to necessary propositions) describe states of affairs that may or may not obtain in the world. The proposition is true if the state of affairs obtains but not otherwise. The determination of the truth of a contingent proposition is a matter of determining how affairs stand, not a matter of logic or of definition. It follows that to deny a contingent proposition, unlike the denial of a definition or a logically true proposition, is not to say something necessarily false.” (MORAWETZ, 1980, p. 35).

uma proposição verdadeira logicamente, não tem de se dizer algo necessariamente falso. (MORAWETZ, 1980, p. 35).

Usadas em determinados experimentos, poderiam ser consideradas, ora expressando uma verdade, ora uma falsidade. Por si só, estariam, de uma forma ou de outra, relacionadas com alguma concepção de causalidade. Em certos contextos, poderiam significar um conhecimento hipotético. Em outro uso, poderiam sugerir ou vincular a indução como forma de fazer generalizações. Os caminhos empíricos, retratados por estas proposições, por si mesmos não nos levariam à compreensão suficiente das condições do que são os fatos apontados ou descritos pelas proposições.¹⁵⁰

Uma proposição empírica, por outro lado, é definida epistemologicamente: uma proposição empírica é verificada através da experiência. A sua verdade é confirmada ou refutada pela experiência. Fundamentos para desconfirmação de qualquer proposição empírica podem, em princípio, ser encontrados. (MORAWETZ, 1980, p. 36).

Isto leva ao seguinte questionamento: como poderiam as proposições empíricas significar algo sem a presença de regras e da normatividade? Haveria alguma estabilidade em tais proposições, enquanto estão na dependência estrita dos fatos? Caso o vínculo entre proposições e fatos fosse determinado pelos próprios fatos, como pensar no significado de gramática, que está diretamente relacionado ao caráter convencional, arbitrário e autônomo da linguagem? A defesa estrita da existência de proposições empíricas como uma das formas de provar fatos do mundo não implicaria aceitar o caráter causal dos fatos sobre as proposições, extraíndo daí a sua significação? Mas quais seriam as consequências disso? Proposições empíricas, tendo como pretensão certa ligação direta com o mundo, ou com um aspecto do mundo, poderiam vincular certeza? Ou vinculariam, talvez, apenas certo tipo de conhecimento? Proposições empíricas conseguiriam ultrapassar fins específicos de uma comunidade determinada, usando-as para fins meramente de comunicação? Elas formariam

¹⁵⁰ “An empirical proposition, on the other hand, is defined epistemologically: an empirical proposition is verified through experience. Its truth is confirmed or disconfirmed in experience. Grounds for disconfirmation of any empirical proposition may in principle be found.”

uma imagem de mundo que possibilita ultrapassar o nível individual e alcançar algo objetivo e coletivo? Em si mesmas e por si mesmas, estabeleceriam uma rede de relações com sustentação recíproca formando um sistema? Elas não iriam sugerir a procura de fatos que tornam possível um jogo de linguagem? (UG, § 618). A relação entre mundo e linguagem não seria sempre determinada, de forma extrínseca, pelo próprio mundo? E a possibilidade da ligação interna entre mundo e linguagem seria estabelecida como? Os fatos empíricos, supostamente descritos por proposições empíricas, seriam, então, o substrato através do qual faço afirmações, negações, portanto, algo como constituindo a imagem de mundo?

O valor de verdade de uma proposição empírica está, portanto, na exclusiva dependência dos fatos experimentados, nas circunstâncias e nos contextos em que a experiência é feita. Se as proposições de Moore¹⁵¹ seriam tão somente deste tipo, teria Wittgenstein dado tanta atenção a elas? Teriam elas, apenas, a pretensão de retratar fatos

¹⁵¹ Para Wright, "A main problem of epistemology since Descartes has been whether any single contingent proposition can be known for certain to be true. Moore claimed that he knew a great number of such propositions." (WRIGHT, 1982, p. 165-166). "Um problema principal da epistemologia, desde Descartes, tem sido se uma única proposição contingente, qualquer, pode ser conhecida com certeza para ser verdadeira. Moore afirmou que ele sabia um grande número de tais proposições." (WRIGHT, 1982, p. 165-166). A nota que segue é bastante informativa a este respeito. "Neither in 'A Defence of Common Sense' nor in 'Proof of an External World' does Moore use the term 'contingent (proposition)'. In the first paper he says (p. 42) that 'its seems to me quite clear that it might have been the case that Time was not real, material things not real, Space not real, selves not real'. In his later paper called 'Certainty', however, Moore employs the term 'contingent proposition' for 'proposition which is not self-contradictory and of which the contradictory is not self-contradictory' (p. 230). He also says that 'from the fact that a given proposition might have been true it always follows that the proposition in question is not self-contradictory' (IBID). From this we can conclude that, according to Moore, a proposition affirming or denying the reality of time or of material things is contingent. But Moore also says that that propositions which He thinks He knows for certain, such as that He is now standing up, are contingent (ibid). it is therefore safe to attribute to Moore the view that propositions of both the classes which we have here distinguished are contingent." (WRIGHT, 1982, p. 166-167). "Nem em 'Uma Defesa do Senso Comum', nem em 'Prova de um Mundo Exterior' Moore usa o termo 'contingente (proposição)'. No primeiro trabalho (p. 42) ele diz que ' parece-me bastante claro que poderia ter sido o caso em que o tempo não era real, as coisas materiais não eram reais, o espaço não era real e os eus não reais'. Em seu trabalho posterior, chamado de 'Certeza', no entanto, Moore emprega o termo 'proposição contingente' para 'proposição que não é auto-contraditória e na qual o contraditório não é auto-contraditório' (p. 230). Ele também diz que "do fato que uma proposição dada pode ter sido verdadeira sempre se segue que a proposição em questão não é auto-contraditória" (ibid). A partir disso podemos concluir que, de acordo com Moore, uma proposição afirmando ou negando a realidade do tempo ou das coisas materiais é contingente. Mas Moore também diz que as proposições que ele acredita conhecer com certeza , tais como as que ele está levantando agora, são contingentes (ibid). É, portanto, seguro atribuir a Moore a visão de que as proposições de ambas as classes que temos aqui distinguido são contingentes." (WRIGHT, 1982, p. 166-167).

do mundo? Seu alcance seria, apenas, os dados percebidos pelos sentidos, ou seriam elas, em alguma medida, estipuladoras de sentido, ou melhor, estipuladoras das condições de sentido?

Os constantes exemplos e descrições feitos por Wittgenstein, envolvendo as afirmações de Morre, pretendem elucidar que tipo de questão? São elas, apenas, representações de fatos do mundo ou expressam, também, as condições prévias para a expressão dos fatos? Todas elas têm o mesmo estatuto ou expressam diferenças categoriais ou diferentes modalizações da realidade? O que deverá ser levado em conta para decidir se uma proposição é usada, apenas, para descrever o que é o caso, ou se pode ser tomada como critério de sentido? Existe alguma possibilidade de a autonomia do sentido ser dada a partir das proposições empíricas? Se sim, como? Se não, qual é, então, o estatuto das proposições que podem determinar a autonomia do sentido e como elas se distinguem das proposições empíricas? O que o próprio Moore não teria percebido em suas proposições, que faz Wittgenstein tomá-las tantas vezes como objeto de análise? Ou, quais confusões estariam presentes no uso que Moore faz de tais proposições, que Wittgenstein quer mostrar? Em outras palavras, quais conceitos, que expressam pensamentos, exigem terapia, nas formulações de Moore? Este conjunto de questões expressa, ou exemplifica, cremos, as principais dificuldades reconhecidas por Wittgenstein. Ele estava, certamente, ciente da complexidade envolvida na análise minuciosa do papel das proposições empíricas, nos usos da linguagem como expressão de pensamento. O risco de confusão, a vagueza e, talvez, certo titubeio diante disso, ele também expressava em momentos como este: “Neste ponto, sinto-me disposto a lutar contra moinhos de vento, porque não posso ainda dizer aquilo que realmente pretendo dizer.” (UG, 400, p. 113).

A implicação entre linguagem e realidade e os modos como os filósofos trataram desta relação até agora, normalmente é fonte de confusão. O próprio Moore parece estar envolto em muitas delas. Um indicativo de saída dado por Wittgenstein, torna-se claro em momentos como este, quando diz: “Simplesmente, porque não procuro o centro no âmbito onde está o significado. Logo que pense numa utilização normal da frase em vez de uma filosófica, o significado torna-se claro e vulgar (*gewöhnlich*).” (UG, § 347, p. 99). Sendo assim, há a necessidade de terapia para os casos de pretensão de uso filosófico relacionado às essências, às próprias coisas e ao mundo. A terapia visa, em relação a este problema,

mostrar que relacionamos realidade e linguagem através de usos das palavras e, neste uso, poderíamos misturar, por exemplo, aquilo que deve permanecer distinto e separado, no caso, o metafísico e o factual. Diz Wittgenstein: “Como tudo o que é metafísico, a harmonia entre pensamento e realidade também se encontra na gramática da linguagem.” (ZT, § 55). Nesta citação, percebemos a partir de que instância Wittgenstein vai considerar, agora, o que está em jogo no uso expressivo dos conceitos. É uma das várias passagens onde fica claro o novo modo de fazer filosofia, nesta segunda fase de seu pensamento. Se a harmonia entre pensamento e realidade se encontra na gramática de nossa linguagem, então, mais do que natural é que a análise do uso significativo dos conceitos deve considerar a dimensão prática da linguagem. Por isso, caso alguém queira defender que deve haver um nexo necessário entre linguagem e realidade, via a significação, jamais pode prescindir de se colocar no interior do uso da linguagem nas circunstâncias práticas, onde, via o uso, o elo intrínseco entre linguagem e realidade se apresenta. No debate com Morre, no *Da Certeza*, Wittgenstein mostra que Moore parece ter depositado a confiança na certeza em uma dimensão epistemológica, que pretende prescindir do uso linguístico.

Nem sempre notamos que entre realidade e linguagem deve haver uma diferença categorial. Neste caso, como estas duas dimensões se relacionam, para uma ser significativa, ou apresentar as condições de significação da outra, parece ser a questão central. O modo como Moore aborda a relação entre pensamento e realidade, ou proposição e realidade está comprometido com conceitos como saber, crer, duvidar, etc. No entender de Wittgenstein, o uso que Moore faz destes conceitos está comprometido com a dimensão epistemológica e, além disso, não percebe, ao longo do uso destes conceitos, uma diferença categorial e criterial entre os mesmos. Mais do que isso, o uso que Moore faz destes conceitos estaria comprometido com certa visão referencialista da significação, onde fatos, e dada ordem natural, poderiam intervir de modo externo na constituição da significação, ainda mais problemático por pertencerem à dimensão contingencial. Também o uso que Moore faz das proposições estaria, muitas vezes, distante do uso habitual da linguagem. Na medida em que acrescenta, eu sei, no mesmo sentido de estar certo, convicto, portanto, imputando certeza

às proposições empíricas¹⁵². As palavras de Wright ajudam, de forma crítica, a compreender as implicações deste debate.

Moore, além disso, estava enganado ao pensar que havia evidência para a verdade das proposições em questão; equivocado também em pensar que elas poderiam ser usados para provar coisas como a existência do mundo exterior, e equivocado, finalmente, ao considerar as teses alegadamente provadas como sendo verdades contingentes. Mas, ao passo que discordando do que Moore havia dito, Wittgenstein estava, ao mesmo tempo, sendo solidário com a tendência implícita nos esforços de Moore. (WRIGHT, 1982, p. 168).

Neste sentido, talvez possa ser dito que quando Wittgenstein sugere observar o uso ordinário da linguagem, preocupa-se, mais especificamente, com o imbricamento de termos como necessidade, possibilidade, suficiência. É por isso, provavelmente, que (Baker, 2004), diz que, quando Wittgenstein sugere o uso normal de conceitos, visa, prioritariamente, negar os usos metafísicos e não caracterizar o seu uso em si. Talvez pudéssemos dizer que, ao invés de, tão somente, negar os usos metafísicos, visa mostrar as implicações de tal uso, diferenciando dos outros usos possíveis, inclusive o uso em situações normais.

O factual, distinto do metafísico, mostra-nos que as ocorrências, no espaço e no tempo, têm uma enorme variação e dependem de inúmeros fatores extralinguísticos. Caso a significação dependesse destes fatores, quando está em jogo a palavra saber ou conhecimento poderia surgir a dúvida, mas, qual é o momento exato em que começa o conhecimento? Ou, onde e sob quais condições os fatos começam a ser conhecidos? Que garantia teríamos de que um saber, em tal dependência, poderia ser considerado satisfatório? Outras questões poderiam aparecer como a pergunta pelo tempo necessário da permanência de uma ocorrência fenomênica, para que pudesse ser apropriado de forma objetiva. Também, alguém poderia dar-se conta de que uma repetição destas ocorrências

¹⁵² “Moore, moreover, was mistaken in thinking that there was evidence for the truth of the propositions in question; mistaken also in thinking that they could be used for proving such things as the existence of the external world; and mistaken finally in holding the allegedly proved theses to be contingent truths. But, while disagreeing with what Moore had said, Wittgenstein was at the same time in sympathy with the tendency implicit in Moore’s efforts.” (WRIGHT, 1982, p. 168).

não poderia ser em número pequeno, pois, como generalizar a partir de um pequeno número? Mas, quantas ocorrências seriam necessárias, então? Creio que Wittgenstein quer evitar, de uma só vez, o estabelecimento deste conjunto de questões que estariam, provavelmente, na origem de um sem número de confusões. Possivelmente, ele diria que todas elas fazem parte do interesse da teoria do conhecimento. E a teoria do conhecimento¹⁵³, como sabemos, desde o *Tractatus* é, para Wittgenstein, algo que não é de interesse filosófico. Ele diz “A filosofia não é uma das ciências naturais. (A palavra filosofia deve significar algo que esteja acima ou abaixo, mas não ao lado, das ciências naturais).” (TLP, §, p. 4.111).

No lugar de uma teoria do conhecimento, Wittgenstein faz uma análise dos usos dos conceitos presentes em expressões linguísticas de tal forma que “um significado de uma palavra é um gênero de utilização desta. Porque é aquilo que aprendemos quando a palavra é incorporada na nossa linguagem.” (UG, § 61). Então, não sabemos o significado das palavras porque as relacionamos à realidade. Mas aprendemos que as palavras são utilizadas de uma determinada maneira, e é a partir deste uso que compreendemos se elas se referem a um determinado objeto, se elas descrevem uma situação, se elas realizam uma ação, se elas dão um comando, se elas são uma súplica, se elas são uma ordem, se elas expressam um pedido, se elas estabelecem medidas e classificações, se elas apresentam paradoxos ou absurdos, etc. Este é um ponto importante para compreender que a significação não é determinada por algo teórico, construído por certas metodologias que sugerem, por exemplo, que a modalização da realidade é significativa se consegue reproduzir o mais fiel possível a própria realidade. Neste caso, a realidade teria papel decisivo na constituição do sentido, não apenas na determinação de uma proposição ser verdadeira ou falsa. Embora, em alguns momentos, Wittgenstein pareça convocar a realidade dos fatos a ter um papel importante na significação dos conceitos. Por exemplo, no seguinte trecho:

É como se os nossos conceitos estivessem condicionados por um andaime de fatos. Isto significaria: se imaginares de outro modo certos fatos, os descreveres de um modo diferente do que eles são, então deixas de poder imaginar a aplicação de certos conceitos, porque as regras da sua aplicação

¹⁵³ “A teoria do conhecimento é a filosofia da psicologia.” (TLP, § 4.1121).

não têm análogo nas novas circunstâncias. – Assim, o que estou a dizer reduz-se a isto: Uma lei é dada aos homens, e um jurista pode ser capaz de tirar conseqüências para cada caso que normalmente lhe aparece. Deste modo, a lei tem evidentemente uso, e faz sentido. Todavia, a sua validade pressupõe todo o tipo de coisas; e se o ser que ele tem de julgar divergir completamente dos seres humanos vulgares, então, por exemplo, decidir se ele praticou o não uma ação com má intenção será não apenas difícil, mas (simplesmente) impossível. (ZT, § 350, pp. 87 e 88).

Seriam os fatos, portanto, determinantes na significação que os conceitos adquirem? Eles seriam a causa da significação? Não! Mas, como justificar, então, certos comportamentos, que entram em cena na hora da significação e parecem intervir de modo intenso no que importa para o sentido? “Se esgotei as justificativas, cheguei então à rocha dura, e minha pá se entorta. Estou inclinado a dizer então: é assim mesmo que ajo.” (IF, § 217, p. 118). Este agir, a partir de certo uso regrado da linguagem, conduz, necessariamente, os agentes a identificar tal postura como natural e normal. Penso que, neste nível, deve-se apresentar algo que seja entendido como comum e sirva de fundamento, que não necessite mais de fundamento, o fundamento não fundamentado. Tal solo comum, aceito como condição necessária e suficiente para a compreensão da significação, deve poder ser entendido com certo grau de consenso e repousar sobre a natureza humana. Lá onde as formas de vida possam ser percebidas a partir de ações compartilhadas nos jogos de linguagem que expressam ações. Neste nível, a partir do qual pode ocorrer o compartilhamento comum de certos significados, algumas capacidades humanas são reconhecidas em exercício, no uso expressivo de conceitos, também como critério de medida e correção. Postular, neste caso, fatos elementares e comuns da natureza humana, somente faz sentido se se atrelar a formas de vida como condição de possibilidade de um solo comum, a partir do qual certas ações são praticadas. Esta dimensão natural, estabelecida como uma das condições necessárias para certos fatos gerais se apresentarem como participantes e influenciarem certas mudanças de significação, não pode ser reduzida à natureza biológica do ser humano. A regularidade, como fato geral, presente na natureza humana e, também, nos eventos percebidos e conhecidos, é um dos elementos importantes para o próprio uso da linguagem, situando, por isso mesmo, o ser humano numa categoria distinta dos animais. É uma regularidade percebida e afirmada a partir do próprio uso

significativo da linguagem, não sendo causa desta, porém, podendo justificar, pelo menos em parte, a possibilidade da compreensão do sentido da linguagem no uso.

E se as coisas fossem bem diferentes do modo como realmente são – então não haveria, por exemplo, uma expressão característica de dor, de medo, de alegria; a regra converter-se-ia em exceção, e a exceção em regra; e se ambos os fenômenos fossem de uma frequência mais ou menos semelhante – com isso nossos jogos de linguagem normais perderiam a sua graça. – O procedimento de colocar um pedaço de queijo sobre a balança e de determinar o preço mediante a oscilação da balança perderia sua graça, caso acontecesse mais frequentemente que tais pedaços, de repente, aumentassem de tamanho ou encolhessem sem causa manifesta. (IF, § 142, p. 82).

Estas regularidades seriam, então, anteriores e externas à linguagem, ou seriam constitutivas da linguagem? A resposta inicial é de que não podem ser exteriores. O próprio reconhecimento de que algo seja exterior ou interior só pode ocorrer na e pela linguagem.

Provar que o significado de uma palavra ou de uma proposição é possível porque mostra, aponta, ou simboliza a essência última da realidade, ou sua ordem fixa e imutável, está completamente descartado no projeto wittgensteiniano na obra *Da certeza*¹⁵⁴. A gramática dos conceitos analisados por Wittgenstein, no debate com Moore, dá preferência a noções como uso, emprego e função que uma palavra exerce nas nossas práticas linguísticas.¹⁵⁵ Não, portanto, sua adequação e ajuste à realidade exterior. Este próprio ajuste, caso possa existir, dependeria de condições internas à linguagem, não do próprio mundo ou de uma mente, ou espírito subjacente às atividades abstrativas e representativas desta realidade.¹⁵⁶ Um dos critérios para distinguir uma proposição empírica de uma

¹⁵⁴ “And his criticism of Moore in *On Certainty* we could, in the language of the *Tractatus*, characterize as a criticism of an attempt to say the unsayable” (WRIGHT, 1982, p. 176). “E sua crítica de Moore em *Da Certeza* que, na linguagem do *Tractatus*, nós poderíamos caracterizar como uma crítica de uma tentativa de se dizer o indizível.” (WRIGHT, 1982, p. 176).

¹⁵⁵ Até mesmo o debate sobre a certeza, em nível não proposicional, só é possível de ser pensado, não por uma evidência da experiência, ou do ver, de nossa parte, mas pelas nossas ações que estão no fundo do nosso jogo de linguagem, tal como estabelecido nos §§ 204, 110 e 229, do *Da Certeza*.

¹⁵⁶ “Denominar e descrever não se encontram num mesmo nível: a denominação é uma preparação para a descrição. A denominação não é ainda nenhum lance no jogo de linguagem – tão pouco quanto a colocação de

proposição gramatical deve levar em conta se a proposição expressa uma regra, o que não estava claro, no caso de Moore, aos olhos de Wittgenstein, na forma como Moore apresentava seus exemplos e argumentos, ou seja, se aquilo que ela vincula possibilita fazer distinções entre o que é ou não significativo¹⁵⁷. Portanto, se apresenta um padrão que permite diferenciar as próprias regras do jogo de linguagem jogado e lances específicos no interior deste jogo. Isto é percebido, no *Da Certeza*, em momentos como este,

Mas também é correto usar 'eu sei' nos contextos que Moore mencionou, pelo menos em certas circunstâncias. (Na verdade, não sei o que significa 'eu sei que sou um ser humano'. Mas mesmo a isso se pode atribuir um sentido). Relativamente a cada uma dessas frases posso imaginar circunstâncias que a tornem um lance de um dos nossos jogos de linguagem, e assim ela perde o seu caráter surpreendente em termos filosóficos. (UG, § 622).

Então, são coisas completamente distintas: analisar o jogo de linguagem segundo regras e analisar lances jogados no jogo. Uma regra, no jogo, deve ter papel determinante e deve decidir, pelo menos, quais lances do jogo são legítimos ou não. Mas este papel determinante não será definitivo e atrelado a uma dimensão atemporal no sentido metafísico. Este papel determinante depende do contexto em que o jogo é jogado e de quais conceitos estão sendo expressos, calcados em formas de vida.

O contexto em que a proposição é usada não é, necessariamente, o contexto exterior, o local, o lugar, a praça, os espaços dos acontecimentos culturais. O contexto em questão é o contexto de uso e o contexto de uso deve considerar a arbitrariedade da gramática, portanto sua autonomia. É claro que o contexto de uso deve ter certa relação com o contexto dos fatos. Porém, o modo como o contexto determina se uma proposição é ou não gramatical não é pela influência do exterior para o interior. Do ponto de vista

uma peça de xadrez é um lance no jogo de xadrez. Pode-se dizer: com a denominação de uma coisa não se fez nada ainda. Ela também não tem nome, exceto no jogo." (IF, § 49, p. 42).

¹⁵⁷ "Wittgenstein argues that when Moore speaks of 'knowledge', He is not using the Word in accordance with its normal conditions" (HANFLING, 1989, p. 153). "Wittgenstein argumenta que quando Moore fala de "conhecimento ", ele não está usando a palavra de acordo com suas condições normais." (HANFLING, 1989, p. 153).

gramatical, tudo é considerado a partir das relações internas à linguagem e de sua estrutura. Os próprios fatos, considerados, em princípio, acontecimentos exteriores à linguagem, só são significativos a partir do momento em que podem ser compreendidos enquanto fatos. A compreensão só pode ocorrer se os signos e símbolos expressarem e descreverem os fatos de modo satisfatório. A linguagem já deve ter em si as condições suficientes e necessárias para poder significar aquilo que chamamos de acontecimentos exteriores à linguagem. Então, a noção de contexto pode implicar tanto elementos exteriores como elementos interiores à linguagem. O sentido de contexto que interessa a Wittgenstein explorar é aquele que permite compreender como uma proposição pode ser derivada de outra proposição, formando um sistema. Diz ele: “qualquer proposição pode ser derivada de outras.” (UG, § 1, p. 15). Esta noção de contexto como uma noção mais gramatical do que empírica e psicológica permite entender quando uma proposição pode ser tomada como verdadeira, quando ela pode ser tomada como falsa e, também, quando ela passa a ser condição de possibilidade ou critério de algo ser assim como é, ser normativa, portanto. A noção de contexto, tomada neste sentido, permite compreender, mais especificamente, afirmações como esta: “O fato de uma proposição poder revelar-se falsa depende, em última instância, daquilo que eu considerar determinante dessa proposição.” (UG, § 5, p. 15). Como sabemos, então, que algo passa a ser determinante em uma proposição? O contexto de uso é uma das saídas centrais para Wittgenstein. É o que o faz afirmar categoricamente que “daí se vê que é apenas na sua utilização que a proposição faz sentido.” (UG, § 10, p. 17). O emprego, o uso, a utilização estão sempre ligados, diretamente, a um contexto determinado. Este contexto permite reconhecer as formas de expressão e os conceitos linguísticos expressos naquele jogo de linguagem. Sem o contexto, uma proposição, por si só, não poderia ser classificada como empírica ou como gramatical. Aliás, para poder ser reconhecida como proposição, depende do uso e do contexto em que é empregada. Independente disto, não seria sequer proposição. Sem o contexto de uso, poderia ser um conjunto de signos aleatórios, ou um amontoado de letras ou ruídos ininteligíveis, portanto, vazios de significação.

A marca, o limite, a condição inicial para que algo possa ser tomado como significativo é o reconhecimento de que pode ser usado para descrever e expressar sentidos. Junto disto, ser um modo de vincular formas de expressão e descrição. As constantes

exemplificações que Wittgenstein estabelece ao longo da sua obra *Da certeza* parecem ter esta pretensão. O grande debate sobre a noção de certeza manipula, o tempo todo, conceitos implicados no uso expressivo de palavras. Eles são, também, a condição para o reconhecimento intersubjetivo do sentido. Por isso Wittgenstein diz: “Assim, se o outro conhecer o jogo de linguagem, admitirá que eu sei. O outro, se reconhecer o jogo de linguagem, tem de ser capaz de imaginar como é que alguém pode saber esse tipo de coisa.” (UG, § 18, p. 19). A possibilidade do reconhecimento do jogo de linguagem só pode ocorrer, portanto, pelo domínio e pela posse do contexto de uso. Tudo o que ficar fora desta condição não tem interesse filosófico para Wittgenstein. O jogo que está sendo jogado como modo de acesso do sentido, ou como expressão do sentido, já implica, inerentemente, a noção de contexto de uso. O contexto de uso abarca, assim, as possibilidades e diversidades de sentido, preservando, ao mesmo tempo, a arbitrariedade da gramática. A partir da significação que Wittgenstein dá ao contexto, podemos compreender que o uso de uma palavra só faz sentido em proposições, o que implica o domínio de técnicas para tais fins. Mas esta proposição não pode ser tomada isoladamente, como se fosse um átomo de significação, referindo-se a um átomo da realidade. Wittgenstein diz: “Aquilo a que me agarro não é uma proposição, mas um conjunto de proposições.” (UG, § 225, p. 71). Este conjunto de proposições se estabelece, enquanto conjunto, a partir de relações internas. A citação acima vincula a noção de contexto ao conjunto da linguagem. A partir dela, compreendemos, também, a afirmação seguinte: “O que dizemos adquire o seu significado a partir do resto dos nossos procedimentos.” (UG, § 229, p. 71). Estes procedimentos, ou ações variadas, não podem abrir mão do contexto, sob pena de não imprimir um caráter de totalidade à linguagem. Também, pelo uso de certas técnicas¹⁵⁸, não podem oferecer a possibilidade de continuar relacionando uma proposição a outras, formando o sistema necessário para permitir, por um lado, que algo necessário seja estabelecido como condição fundamental para o sentido, junto da incorporação de todos os elementos variantes, que se apresentam nos novos vínculos entre as proposições e os fatos. O conjunto de proposições empíricas apresentadas por Moore que, para Wittgenstein, pode adquirir a forma de

¹⁵⁸ “Compreender uma frase significa compreender uma língua. Compreender uma língua significa dominar uma técnica.” (IF, § 199, p. 113).

proposições estipuladoras das condições de sentido¹⁵⁹, também necessita levar em conta o contexto. Então,

Assim como as palavras ‘eu estou aqui’ só têm sentido em certos contextos, e não quando as digo a alguém sentado diante de mim e vendo-me claramente – e isto não porque são supérfluas, mas porque o seu significado não é determinado pela situação, mas necessita de uma determinação dessas. (UG, § 348, p. 99).

Com a noção de contexto de uso, Wittgenstein parece mostrar, também, que as proposições que vinculam conhecimento só fazem sentido quando as condições gramaticais mostram a possibilidade do erro, da ignorância, ou da dúvida. Porém, o próprio contexto deveria mostrar que possíveis impasses, ou dilemas, nesse sentido, deveriam ser dissolvidos com o uso de regras criteriosas. Um dos dilemas é, segundo pensamos, a distinção entre as proposições empíricas e as gramaticais. As proposições de Moore têm a forma de proposições empíricas, tal como sugere no § 401, do *Da certeza?* Mas o que é ter a forma de proposição empírica? Indica que ela é a condição para absorvermos os fatos na linguagem? Elas podem ser tomadas como elemento norteador, enquanto fazemos incursões na complexidade dos fatos empíricos? Wittgenstein reconhece certa ambiguidade nesta expressão ‘proposições com a forma de proposição empírica’. Diz ele:

..., a expressão “proposições com a forma de proposições empíricas” é já, ela própria, de todo má; as declarações em questão referem-se a objetos materiais. E não servem de base à maneira de hipóteses que, se se revelarem falsas, são substituídas por outras. (UG, § 402, p. 113).

A ambiguidade surge, pois “Não há uma demarcação nítida entre proposições metodológicas e proposições no âmbito de um método.” (UG, §, p. 93). O que leva Wittgenstein a afirmar, mais enfaticamente “A falta de nitidez é a da demarcação entre regra e proposição

¹⁵⁹ “Pretendo dizer: proposições com a forma de proposições empíricas e não só proposições da lógica formam a base de todas as operações com pensamento (com linguagem). Esta observação não assume a forma “eu sei...”. “Eu sei...” declara aquilo que eu sei e isso não tem interesse lógico.” (UG, 402, p. 113).

empírica.” (UG, § 319, p. 93). Como entender, então, quando se trata de uma categoria de proposição ou de outra? Ainda mais, com a afirmação de que “o próprio conceito de “proposição.” não é nítido” (UG, § 320, p. 93) e que “qualquer proposição empírica pode transformar-se num postulado – e então tornar-se uma norma da exposição.” (UG, §321, p. 93). Em outro momento, retoma esta ideia, dizendo: “... a mesma proposição pode ser tratada uma vez como coisa a verificar pela experiência, outra vez como regra de verificação.” (UG, § 98, p. 41).

Para Wittgenstein, quando Moore relata proposições que implicam conhecimento, “está realmente a enumerar um número de proposições empíricas que afirmamos sem verificação especial; proposições que tem um papel lógico especial no sistema das nossas proposições empíricas.” (UG, § 136, p. 51). Wittgenstein não concorda que, pelo fato de alguém, de extrema confiança, relatar o que sabe, isso seria o suficiente para nos convencer de seu conhecimento. Ele estaria, no máximo, apresentando a sua crença de que sabe. Então, não é pelo fato de Moore afirmar que sabe, que tais proposições se tornam interessantes, “mas porque todas têm um papel semelhante no sistema dos nossos juízos empíricos.” (UG, § 137, p. 51). Como chegar a este ponto sem considerar o contexto¹⁶⁰ de uso destas proposições de caráter especial?

Pode parecer estranho se dizer que o status lógico é dependente do contexto, isto é, que é uma característica não de proposições, mas de proposições no contexto. “Eu tenho duas mãos” tem o seu papel lógico característico em contextos normais e na maioria dos contextos - e isso envolve a característica a qual eu não posso estar cometendo um erro a respeito. Dizer isto é dizer que se tem a característica em contextos comuns, é dizer que um contexto especial é necessário para a afirmação de que há falta deste papel particular; apenas tipos especiais de relatos especiais serão compreensíveis. Há realmente dois pontos aqui. Primeiro,

¹⁶⁰ “It may seem odd to say that logical status is context dependent, that is, a feature not of propositions but of propositions in context. “I have two hands” has its characteristic logical role in normal contexts and in most contexts – and this involves the feature that I can’t be making a mistake about it. To say that is has the feature in ordinary contexts is to say that a special context is required for the claim that is lacks this particular role; only special Kinds of special accounts will be understandable. There are really two points here. First, with regard to a practice (any practice), some proposition or other has to be utterly unproblematic and nonhypothetical in an instance of the practice. This is a logical condition of having and carrying out a practice. The second point is that some propositions and not others characteristically have this role for most instance of the particular practice.” (MORAWETZ, 1980, p. 48).

no que diz respeito a uma prática (qualquer prática), uma proposição ou outra têm que ser completamente não problemáticas e não hipotéticas em uma circunstância prática. Esta é uma condição lógica de se ter e de se realizar uma prática. O segundo ponto é que algumas proposições e outras não, caracteristicamente, têm este papel para a maior parte das ocorrências da prática particular. (MORAWETZ, 1980, p. 48).

A seguir explicitaremos, mais detalhadamente, a importância do contexto como condição da significação.

Capítulo 6 - Contexto de Uso

O princípio do contexto é importante, não só para a primeira fase do pensamento de Wittgenstein, no *Tractatus*¹⁶¹, como, também, para o assim chamado período intermediário¹⁶² e, principalmente, para todo segundo período do seu pensamento¹⁶³. Este é um dos temas de Wittgenstein que tem herança fregeana.¹⁶⁴ Nos *Fundamentos da Aritmética*, o princípio do contexto exerce uma função metodológica, quando estabelece que “deve-se separar precisamente o psicológico do lógico, o subjetivo do objetivo; deve-se

¹⁶¹ O princípio do contexto aparece no *Tractatus* e, com ele, é possível compreender a importância da relação nome-objeto como um dos pontos centrais, que torna possível a construção de proposições significativas sobre fatos do mundo. Por isso a investigação do nome volta-se para como ele aparece em expressões (proposições) e não em outros possíveis usos. Assim podemos ver no que segue, “Os significados dos sinais primitivos podem ser explicados por meio de elucidações. Elas são proposições que contêm os sinais primitivos. Portanto, só podem ser entendidas quando já se conhece os significados desses sinais.” (TLP, § 3.263, p. 153).

¹⁶² Nas *Observações Filosóficas* aparece o princípio do contexto assim expresso: “Uma palavra só tem significado no contexto de uma proposição: isso é como dizer que somente em uso um bastão é uma palavra. Somente a aplicação a transforma em alavanca.” (OF, § 14, p. 44). Aqui, vemos como o princípio do contexto liga-se, diretamente, ao uso e aplicação dos conceitos. Com isto, a ideia de entender uma proposição em sua relação sistemática evidencia que “o uso de uma palavra não termina em um instante, não mais do que o de uma alavanca (...). De modo semelhante, gostaria de dizer no caso da linguagem: qual é o objeto de todos os preparativos; eles só têm algum significado se encontram um uso. Pode-se dizer: o sentido de uma proposição é seu propósito. (ou, a respeito de uma palavra, “seu significado é seu propósito”). Mas a história natural do uso de uma palavra não pode ser um interesse da lógica.” (OF, § 15, p. 44-45). Já nos inícios dos anos 30, no chamado período do cálculo, Wittgenstein toma as regras do cálculo como fundamentais e fundantes sobre as quais se instaura o significado. Neste caso, uma regra tem sentido somente na medida em que se liga a outras regras no contexto do seu sistema.

¹⁶³ “Pode-se dizer: com a denominação de uma coisa não se fez nada ainda. Ela também não tem nome, exceto no jogo. Isto era também o que Frege tinha em mente quando dizia que a palavra só tem um significado no contexto de uma frase.” (IF, § 49, p. 42-43).

¹⁶⁴ “nach der Bedeutung der Wörter muß im Zusammenhange, nicht in ihrer Vereinzelung gefragt werden 1884, x). Man muß immer einen vollständigen Satz ins Auge fassen. Nur in ihm haben die Wörter eigentlich eine Bedeutung. ... Es genügt, wenn der Satz als Ganzes einen Sinn hat; dadurch erhalten auch seine Theile ihren Inhalt.” (1884, 71). (Garver, 1995). “É preciso perguntar pelo significado das palavras em um contexto não isoladamente (1884, x). Tem-se que levar em consideração sempre uma frase completa. Só nela as palavras têm propriamente um significado. ... É suficiente quando a frase, como um todo, tem um significado; através disso, suas partes também obtêm o seu conteúdo.” <http://sammelpunkt.philo.at:8080/452/1/07-2-95.TXT>. Acessado em 16/09/11, 16:00. Titel: Die Unbestimmtheit der Lebensform Autor: Newton Garver, Buffalo/New York - U.S.A Dateiname: 07-2-95.TXT Dateilänge: 35 KB.

perguntar pelo significado das palavras no contexto da proposição, e não isoladamente; não se deve perder de vista a distinção entre o conceito e o objeto.” (FA, 1980, p. 204).¹⁶⁵ Se Wittgenstein não segue ao pé da letra o modo como Frege estabelece este princípio e sua função, não podemos, no entanto, dizer que ele não reconhece a sua importância, mesmo que faça uso distinto de tal princípio em muitos aspectos. Este conceito de Wittgenstein não é muito fácil de ser compreendido, dada a complexidade e abrangência em sua obra. O fato de Frege fazer uma distinção nítida entre sentido e significado e de estabelecer que um conceito deve estar sempre determinado e ter um limite claramente estabelecido também interessa a Wittgenstein. Mas isto não quer dizer que Wittgenstein reproduza o mesmo sentido que Frege¹⁶⁶. Se, em Frege, há uma tarefa negativa, em sua atividade de elucidação categorial, entre o objetivo e subjetivo, especificamente na tentativa de dizer o que o número não é, é para deslocar para fora do âmbito da aritmética o empirismo e o psicologismo. Uma tarefa negativa, semelhante, encontramos em Wittgenstein, nas *Investigações*, onde, ao invés de defender teses, visa fazer elucidações, nos casos em que reconhece haver a transgressão do uso adequado da gramática das palavras.

Outro ponto de distinção entre Frege e Wittgenstein é o fato de Frege, ao fazer a análise das propriedades formais do conceito de número, por exemplo, estar pensando, especificamente, em contextos cientificamente determinados.¹⁶⁷ O que é essencial para Frege, na linguagem, considerada cientificamente, são as sentenças completas, enquanto expressam pensamentos que são passíveis de ser verdadeiros ou falsos. Podemos dizer que

¹⁶⁵ Também menciona, novamente, em mais de um momento, de forma bastante semelhante, esta ideia. Vejamos: “Deve-se porém atentar sempre a uma proposição completa. Apenas nela têm as palavras propriamente significado (...) A independência que reclamo para o número não deve significar que um numeral designe algo fora do contexto de uma proposição, mas pretendo com isto apenas excluir seu uso como predicado ou atributo, o que alteraria algo em seu significado.” (FA, § 60, p. 249); “Como nos pode pois ser dado um número, se não podemos ter dele nenhuma representação ou intuição? Apenas no contexto de uma proposição as palavras significam algo.” (FA, § 62, p. 251); “Estabelecemos então o princípio de que uma palavra não deve ser definida isoladamente, e sim no contexto de uma proposição, cuja obediência basta, creio eu, para evitar a concepção física do número sem recair na psicológica.” (FA, 1980, § 106, p. 276).

¹⁶⁶ Wittgenstein reconhece a influência de Frege, também, literalmente, quando diz: “(O estilo das minhas frases é influenciado por Frege de forma extraordinariamente forte. E, se quisesse, podia estabelecer esta influência onde, à primeira vista, ninguém a veria).” (ZT, § 712, p. 155).

¹⁶⁷ “Como o que importa aqui é apreender o conceito de número tal como é utilizável pela ciência, não nos deve incomodar que no uso ordinário da linguagem o número apareça também atributivamente.” (FA, § 52, p. 247).

Wittgenstein ultrapassa este limite estreito da análise proposicional voltada aos contextos científicos¹⁶⁸ e direciona sua investigação gramatical para todos os jogos de linguagem em que são usados conceitos que interessam ser analisados, dada a função que exercem naquele contexto e o papel que cumprem, até mesmo em circunstâncias normais de uso, em uma imensa variedade.¹⁶⁹ Esta atitude de Wittgenstein pode ser concebida como uma ampliação e generalização do princípio fregeano. Em Frege, o uso é limitado às proposições ditas científicas e, em Wittgenstein, ao conjunto da linguagem. Em ambos, podemos ver, portanto, por analogia e semelhança, a tentativa de refutar o psicologismo, pois este sugere algo da ordem privada, que constitui o sujeito como tendo função importante na determinação do sentido. Isto será desconsiderado como importante tanto por Frege como por Wittgenstein. Embora Frege esteja, talvez, buscando uma fundamentação racional e objetiva para a aritmética, Wittgenstein não visa buscar, nas *Investigações*, um fundamento para o fenômeno da linguagem. Toda a argumentação contra a possibilidade da linguagem privada pode ser tomada muito mais como um auxílio instrumental para os fins terapêuticos, obliterando qualquer pretensão de fundamentação ao mostrar a falta de sentido de tal busca. Wittgenstein visa reconduzir a linguagem ao seu uso comum para, descritivamente, apresentar a gramática dos conceitos presentes na formulação dos problemas filosóficos.¹⁷⁰

O lugar mais nítido da influência do princípio do contexto de Frege, em Wittgenstein é, por exemplo, quando Wittgenstein diz: “Só a proposição tem sentido; é só no contexto da

¹⁶⁸ “Além disto, a imensa variedade de formas lógicas estampadas na linguagem dificulta a delimitação de um conjunto de modos de inferência suficiente para todos os casos e que se pudesse facilmente abarcar. A fim de atenuar estes obstáculos, inventei minha conceitografia. Ela deve tornar as expressões mais concisas e compreensíveis, e operar com poucas formas fixas, à maneira de um cálculo, de modo a não permitir nenhuma passagem que não seja conforme a regras estabelecidas de uma vez por todas.” (FA, § 91, p. 269).

¹⁶⁹ Vemos isso, claramente, nas *Investigações* quando diz: “Mas quantas espécies de frases existem? Porventura asserção, pergunta e ordem? – Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego do que denominamos “signos”, “palavras”, “frases”, (...) Tenha presente a variedade de jogos de linguagem nos seguintes exemplos, e em outros: Ordenar, e agir segundo ordens – descrever um objeto... produzir um objeto... relatar um acontecimento... levantar uma hipótese e examiná-la, etc.” (IF, § 23, p. 26-27).

¹⁷⁰ Já no *Tractatus* aparecia a preocupação com aquilo que faz surgir confusões. “Assim nascem facilmente as confusões mais fundamentais (de que toda filosofia está repleta). Para evitar esses equívocos, devemos empregar uma notação que os exclua, não empregando o mesmo sinal em símbolos diferentes e não empregando superficialmente da mesma maneira sinais que designem de maneiras diferentes. Uma notação, portanto, que obedeça à gramática lógica – à sintaxe lógica. (A ideografia de Frege e Russel é uma tal notação, que não chega, todavia, a excluir todos os erros.” (TLP, §§ 3.324 e 3.325).

proposição que um nome tem significado.” (TLP, § 3.3, p. 153); “Tudo que pode ser em geral pensado pode ser pensado claramente. Tudo que se pode enunciar pode-se enunciar claramente.” (TLP, § 4.116, p. 179); “O sentido da proposição é sua concordância e discordância com as possibilidades de existência e inexistência dos estados de coisas.” (TLP, § 4.2, p. 189). O que, neste momento, legisla o princípio do contexto? Ele reza que o significado de uma palavra está na estrita dependência de uma proposição. “O nome aparece na proposição apenas no contexto da proposição elementar.” (TLP, § 4.23, p. 189). Nesse sentido, todo e qualquer nome presente numa proposição só pode ser nome devido à forma lógica, que permite que ele seja assim concebido, e esta forma lógica determina as possíveis posições ou os lugares que o nome ocupa no contexto proposicional, em correspondência, ou em substituição aos objetos que se combinam articuladamente no mundo, da mesma forma que os nomes se articulam na linguagem, na proposição. Por isso, um nome ou uma palavra não podem significar algo isoladamente, com independência da proposição e sua articulação. Por isso ele diz: “A expressão só tem significado na proposição.” (TLP, § 3.314, p. 155). Assim, vemos que aquilo que significa não é o sinal tomado isoladamente, mas os próprios sinais devem ser tomados como tendo ligações intercambiáveis com a realidade, e isso só é pensável a partir da dimensão do símbolo. “O sinal é aquilo que é sensivelmente perceptível no símbolo.” (TLP, § 3.32, p. 157). Para evitar que o sinal possa ser tomado como significável isoladamente, Wittgenstein diz “À configuração dos sinais simples no sinal proposicional corresponde a configuração dos objetos na situação” (TLP, § 3.21, p. 151). Sinteticamente, fica estabelecido o princípio do contexto como o que permite simbolizar, fazendo com que o sinal possa ser tomado como participante dos possíveis contextos proposicionais. Assim, o nome segue, no *Tractatus*, determinações de regras sintáticas que permitem fazer associações combinatórias, refletindo as próprias possibilidades combinatórias dos objetos.

A busca de Wittgenstein é clara, no *Tractatus*, por uma diferenciação entre mostrar e dizer. Naquilo que se pode dizer, o sentido de uma proposição deve poder sempre ser determinado. O princípio da análise deve levar até este momento, junto do princípio da bipolaridade. O princípio do contexto, nesta obra, que pode ser aplicado somente para nomes e não para proposições, ajuda a explicitar o sentido de filosofia para Wittgenstein, no *Tractatus*, qual seja,

O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos. A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações. O resultado da filosofia não são “proposições filosóficas”, mas é tornar proposições claras. Cumpre à filosofia tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turvos e indistintos. (TLP, § 4.112, p. 177).

Esta atividade filosófica, assim direcionada, quando envolve a elucidação do princípio do contexto, permite compreender o papel do simbolismo e suas expressões.

Se no *Tractatus* o princípio do contexto pode ser assim concebido, nas *Investigações* ele é usado para mostrar que é somente no contexto dos jogos de linguagem que um nome, uma palavra, ou um conceito têm significado e é a partir desta dimensão que sua própria gramática pode ser esclarecida, mostrada, por descrições e exemplificações. Nas *Investigações*, Wittgenstein ultrapassa a noção de que o sentido da proposição origina-se, relaciona-se, exclusivamente, na imbricação com o mundo, sob a perspectiva da verdade ou falsidade, com a coordenação da forma lógica. O que ele considera, agora, é o domínio de um conjunto de técnicas de uso da linguagem no contexto de uma prática. Nesse sentido, o princípio do contexto não se reduz a estabelecer a relação do nome com a proposição, mas pode ser aplicado no novo modo como concebe a proposição, ou seja, “Veja a frase como um instrumento e o seu sentido como o seu emprego.” (IF, § 421, p. 171).¹⁷¹ A própria questão de saber a diferença entre nome e proposição “depende da situação em que é pronunciada ou escrita.” (IF, § 49, p. 42).¹⁷² Pelo que foi dito acima, ainda que de forma breve, podemos salientar que a mudança fundamental, ocorrida no pensamento de

¹⁷¹ Neste novo modo de conceber a proposição, podemos perceber, além de uma nova função do princípio do contexto, uma autocrítica de Wittgenstein. Está em xeque a concepção de que o significado dos termos linguísticos depende dos objetos por eles designados. “Estes elementos originais eram também os ‘individuais’ de Russel e também os meus ‘objetos’ (Trat. Lóg. Filos.).” (IF, § 46, p. 39).

¹⁷² Este, talvez, seja um dos pontos que faz com que comentadores como Baker e Hacker possam concluir o seguinte: “Ainda que muitas das críticas de Wittgenstein sejam dirigidas primariamente ao atomismo lógico e algumas sejam particularmente adequadas ao TLF, o seu alvo não é senão a ilusão que tem dominado a filosofia européia, a saber que a linguagem tem os seus fundamentos em conceitos simples.” (BAKER & HACKER, 1980, p. 75).

Wittgenstein, considerando o princípio do contexto, implica a rejeição dos seguintes elementos, na consideração de Hacker:

a independência das proposições atômicas, a idéia que toda a inferência depende de uma composição vero-funcional, a concepção de objetos simples sempiternos, a tese do isomorfismo, crucial para a teoria pictórica, da proposição atômica, a suposição que a generalidade é redutível à soma lógica ou produto. (Baker & Hacker, 1997, p. 38).

Até mesmo no uso designativo da linguagem, como no caso do pedreiro e seu ajudante, no início das *Investigações*, tais palavras só são compreendidas considerando o contexto de uso feito na atividade exercida pelos trabalhadores. Porém, sendo assim, deveríamos aceitar, também, que os usos são diversos, por isso o uso designativo entrelaça-se com outros usos, em diferentes jogos de linguagem. Neste ponto, percebe-se já a indicação da necessidade da (*übersicht*), como forma de perceber o uso da linguagem em contextos mais amplos, que relacionam diversos jogos de linguagem a partir da semelhança de família. Acredito que o próprio reconhecimento da existência de diversos jogos de linguagem não pode prescindir do contexto. Então, no caso das discussões sobre a diferença entre saber e certeza, tal como feito durante este trabalho, o contexto apresenta-se como fundamental. Nesse sentido, achamos esclarecedor o seguinte trecho:

Em Wittgenstein o traço da evidência não desaparece no conhecimento, simplesmente este apenas pode ser analisado no contexto de jogos de linguagem cognitivos, ou seja, mediante uma investigação gramatical de verbos e expressões cognitivas. Assim, aquilo a que chamamos “conhecer” e em particular “conhecer com verdade” não é investigado com o fito de determinar as modalidades de uma evidência fundadora. As análises que ele faz da gramática (regras de uso) das expressões cognitivas (“estou certo que p”, “sei que p”, “duvido que p”, etc.) pretendem antes mostrar como os conhecimentos mais indubitáveis nascem da actividade linguística e da forma de vida respectiva. (MARQUES, 2003, 116).

Utilizando o princípio do contexto, associado ao conhecimento, percebemos que certa justificação só é aceita quando submete estes mesmos conhecimentos “a variações

contextuais importantes e verificar se eles preservam essa qualidade de conhecimento absolutamente seguro.” (MARQUES, 2003, p. 116).¹⁷³ Para este autor, a gramática do verbo saber, certamente, mostra a complexidade dos usos possíveis deste conceito. O contexto de uso deve, portanto, nos fazer ver estes usos e como, a partir deles, as diferentes gramáticas de conceitos próximos podem estar associadas a este conceito. A partir disto, entendemos que a gramática de ‘crer que p’, ‘estar certo que p’, etc., pode ter um uso aparentado com ‘sei que p’. O que, sem as devidas distinções, pode ser extremamente problemático. É o que vemos demonstrado por Wittgenstein em *Da Certeza*, em vários momentos, e que iremos explorar mais adiante. Naturalmente, pode surgir, a partir da análise gramatical de “saber”, a necessidade de relacionar este conceito com a gramática da palavra verdade, quando surge a necessidade de justificar o que se afirma saber, para adquirir o estatuto de um conhecimento objetivo e público.

Compreender o uso da palavra “verdade” parece, pois, depender do esclarecimento daqueles outros termos como “corresponder” ou “concordar” e esse é ainda um problema gramatical que é resolúvel no âmbito de um *Übersicht* do uso de jogos de linguagem cognitivos, expressivos ou descritivos. (MARQUES, 2003, p. 135).

Este esclarecimento entre a verdade e os jogos de linguagem não pode prescindir da ideia de que falar uma linguagem é parte de uma atividade ou de uma forma de vida, tal como estabelecido no § 23 das *Investigações*. Esta relação nos impede de conceber a linguagem como algo isolado das atividades nas quais os usos da linguagem estão em exercício. Por isso, os usos expressivos dos conceitos sugerem uma relação com o conjunto das atividades de uso da linguagem na interação com os outros e com o mundo, o que não pode prescindir do contexto, tal como estamos explicitando. Esta passagem também é elucidativa quanto à importância do contexto.

¹⁷³ Faremos um aprofundamento sobre esta questão nas partes que discutem a relação de conhecimento e certeza, no capítulo sétimo.

O signo (a frase) obtém o seu significado do sistema de signos, da linguagem a qual pertence. Numa palavra: compreender uma frase significa compreender uma linguagem. A frase tem vida, pode dizer-se, enquanto parte integrante do sistema da linguagem. Mas é-se tentado a imaginar o que dá vida à frase como algo que, numa esfera misteriosa, com ela coexiste. Mas, seja o que for que com ela coexista, será para nós apenas um outro signo. (LA, 1992, p. 31).

Esta coexistência com outro signo seria impensável sem levar em conta o contexto de uso dos signos. Também, com este uso contextual, é possível, na hora em que surgem os enigmas e as perplexidades em relação ao conhecimento, por exemplo, substituir o “pensamento pela expressão do pensamento (...) a expressão da crença, do pensamento, etc., é apenas uma frase; - e a frase só tem sentido no quadro de um sistema de linguagem.” (LA, 1992, p. 81). O uso contextual permite, pois, relacionar o signo ao sistema linguístico e isto tem importância elevada, também, para evitar a busca de fundamentos do conhecimento em estados mentais ou atividades do espírito. No livro castanho, esta ideia aparece assim expressa:

Pensamos, por vezes, no sentido dos signos como estados de espírito do homem que os usa, por vezes como o papel que estes signos desempenham num sistema de linguagem. A relação entre estas duas idéias reside no facto de as experiências mentais que acompanham o uso de um signo serem indiscutivelmente provocadas pelo nosso uso do signo, num sistema de linguagem particular. (LC, 1992, p. 11).

Por isso, mesmo que haja manifestação gestual que acompanha o uso de certos signos, não é lícito concluir que estes gestos possam acompanhar universalmente estes usos. Aprendemos¹⁷⁴ por instinto, adestramento, treinamento¹⁷⁵, instrução técnica¹⁷⁶ e

¹⁷⁴ “Mentir é um jogo de linguagem que requer ser aprendido como outro jogo qualquer.” (IF, § 249, p. 125). “Como reconheço que a cor é vermelha? – Uma resposta seria: “Eu aprendi português.” (IF, § 381, p. 160). “Quando uma criança aprende a linguagem, aprende ao mesmo tempo o que deve e o que não deve ser investigado. Quando aprende que há um armário no quarto, não lhe ensinam a pôr em dúvida que aquilo que vê mais tarde ainda seja o armário e não apenas um adereço de cenário.” (UG, § 472, p. 135).

¹⁷⁵ “Toda explicação tem o seu fundamento no treino. (Os educadores deviam lembrar-se disto).” (ZT, § 419, p. 100). “Quando aprende a falar, a criança emprega tais formas primitivas de linguagem. Ensinar a linguagem

educação¹⁷⁷ estes usos contextualizados¹⁷⁸. Porém, todas as diferenças que, possivelmente, surgirem entre estes usos não seriam compreendidas por demonstrações e argumentações¹⁷⁹. Para Wittgenstein, “A diferença, poderia dizer-se, não reside no ato de demonstração, mas antes no que rodeia esse ato, no uso da linguagem.” (LC, 1992, p. 13).¹⁸⁰

Vemos, portanto, que os limites da expressão dos pensamentos, via as descrições, não têm a pretensão de fazer associações entre o que foi expresso e uma possível intenção ou uma relação unívoca a um referente. Para esclarecer todas as situações envolvidas no dizer, querer dizer, ter a intenção de dizer, etc. a referência ao contexto é central. A referência ao eu, ao sujeito e, portanto, a um suposto estado mental é descartada como fundamental para esclarecer a gramática destes conceitos. Wittgenstein diz: “Quando o disse, etc. descrevem uma situação inteligível específica. Como é esta situação? Para a descrever, tenho de descrever um contexto.” (ZT, 1989, p. 19). Se, como diz o autor, “O signo apenas vive no sistema” (ZT, 146, 44), então confirma, novamente, como fará em vários momentos, que o contexto deve ser levado em conta. Neste caso, o contexto é sempre de uso de uma palavra, relacionada a outra palavra, num jogo de linguagem, na aplicação prática. O que permite compreender que “Só no fluxo do pensamento e da vida as palavras têm significado.” (ZT, 173, p. 49).

aqui não é explicar mas treinar.” (IF, § 5, p. 16), conforme, também, parágrafos 6, 189, 206 e como diz “Somos, por natureza e através de um determinado treinamento e de uma educação, de tal modo orientados que, em certas circunstâncias, exteriorizamos nossos desejos.” (IF, §441, p. 175).

¹⁷⁶ “Começar a ensinar a alguém ”isto é vermelho” não tem sentido. Tem de o dizer espontaneamente quando tiver aprendido o que significa “vermelho”, isto é, quando tiver aprendido a técnica de utilizar a palavra.” (ZT, § 418, p. 100).

¹⁷⁷ “Quero dizer: uma educação totalmente diferente da nossa poderia também ser a base para conceitos inteiramente diversos.” (ZT, § 387, p. 93).

¹⁷⁸ “Não consigo descrever como (em geral) aplicar regras, exceto ensinando-te, treinando-te a aplicar regras.” (ZT, 318, p. 81).

¹⁷⁹ “Teremos de pensar como é que o uso desta palavra é aprendido, e em que circunstâncias deveríamos dizer que a palavra representa realmente aquela frase.” (ZT, § 154, p. 45).

¹⁸⁰ Uma ideia bastante semelhante aparece, também, em *Anotações sobre as Cores*, quando diz: “pois não é decerto o ‘pensamento’ (/ um fenômeno psíquico correlato // algo que acompanha a proposição //), mas sim / o // seu // emprego (algo que a envolve) que distingue a proposição [lógica] da proposição da experiência.” (AC, III, § 19, p. 71).

Todos os casos em que aparece o uso expressivo de conceitos em jogos de linguagem, sem a compreensão da função do contexto, não entrariam no espírito do trabalho filosófico de Wittgenstein, qual seja, entre outras coisas, descrever os usos significativos dos conceitos. Nesse sentido, o contexto de uso expressivo apresenta-se, em relação aos conceitos psicológicos, à dimensão da crença, no uso dos verbos cognitivos, etc. Também, para os casos em que percebemos transições entre o expressivo e o descritivo, o contexto é de grande monta.¹⁸¹ Sem a análise de como são usados os conceitos em circunstâncias contextuais¹⁸², nem mesmo poderíamos distinguir entre a expressão de dor e a simulação de dor. Por isso Wittgenstein pergunta:

Por que um cachorro não pode simular dores? Por que é muito honesto? Poder-se-ia ensinar um cachorro a simular dores? Pode-se talvez ensinar-lhe a ganir de dor, em certas oportunidades, sem que esteja sentindo dor. No entanto, para a simulação propriamente dita faltaria ainda o contexto adequado. (IF, § 250, p. 125).

Sem entrar na polêmica discussão se os animais pensam ou não, percebe-se, a partir do que foi dito, que, faltando o contexto de uso ao cachorro, significa que lhe falta a capacidade simbólica de ‘uso’ diversificado do ‘ganir’ em diversos jogos de linguagem, onde gramáticas distintas, certamente, apareceriam para reger tal uso, estabelecendo os limites para as condições de sentido. Então, por mais que um treinador usasse técnicas apuradas para ensinar ao cão o uso expressivo de ‘simulação’, provavelmente, ele não aprenderia, pois ele não compartilha das mesmas formas de vida dos humanos.

¹⁸¹ “É uma característica de grande relevância essa duplicidade de registros e não menos a possibilidade inata no homem, mas sempre aplicada em contexto, de reconhecer transições entre o descritivo e o expressivo. (...) a transformação de um jogo de linguagem expressivo num jogo de linguagem descritivo é naturalmente identificada num contexto.” “A frase ‘descrição de um estado de alma’ caracteriza um certo jogo. E se simplesmente ouço as palavras ‘estou com receio’, então posso na verdade presumir que o jogo é aqui jogado (mais ou menos pelo tom), mas só o saberei quando conhecer o contexto” (LWPP I).” (MARQUES, 2003, p. 18). Esta distinção entre o expressivo e o descritivo é importante e pode auxiliar na compreensão da distinção entre o normativo e o empírico que veremos no capítulo oitavo deste trabalho.

¹⁸² “Uma criança aprende a andar, a gatinhar, a brincar. Não aprende a jogar voluntária ou involuntariamente. Mas o que transforma os seus movimentos do jogo em movimentos voluntários? – como seria se fossem voluntários? – poderia igualmente perguntar: o que torna este movimento num jogo? – As suas características e o seu contexto.” (ZT, 587, p. 132).

O próprio uso cotidiano da linguagem poderia esclarecer certas confusões e evitar os paradoxos que surgem como que por ranços filosóficos, ou quando “realizamos acrobacias lógicas” (IF, § 412, p. 168), na aplicação prática dos conceitos. A terapia filosófica, aplicada a estes casos, deveria mostrar que “não proferi a frase num contexto em que ela tivesse um sentido ordinário e não paradoxal.” (IF, § 412, p. 169). O contexto ordinário de uso permite aos homens aquele acordo linguístico que emerge das formas de vida e serve, a partir dos critérios estabelecidos, para distinguir os limites, embora nem sempre nítidos, dos usos expressivos dos conceitos. Qualquer forma expressiva, que se apresente nos usos efetivos da linguagem, pode não ser bem compreendida pelo caráter inusitado que pode emergir, ou ser estabelecido, quando considerada unilateralmente. A diversidade de usos que é possível perceber, a partir da noção de contexto que Wittgenstein apresenta, mostra que “o problemático desaparecerá na medida em que você acolhe tanto um fato como o outro.” (IF, § 524, p. 192), naquilo que a forma expressiva pode mostrar, como algo habitual ou inusitado. “Se ela tivesse isolada, eu diria que não sei do que ela trata. Eu saberia, no entanto, como seria possível talvez usar essa frase; eu mesmo poderia inventar um contexto para ela.” (IF, § 525, p. 192).

Estas considerações confirmam, mais e mais, a mudança de Wittgenstein da atitude explicativa, em relação aos conceitos, para a atitude descritiva. Então, não se explica o que é uma palavra, ou uma frase, por exemplo: ‘medo’ ou ‘tenho medo’. Com a busca do autor pela “diferença gramatical” (IF, § p. 245), a compreensão do significado da palavra ‘medo’, ou da frase, ‘tenho medo’, que são expressões, dar-se-ia pelas várias descrições possíveis, construindo inúmeras outras frases associadas a esta e “A cada uma destas frases pertence uma entonação especial, a cada uma pertence um contexto diferente.” (IF, p. 248). Segue dizendo, “Descrever o meu estado de alma (do medo, p. ex.), faço-o num determinado contexto. (Do mesmo modo que uma determinada ação só é um experimento em um determinado contexto).” (IF, p. 248-249). Talvez seja por isso que Wittgenstein diz que “Um ‘processo interno’ precisa de critérios externos.” (IF, § 580, p. 205). Portanto, o conjunto de exteriorizações que ocorrem via as descrições cumpre este requisito de relacionar algo vivido, internamente, às situações contextuais em que elas possam ser compreendidas, pois compartilhadas segundo um critério que permita acessar a mesma forma expressiva. Pelo menos, a forma expressiva deveria ser mostrada pelas várias descrições para permitir que “O

que acontece agora, tem um significado – neste contexto. O contexto lhe confere importância.” (IF, § 583, p. 206).¹⁸³

Colocado o contexto nesta perspectiva, não poderia ele não ser evocado em várias situações, onde nem a linguagem, normativamente estruturada, nem a realidade, empiricamente constituída, seriam bem compreendidas em seus próprios registros, muito menos, talvez, nos diversos usos efetivos, onde ocorrem mudanças no estatuto das proposições, quer empíricas, quer normativas¹⁸⁴. Em *Anotações sobre as Cores* lemos:

Proposições são amiúde usadas na fronteira entre lógica e empiria, de sorte que seu significado muda de um lado para o outro por sobre a fronteira e elas valem ora como expressão de uma norma, ora como expressão de uma experiência. (AC I, § 32, p. 37).

As pretensões filosóficas de separar, nítida e definitivamente, o lógico do empírico parecem fragilizadas ao extremo diante desta constatação. Nesta tentativa de determinar o estatuto do que é lógico e empírico em relação às cores, o contexto, mais uma vez, é evocado como cumprindo um papel relevante, “Isto é, aproximadamente: algo só é ‘cinza’ ou ‘branco’ em um determinado contexto.” (AC III, § 220, p. 159).¹⁸⁵ O contexto, portanto, é, nesse sentido, o contexto gramatical do uso expressivo de conceitos, não o contexto

¹⁸³ No *Da Certeza*, o contexto é evocado diversas vezes. Ele é um elemento decisivo para a compreensão do papel e do estatuto das proposições. Ao discutir a certeza incondicional, proposta por Moore, diz o seguinte: “Dizer do homem, no sentido de Moore, que ele sabe alguma coisa, que o que ele diz é, portanto, incondicionalmente verdade, parece-me errado. É verdade só na medida em que é uma base inamovível nos seus jogos de linguagem.” (UG, § 403, p. 115). Em outro momento, discute se tal certeza incondicional não é presunçosa e diz: “No seu jogo de linguagem não é presunçosa. Aí, simplesmente, não ocupa posição superior à do jogo de linguagem humana. Porque tem aí a sua aplicação restrita. Mas logo que diga esta proposição fora do seu contexto, ela surge a uma luz falsa. Porque então era como se eu pretendesse insistir em que há coisas que eu sei. O próprio Deus não me pode dizer nada acerca delas.” (UG, § 554).

¹⁸⁴ No texto *Da Certeza*, temos a mesma constatação sobre a mudança de fronteira entre as proposições.

¹⁸⁵ No MS 173, aparece assim este conceito: “Ob ich etwas als grau oder als Weiss sehe, kann davon abhängen, wie ich die Dinge um mich beleuchtet sehe. In einem [Kontext | Zusammenhang] ist die Farbe für mich Weiss in schlechter Beleuchtung, im andern Grau in Guter Beleuchtung.” (MS 173, p. 74 v). “Se eu vejo algo como cinza ou como branco, pode depender de como eu vejo iluminadas as coisas à minha volta. Em um [contexto | sequência] a cor para mim é branca em uma iluminação ruim; em outro (contexto) é cinza em boa iluminação.”

social, ou empírico. Neste mesmo sentido, o contexto aparecerá como central para a compreensão da certeza atrelada às formas de vida, tal como veremos nas partes a seguir, bem como para possibilitar a compreensão da diferença categorial entre conhecimento e certeza.

Capítulo 7 - A Certeza e o Conhecimento no *Da Certeza*

O *Da certeza*, se não de forma exclusiva, pode ser tomado como um dos textos principais de Wittgenstein para compreender a diferença entre conhecimento de certeza. A análise gramatical e terapêutica revela, nesta obra, de forma perspicaz, entre outras coisas, os complexos usos da linguagem numa possível implicação com a epistemologia. O uso expressivo dos conceitos, envolvendo conhecimento e certeza, deve, via as descrições e exemplificações, deixar claro o seu sentido. Se isto nem sempre é o caso, dado que no uso da linguagem pode haver, por má compreensão, o estabelecimento de dogmatismos e confusões, a terapia pode ser solicitada. Os limites, embora nem sempre nítidos, nem sempre exata e exemplarmente estabelecidos, devem poder ser mostrados de forma clara entre o uso da linguagem, que expressa conceitos relacionados ao conhecimento, e o uso que implica certeza. Certeza e conhecimento pertencem, pois, a categorias distintas em Wittgenstein.¹⁸⁶ O que permite diferenciar, inicial e funcionalmente, estes dois conceitos não é um modelo teórico de construção de teorias epistemológicas. A distinção dá-se na aplicação prática dos conceitos, nos diferentes jogos de linguagem em que estes conceitos estão sendo usados¹⁸⁷. "Conhecimento e certeza se revelam como sendo conceitos independentes que desempenham papéis relacionados, mas diferentes em comunicação e em outras formas de interação humana." (STROLL, In: HALLER, 2002, p. 449).

No *Da Certeza*, o parágrafo 204 é um dos lugares claros, onde Wittgenstein estabelece, de forma explícita, a prática como condição para a circunscrição conceitual. Diz ele: "é o nosso atuar que está no fundo do jogo de linguagem" e, com isso, percebemos o significado dos conceitos atrelados às formas de vida. Este atuar permite conceber a aplicação gramatical como instância de descoberta da significação dos conceitos. Por isso

¹⁸⁶ "Saber e certeza pertencem a diferentes categorias. Não são dois estados mentais como, por exemplo, supor e estar seguro (aqui, parto do princípio de que é significativo para mim dizer eu sei o que é que, por exemplo, significa a palavra dúvida e que esta frase indica que a palavra dúvida desempenha um papel lógico)." (UG, § 308, p. 89).

¹⁸⁷ "Knowledge and certainty are revealed to be independent concepts that play related but different roles in communication and in other forms of human interaction." (STROLL, IN: HALLER, 2002, p. 449).

conhecimento e certeza também podem ser diferenciados, em sua significação, a partir deste uso expressivo e da aplicação prática dos conceitos. É pela noção de jogo de linguagem, presente neste discernimento entre diferentes conceitos, que permite o estabelecimento de um limite claro e categorial entre ambos. Percebemos que esta função para os jogos de linguagem é definida desta forma por Wittgenstein, “Os jogos de linguagem estão aí muito mais como objetos de comparação, os quais, por semelhança e dessemelhança, devem lançar luz nas relações de nossa linguagem.” (IF, § 130, p. 76). Por esta atividade podemos concluir, então, que o esclarecimento lúcido dos conceitos usados nas práticas linguísticas é um dos objetivos de sua terapia filosófica.¹⁸⁸

A terapia tem como tarefa perspicua evitar “o enfeitamento de nosso intelecto pelos meios de nossa linguagem.” (IF, § 109, p. 71). Esta atitude filosófica de Wittgenstein, no *Da Certeza*, está voltada, entre outras coisas, para o discernimento terapêutico dos usos distintos dos conceitos saber e certeza. Ao analisar a gramática de ‘saber’, permite compreender como, na sua aplicação, podem surgir diferentes sentidos. Por exemplo, ao dizer que “sei pintar paredes” e “sei que ele sabe pintar paredes”, a palavra saber não tem o mesmo sentido. Em geral, podemos dizer que, no primeiro caso, usei a palavra saber querendo dizer que sou capaz de fazer isso, ou seja, pintar paredes. Já no segundo caso, provavelmente, na maioria dos casos, significa que tenho conhecimento de que ele é capaz de fazer aquilo.

Percebemos que, enquanto Wittgenstein efetivamente exercita esta tarefa crítico-terapêutica, mostra que a dúvida não pode ser estabelecida de forma gratuita¹⁸⁹, pois ela necessita de certo fundamento, a saber, algumas coisas serem tidas como certas¹⁹⁰; que a própria dúvida só faz sentido em certos jogos de linguagem que, para serem jogados, pressupõem o domínio das regras do jogo. Aqui, saber jogar e poder jogar podem evocar a noção de semelhança de família. “É evidente que a gramática da palavra “saber” goza de estreito parentesco com a gramática das palavras “poder”, “ser capaz”. Mas também com a

¹⁸⁸ Tal como estabelece nas *Investigações*, nos parágrafos 90, 133, 255, 309, principalmente.

¹⁸⁹ “A criança aprende, acreditando no adulto. A dúvida vem depois da crença.” (UG, § 160, p. 57).

¹⁹⁰ “Quem tentasse duvidar de tudo, não iria tão longe como se duvidasse de qualquer coisa. O próprio jogo da dúvida pressupõe a certeza.” (UG, § 115, p. 47).

gramática da palavra “compreender. (‘Dominar uma técnica’).” (IF, § 150, p. 86).¹⁹¹ Vemos certo parentesco entre o domínio de técnicas de uso das palavras saber, poder e compreender com o domínio de técnicas para a distinção gramatical entre conhecimento e certeza. Se eu sei algo, ou se se sabe algo, então, não é conveniente para a significação, permanecer clara a atribuição concomitante de certeza a este domínio. Não posso atribuir certeza ao saber se este foi ou é instaurado a partir da dimensão hipotética, por exemplo. Por outro lado, desnecessário, em nível mais fundamental, é acrescentar o ‘eu sei’ ou ‘sabe-se’, àquilo que é tido como certo. Compreendendo que há certeza, é desnecessário, portanto, a atribuição ou o uso da palavra saber. Havendo conhecimento, não é adequada, de forma alguma, a utilização da palavra certeza. O uso criterial destes conceitos, em jogos de linguagem, deve levar os usuários da linguagem à compreensão do papel que os mesmos exercem no interior destes jogos, com fim de evitar os paradoxos filosóficos.¹⁹²

O modo como Moore apresenta um conjunto de proposições como sendo certas não deixa clara a distinção do que é saber e do que é certeza. Aos olhos de Wittgenstein, Moore teria confundido a gramática dos conceitos saber e certeza, assim como não deixado clara a estipulação de quais critérios devem ser usados para colocar estes dois conceitos em categorias distintas. Poderíamos dizer que o uso que Moore faz de proposições como sendo certas e, por isso mesmo, provando o mundo exterior, é, pelo menos, estranho¹⁹³. Sua aplicação não está clara e é, em geral, fonte de confusões. A solução do ajuste ou encaixe entre linguagem e fatos, supostamente representados pela linguagem, não pode ser

¹⁹¹ “Pense em como aprendemos a usar as expressões “agora sei mais”, “agora sou capaz de continuar”, e outras, pense em que família de jogos de linguagem aprendemos o seu uso.” (IF, §179, p.102). “Seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez, são hábitos (usos, instituições). Compreender uma frase significa compreender uma língua. Compreender uma língua significa dominar uma técnica.” (IF, § 199, p. 113).

¹⁹² “Os critérios que admitimos para ‘encaixar-se’, para ‘ser capaz’, ‘ para compreender’ são mais complicados do que poderia parecer à primeira vista. O jogo com estas palavras, sua utilização no intercâmbio linguístico, de que são meio, é mais complicado – o papel destas palavras na nossa linguagem é um papel diferente – do que somos tentados a acreditar.” (IF, § 182, p. 104).

¹⁹³ “A aplicação não entendida da palavra é interpretada como expressão de um processo estranho. (Assim como se pensa o tempo como um médium estranho, a alma como um ser estranho” (IF, § 196, p. 111). Em *Da Certeza*, logo no início, aparece a crítica de Wittgenstein ao que faz com que algo estranho possa aparecer e quais os motivos. “Veja-se agora: pode alguém enumerar o que sabe (como Moore)? Diretamente assim, no o creio. Porque, de outro modo, a expressão ‘eu sei’ seria empregada indevidamente. E através desse uso incorreto parece revelar-se um estranho e extremamente importante estado mental.” (UG, § 6, p. 15).

estabelecida a partir de uma base epistemológica, pois a atitude epistemológica já está, desde sempre, comprometida com o uso de certos conceitos que sustentam certas dicotomias nesta relação. Também, a partir da epistemologia propriamente dita, não teríamos como diferenciar, com clareza, o factual e o normativo.¹⁹⁴ A gramática destes conceitos, implicados nesta relação, é que deve ser mostrada para, a partir daí, entender o significado das categorias distintas que se apresentam na descrição de fatos do mundo. O critério apontado por Wittgenstein vai em direção diferente da de Moore. Vemos isto já estabelecido nas *Investigações* quando diz:

Assim você está dizendo, portanto, que a concordância entre os homens decide o que é certo e o que é errado? – Certo e errado é o que os homens dizem: e os homens estão concordes na linguagem. Isto não é uma concordância de opiniões mas da forma de vida. (IF, § 241, p. 123).

Wittgenstein parece estabelecer, neste momento, a necessidade da nítida separação entre os domínios do conhecimento e os domínios da certeza. A concordância que se dá a partir das formas de vida, certamente, diz respeito, mais diretamente, à certeza do que ao conhecimento. Onde ocorre a certeza, não necessitamos mais de justificação e Wittgenstein diz, “Usar uma palavra sem justificação não significa usá-la indevidamente.” (IF, § 289, p. 136). Possivelmente, algumas das proposições que Moore acreditava expressarem conhecimento, para Wittgenstein, expressam certeza. Sendo assim, toda busca por conhecimento e o estabelecimento dos limites para o conhecimento poderão tomar as proposições certas como ponto de partida, base e até fundamento, embora este não seja o objetivo de Wittgenstein. “Eu diria: Moore não sabe aquilo que afirma que sabe, contudo é ponto assente para ele assim como é para mim; considerar isso como matéria assente faz parte do nosso método de dúvida e investigação.” (UG, § 151, p. 55).

¹⁹⁴ Já nas *Investigações*, Wittgenstein sugere a possibilidade de confusão entre estes dois domínios, “Não posso me representar o contrário não significa aqui, naturalmente: meu poder de representação não é suficiente. Com estas palavras nos defendemos contra algo que nos faz crer pela sua forma que seja uma proposição empírica, mas que na realidade é uma proposição gramatical.” (IF, p. 125).

O modo como Wittgenstein entende as proposições que vinculam certeza não são hipóteses, nem são empíricas,¹⁹⁵ no sentido estrito, e nem são passíveis de dúvida. Se elas não têm nenhuma destas características, então, não é necessário perguntar pela origem, pelo local, pelo tempo em que surgiram. Carregam, portanto, o estigma de serem autônomas em relação a todas estas características. Elas legislam com independência da causalidade e de fatores extrínsecos ao uso expressivo na linguagem. Ao contrário das proposições que expressam conhecimento, elas não necessitam ser testadas, pois, não sendo hipotéticas, não é a verificação, ou a tentativa de falsificação, que servirá para corroborar sua validade e legitimidade. As proposições que vinculam certeza não necessitam de teste, pois, sendo certas, já são aceitas como suficientes em si mesmas e por si mesmas. “Quero responder que exatamente para esta certeza não precisamos de fundamentos.” (IF, § 324, p. 145). Não necessitando de fundamentos, também não necessitam daquilo que é considerado fundamento para a ciência, pois a certeza não depende causalmente de procedimentos metódicos inerentes à ciência. Isto não é uma impossibilidade, todavia, de poder relacionar certeza a determinados experimentos e vivências. No caso da certeza de que o fogo irá me queimar e a suspeita de que tal certeza se fundamenta em indução, questiona Wittgenstein:

Eu sempre me queimei numa chama, portanto, isto vai acontecer agora também? Ou é a experiência anterior a causa da minha certeza e não a sua razão? É a experiência anterior a causa da certeza? – depende do sistema de hipóteses, de leis naturais, no qual consideramos o fenômeno da certeza. Está justificada a confiança? – o que as pessoas admitem como justificação, - mostra como elas pensam e vivem. (IF, § 325, p. 145).

Porém este pensar não significa aquele processo psíquico interno do pensar que acompanharia a linguagem expressa ou falada. A concepção pneumática do pensar é abandonada como tendo importância para a significação. A certeza, embora não possa ser descrita por proposições, como se descrevem características empíricas dos fatos, pode ser

¹⁹⁵ “Poderia imaginar-se que algumas proposições, com a forma de proposições empíricas, se tornavam rígidas e funcionavam como canais para as proposições empíricas que não endureciam e eram fluidas, e que esta relação se alterava com o tempo, de modo que as proposições fluidas se tornavam rígidas e vice-versa.” (UG, § 96, p. 41).

mostrada no uso de expressões que a vinculam.¹⁹⁶ Que não há primazia do pensamento nesta caracterização de como usamos a linguagem¹⁹⁷, para chegar à significação e, também, de mostrar certeza, fica claro em vários momentos de sua obra, como quando diz, “O pensar não é um processo sem corpo, que empresta vida e sentido ao falar, e que poderíamos desligar do falar.” (IF, § 339, p. 149). Esta concepção de pensamento, rejeitada por Wittgenstein é, certamente, fonte de confusões e que impediria de “Mostrar à mosca a saída do apanha-moscas.” (IF, § 309, p. 141).

No discernimento entre conhecimento e certeza, as confusões devem desaparecer ou, pelo menos, serem mostradas. Por outro lado, tentar explicar ou responder à pergunta o que difere uma proposição relacionada ao conhecimento de uma que vincula certeza nos levaria muito mais a perceber tão somente que isto “é uma contribuição à gramática da proposição.” (IF, § 353, p. 153) do que encontrar respostas explicativas e definitivas daquilo que as diferencia. Também, na diferenciação entre conhecimento e certeza, “É preciso trazer à memória as diferenças dos jogos de linguagem.” (IF, § 290, p. 136). Nestas diferenças, as práticas e aplicações das palavras iriam mostrar o que pode ser considerado conhecimento e o que pode ser considerado certeza. As ações práticas devem mostrar a diferença categorial entre estes dois domínios para não ocorrer que “A oscilação entre critérios e sintomas faz parecer como se houvesse tão-somente sintomas.” (IF, § 354, p. 153). Assim como Wittgenstein diz que não analisa o pensamento enquanto fenômeno, mas o conceito de pensamento (Cf. IF § 383, p. 160), “portanto, o emprego de uma palavra”, também faz com a diferenciação entre conhecimento e certeza. Podemos dizer que, talvez, não fosse prioridade, para Wittgenstein, fazer esta diferenciação. Porém, ao constatar a falta de clareza e distinção entre o uso criterial e comum de proposições feitas por Moore, provavelmente, toma como objeto de interesse, ainda que circunstancial, para fazer a terapia desta confusão.

¹⁹⁶ “Não se pode adivinhar como uma palavra funciona. É preciso que se veja a sua aplicação e assim se aprenda.” (IF, § 340, p. 149).

¹⁹⁷ “Quando penso dentro da língua, não me pairam no espírito “significados” ao lado de expressões lingüísticas; mas a própria língua é o veículo do pensamento.” (IF, § 329, p. 146).

Para Wittgenstein, mostrar a gramática das palavras saber e certeza a partir dos usos e aplicações¹⁹⁸ implica rejeitar, assim como fez nas *Investigações*, em relação à gramática de “sentir dor” e de “representação”, entre outros, que a análise possa oscilar entre o “científico-natural e gramatical.” (IF, § 392, p. 162). Toda a ameaça do científico-natural, enquanto mesclado com o gramatical, é uma ameaça à própria autonomia da gramática. Para evitar tal ameaça e compreender o sentido do que está em jogo, não se pode analisar, circunstancialmente, um conceito, pois, “Todo signo sozinho, parece morto. O que lhe confere vida? – Ele está vivo no uso.” (IF, § 432, p. 173). Este é um ponto importante que aparece constantemente no *Da Certeza*. Assim como o signo sozinho parece morto, também uma proposição sozinha não teria vida. Por isso, o que interessa é mostrar como uma proposição pode ser derivada de outra proposição (Cf. UG, § 1, p. 15) e como o sistema¹⁹⁹ de proposições é formado (Cf. UG, § 102, p. 43). É neste contexto de articulação sistemática²⁰⁰ de proposições que a certeza emerge, também, como algo que não é um elemento isolado, fruto de uma relação direta entre um signo e um referente, ou de uma intuição direta de algo inquestionável.

Na aplicação e no uso de conceitos, a dimensão do contexto importa para não vincular certeza a algo fragmentário ou hipotético. “É, aqui vemos o que certeza significa. (não só o que a palavra “certeza” significa, mas também o que tem a ver com ela).” (IF, § 474, p. 182). Aquilo que tem a ver com a certeza é bem distinto daquilo que tem a ver com o conhecimento. Observar as ações para fins de discernimento entre o saber e a certeza, implica, também, perceber que “O que dizemos adquire o seu significado a partir do resto dos nossos procedimentos.” (UG, § 229, p. 71). O resto dos procedimento não indica algo isolado ou com valor diminuto, pois, mesmo sendo ‘resto’, é incorporado às condições de

¹⁹⁸ “Veja a frase como instrumento, e o seu sentido como o seu emprego.” (IF, § 421, p. 171).

¹⁹⁹ “Pouco a pouco forma-se um sistema daquilo em que acredito e, nesse sistema, algumas coisas permanecem inabalavelmente firmes, enquanto algumas outras são mais ou menos suscetíveis de alteração. Aquilo que permanece firme não o é assim por ser intrinsecamente óbvio ou convincente; antes aquilo que o rodeia é que lhe dá consistência.” (UG, § 144, p. 53).

²⁰⁰ “Toda a verificação, confirmação e invalidação de uma hipótese ocorrem já no interior de um sistema. E este sistema não é um ponto de partida, mais ou menos arbitrário e duvidoso, para todos os nossos argumentos: não, pertence à essência daquilo a que chamamos um argumento. O sistema não é tanto o ponto de partida, como o elemento onde vivem os argumentos.” (UG, § 105, p. 43).

significação pela estratégia de Wittgenstein em dizer que “Aquilo a que me agarro não é uma proposição, mas um conjunto de proposições.” (UG, § 225, p. 71).

A certeza, entendida a partir de seu contexto, deve possibilitar o discernimento e a diferenciação do que é conhecimento ou crença, sujeitos à dúvida e ao estabelecimento de experimentos para sua confirmação ou rejeição. Mesmo em relação aos fatos relacionados ao conhecimento e à crença, não há uma dúvida sistemática sobre todos eles. Mesmo porque, muitos deles, dependendo das mudanças conceituais e dos jogos de linguagem imbricados em suas descrições, podem ser tomados como certos, “O fato de não duvidarmos de todos é simplesmente o nosso modo de julgar e, portanto, de atuar.” (UG, § 232, p. 71). O atuar pode mostrar-nos que a certeza é aquela firme convicção²⁰¹ que não necessita de confirmação e não tem necessidade de ser submetida ao teste para se tentar refutar. A estrutura gramatical das proposições que vinculam certeza estabelecem, também, o limite daquilo que pode ser submetido ao teste e daquilo que fica fora da dimensão contingencial. Elas são, por isso mesmo, necessárias e apresentam-se como suficientes para a firme convicção ser mantida. Nesse sentido, são vistas como “Um bom fundamento” e um bom fundamento “é um fundamento que aparece como tal.” (IF, § 483, p. 184).

A certeza, tomada a partir desta perspectiva, não é nem verdadeira, nem falsa. Um fundamento que não é fundamentado e, ainda assim, aparece como suficiente para a instauração da certeza, faz com que a certeza possa ser concebida como tendo um caráter negativo em relação ao que é tido como verdadeiro ou falso. Afinal de contas, ela não é passível de revisão, de refutação ou comprovação. Por isso não se pode justificá-la por experimentos inerentes à ciência. Nesse sentido, ela não é incorporada ao âmbito epistêmico. Diferente do conhecimento, que pode ser justificado, testado e revisado, conforme os critérios adotados para a construção de uma teoria. Diferenciando, assim, certeza e conhecimento, podemos dizer que Wittgenstein relaciona certeza a certa imagem de mundo, derivada da compreensão e da incorporação na gramática de vários fatos que ocorrem na nossa vida. Diz ele: “Tenho uma imagem de mundo. É verdadeira ou falsa? Sobretudo é o substrato de todas as minhas perguntas e afirmações. As proposições que a descrevem não são todas igualmente sujeitas à verificação.” (UG, § 162, p. 58 e 59). Isto leva

²⁰¹ “Contudo, as minhas convicções formam de fato um sistema, uma estrutura.” (UG, § 102, p. 43).

a confirmar que aquilo que afirmamos depende, em última instância, das práticas. Por isso aquilo que diz respeito à certeza não depende da defesa ou estipulação de determinadas teses, mas de certos critérios normativos que orientam e regulam as ações práticas. São estas caracterizações que podem ser sempre relacionadas ao nosso atuar que está no fundo do jogo de linguagem (Cf. UG, § 204). Estas práticas humanas são colocadas num patamar distinto do epistêmico. Elas estão entrelaçadas com a visão de mundo ou imagem de mundo. Com a noção de imagem de mundo fica ainda mais clara a separação do que é meramente epistêmico de outros domínios, por exemplo, quando diz:

Mas eu não obtive a minha imagem do mundo por me ter convencido da sua justeza, nem a mantenho porque me convenci da sua justeza. Pelo contrário, é o quadro de referência herdado que me faz distinguir o verdadeiro do falso. (UG, § 94, p. 41).

O quadro de referência herdado pode ser alcançado em sua significação pelo sistema de proposições que mostra, inclusive, a possibilidade de agregar novos fatos ao que já temos como certo. Uma proposição nunca é considerada isoladamente e sua relação com outras proposições, de modo estruturado, deve poder mostrar o papel que cada uma exerce no jogo de linguagem.

As proposições que descrevem esta imagem do mundo poderiam pertencer a uma espécie de mitologia. E o seu papel é semelhante ao das regras de um jogo. E o jogo pode ser aprendido puramente pela prática, sem aprender quaisquer regras explícitas. (UG, § 95, p. 41).

A presença do termo mitologia²⁰² demarca, também, as pretensões de Wittgenstein de situar a certeza em outro registro que o do conhecimento. A certeza, não sendo nem verdadeira, nem falsa, assemelha-se ao mito, pois não podemos dizer que um mito é verdadeiro ou falso. Mito e certeza, não sendo nem verdadeiros, nem falsos, não podem ser

²⁰² A terapia, como forma de evitar dogmatismos, está em plena efetividade em todo o texto de Wittgenstein. Por isso, até quando fala da imagem de mundo como mitologia, não deixa de estabelecer limites e fazer ressalvas como esta: “A mitologia pode regressar a um estado de fluidez, o leito do rio dos pensamentos pode desviar-se. Mas eu distingo entre o movimento das águas no leito do rio e o desvio do próprio leito; ainda que não haja uma nítida demarcação entre eles.” (UG, § 97, p. 41).

provados e, por isso, aprovados ou reprovados como correspondentes ou não a uma proposição, a partir da verdade ou falsidade. O mito é uma narrativa que, sendo compreendida, estabelece uma regra, um padrão, um modelo de conduta que pode ser tomado como a condição para as ações. Algo que seja condição para as ações exerce função semelhante à das regras num jogo de linguagem. A alusão ao mito não deixa de ser mais uma forma de Wittgenstein tentar mostrar aquilo que está em jogo em proposições que vinculam certeza. Estas proposições, na verdade, não estão presentes em um jogo de linguagem. Elas são a condição para que o jogo seja jogado. Elas têm algo de especial que as torna isentas do caráter hipotético, envolvido em experimentos e testes para a justificação como verdadeiras ou falsas. As proposições que, em sua sistematicidade, envolvem certeza, podem estar mostrando quais ações estão sendo realizadas e nisto podem aceitar, tacitamente, o homem como membro de uma comunidade, mostrando, também, sua animalidade, a dimensão do instinto, a facticidade na qual ele está envolvido, a história natural, à qual o homem pertence etc. Embora possam mostrar esta diversidade humana, não dependem causalmente delas.

O conhecimento, ao contrário, exige a apresentação de provas ou razões, pois, se alguém diz conhecer algo, sempre podemos perguntar como ou por que sabe. Para Wittgenstein, se alguém acredita em algo, nem sempre pode responder por que acredita, mas, se diz conhecer, é diferente, “mas se ele sabe qualquer coisa, então a pergunta “como é que ele sabe?” terá de ter uma resposta.” (UG, § 550, p. 155). E a resposta dada não pode ser meramente subjetiva. Mesmo o conhecimento tendo caráter hipotético e sendo passível de dúvida, para ser legítimo, tem que ter caráter objetivo e público.

Podemos dizer que as razões elencadas para sustentar com coerência que se sabe algo devem poder ser compartilhadas segundo os mesmos critérios. Por isso diz, “E se alguém, de fato, responder a essa pergunta, terá de o fazer de acordo com axiomas geralmente aceites. É assim que é possível conhecer alguma coisa do gênero.” (UG, § 551, p. 155). Com isto, temos claro que o conhecimento, mesmo eivado de caráter probatório, deve instaurar-se a partir do que é tido como satisfatório para estipular, com coerência e legitimidade, a verdade ou a falsidade sobre aquilo que se diz saber. É o momento em que eu digo sei e “se está pronto a indicar razões soberanas. Eu sei relaciona-se com a possibilidade de demonstrar a verdade.” (UG, § 243, p. 75). As razões indicadas como coerentes e suficientes para o conhecimento ser tido como verdadeiro, sendo públicas, não

implicam um estado mental, pois, “Saber e certeza (...) não são dois estados mentais como, por exemplo, supor e estar seguro.” (UG, § 308, p. 89). Se o conhecimento não depende de um estado mental, por isso mesmo exclui sua fundamentação ou dependência de algo psicológico, pois o conhecimento objetivo e público não está atrelado à experiência pessoal, nem mesmo a uma atividade introspectiva. Wittgenstein diz: “uma experiência interior não pode mostrar que eu sei qualquer coisa.” (UG, § 569, p. 161). Todas as coisas que sei, mas que são distintas da certeza, podem inspirar extrema confiança e, mesmo assim, exigir algum tipo de teste, verificação, ou confirmação. Poder prescindir dos fundamentos não significa, necessariamente, não depender deles em nenhum momento. Todas as situações em que se acredita não estar em erro e sabe-se não estar em erro, “Mas se pode eventualmente pôr-se a questão de estar em erro acerca disso, então tem de ser possível verificar se eu sei tal.” (UG, § 574, p. 161). Este é um alerta interessante estabelecido por Wittgenstein. Todas as vezes que está em jogo o conhecimento, temos que aceitar, também, a possibilidade do erro. Não há uma regra suficientemente sólida, entrelaçada em nossas razões, para eliminar, de vez por todas, as possibilidades do erro e do equívoco. Sempre que estiver em jogo o conhecimento, há a necessidade da declaração de posse de razões. Por isso, mesmo que elas partam de um indivíduo e, neste sentido, quem conhece e apresenta as razões é sempre alguém determinado, elas não são individuais, subjetivas e psicológicas. A apresentação das razões é sempre num contexto, com determinadas circunstâncias que podem ser meios de tornar inteligível o que se diz conhecer. Este contexto e estas circunstâncias devem permitir, também, a possibilidade de “imaginar uma linguagem em que não existe o nosso conceito saber.” (UG, § 562, p. 159).

Talvez seja este um ponto importante de divergência de Wittgenstein em relação a Moore. Parece que Moore não aceitava a ideia de apresentação de razões para o saber. A simples afirmação de saber parecia ser suficiente para a segurança do conhecimento verdadeiro. Em Wittgenstein, vemos o contrário. As razões apresentadas para o conhecimento estão num nível superior de credibilidade do que as simples afirmações de saber.

As idéias de Moore levam realmente ao seguinte: o conceito ‘saber’ é análogo aos conceitos ‘crer’, ‘supor’, ‘duvidar’, ‘estar convencido’, pelo fato de a declaração ‘Eu sei...’ não poder ser um erro. E se isto é assim, então pode inferir-se dessa expressão a verdade de uma afirmação. Neste ponto,

a forma ‘eu pensava que sabia’ não está a ser considerada. – Mas se esta última é inadmissível, um erro na afirmação tem de ser logicamente impossível também. E qualquer pessoa que conheça o jogo de linguagem tem de compreender isso; a declaração, proferida por alguém fidedigno, de que sabe, não acrescenta nada. (UG, § 21, p. 21).

Nesse sentido, as afirmações, justificadas com razões, estabelecem uma credibilidade maior do que as meras afirmações de saber. Wittgenstein detecta um erro no modo como Moore faz uso da expressão eu sei. Para o autor do *Da Certeza*, as diretrizes gramaticais implicados no uso de eu ‘sei’ são diferentes das usadas em ‘creio’ ou ‘sinto’. “O uso errado que Moore faz da proposição ‘eu sei’ reside em a encarar como uma declaração tão pouco passível de dúvida como ‘eu sofro’. E como a ‘eu sei que é assim’ se segue ‘é assim’, também não se pode duvidar desta última.” (UG, § 178, p. 61). Para Wittgenstein, sempre que estiver em jogo algo da dimensão do conhecimento, não posso atribuir infalibilidade. Toda declaração de saber é, portanto, falível, pois passível de erro e dúvida, portanto, bem diferente da dimensão da certeza.

Por isso é que Wittgenstein diz, “E, assim, quando os escritores enumeram todas as coisas que sabem, isso não prova absolutamente nada.” (UG, § 488, p. 139). Portanto, o fato de alguém dizer que sabe e pretender com isto instaurar credibilidade ao dito, parece mobilizar a autoridade de quem diz como algo suficiente para o saber, ou colocar o sujeito, com suas intelecções e abstrações, como suficiente para a imputação de legitimidade ao saber. Como já dissemos, Wittgenstein rejeita a possibilidade da dimensão psicológica²⁰³ importar para o conhecimento, que deve ter caráter público e objetivo, e exige razões suficientes para tal. Por isso, não importa o fato de Moore dizer que sabe. “As verdades que Moore diz que sabe são, mais ou menos, as mesmas que todos nós sabemos, se é que ele as sabe.” (UG, § 100, p. 41). Aquilo sobre o qual todos estão de acordo faz com que a afirmação de saber seja desnecessária e secundária.

Para Wittgenstein, muitas afirmações de Moore não fazem sentido, pois a afirmação é feita, excessivamente, onde a afirmação de saber não acrescenta nada ao sabido. Sendo assim, o erro de Moore ocorre de modo oposto ao cético, uma vez que o cético duvida onde não faz sentido duvidar e Moore afirma saber onde não é necessário e não faz sentido

²⁰³ “Todos os termos psicológicos apenas nos distraem daquilo que realmente interessa.” (UG, § 459, p. 131).

afirmar que sabe. O modo único como Moore afirma saber, nas circunstâncias em que afirma saber, é que faz Wittgenstein discordar dele. Referindo-se a Moore, ele até concorda que, em determinadas circunstâncias, o que ele diz faz sentido: “Relativamente a cada uma dessas frases posso imaginar circunstâncias que a tornem um lance de um de nossos jogos de linguagem, e assim ela perde o seu caráter surpreendente em termos filosóficos.” (UG, § 622, p. 175). Mas não creio que Moore teria percebido estes distintos modos possíveis de usar estas frases. Para além de toda crítica feita a Moore, há o reconhecimento, por parte de Wittgenstein, de que Moore poderia estar na direção certa, pelo menos em um aspecto, no combate ao ceticismo. Uma frase como “aqui está uma mão” (UG, § 1, p. 15) poderia ser tratada como certa. Porém, o fato que leva Wittgenstein a questionar Moore é pelo acréscimo de ‘eu sei’, “Em vez de ‘eu sei’, não poderia Moore ter dito: ‘é ponto assente para mim que...’? Ou ainda: ‘É ponto assente para mim e muitos outros que...’?” (UG, § 116, p. 47). A questão toda parece se resumir à não aceitação, por parte de Wittgenstein, do uso de ‘conhecimento’ para significar algo indubitável, portanto, certeza. Se, por um lado, Wittgenstein não aceita o uso de ‘eu sei’ para designar o absolutamente seguro, por outro lado, indica onde tal expressão poderia ser usada sem maiores problemas. “Eu reservaria a expressão ‘eu sei’ para os casos em que é utilizada no intercâmbio linguístico normal.” (UG, § 260, p. 79). Pretender refutar o cético com afirmações de conhecimento como as de Moore não é algo com sentido claro para Wittgenstein. A concordância com Moore, talvez possa ser estabelecida somente em relação a certo tipo de proposições, as empíricas, mas somente as que possuem um estatuto específico, quer dizer, enquanto elas podem, a partir da forma, exercer um papel normativo e, por isso, poderíamos reconhecer nela a impossibilidade de duvidar. Todas as vezes que não faz sentido duvidar, em relação a tais proposições, pode-se atribuir, a tais proposições, o pertencimento à categoria de certeza.

O percurso feito até aqui, qual seja, de diferenciar conhecimento e certeza a partir uso (Gebrauch), aplicação (Anwendung) e ações ou práticas (Handeln) pode vincular o que foi estabelecido no § 204, com o seguinte pensamento de Wittgenstein, “Há sempre o perigo de querer encontrar o significado de uma expressão considerando a própria expressão e a disposição de espírito em que ela é usada, em vez de pensar sempre na prática.” (UG, § 601, p. 169). A aplicação prática dos conceitos é que possibilita compreender, também, como os conceitos epistemológicos encontram significação. Então, se não há defesa de teses, em Wittgenstein, nem construção de uma teoria sobre qualquer

objeto, nem explicação de nada do que pretendia ser explicado pela filosofia clássica, apenas descrições de como são usados conceitos nas aplicações práticas, descrições para mostrar, detalhadamente, tal uso e exemplificações de várias situações possíveis de uso real, ou meramente imaginável, como encontrar o sentido de uma epistemologia? Uma “epistemologia do uso”, expressão cunhada por Arley Moreno expressa qual significado? Suspeitamos que tal expressão possa nos mostrar o seguinte: ao compreender o significado do uso dos conceitos, a partir de sua aplicação em jogos de linguagem, não teorizamos sobre os mesmos, nem eles são estabelecidos por explicação teórica. Ao compreendermos o significado de tais conceitos, podemos dizer que conhecemos tais conceitos, sabemos tais conceitos, acreditamos em tais conceitos e, até mesmo, temos certeza de tais conceitos ou sobre aquilo que eles mostram, designam, apontam, descrevem, etc. Esta crença, este conhecimento, ou esta certeza estão em nosso poder a partir do domínio gramatical específico de cada um deles. De posse deste domínio gramatical, podemos entender os limites de validade dos conceitos epistemológicos e, por isso, uma epistemologia do uso passa a fazer sentido.

Capítulo 8 - Entre Normativo e o Descritivo

Para fazer as considerações sobre este tema, consideramos como central a ideia de que teses e teorias não são mais alvo da investigação filosófica de Wittgenstein, mas sim, a noção de atividade, que ocorre a partir de determinações linguísticas onde o transcendental adquire seu estatuto no interior destas mesmas práticas, por isso pode ser chamado de gramatical. A tarefa da filosofia transcendental ou gramatical nem por isso perde seu lugar de rigor nas determinações do sentido, mesmo em relação a temáticas relacionados ao conhecimento e seus fundamentos, bem como em relação à certeza. Porém, o modo como estas temáticas são abordadas, aparece, em Wittgenstein, de maneira completamente distinta da tradição. O olhar atento de Wittgenstein sobre estas questões procura mostrar como, no uso e emprego das palavras, os próprios conceitos aí implicados vão adquirindo sentido. A análise conceitual implicada neste empreendimento, mais terapêutico do que propositivo, por exaustivas descrições e exemplificações, quando necessário, leva-nos a pensar modos de representação da realidade para além da exatidão imaginada por modelos ideais. Sendo assim, novos modos de representação exigem novos critérios. Por isso que as descrições, ao apresentarem modos distintos possíveis de representar a realidade, mostram que um modelo padrão único, como era o do *Tractatus*, não é suficiente, por não dar conta das dimensões complexas da realidade que comportam gradações e transições. A nossa interpretação inicial de Wittgenstein é que, junto deste modo descritivo de mostrar como se pode significar o mundo e/ou a partir dele, surgem usos distintos da linguagem, que podemos tomar como modo normativo de mostrar o que a realidade analisada, mensurada, significada e representada pode ser. Quer dizer que o cotejo com a realidade parece exigir, em muitos casos, critérios estipuladores de limites, dentro dos quais o sentido unicamente pode ser estabelecido. Então, as descrições deveriam mostrar o que ocorre a partir de tais critérios orientadores, mostrando-os como a condição de possibilidade do que está sendo descrito adquirir significação. A normatividade não é ela mesma hipotética, embora possa servir de critério para descrições hipotéticas.

Neste caso, o uso normativo, ou criterial, das proposições indica que sua função é a de dar sentido a outras proposições, como dissemos, as proposições descritivas da experiência. É, pois, o uso da linguagem que irá determinar a relação da própria linguagem com o mundo por ela descrito, inclusive sua relação com o simples pré-predicativo. (MORENO, IN: SALLES, 2002, p. 18).

Portanto, independente das condições gramaticais, normativas, estipuladoras de limite, as próprias descrições não fariam sentido. Os vários atos possíveis de descrições empíricas, ou mesmo científicas, necessitam, em alguma medida, da normatividade e de critérios para que o próprio imbricamento entre mundo e linguagem seja significativo. O laço existente entre proposições normativas e a realidade deve ser sempre interno, ao passo que a ligação das proposições meramente descritivas e empíricas com o mundo pode ser encenado a partir da causalidade, de um modo mecânico de representação da realidade e, muitas vezes, a determinação de sentido está imbricada com a exterioridade.

As descrições gramaticais mostram que aquilo que fica para além dos domínios da linguagem, portanto, tudo o que transcende a própria linguagem, não pode ser considerado para a significação, uma vez que a significação ocorre somente na linguagem e pela linguagem. Coisas em si, objetos como referentes últimos para a designação, substância pensante como marca da subjetividade operante podem atrapalhar mais do que ajudar, pois podem ser causas daquelas turbulências que Wittgenstein quer evitar com sua terapia filosófica. Antes, ou independente de chegar até à realidade em si mesma, ou de analisar e entender o papel da subjetividade no modo como mundo e linguagem se tocam, ou de mostrar como qualquer discurso verdadeiro é produzido, o objetivo de Wittgenstein é fazer descrições gramaticais dos usos das palavras que expressam conceitos presentes nos mais diferentes campos de conhecimento. E, por que voltar às descrições gramaticais para os usos em diversas práticas humanas e institucionais da linguagem? Pois é exatamente nos usos, onde pode ocorrer um emaranhado de confusões que devem ser dissolvidas. Inclusive nos usos da linguagem para descrever a realidade, ou fenômenos que possam interessar às ciências.

Interessa, então, a Wittgenstein, não quais objetos podem ser descritos, em certos usos da linguagem, mas quais as confusões que podem ser feitas enquanto tais objetos são

descritos, ou quais conceitos se apresentam para que tais descrições sejam significativas, evitando confusões. Esta tarefa não é uma tarefa hipotética, mas necessária, pois deve poder fazer descrições que mostrem as condições suficientes para que o sentido seja dado de modo objetivo.²⁰⁴ As descrições hipotéticas, por se situarem no campo contingencial, eivado de multiplicidade, não conseguiriam cumprir as condições mínimas para a significação que, de alguma forma, pressupõe o simples, ou a unidade. Todas as representações possíveis da realidade, em diferentes situações possíveis, desde que passíveis de ser expressas na linguagem, podem ser enquadradas nesta afirmação de Wittgenstein: "E representar uma linguagem equivale a representar uma forma de vida." (IF, § 19, p. 23).

As formas de vida estão na base, inclusive, da aplicação dos conceitos que normatizam algo, indicando, também, dentro de quais limites o sentido é estabelecido. A derivação²⁰⁵, ou prova de uma proposição, oriunda de outras proposições é essencial, segundo compreendemos, para entender que muito do que importa para uma epistemologia segura está ancorado nas formas de vida e, depende, em última instância, do sistema de referências utilizado. "A verdade de certas proposições empíricas pertence ao nosso quadro de referências." (UG, § 83, p. 35). Certas imagens de mundo, assim como todas as representações do mundo, não devem ser consideradas adequadas ou justas para designar, de modo exemplar, o próprio mundo, ou seja, completamente verdadeiras, considerando as determinações empíricas ou subjetivas. "Pelo contrário, é o quadro de referências herdado que me faz distinguir o verdadeiro do falso." (UG, § 94, p. 41).

Os elementos empíricos e os elementos psicológicos são descartados como fundamento suficiente para a determinação do sentido da palavra "saber". Isto fica claro quando Wittgenstein diz: "Pelo facto de me parecer a mim - ou a toda a gente - que uma coisa é assim, não se segue que ela o seja." (UG, § 1, p. 15). O acréscimo de 'eu sei', na dependência de um sujeito, ou de uma sensibilidade que fosse usada para tentar provar a certeza do que se sabe, não iria alterar o status de credibilidade do que se sabe, nem tampouco fundamentar, de forma satisfatória, o saber. O processo de convencimento não

²⁰⁴ Ver uma exploração mais ampla de descrição no tópico a descrição gramatical.

²⁰⁵ "Aquilo a que me agarro não é uma proposição, mas um conjunto de proposições." (UG, § 225, p. 71).

depende do uso retórico que o sujeito faz da palavra saber no uso da linguagem. "Essa possibilidade de cada um se convencer faz parte do jogo de linguagem. Representa uma de suas características essenciais." (UG, § 2, p. 15). A gramática da palavra 'saber', nas condições determinadas pelo autor, exclui um sujeito volitivo e perceptivo para a determinação do sentido. O jogo de linguagem em questão deve determinar como a credibilidade e a confiança de que, de direito e de fato, se sabe, é estabelecido. A autoproclamação do saber e a imputação ou inferência da certeza a partir da sede da subjetividade está, portanto, descartada, desde o princípio. As condições de sentido que determinam a verdade e a falsidade são as que interessam, mais propriamente, a Wittgenstein, segundo compreendemos, mas não a própria verdade ou falsidade em si mesma. Quando diz: "O facto de uma proposição poder revelar-se falsa depende, em última instância, daquilo que eu considerar como determinantes dessa proposição." (UG, § 5, p. 15). Esses determinantes não podem ser tirados do próprio eu, ao estilo dos subjetivistas, nem diretamente do mundo exterior, como para os realistas. Esses determinantes têm que ser estabelecidos gramaticalmente, ou, dito de outra forma, nas formas em que usamos os conceitos verdadeiro e falso nos jogos de linguagem específicos para tais fins, considerando as condições objetivas.²⁰⁶

Em relação às questões de fato ou a proposições empíricas, entendemos ser significativo o que Wittgenstein diz: "A minha vida mostra que sei ou estou certo de que há uma cadeira ali, ou uma porta, etc. (UG, §7, p. 15). Mas tais fatos ou proposições empíricas, ou melhor, o modo de referir-se a eles, ou o modo de usá-las, sendo certas, não estão dependentes de elementos contingenciais, aí envolvidos. A gramática do uso dos conceitos que importam à epistemologia determina como eles se diferenciam e se são usados de forma adequada para descrever o que descrevem ou significar o que significam. Também, se os conceitos centrais para a epistemologia se assemelham ou diferenciam, sabemos somente na dimensão prática.

²⁰⁶ O problema da indução, assim como a crítica à indução, aparece em vários momentos. Por exemplo, quando diz: "Um esquilo não infere por indução que vai necessitar de armazenar comida para o próximo inverno. Do mesmo modo, não precisamos de uma lei de indução para justificar as nossas ações ou previsões." (UG, § 287, p. 85). Mesmo porque as nossas ações não necessitam de justificativa e fundamentação. Elas, em si mesmas e por si mesmas, são aceitas como suficientes para expressão a significação que damos aos conceitos usados.

Para Wittgenstein, não teríamos necessidade de diferenciar, claramente, a todo tempo, conceitos como "saber" e "estar certo", entre si. Para o autor, esta diferenciação só deveria ocorrer quando certas situações exigissem, para o sentido ficar claro e a possibilidade do uso indevido ser descartada, especificamente, quando o conceito de "eu sei" pretende significar o mesmo que "não posso estar errado". Provavelmente, porque já descreveríamos o fato com a gramaticalidade do conceito saber aí implicado, não tendo necessidade, portanto, de nenhuma prova adicional. Todo e qualquer acréscimo seria supérfluo. Quando as condições suficientes para a significação já estão dadas, não faz sentido exigir ou dar provas extras ao que já é tido como satisfatório para os sujeitos implicados na conversação, no que tange ao sentido, ou mesmo para toda e qualquer declaração sobre fatos.

"Eu sei" é uma expressão analisada em diversos contextos da obra *Da Certeza*. Muitas exemplificações são dadas e muitas descrições são feitas. O motivo principal parece ser o fato de Wittgenstein ter se dado conta da necessidade de purificar os usos do conceito saber, fazendo uma terapia. "Acontece que não vemos como é especializado o uso de "eu sei."" (UG, § 11, p. 17). "É que "eu sei" parece descrever um estado de coisas que garante como um facto aquilo que é conhecido." (UG, §, p. 17). Na nossa compreensão, o acréscimo do "eu sei" ao contexto de uso da proposição não altera o tipo de saber e a legitimidade do saber em questão. Portanto, não oferece garantias adicionais, nem certeza sobre o que se afirma. Só dizer que se sabe não é suficiente para a garantia do conhecimento objetivo e público ou da certeza. É preciso certificar-se da presença das condições de sentido. Estas condições não podem ser reduzidas à dimensão da subjetividade. Nesse sentido, todas as proposições empíricas, empregadas na dependência de um sujeito psicológico, não oferecem credibilidade, muito menos por si mesmas, não poderiam ser oferecidas como demonstração ou prova de que o saber é verdadeiro e certo. "Primeiro há que demonstrar que ele sabe." (UG, §14, p. 19). Esta demonstração exige critérios públicos e objetivos, o que depende dos jogos de linguagem regrados e ancorados em formas de vida. Quando digo "Se sei qualquer coisa, então também sei que sei isso, etc." (UG, §, p. 19). É este "sei que sei" que deve ser demonstrado objetivamente. O engano ou o acerto devem, neste caso, ser colocados no mesmo patamar. Afirmar, com certeza, que sabe exige tanta demonstração, ou algo objetivo, como para poder dizer que há um erro ou para duvidar. Apontar para um livro

e dizer "aquilo é um livro" não parece ser suficiente para demonstrar objetivamente a impossibilidade do erro, nem mesmo a confirmação de um fato objetivo. Em relação a proposições empíricas, nem o apontar, nem o afirmar que se sabe acrescentaria algo necessário para a significação. E o uso não exige fundamento para além de si mesmo, ou seja, ao usar a linguagem, nestas condições, as próprias condições de uso seriam suficientes para demonstrar se as proposições empíricas são estritamente empíricas, ou se podem alcançar o sentido necessário naquela situação específica, portanto, adquirirem o estatuto de normativas. O uso seria, nesta circunstância, o critério para decidir se uma proposição pode ter o estatuto de normativa ou não.

““Eu sei” significa frequentemente: tenho razões fundamentadas para a minha afirmação.” (UG, § 18, p. 19). Mas o que poderiam ser estas razões fundamentadas? Seria o fato de aceitarmos que há uma adequação dos conceitos à realidade, a partir da ação do intelecto agente, que atualiza as formas potenciais dos objetos, mostrando uma identidade de forma entre o conceito e o próprio objeto? Ou o inverso, aceitando que há uma modalização categorial que formaliza os objetos do mundo, fazendo a adequação depender de uma estrutura transcendental, onde objeto e sujeito se relacionam a partir deste esquematismo? Não! O saber objetivo depende, agora, em Wittgenstein, de outras condições. "Assim, se o outro conhecer o jogo de linguagem, tem de ser capaz de imaginar como é que alguém pode saber esse tipo de coisa." (UG, § 18, p. 19). Então, o saber não pode mais ser pensado como dependente de um estado anímico, nem mesmo ser colocado na dependência de um mundo exterior. A própria existência do mundo exterior não pode ser comprovada na dependência exclusiva de eventos deste mesmo mundo. O mundo exterior, bem como as certezas sobre este mundo, depende de condições gramaticais. Nesse sentido, falar em certeza objetiva, ou necessidade, depende de como nos entendemos dentro do uso da linguagem. Declarar algo sobre o mundo e pretender conferir objetividade a esta declaração a partir de "eu sei" faz com que a verdade da afirmação possa ser tirada da própria afirmação. Porém, se analisarmos todas as declarações a partir da noção de jogo de linguagem obteremos uma compreensão distinta a este respeito. "E qualquer pessoa que conheça o jogo de linguagem tem de compreender isso; a declaração, proferida por alguém fidedigno, de que sabe, não acrescenta nada." (UG, § 21, p. 21). Isso nos leva a negar completamente que a garantia do saber depende do testemunho de quem sabe. Com isso,

também fica descartado o argumento de autoridade em relação ao saber. Autoridade que pode ser determinada, tanto por sujeitos tidos como sábios, como por instituições tidas como confiáveis. Nem cientistas, nem filósofos, nem institutos e organizações científicas teriam, neste sentido, autoridade sobre o saber de forma natural. A autoridade deveria ser conferida pelo uso coerente das narrativas próprias de cada campo do saber, estabelecido pelas regras inerentes a cada um destes jogos, ancorados em formas de vida e avaliados criticamente, com comprovação objetiva. Porém, isso não significa duvidar, em toda e qualquer situação, da autoridade de quem enuncia ou declara algo. Para uma série de situações, poderíamos e deveríamos confiar na autoridade, considerando as condições em que a proposição é usada. "O facto de eu acreditar no homem de confiança resulta de admitir que ele tem a possibilidade de se certificar." (UG, § 22, p. 21). Esta possibilidade de se certificar nada mais seria do que saber que o jogo de linguagem que ele está usando permite uma prova suficiente para poder dar credibilidade. Em outras palavras, que as condições de significação estavam disponíveis e sendo usadas de forma satisfatória. Assim como a credibilidade, a dúvida só faz sentido no jogo de linguagem.

Para Wittgenstein, enganar-se sobre o fato da existência de uma mão ou sobre o sentido das proposições empíricas, ou mesmo, duvidar²⁰⁷ sobre elas, só faz sentido em situações muito especiais. Um das formas de se tentar evitar o erro é o uso de regras. Usar regras para evitar o erro e garantir o acerto. Mas Wittgenstein pergunta: "De que nos serve uma regra para esse efeito? Não poderíamos nós errar também ao aplicá-la?" (UG, §, p. 21). A questão é que a própria regra não poderia ser considerada como válida, como prova absoluta do cálculo certo, ou do procedimento sem equívocos, antes de sua aplicação. Então, uma regra, a priori, não poderia ser autossuficiente para decidir, de vez por todas, em quais situações ela poderia conferir validade ou legitimidade para um caso e não para outro. "A prática do uso da regra também mostra o que é um erro na sua aplicação." (GU, § 29, p. 23). A regra, em si e por si, não garante que alguém não se equivoque ao tentar aplicá-la, em determinados casos. Por outro lado, a convicção pessoal e subjetiva de que a regra esteja sendo aplicada de modo correto, para alcançar fins seguros, não garante êxito e coerência

²⁰⁷ "Como seria duvidar agora que tenho duas mãos? Por que será que não o posso imaginar de modo algum? Em que acreditaria, se não acreditasse nisso? Até agora não tenho sistema algum que pudesse incluir essa dúvida." (UG, § 247, p. 77).

em sua aplicação. Para Wittgenstein, o convencimento de alguém de que uma regra foi ou é seguida corretamente não depende de seu estado subjetivo de certeza. Ele diz: "As pessoas não inferem como são as coisas a partir da sua certeza individual. A certeza é por assim dizer um tom de voz em que alguém declara como são as coisas, mas não se infere desse tom que tem razão." (UG, § 30, p. 23). Porém, o aprendizado da regra, assim como sua aplicação, com erro ou acerto, só é possível a partir de certas descrições, exemplificações e mostras de como se usa a regra em determinados jogos de linguagem envolvidos na aprendizagem, uso e aplicação da regra. O próprio ensino da regra deve ensinar, também, como se pode confiar nela, a partir de sua aplicação. De outro lado, ensinar a desconfiar dela, no caso de incoerência entre o que a regra prescreve e o próprio significado da prática específica daquele jogo. Possivelmente, é por isso que Wittgenstein defende que deve existir uma correspondência entre o que a regra significa e a sua definição. "É por isso que existe correspondência entre os conceitos "regra" e "significado."" (UG, §, p. 31). Uma regra que se dispusesse a colocar condições normativas para elucidar, definitivamente, algo a ser normatizado não permitiria, certamente, exceções. É necessário que certas proposições tenham o caráter normativo. Mesmo algumas das proposições empíricas podem se tornar ou ser colocadas na condição de proposições normativas. Esta ideia fica clara, principalmente, nos §§ 96, 98 e 99.

Poderia imaginar-se que algumas proposições, com a forma de proposições empíricas, se tornavam rígidas e funcionavam como canais para as proposições empíricas que não endureciam e eram fluidas, e que esta relação se alterava com o tempo, de modo que as proposições fluidas se tornavam rígidas e vice-versa. (UG, § 97, p. 41).

A distinção entre o que se movimenta e o que permanece estático é uma forma de analogia para sustentar que muitas proposições são utilizadas como regras de verificação, ou como condição de análise e significação de outras proposições, ou de práticas empíricas. "Contudo, isto é certo: a mesma proposição pode ser tratada uma vez como coisa a verificar pela experiência, outra vez como regra de verificação." (UG, § 98, p. 41). O que se movimenta seria o factual e o empírico, ou mesmo, tudo o que é da dimensão psicológica,

antropológica, cultural. Ao passo que o que é estático pode ser considerado algo que é da ordem a priori, gramatical, portanto. Em outros termos, aquilo que, a partir de certos jogos de linguagem, fica definido como estrutura ou instrumento de medida. São critérios consensuais e definidores dos limites válidos para as condições de significação. Seriam estes critérios que permitiriam o debate sobre a legitimidade das imagens de mundo presentes nas interações e práticas humanas, também no campo científico, embora não restrito a ele. "E a margem daquele rio consiste, em parte, em rocha dura não sujeita a alteração ou apenas a uma alteração imperceptível e, noutra parte, em areia que ora é arrastada, ora se deposita." (UG, § 99, p. 41). O modo descritivo de proceder deverá encontrar o normativo na própria descrição, uma vez que "A essência se expressa na gramática." (IF, §371, p. 158).²⁰⁸ Todas as proposições, que podem ser tomadas como isentas de dúvida, são tomadas no sentido acima descrito. O fato de podermos duvidar, em certas situações, implica, necessariamente, que algumas proposições sejam tidas como certas. Creio ser impossível imaginar, ou mesmo, defender qualquer teoria científica como verdadeira, sem o fato de certas proposições "serem como que dobradiças em volta das quais as dúvidas giram (...). Isto é, pertence à lógica das nossas investigações científicas que certas coisas de facto não sejam postas em dúvida." (UG, §§ 341 e 342, p. 99). A pretensão de a proposição 'há objetos físicos' ser descritiva soa como algo estranho, talvez, absurdo²⁰⁹. A meu ver, ela não descreve nada. Então, ao ser proferida, qual o seu alcance? Sem dúvida, não são os próprios objetos físicos que são descritos, pois dizer que há objetos físicos não é descrever nada²¹⁰. Então, quem a pronuncia está, apenas, mostrando a alguém um uso de uma palavra, mas este uso deveria ter caráter normativo, pois não nos é lícito pensar o seu contrário sem introduzirmos o caráter de absurdo a tal uso.

Para Wittgenstein, no *Da Certeza*, o aprendizado e o modo como são levantadas hipóteses, os fundamentos empíricos destas hipóteses, as formas de testá-las, os limites de

²⁰⁸ "A gramática diz que espécie de objeto uma coisa é." (IF, § 373, p.158).

²⁰⁹ ""A é um objeto físico" é uma indicação que damos a alguém que não percebe ainda o que significa "A" ou o que significa "objeto físico". Assim, é uma indicação sobre o uso de palavras, e "objeto físico" é um conceito lógico (tal como cor, quantidade,...). E é por isso que não pode ser formulada uma proposição como "Há objetos físicos."" UG, § 36, p. 25).

²¹⁰ Descrever um objeto físico, cremos, seria dizer algo como: este bastão mede um metro de comprimento, ele tem cor azul, etc.

confiabilidade em proposições empíricas, os processos descritivos presentes nas ciências, as inferências feitas, a normatividade restrita que emerge no interior destas práticas, o modo como adquirimos convicções, os processos de convencimento, a diferenciação entre causa e razão, etc., tudo isso pode ser levado em conta no estabelecimento do conhecimento, menos, talvez, para a certeza. Nesse sentido, faz uma ressalva interessante: "“ Estamos muito certos disso” não significa que toda e qualquer pessoa esteja certa disso, mas que pertencemos a uma comunidade que está ligada pela ciência e pela educação.” (UG, § 298, p. 87). O modo como, dentro destas comunidades, se chega a estabelecer a certeza dependerá dos diferentes jogos de linguagem usados para os fins específicos que cada grupo estabelece, porém, levando em conta certa visão sinóptica e panorâmica para poder remeter às formas de vida como pano de fundo. A justeza de um cálculo poderia ser descrita e, com isto, nenhuma regra, independente do modo de calcular, apareceria como âncora para calculá-lo. "o mais importante é o seguinte: a regra não é necessária. Não falta nada, calculamos, de facto, de acordo com uma regra e isso basta.” (UG, § 46, p. 27). É no uso do cálculo que o próprio cálculo se mostra tendo um sentido. Vendo como o cálculo é usado, a partir de certas condições, aprendemos a calcular. A ideia de que existe algo de ordem pneumática como garantia da significação é rejeitada por Wittgenstein "Esqueça esta certeza transcendente que está ligada ao seu conceito de espírito.” (UG, § 47, p. 27). A partir disto, o autor considera que existem cálculos mais confiáveis do que outros. O que permite distinguir os mais confiáveis dos menos confiáveis deve ser de natureza gramatical. Mas o que é de natureza gramatical não se apresenta como garantia transcendente do acerto na execução do cálculo. Para ir além das afirmações subjetivas de que houve acerto no cálculo, o que pode contar, apenas para efeitos práticos, em níveis muito circunstanciais, deve haver um critério normativo. O que permite à descrição esclarecer o sentido do acerto ou do erro num cálculo é, portanto, uma determinação gramatical. Isto implica o uso de algum critério normativo, porém este critério deve aparecer no interior destas mesmas descrições. Entendemos que isto pode ser assim quando lemos: "E tudo o que é descritivo num jogo de linguagem é do domínio da lógica.” (UG, § 56, p. 29). Este critério normativo, que deve aparecer no interior das práticas descritivas, não é descrito como são descritas as ocorrências fenomênicas, por proposições empíricas, atreladas à dimensão epistemológica. Ele aparece nas descrições, como sendo mostrado pelas descrições, mas não dito e descrito. Neste sentido, certas proposições seriam definições, portanto, determinariam as condições

de sentido das proposições empíricas. Tal condição pode ocorrer pelo elo que existe entre o factual e o normativo. O elo entre estas duas instâncias é estabelecido por algo que é pressuposto (*Voraussetzung*) e pano de fundo (*Hintergrund*) que são as formas de vida. No próximo capítulo, veremos como tal relação é apresentada por Wittgenstein.

Capítulo 9 - A Certeza e as Formas de Vida

Não é pela quantidade de vezes que Wittgenstein menciona a noção formas de vida que torna o tema importante. Se, em toda sua obra publicada, aparece nove ou dez vezes, também não é relevante. Nas *Investigações*, para Kober, são quatro vezes que o termo aparece. Para Garver, são cinco vezes, alguns artigos sugerem que são seis vezes. Também isto não interessa para a compreensão do significado de forma de vida, ou formas de vida. Também, em *Da Certeza*, não há um acordo sobre quantas vezes o termo aparece²¹¹. Poucos comentadores entendem a seguinte passagem como uma ocorrência da noção de forma de vida “A minha vida mostra que sei ou estou certo de que há uma cadeira ali, ou uma porta, etc.” (UG, § 7, p. 15). Por que não entender esta passagem como expressando a noção de forma de vida? Assim, com esta outra passagem “A minha vida consiste em eu contentar-me com aceitar algumas coisas.” (UG, §344, p. 99). A discussão sobre se a expressão é usada no plural ou no singular e qual a diferença nestes usos, parece ser algo secundária.²¹² A utilização no plural parece ser a mais comum entre os intérpretes de Wittgenstein. Ela, porém, não é isenta de dificuldades. A mais evidente é que, a partir desta concepção, teríamos que admitir, obviamente, que existem várias formas de vida diferentes. Cada pessoa, ou grupo de pessoas, pertenceria, ou agiria, a partir de formas de vida diferentes, o que poderia levar a sérias dificuldades de compreensão mútua nas práticas interativas. Além disso, como reconhecer outra forma de vida se não há um aspecto ou solo comum entre ambas? Qual o critério a ser adotado para o reconhecimento de outras formas de vida? Poderíamos admitir a existência de semelhanças de família entre formas de vida, assim como entre os jogos de linguagem, tal como Wittgenstein fala nas *Investigações*?

²¹¹ A menção à quantidade de vezes que a noção forma de vida aparece não é consensual, provavelmente, porque os comentadores, nem sempre, deixam explícito se eles estão se referindo somente à obra publicada ou ao conjunto dos escritos de Wittgenstein. No *Nachlass*, aparece, salvo engano, 22 vezes no singular e 10 vezes no plural.

²¹² Tal debate é estabelecido, principalmente, entre Newton Garver e Rudolf Haller. Um dos textos onde este debate aparece é em *Der Konflikt der Lebensformen in Wittgensteins Philosophie der Sprache*, 1999, em artigos intitulados *Die Unbestintheit der Lebensform* (GARVER, 1999) e *Variationen und Bruchlinien einer Lebensform* (HALLER, 1999).

Talvez esta possa ser uma saída interessante. Por outro lado, caso admitíssemos, como interpretação viável, que existe apenas uma forma de vida entre os vários indivíduos ou grupos, como explicaríamos e compreenderíamos as diferenças? Como e por que surgiriam os conflitos entre as diferentes práticas linguísticas humanas? E, mais importante, como resolvê-las? Como a dissolução wittgensteiniana seria possível?

O debate sobre se as formas de vida se referem somente à dimensão humana, ou não, não parece ser interessante, suficiente e central para compreender o significado de tão importante expressão em Wittgenstein.²¹³ O que importa é o reconhecimento do papel que este conceito exerce no modo como o autor estabelece as condições da significação. Para Michael Kober, neste sentido, as formas de vida são o fundo, a base (*Hintergrund*) e a condição prévia (*Voraussetzung*) para a possibilidade da teorização e da significação. Porém elas mesmas não são teóricas, no sentido das teorias científicas, nem mesmo pré-teóricas, que possam ser transformadas em teoria científica. Elas podem ser tomadas como atividades humanas que possibilitam estabelecer certas regras que constituem os diversos jogos de linguagem. Para Schulte,²¹⁴ “Como forma de vida, Wittgenstein entende – isso se torna claro através de seus exemplos – a totalidade das práticas de uma comunidade linguística.” Esta palavra, formas de vida, não necessitaria, para Kober (1993), de maiores esclarecimentos, pois, como jogos de linguagem, caracteriza o próprio método de Wittgenstein, sendo seu instrumento. Do mesmo modo, relata Garver que para Black (1978), as formas de vida são “uma expressão deliberadamente vaga, que não tem implicações sérias e para a qual seria um erro procurar maior esclarecimento.” (GARVER, 1994, p. 237). Já no entender de Malcolm (1986, p. 91), forma de vida é uma noção central e fundamental no pensamento de Wittgenstein. Posição que tendemos a concordar mais do que em relação às outras.

Para Kober (1993), duas são as dificuldades principais que decorrem da definição de forma de vida como a totalidade das práticas de uma comunidade linguística:

²¹³ Na interpretação de Newton Garver (1994a, 1994b, 1999 e 2006), quando Wittgenstein usa formas de vida no plural é para diferenciar a forma de vida humana das formas de vida animal, como a canina, leonina, etc; ao usar forma de vida no singular, estaria Wittgenstein referindo-se, apenas, à forma de vida humana.

²¹⁴ “Unter Lebensform versteht Wittgenstein – das wird aus seinen Beispielen deutlich – die Gesamtheit der Praktiken einer Sprachgemeinschaft.” (IN: KOBER 1993, p. 49).

Primeira dificuldade: como saberíamos se, de fato, todas as práticas, ou conjunto de ações, foram listadas e qual o critério para listar tais práticas?²¹⁵ Acrescentamos: poderíamos ter uma lista completa de tais práticas? Se, numa listagem, encontrássemos apenas certa quantidade de ações, seria completa, mesmo sem ser total? Para muitos comentadores, parece que não. A nosso ver, para Wittgenstein, pode haver completude, mesmo que seja listada apenas uma prática que implica forma de vida. Pois entendemos haver uma diferença entre completude e totalidade. Totalidade, no sentido de ser algo definitivo e acabado. A noção de completude pode ser compatível com o fato de que as formas de vida sejam passíveis de mudança ao longo do tempo e dependendo do contexto. Isto não impede de entendermos que a prática humana envolvendo usos e aplicações gramaticais de expressões possa ser completa, pois o jogo de linguagem jogado nesta circunstância, a partir de regras de caráter objetivo e público, pode ser suficiente para a significação, não necessitando de elementos alheios e extrínsecos ao conjunto de elementos internos ao jogo. Isto também vale para as práticas humanas envolvendo conhecimento de certeza. Esta completude da forma de vida, inerente ao jogo, não pode, no entanto, ser tomada de modo dogmático e unilateral. As formas de vida atreladas ao jogo, sendo sua condição, devem poder permitir tanto a alteração intrínseca como a relação e a assimilação de novos fatos e circunstâncias, que poderão ser incorporados como significação na linguagem. Nas *Investigações* ele diz:

(...) a indizível diversidade de todos os jogos de linguagem do dia-a-dia não nos chega ao consciente, porque as vestimentas de nossa linguagem tornam tudo igual. O novo (o espontâneo, o específico) é sempre um jogo de linguagem. (IF, p. 290).

Esta citação pode muito bem ser relacionada com a analogia entre a cidade e linguagem, feita no § 18

(E com quantas casas ou ruas começa uma cidade a ser cidade?) Podemos ver nossa linguagem como uma velha cidade: uma rede de ruelas e praças,

²¹⁵ A colocação do problema de poder ou não listar as formas de vida só pode aparecer, obviamente, para aqueles que aderem à tese do uso de formas de vida no plural.

casas velhas e novas, e casas com remendos de épocas diferentes; e isto tudo circundado por uma grande quantidade de novos bairros, com ruas retas e regulares e com casas uniformes. (IF, § 18, p. 23).

Segunda dificuldade: para compreender as ações de uma comunidade, não é necessário dominar a totalidade das práticas. Como ele diz, para compreender as práticas específicas de previsão do tempo, não é necessário compreender as ações envolvidas nas práticas de cerimônias de casamento, etc. Embora possa haver parentescos e semelhanças de família entre os diferentes jogos de linguagem de uma comunidade, não significa que haja algo de comum entre eles, como se fosse uma espécie de essência, conforme Wittgenstein defende nas *Investigações*, nos §§ 65-67.

Em *Da Certeza*, um dos momentos claros onde estas dificuldades são retomadas, ou descritas é no § 358, onde Wittgenstein diz: “Eu encararia esta certeza, não como aparentada com a precipitação ou superficialidade, mas como uma forma de viver (isto está muito mal expresso e, provavelmente, também, mal raciocinado).” (UG, § 358, p. 103).

Independente das dificuldades, podemos aceitar, com bastante segurança, que a própria certeza só ocorre no interior das práticas humanas, nos usos e aplicações gramaticais de expressões. O fato de alguém estar certo, portanto, com ausência total de dúvida, tem relação com o jogo de linguagem. Wittgenstein diz: “Essa possibilidade de cada um se convencer faz parte do jogo de linguagem”. E, neste caso, ele diz estar convencido (*überzeugt*) e não apenas persuadido (*überredet*). Ele diz que, quando faltam razões, deve entrar a persuasão. Estar convencido, neste caso, é estar certo. Este estar certo implica a posse de razões fundamentadas para tal. Embora tal fundamentação deva ter um fim, não necessitando de outro fundamento, o fundamento do fundamento, pois “Na raiz de uma convicção bem fundamentada encontra-se uma convicção não fundamentada.” (UG, §, p. 77). Portanto, a significação das expressões usadas no jogo de linguagem onde a certeza é vinculada deve ser, em algum ponto autossuficiente.

Para Wittgenstein, o convencimento só ocorre quando há certeza da significação e, sendo que “o significado de uma palavra é um gênero de utilização desta”, (UG, § 61, p. 31) a certeza não pode ser pensada fora dessa relação. Já nas *Investigações*, ele defende que “A

espécie de certeza é a espécie do jogo de linguagem.” (IF, p. 290).²¹⁶ Para Wittgenstein, a certeza alcançada através dos jogos de linguagem é “uma via de ação não fundamentada.” (UG, § 110, p. 45). Por isso, certeza se assenta, em última instância, no “actuar que está no fundo do jogo da linguagem.” (UG, § 204, p. 67). Este atuar no fundo do jogo de linguagem pode ser tomado como uma forma de vida. Até mesmo o modo de julgar é um atuar. A noção, já presente nas *Investigações*, de que falar uma língua “é parte de uma atividade ou de uma forma de vida”, é central para entender como a certeza se instaura a partir da significação. Por isso entendemos que certeza e formas de vida devem ser pensadas em uma relação intrínseca. “Você deve ter atenção que o jogo de linguagem é, por assim dizer, imprevisível. Quero dizer: não se baseia em fundamentos. Não é razoável (ou irrazoável). Está aí – tal como a nossa vida.” (UG, § 559, p. 157). Nesse sentido, as formas de vida não poderão ser tomadas no sentido causal. Elas não são causa da significação e da certeza. Elas estão aí, inerentes às práticas, implicadas nelas, estipulando o seu sentido. Elas não são a priori, pois só são engendradas no interior das práticas e não com independência absoluta das práticas, ou antes das práticas. Embora, durante as ações, usemos expressões que vão reconhecendo novas regras instauradoras de sentido e, a partir de então, passam a ter certo caráter a priori, no sentido de serem independentes da circunstancialidade dos fatos e das novas vivências. Em certo momento, as regras de sentido, instituídas a partir das formas de vida e expressas em ações, passam a ser condição de significação de outros fatos vividos. Pensamos que é algo desta ordem que está no pensamento de Wittgenstein expresso da seguinte forma:

Em vez do não-analisável, específico, indefinível: o fato de que agimos de tal e tal maneira, de que, por exemplo, punimos certas ações, constatamos o estado de coisas de tal e tal forma, damos ordens, oferecemos relatos, descrevemos cores, nós nos interessamos pelos sentimentos dos outros. O que deve ser aceito, o dado – poderíamos dizer – são fatos da vida/ são formas de vida. (BPP, § 630, p. 143).

²¹⁶ “Die Art der Sicherheit ist die Art des Sprachspiels.” (IF, p. 191). “O tipo de certeza é o tipo de jogo de linguagem.”

Quer dizer que, na base de nossas ações, não há um elemento pronto e acabado, essencial e metafísico, que possa explicar e, até mesmo, justificar nossa capacidade de ação e, muitas vezes, as próprias ações.

A partir do que dissemos, somos levados a perceber que o próprio significado das palavras implica a noção de certeza, pois “Quem não tiver a certeza de facto nenhum, também não pode ter a certeza do significado das palavras.” (UG, § 114, p. 45). Mas, como chegar a esta certeza? Quais são seus fundamentos? “... a certeza perfeita é só questão de atitude.” (UG, § 404, p. 115). Por isso, a certeza deve sempre ser justificada pela ação, quando esta significa a expressão linguística das regras (MORENO, 2010, p. 26). Por este motivo é que se pode afirmar que a certeza depende do jogo de linguagem. Pelo menos, as proposições usadas num jogo de linguagem devem **mostrar** que há certeza no que se diz ou afirma, ou faz. Diz Wittgenstein: “O outro, se conhecer o jogo de linguagem, tem de ser capaz de imaginar como é que alguém pode saber esse tipo de coisa.” (UG, § 18, p. 19). Uma das condições fundamentais para este reconhecimento é o compartilhamento da forma de vida implicada neste jogo, ou das formas de vida implicadas nos diferentes jogos que são jogados na instituição ou na apresentação de como a certeza se apresenta nos jogos de linguagem. Porém o acesso a esta forma de vida, e o modo de uso dos conceitos que implicam certeza, deve ter algo em comum com outra forma de vida. Nesse sentido, a certeza não pode ser dada fora do próprio uso e emprego de conceitos expressos linguisticamente.

Embora possam fazer parte da forma de vida, a memória, a percepção, a crença, etc. estes elementos não contam como determinantes para a instituição da certeza. Deve ter algo nas práticas linguísticas que são vivências de significações que impossibilitam a dúvida. Segundo Arley Moreno (2006), este algo, devem ser as convenções linguísticas que mostram o sentido do que está sendo dito ou usado. O que nos permite constatar que a certeza das afirmações feitas é, portanto, a própria prova da compreensão do significado das palavras. É o momento em que não faz sentido duvidar, pois a evidência da significação, suficiente e necessária, exclui as mínimas pretensões de dúvida. Este momento parece equivaler, em termos de significação, à evidência das ideias claras e distintas de Descartes e Espinosa. O modo como se chega a esta certeza evidente é, no entanto, completamente diferente em Wittgenstein e naqueles autores.

Por alguns textos dos intérpretes de Wittgenstein, percebemos várias significações diferentes para o termo forma de vida. Um dos comentadores que realiza esta diferenciação é J.F.M. Hunter, em seu livro *Formas de Vida nas Investigações Filosóficas de Wittgenstein*. Outro comentador é Newton Garver²¹⁷, em seu livro *This Complicated Form of Life*. Em Hunter, podemos entender uma classificação das formas de vida de quatro modos distintos. Formas de vida como jogo de linguagem; formas de vida como atividades orgânicas; formas de vida como ações culturais distintas e formas de vida como forma de vida humana, singularmente considerada. Destas quatro interpretações, entendemos ser a primeira a mais próxima ao que Wittgenstein entende por formas de vida, diferente de Hunter que adota a quarta. Um dos lugares adotados para sustentar a primeira interpretação é o das *Investigações*, onde Wittgenstein diz “... e representar uma linguagem equivale a representar uma forma de vida.” (IF, § 19 p. 23). Mas, sempre é prudente considerar ressalvas como a de Garver “embora exista uma relação íntima entre os dois termos (jogos de linguagem e formas de vida) não podemos pensar que Wittgenstein os tenha tomado por idênticos, nem mesmo que os tenha usado de modo alternado.” (GARVER, 1994, p. 245). Depois, ele passa a analisar os usos no singular e no plural e as implicações destes usos, o que não interessa aqui.

Para Glock, o modo como Wittgenstein dá ênfase ao termo forma de vida permite entender o entrelaçamento entre cultura, visão de mundo e linguagem. Entende que a coisa mais importante nas formas de vida é “o reconhecimento de que a gramática é uma parte essencial das práticas humanas, estando, por isso mesmo, sujeita a mudanças.” (GLOCK, 1998, p. 175).

Para Arley Moreno (2010, p. 42), “a forma lógica se tornou forma de vida.” A partir desta afirmação, temos mais um apoio para não aceitar que as formas de vida, em Wittgenstein, sejam naturalizadas ou psicologizadas. Para ele,

²¹⁷ Garver, no capítulo 15º de seu livro, faz uma análise das dificuldades de se obter uma interpretação consensual sobre este termo, considerando a posição de vários intérpretes. Também faz uma diferenciação do uso no singular e no plural.

A forma mostra-se, então, no uso que fazemos de certos enunciados no interior das situações complexas que são os jogos de linguagem: são usados como fundamentos de nossas formas de vida, os limites do sentido. (MORENO, 2010, p. 42).

Isto pode assim ser compreendido, em Wittgenstein, a partir de sua noção de terapia filosófica dos conceitos expressos e usados em nossas práticas. A terapia pretende, pois dissolver problemas, mostrar confusões, assim como e por que se originam.²¹⁸ Visa, também, ensinar-nos a ver diferenças, etc. Diferenças que também devem ser buscadas nos diversos modos possíveis de associarmos, via ações, formas de vida e certeza, expressa e mostrada pelos jogos de linguagem. Nesse sentido, percebemos, então, que as formas de vida podem ser consideradas sempre como uma espécie de ação que se relaciona com a certeza, não por uma espécie de convencimento, apenas, mas por ações reconhecidas como o ‘topos’ do entrelaçamento entre o que são as formas de vida e a própria certeza. Mesmo estando as formas de vida em constante mudança, como sugere a metáfora do leito do rio, no *Da Certeza*, elas estão estruturadas em certo padrão que constituem, enquanto pano de fundo (Hintergrund) a nossa história natural. Enquanto concebidas desta forma, elas não são passíveis de esclarecimento científico. Para Wittgenstein, haveria um limite bastante rígido na investigação científica quanto ao alcance de explicações das ações práticas ocorridas como regularidade em nossa vida. Se elas não são passíveis de ser fundamentadas, em qualquer nível, muito menos em nível científico, são aceitas como válidas por causa de sua

²¹⁸ Quando aparece a noção de terapia como dissolução de problemas filosóficos, podemos aventar a possibilidade do surgimento de alguns questionamentos. Teria Wittgenstein, de fato, dissolvido todos os problemas filosóficos? E, será mesmo, que ele tinha a pretensão de dissolver todos eles? Ou, apenas quer ele dissolver os falsos problemas filosóficos? Mas teria algum problema filosófico legítimo? Pensamos que sim. Wittgenstein, ao negar que a formulação dos problemas filosóficos seja legítima, parece formular, junto disso, um problema filosófico que seja legítimo, qual seja: como identificar confusões conceituais, por que elas surgem e como dissolvê-las? A filosofia, como atividade prática, tal como concebe Wittgenstein, parece sempre se deparar com este problema. Então, se no entrelaçamento entre formas de vida e certeza, nas práticas linguísticas, passa a haver um uso unilateral e dogmático de conceitos, esta nova forma de problematizar, filosoficamente, reaparecerá. Isto mostra que o exercício filosófico será sempre uma atividade humana prática, que nunca poderá ser abandonada. Mas é uma atividade em aberto, que deve poder ser aplicada nos usos onde haja risco de confusões e dogmatismos, etc. Se “Quando os jogos de linguagem mudam, há uma modificação nos conceitos e, com as mudanças nos conceitos, os significados das palavras mudam também.” (UG, § 65, p. 31), então, a terapia filosófica conceitual deve acompanhar tais mudanças de olhos bem abertos, mostrando, de fato, o que fazemos e significamos com tais usos que mudam, pois, “as pessoas são muitas vezes enfeitiçadas por uma palavra. Por exemplo, pela palavra saber.” (UG, §, p. 125).

legitimidade determinada pela própria prática. É a confiança em sua validade, determinada pela prática, o que configura a possibilidade de ação.

As ações assim concebidas, não são ações consideradas isoladamente. As ações são sempre ações compartilhadas de alguma forma. É este compartilhamento de ações que produz, no ser humano, o sentimento, a expectativa, ou melhor, a convicção de estar certo. Esta seria uma das condições fundamentais que fazem com que não tenhamos a necessidade de buscar fundamentos ulteriores para nossas ações. Há, por este motivo, um compartilhamento das formas de vida que têm, portanto, algo de comum com a forma de vida dos outros. Este compartilhamento possibilita a interação e, também, o entendimento comum do próprio sentido das ações. Tal compartilhamento ocorre, evidentemente, considerando o contexto²¹⁹ em que tais ações são praticadas. Este modo de vida, a partir de algo comum, permite, também, que cada indivíduo possa associar sua imagem de mundo à imagem de mundo dos outros, formando certa unidade. Afinal de contas, em algumas coisas, parece que todos nós concordamos. Àquilo que concordamos pode ser chamado de fundamento?

9.1 – Wittgenstein e a Noção de Fundamento no *Da Certeza*

O objetivo desta parte do trabalho é analisar o papel que a noção de fundamento exerce nos nossos jogos de linguagem que vinculam certeza. A certeza objetiva não pode depender de proposições empíricas, pois estas são, fundamentalmente, contingentes. Estas podem ser verdadeiras ou falsas, na dependência da ocorrência de estados de coisas. A certeza objetiva, de caráter público, implica a impossibilidade de se poder pensar o contrário do que se diz, sob pena de configurar algo que seja tomado como absurdo e, também, a impossibilidade de existir o erro, pois este pode existir, somente, em relação a algo hipotético. A certeza subjetiva, por sua vez, é reconhecida, muitas vezes, quando não se tem a necessidade de duvidar e pode estar atrelada ao sistema de crenças. É por isso que pode haver uma diferença subjetiva entre aquele que acredita em algo e aquele que não acredita.

²¹⁹ Por isso, a importância da noção de contexto, como apresentada no capítulo sexto.

“Atuo com inteira certeza. Mas esta certeza é minha.” (UG, § 166, p. 61). Sendo assim, ela não tem o mesmo estatuto da certeza objetiva. Embora a ela se assemelhe pelo fato de não termos necessidade de duvidar. Não necessitamos duvidar nem com relação à certeza subjetiva, nem com relação à certeza objetiva. Porém, pelo fato de a certeza objetiva depender de critérios consensuais, objetivos e públicos, interessa mais a Wittgenstein do que a certeza subjetiva. A certeza subjetiva deve interessar, apenas, ao sujeito que está implicado no uso de certas noções de ordem psicológica e antropológica e pode, num sentido particular, ser de grande valor. Mesmo assim, neste caso, essa certeza subjetiva, instaurada no sujeito, deve sempre poder ser relacionada, de algum modo, ao mundo exterior, referindo-se a estados de coisas e não a estados mentais. O problema é que este modo de se referir ao exterior, muitas vezes, não é compartilhado por outros, por isso a certeza permanecer subjetiva. Estar seguro, diz Wittgenstein, informa apenas a certeza subjetiva, ao passo que “eu sei”, quando proferido por alguém que sabe, deve relacionar-se a eventos passíveis de experimentação. Ao dizer “eu sei” em matemática, a própria justificação será uma demonstração. A gramática de “saber” deve deixar claros estes diferentes usos possíveis da palavra “saber”. Nesse sentido, “A declaração “eu sei...” só pode ter significado em ligação com a restante evidência do “saber.”” (UG, § 432, p. 123). Isso nem sempre é o que está no centro das atenções do autor. Por isso ele diz: “... mas não se está a tentar exprimir certeza subjetiva, nem mesmo a maior, mas antes que certas proposições parecem estar subjacentes a todas as perguntas e a todo o pensamento.” (UG, § 415, p. 117). Isto interessa, apenas, a Wittgenstein, para diferenciar, gramaticalmente, da certeza objetiva à qual podemos imputar caráter de normatividade. Vemos que, em Wittgenstein, para a certeza objetiva ser tomada como tal, ele não descarta a necessidade de estabelecer razões fundamentadas. Porém ele não busca as causas que tornam possível o uso de uma proposição, pois é algo irrelevante para determinar seu estatuto. “O mesmo não acontece com os fundamentos, que estão gramaticalmente ligados à frase e nos dizem de que frase se trata.” (ZT, § 437, p. 103). Portanto, vemos que ele não abandona o uso da noção de fundamentação e justificação. Mas, em que sentido, ainda se pode usar tal expressão? Ele parece sugerir o uso em vários momentos, como este, por exemplo: “Este fato está incorporado no fundamento do nosso jogo de linguagem.” (UG, § 558, p. 157). Por outro lado, Wittgenstein sustenta que, em determinadas situações, “continuo a não poder indicar razões fundamentadas para o modo como procedo.” (UG, § 307, p. 89), assim como

“na raiz de uma convicção bem fundamentada encontra-se uma convicção não fundamentada.” (UG, § 253, p. 77). Então, vemos que, para certos usos de proposições, necessitamos de razões fundamentadas e, em outros casos, não é necessário e nem sempre possível oferecer fundamentos, alheios aos atos expressivos, aos usos e aplicações dos conceitos, para reconhecer que a certeza está estabelecida de modo suficiente e necessário.

Mas isto não parece ser tão pacífico assim para Wittgenstein, pois ele diz que “A dificuldade é compreender a falta de fundamento das nossas convicções.” (UG, § 166, p. 59), e afirma, também, “Mas a fundamentação, a justificação da evidência tem um fim.” (UG, § 204, p. 67). Vemos, portanto, que não se trata de negar, por completo, que haja um fundamento para os nossos jogos de linguagem que vinculam certeza. A questão é, então, tentar diferenciar os usos de proposições que exigem fundamento dos que não exigem e o que determina a interrupção na busca de fundamentos. Com o que dissemos, fica claro que há uma tensão inerente ao uso deste conceito. Acreditamos que Wittgenstein quer mostrar, via esta tensão, os limites e as confusões no uso desta noção. As confusões poderiam ser, por exemplo, cair num círculo vicioso ou num regresso ao infinito, usar formas expressivas que sugere a confusão entre o factual e o normativo, ou mesmo entre o metafísico e o factual. Quando ele quer deter a pergunta pelos fundamentos, não vemos outro motivo a não ser estes mencionados acima. Talvez, por isso, fale: “Dizer: no fim de contas só podemos aduzir os fundamentos que nós consideramos serem fundamentos, é não dizer nada.” (UG, § 599, p. 169). Portanto, os fundamentos não podem ser colocados por determinação subjetiva.

Imaginemos uma tabela que existe somente em nossa representação; um dicionário, p. ex. Com a ajuda de um dicionário pode-se justificar a tradução de uma palavra X pela palavra Y. Mas devemos chamar isto também de justificação, caso essa tabela seja consultada somente na representação? – “Ora, trata-se, justamente, de uma justificação subjetiva” – Mas a justificação consiste em se recorrer a uma instância independente. (IF, § 265, p. 129).

A justificação aceita como objetiva deveria ocorrer no interior de um sistema, tal como mostra no § 105, no *Da Certeza*. Esta certeza é a que está de posse do homem sensato

(razoável, racional) e que o proíbe de ter certas dúvidas. A pessoa sensata é a que procede assim e diz é assim mesmo. Por isso, diz Wittgenstein, “Aquilo a que me agarro não é uma proposição, mas um conjunto de proposições.” (UG, § 225, p. 71). Sendo assim, a partir desta aparente ambiguidade, como entender, então, a noção de fundamento? Ele é necessário ou não? É, meramente, possível? Mas o que determina a sua possibilidade? Ou ele é impossível? Outro complicador pode ser o fato de o fundamento ter sido algo ensinado “Alguma coisa tem de nos ser ensinada como base.” (UG § 449, p. 127), por isso cheira ao pragmatismo “Assim, estou tentando dizer uma coisa que soa a pragmatismo. Há uma espécie de mundividência que se me intromete aqui.” (UG, § 422, p. 119) e, neste caso, admitindo outro tipo de educação, teríamos outro tipo de fundamento. Ou mesmo, ele ser introduzido, ou sustentado a partir da procura de fatos que tornam possíveis os jogos de linguagem (UG, § 618).

Uma indicação de saída destes embaraços é, a partir de Wittgenstein, reconhecer que é nas relações internas entre mundo e linguagem que a tensão em relação ao fundamento é esclarecida, na medida em que o comportamento regular da natureza é incorporado ao fundamento da linguagem (UG, § 558) e a *Weltbild* instaura-se estabelecendo a rede de convicções que permite ver que “é o nosso atuar que está no fundo do jogo da linguagem” (UG, § 204, p. 67), que é tomado como fundamento e, a partir daí, ele é tido como um fim, sendo este “uma via de ação não fundamentada.” (UG, § 110, p. 45). É esta via que ‘funciona’ enquanto tal e que estabelece a convicção e a segurança, ou certeza firme e tranquila (*beruhigte Sicherheit*), (Cf. UG 356, p. 103). Portanto, a questão sobre o fundamento deixa de ser posta como central e problemática, pois não contém nenhum privilégio ontológico, à medida que as relações internas entre gramática e mundo são determinadas pelo nosso agir (*Handeln*), fundamento não fundamentado, pois é autônomo a tudo o que lhe é extrínseco.

Percebemos que isto é engendrado pela sugestão de Wittgenstein de que o uso de “eu sei” em expressões como “sei que tenho uma mão”; “sei que nasci de pai e mãe”, etc. pode desaparecer, pois ele não acrescenta nada de fundamental ao que já está incorporado no próprio uso de tais expressões, sem o “eu sei”. Além do mais, o uso de “eu sei” pode sugerir algo de subjetivo, similar ao “eu creio que sei.” (Cf. UG, § 415, p. 117). Poderíamos usar, apenas, “tenho uma mão”, “nasci de pai e mãe”, ou mesmo perceber, via várias

descrições, que estas proposições, sem o uso de “eu sei”, sugerem uma norma criterial de uso para vários fins. Neste uso, teríamos “... uma base para a minha ação.” (UG, § 414, p. 117), que seria mal compreendida com o acréscimo de eu sei. O que, neste uso, torna-se base para a ação é aquilo que está para além da dúvida razoável (Cf. UG, 336, p. 97), pois o próprio uso da palavra “mão” deve mostrar “... que a ausência de dúvida pertence à essência do jogo de linguagem, que a pergunta “como é que eu sei...” empata o jogo de linguagem ou mesmo acaba com ele.” (UG, § 370, p. 107). Podemos perguntar, então, como e de onde se origina a certeza, em relação ao uso de tais proposições, para além das determinações epistemológicas? Não vemos outra saída, em Wittgenstein, a não ser admitir que a certeza, implicada e aceita como base, nestes usos, origina-se dos jogos de linguagem que não contemplam ou aceitam a dúvida e o erro. Assim como estipulam o limite de não podermos pensar, sem sentido, sua negação. E, como tal característica é introduzida nos jogos de linguagem que excluem a dúvida como algo razoável? Aqui vemos que Wittgenstein é claro quanto a isto, quando diz:

Ensinamos a uma criança “isto é a tua mão”. É assim que uma criança aprende os inúmeros jogos de linguagem relacionados com a sua mão. E investigar ou inquirir “se isto é realmente uma mão” nunca lhe ocorreu. Nem, por outro lado, ela aprende que sabe que isto é uma mão. (UG, § 374, p. 107).

Com isso, vemos que não há nenhuma primazia da dimensão epistemológica sobre a linguagem, nem uma anterioridade substancial, quer no nível ontológico, quer em nível da subjetividade. A criança não aprende, por conseguinte, por explicações a partir de definições ostensivas, portanto, que teriam o seu significado a partir da denotação. O ensino ostensivo está no lugar das explicações ostensivas. Nas *Fichas*, Wittgenstein diz: “Toda a explicação tem o seu fundamento no treino (adestramento), (Abrichtung) (Os educadores deveriam lembrar-se disto).” (ZT, § 419, p. 100). É neste momento que, pelo fato de o fundamento ter sido algo ensinado, há a suspeita de pragmatismo. O que parece não ser o caso, em Wittgenstein, pois, em outra passagem, nas *Fichas*, ele pergunta o seguinte: “Estou a fazer psicologia infantil? - Estou a fazer uma ligação entre o conceito de ensino e o conceito de significado.” (ZT, § 412, p. 99). Com isso vemos que ele simplesmente exerce sua atividade

filosófica de apresentação dos conceitos, via os jogos de linguagem, para que possamos ver como o significado deriva do uso e da aplicação dos mesmos. Este aprendizado, que pode começar por jogos de linguagem primários, que envolvem o ensino ostensivo, imbrica-se, aos poucos, pelas semelhanças de família e pelas ligações intermediárias aos jogos de linguagem mais complexos, onde os jogos de linguagem são relacionados às formas de vida. Diríamos, aqui: é a (übersicht) atuando para mostrar as relações possíveis na linguagem, indicando como o sistema é formado. Vemos isso claramente em parágrafos como (UG, §§ 83, 94, 105 162 e 341). Citamos apenas parte destes parágrafos que demonstram que aquilo em que passamos a confiar são questões inerentes ao sistema,

A verdade de certas proposições empíricas pertence ao nosso quadro de referência (UG, § 83, p. 35); (...) é o quadro de referência herdado que me faz distinguir o verdadeiro do falso (UG, § 94, p. 41); Toda a verificação, confirmação e invalidação de uma hipótese ocorrem já no interior de um sistema (...). O sistema não é tanto o ponto de partida, como o elemento onde vivem os argumentos (UG, § 105, p. 43); Tenho uma imagem de mundo. É verdadeira ou falsa? Sobretudo, é o substrato de todas as minhas perguntas e afirmações. As proposições que a descrevem não são todas igualmente sujeitas à verificação (UG, § 162, p. 59); Isto é, as perguntas que formulamos e as nossas dúvidas dependem do fato de certas proposições estarem isentas de dúvida, serem como que dobradiças em volta das quais as dúvidas giram. (UG, § 341).

Esse sistema, que sustenta e apresenta a convicção, repousa sobre certas bases que fornecem o conteúdo destas convicções. Vemos isso, claramente, nos seguintes parágrafos (UG §§, 88, 103, 162, 411, 512 e 599):

Pode acontecer, por exemplo, que todas as investigações que façamos sejam estabelecidas de modo a isentar da dúvida certas proposições, se elas forem alguma vez formuladas. Ficam fora do caminho em que a investigação se move (UG, § 88, p. 37); (...) e agora, se eu dissesse “é minha convicção inabalável que etc.”, isso significaria, no presente caso também, que eu não cheguei conscientemente à convicção seguindo uma linha de raciocínio especial, mas que ela está ancorada em todas as minhas perguntas e respostas e de tal maneira que não posso tocar-lhe (UG, § 103, p. 43); Se disser “nós supomos que a terra existia há muitos anos” (ou frase semelhante), evidentemente que parece estranho que suponhamos tal coisa. Mas na totalidade do sistema dos nossos jogos de linguagem, isto

pertence à base. A suposição, pode dizer-se, forma a base da ação e, portanto, naturalmente, também do pensamento (UG, § 411, p. 115); Não será que a questão é esta: “então e se você tivesse de mudar a sua opinião, mesmo acerca das coisas mais fundamentais?” E parece-me que a resposta é: “você não tem de a mudar. “É isso justamente o que implica elas serem “fundamentais”. (UG, § 512, p. 145).

Este conjunto de considerações torna o sistema possível e evidencia o significado das proposições gramaticais. Tal como aparece nos seguintes parágrafos (UG §§, 51, 56-58), eis um exemplo, “É uma proposição lógica porque descreve a situação conceitual (linguística).” (UG, § 51, p. 29). As ações práticas, envolvidas nesta condição, indicam que “cheguei ao fundo das minhas convicções. E poderia praticamente dizer-se que estes alicerces são suportados pelo conjunto da casa.” (UG, § 248, p. 77). A partir disso, vemos que os fundamentos considerados, nesta perspectiva, não são fundamentos distantes das práticas, anteriores às práticas, transcendentais às práticas, como se fossem elementos metafísicos pressupostos como condição primeira para que o jogo pudesse dar início ao seu movimento e, depois, demonstrada e justificada sua legitimidade. Eles estão inseridos e engajados nas inter-relações linguísticas que mostram o sentido da interação entre as partes e o todo. Já no *Tractatus* Wittgenstein dizia, “tudo é como é e acontece como acontece” (TLP, § 6.41, p. 275), por isso “o enigma não existe” (TLP, § 6.5, p. 279) e, portanto, “Uma vez que tudo se encontra em aberto, não há nada para esclarecer. Pois, o que porventura está oculto, não nos interessa.” (IF, § 126, p. 75).

A partir da interpretação acima podemos dizer que os fundamentos podem ser tomados como a condição de possibilidade de outras ações linguísticas que dependem normativamente destes. Há um conjunto de considerações que se mostram dependentes de fundamentos, tais como apresentados acima, pois parecem sugerir certa instabilidade, ora apresentando-se como fundamento, ora necessitando de fundamento. Temos os principais exemplos nos parágrafos (UG, §§ 65, 95-99, 166, 174, 211, 253, 256, 307, 336 e 559).

Quando os jogos de linguagem mudam, há uma modificação nos conceitos e, com as mudanças nos conceitos, os significados das palavras mudam também (UG, § 65, p. 31); Contudo, isto é certo: a mesma proposição pode ser tratada uma vez como coisa a verificar pela experiência, outra vez como

regra de verificação (UG, § 98, p. 41); E a coisa estranha é que quando estou perfeitamente certo do modo como se usam as palavras, não tenho dúvidas a esse respeito, continuo a não poder indicar razões fundamentadas para o modo como procedo. Se tentasse, poderia indicar mil, mas nenhuma tão certa como a própria coisa que elas se propunham justificar (UG, § 307, p. 89); (...)você deve ter em atenção que o jogo de linguagem é, por assim dizer, imprevisível. Quero dizer: não se baseia em fundamentos. Não é razoável (ou irrazoável). Está aí – tal como a nossa vida. (UG, § 559, p. 157).

Com esta aparente oscilação entre o que são fundamentos e o que é fundamentado, Wittgenstein visa mostrar o que exatamente? Vemos esta oscilação, também, nesta passagem “Se me é dada, por exemplo, uma função algébrica, estou CERTO de que poderei calcular seus valores para os argumentos 1, 2, 3, até 10. Vai-se chamar esta certeza de ‘bem fundada’, pois aprendi a calcular tais funções etc. Em outros casos, ela não será fundada, mas será, todavia, justificada pelo êxito.” (IF, § 320, p. 144). Talvez, então, queira Wittgenstein evitar a transposição do limite, a partir do qual surgem os problemas filosóficos insolúveis e reduzir a análise do significado de fundamento às ações, tal como Wittgenstein indica (IF, § 43 e UG, § 229). Diz Wittgenstein, nas *Investigações*, “Se esgotei as justificativas, cheguei então à rocha dura, e minha pá se entorta. Estou inclinado a dizer então: “É assim mesmo que ajo.”” (IF, § 217, p. 118). Em outro momento, que relaciona o fundamento à ação, diz: “*Quero responder que exatamente para esta certeza não precisamos de fundamentos*” (IF, § 324, p. 145). Com isso, Wittgenstein limita e direciona a pergunta pelos fundamentos a esta dimensão. Diz ele: “Não pergunte: “O que se passa em nós quando estamos certos...”mas: como se expressa a certeza de que é assim no agir do homem? (IF, p. 291).

Para Wittgenstein, se ocorrer uma disputa ou falta de compreensão da diferença entre certeza subjetiva e objetiva, isto deve “ser decidido com certeza” (IF, p. 291) e um dos critérios para o discernimento e a decisão é olhar “para a diferença entre os jogos de linguagem.” (IF, p. 291). A diferença entre os jogos de linguagem mostrará a diferença da significação dos conceitos, por isso, é a condição de poder compreender, precisamente, quando se trata de certeza subjetiva ou de certeza objetiva. Nesse modo de percebermos a diferença, nos jogos, percebemos, ao mesmo tempo, a possibilidade de compreendermos, como e por que, a essência (Wesen) ou o fundamento (Grundlage) é o que funciona como

tal. Aqui teríamos, novamente, a ameaça de pragmatismo. Porém, esta ameaça não se constitui com muita força, pois o fundamento concebido desta forma se ancora numa imagem de mundo (Weltbild) que se estrutura como uma rede de convicções (Hintergrund) pela qual, sendo condição de possibilidade, como pano de fundo permite fazer distinções, entender diferenças, decidir sobre o estatuto das proposições em uso, estipular, por tais condições, o limite do significativo. Diz Wittgenstein, “Não são os axiomas isolados que me parecem óbvios, é um sistema em que as conclusões e as premissas se apóiam mutuamente.” (UG, § 142, p. 53).

Colocadas as coisas desta forma, somos levados a aceitar a ideia de que a pergunta pelos fundamentos, ou, em outras palavras, pelas condições de sentido, só poderão ser feitas, com sentido, na medida em que forem tomadas como práticas simbólicas regradas nos jogos de linguagem que mostrarão os modos significativos de utilização das palavras. O discernimento entre o que são os fundamentos daquilo que é fundamentado ocorre por uma investigação gramatical que tem como tarefa primordial mostrar como as condições de sentido dos conceitos usados num determinado jogo, em certo contexto, diferem, num sentido filosófico importante, da mera análise factual que deve ser decorrente daquelas condições. As condições de sentido das ocorrências factuais são, nesse sentido, tomadas como suficientes e necessárias, mas só podem ser percebidas relacionadas a estes movimentos e lances factuais. Há, então, um imbricamento entre as condições de sentido, dadas pela investigação gramatical, e um exercício efetivo, na dimensão factual, daquelas regras orientadoras e delimitadoras. Não há, no entanto, por causa disto, uma relação causal entre as condições de sentido e os usos efetivos de tais normas. Podemos dizer, isto sim, que há um laço interno entre tais normas e sua aplicação e uso efetivos. Penso que, quando Wittgenstein diz “Nós conduzimos as palavras do seu emprego metafísico de volta ao seu emprego cotidiano” (IF, § 116, p. 72) quer evitar, entre outras coisas, o uso de certas palavras atreladas a certos pressupostos que sugerem a mistura do factual com o metafísico. A investigação gramatical, que visa eliminar mal-entendidos, ou mostrar como e porque a cãibra mental surge, deve mostrar que estes dizem respeito “a certas analogias entre as formas de expressão em diversas áreas de nossa linguagem.” (IF, § 90, p. 65). Nos usos, pelo menos isto deve sempre poder ficar claro: a diferença entre o que é a norma como

indicadora das condições de sentido e o uso desta condição de normatividade direcionada para algo específico.

Quando, em Wittgenstein, está em jogo o esclarecimento da relação entre o fundamento das ações linguísticas e a referência aos jogos de linguagem calcados em formas de vida, faz uma ressalva quanto ao limite desta busca; desta forma, “Nosso erro está em buscarmos uma explicação lá onde deveríamos ver os fatos como ‘fenômenos originários’. Isto é, onde deveríamos dizer: joga-se este jogo de linguagem.” (IF, § 654, p. 223). Em outros momentos, diz o seguinte: “Não importa como você o instrui na continuação do ornamento em série, - como pode ele saber como deve continuar por si mesmo? – ora, como é que eu o sei? – se isto significa “Tenho motivos?”, então, a resposta é: em breve acabam os motivos. E eu agirei então sem motivos.” (IF, § 211, p. 117). Estas ações, que expressam um comportamento regular e habitual, fazem com que “Este fato está incorporado no fundamento do nosso jogo de linguagem.” (UG, § 558, p. 157). Nesse sentido, o alerta de Wittgenstein é para que “Você deve ter em atenção que o jogo de linguagem é, por assim dizer, imprevisível. Quero dizer: não se baseia em fundamentos. Não é razoável (ou irrazoável). Está aí – tal como a nossa vida.” (UG, § 559, p. 157). Este é um dos pontos onde é possível relacionar certeza e formas de vida, associando ao seguinte: “Eu encararia esta certeza, não como aparentada com a precipitação ou superficialidade, mas com uma forma de viver.” (UG, § 358, p. 103). Com isso, para ele, é suficiente referir-se às ações expressas em jogos de linguagem em determinados contextos.

Relacionado a isto, podemos dizer que a gramática dos conceitos usados nestes jogos são regras de uso suficientes e valem como justificativas legítimas para o significado ser dado de modo satisfatório. No *Da Certeza*, refere-se a esta dimensão de fundamento como *Weltbild*, que pode ser tomado, em certo sentido, como algo que se assemelha às formas de vida, na medida em que aparece como *Hintergrund* e, como tal, está imbricada diretamente com as nossas convicções. Porém, mesmo as justificativas e os fundamentos tomados neste nível têm um fim, “mas não se trata de uma espécie de ver de nossa parte; é o nosso atuar que está no fundo do jogo de linguagem.” (UG, § 204, p. 67). Então, para reconhecer como certas proposições empíricas, devido a sua forma, exercem um papel lógico relevante em nossos jogos de linguagem é necessário reconhecer que, “o fim não é um pressuposto não fundamentado: é uma via de ação não fundamentada.” (UG, § 110, p.

45), tal como já dissemos anteriormente. Jogar um jogo de linguagem, nestas condições, implica reconhecer que se pode jogar tal jogo sem fundamentos rígidos e fixos. Ele pertence a uma forma de vida que explicita a possibilidade de ação com convicção, sem dúvida e sem possibilidade de erro. “A fim de fazer um erro, um homem já tem de julgar de acordo com a humanidade.” (UG, § 156, p. 57). A imagem de mundo que se constitui a partir destes elementos “é o substrato de todas as minhas perguntas e afirmações.” (UG, §162, p. 58-59). Uma ação justificada e fundamentada é, portanto, aquela que é tida como válida num jogo de linguagem regrado, que determina as ações tal como são feitas e não permite fazê-las de outro modo. É o momento em que as regras podem ser seguidas cegamente, pois os praticantes as dominam, e o que está implícito como certeza não é necessário, nem é possível explicar; mesmo assim, é a base e a condição para tal prática. Talvez possa, apenas, ser mostrado via descrições.

A noção de imagem de mundo, tal como Wittgenstein desenvolve em *Da Certeza*, é, para Schulte, algo de que sabemos extremamente pouco (SCHULTE, 1989, p. 221-234). É uma noção mencionada poucas vezes, apenas sete, nos parágrafos (93-95, 162, 167, 233, 262). Apesar de não ter sido mencionada muitas vezes, cremos que pode ser tomada como uma noção determinada por uma perspectiva sistemática e objetiva. No entanto, demonstrar esta sistematicidade e objetividade não é tão simples, pois o modo como Wittgenstein apresenta a noção de *Weltbild* parece, por vezes, vago e não muito claro. Para Wittgenstein, a nossa imagem de mundo pode ser tomada como uma espécie de fundamento e substrato de nossas pesquisas e afirmações. Substrato que não pode ser tomado no sentido de ser o sustentáculo de certas propriedades das coisas, mas base, fundamento e condição vital para compreendermos o modo como o significado se mostra normalmente. As proposições que descrevem esta imagem de mundo têm, para Wittgenstein, função análoga a uma mitologia, na medida em que é “uma base inamovível nos seus jogos de linguagem.” (UG, § 403, p. 115). Estando nesta condição, por mais estranha que possa parecer, se relaciona “a totalidade do sistema dos nossos jogos de linguagem, isto pertence à base.” (UG, § 411, p. 115). Esta base comporta tanto proposições empíricas quanto proposições gramaticais, pois, diz Wittgenstein, “proposições com a forma de proposições empíricas e não só proposições da lógica formam a base de todas as operações com pensamento (com linguagem).” (UG, § 401, p. 113). Então, muitas ações

ocorrem não pelo fato de estarmos estipulando fundamentos explícitos e completamente justificados. Pois, muitas vezes, o saber que deriva do sistema de proposições é suficiente para mostrar crenças básicas que impedem a dúvida, “este conjunto de conhecimentos foi-me transmitido e não tenho motivo para duvidar dele mas, pelo contrário, possuo toda a espécie de confirmações.” (UG, § 288, p. 85). Para Wittgenstein, a imagem da terra como algo redondo é um bom exemplo do papel que a imagem de mundo exerce, enquanto fundamento, nos nossos jogos de linguagem. “estamos convencidos de que a terra é redonda.” (UG, § 299, p. 87). Com “a imagem da terra como sendo uma bola flutuando livre no espaço e não se alterando essencialmente numa centena de anos” (UG, § 146, p. 55), fazemos um sem número de coisas. Além disso, é uma imagem simples e “utilizamo-la sem duvidar dela.” (UG, § 147, p. 55). A imagem de mundo assim concebida é importante para podermos compreender e relacionar a linguagem com as formas de vida. Nesse sentido, a imagem de mundo pode estar relacionada à visão de mundo usada pelas ciências ou, de modo geral, na cultura, com suas diferentes características. Por isso a convicção e a certeza que emergem da imagem de mundo como fundamento não necessariamente é uniforme. Portanto, nem sempre é possível conceber que cientistas e pessoas guiadas por valores religiosos compartilhem da mesma imagem de mundo. Talvez seja este o motivo de haver tanta dificuldade de diálogo entre estes dois campos: o religioso e o científico.

Para Kober (1994, p. 156), uma imagem de mundo é formada por um conglomerado de diferentes práticas que convergem a partir das mesmas bases. Isto pode ser sustentado a partir dos parágrafos (102, 105, 134 e 410), com a noção de sistema tal como Wittgenstein apresenta. Tal conglomerado não pode significar, no entanto, a defesa de teses filosóficas sobre o modo como o sistema se constitui. Qualquer dificuldade que possa surgir desta discussão, talvez esteja atrelada ao fato de buscarmos explicações para compreendermos as diferenças aí implicadas, “enquanto a solução da dificuldade é uma descrição, se lhe dermos a devida ordem nas nossas considerações. Se nos detivermos nela e não a tentarmos ultrapassar. A dificuldade aqui é: parar.” (ZT, § 314, p. 80). Parar de buscar fundamentos e justificativas alheios à ação. Com isso, o parar, aqui, só pode ser a indicação da tentativa de ver o funcionamento da linguagem para reconhecer o que está em questão que sugere dúvidas, confusões ou enigmas. O procedimento filosófico, nesta investigação gramatical, não é nem empírico, nem transcendental, mas a apresentação daquilo que está sendo

usado, que “é uma combinação do que há muito se conhece.” (IF, § 109, p. 71). O que há muito se conhece devem ser, necessariamente, as formas de vida imbricadas nos jogos de linguagem como condição fundamental para se conhecer e agir. Este imbricamento entre o saber e os jogos de linguagem é o que tentaremos desenvolver no capítulo a seguir.

Capítulo 10 - Os Jogos de Linguagem e a Epistemologia

O objetivo desta parte do trabalho é analisar, a partir da noção de jogos de linguagem em Wittgenstein, as condições gramaticais que estabelecem os limites do significativo e ver até que ponto estas condições podem voltar o olhar terapêutico, também, para a ciência. Uma reflexão epistemológica terapêutica, séria e crítica não poderia se furtar a estas condições. Nesta relação e distinção entre ciência e filosofia, consideramos que há uma racionalidade própria das ciências, mas nunca num sentido absoluto, ou seja, que esta racionalidade, produzida e vivida no interior de uma ciência específica, pode, em sentido pleno, estabelecer, também, todas as condições de sua legitimidade, sem se valer da racionalidade presente na linguagem em geral. Se assim fosse, como surgiria a possibilidade de uma crítica da pretensão de legitimidade das próprias ciências, tarefa própria da epistemologia? Porém, entendemos que o modo como a epistemologia analisa criticamente seu objeto não pode prescindir das condições gramaticais, sem as quais a própria crítica poderia estar comprometida com elementos dogmatizantes, noções transcendentais, ou com uma *mathesis* genérica demais, ou abstrata demais para dar conta de extirpar os elementos instauradores do não sentido, do contraditório ou do absurdo. O alerta de Wittgenstein é interessante e esclarecedor,

Nada é mais vulgar do que o significado de uma expressão oscilar, do que um fenômeno ser às vezes considerado um sintoma, às vezes um critério, de um estado de coisas. E, na maior parte das vezes, a mudança de significado não é então notada. Na ciência, é normal fazer dos fenômenos que permitem uma medição exata critérios definidos de uma expressão; e depois tende-se a pensar que o significado verdadeiro foi encontrado. Inúmeras confusões surgiram deste modo. (ZT, § 438, p. 103).

Mas, para mostrar tais confusões, não necessita, a filosofia, invadir o terreno próprio de uma ciência. "Ela consistirá em analisar - por exemplo, tomando a "física" como amostra - "o funcionamento das condições humanas do conhecimento." (LEBRUN, 2006, p. 133). Uma

epistemologia, tomada neste sentido, não teria mais a pretensão de oferecer a unidade de princípios pelos quais seriam estabelecidos todos os modos determinados de proceder das ciências como legítimos. Lebrun esclarece assim esta questão:

Desse modo, as ciências acabam por serem reconduzidas à sua heterogeneidade de princípio, desvinculadas da *ratio*: não falaremos mais em "ciências *puramente* racionais"; ciência e razão pura não mais se sobrepõem. E é a partir desse momento, no qual a razão pura deixa de lançar sobre as ciências o olhar egoisticamente benévolo do genitor, que a curiosidade epistemológica poderá exibir-se em toda a sua plenitude. Uma vez que as ciências já não são mais facetas de um mesmo cristal, cada uma se torna instrutiva por si mesma. (LEBRUN, 2006, p. 136).

Se, num sentido estrito, a epistemologia analisaria as condições de possibilidade humanas do conhecimento²²⁰, em Wittgenstein, a própria epistemologia dependeria das condições gramaticais de significação²²¹. A partir disto, se fizéssemos a pergunta: a ciência é um jogo de linguagem²²²? Somente poderíamos responder afirmativamente, a partir de alguns esclarecimentos e algumas condições. Nesse sentido, colocamos a questão: em que medida a análise crítica e gramatical pode solicitar terapia para a epistemologia? A resposta inicial seria: toda vez que se apresentarem elementos metafísicos, transcendentais, dogmatizantes e, impeditivos de alcançar a coerência necessária em uma determinada ciência.

²²⁰ Tal como em Kant, por exemplo: "A matemática e a física puras são formações racionais inatacáveis, e certamente não seria seu retumbante sucesso que levaria alguém a se questionar com tamanha urgência sobre a capacidade da razão. E é sob esse dito (no final das contas, pouco considerado): essas ciências, que a Crítica toma como exemplo bem-sucedido de racionalidade, são ancillae rationis apenas de nome (e isso Husserl nunca perdoará a Kant). Ao contrário, é a razão, tornada autocrítica, que deverá reportar-se a elas para conhecer as condições de sua competência, para saber até onde se estende seu direito de determinar objetos." (LEBRUN, 2006, p. 136 e 137).

²²¹ Esta parece ser, inclusive, uma das mudanças centrais de Wittgenstein em relação a Moore.

²²² No § 23 das *Investigações Filosóficas* temos as exemplificações do que Wittgenstein entende por jogos de linguagem. Os seguintes exemplos permitem entender que a ciência pode ser considerada, também, um jogo de linguagem: "descrever um objeto pela aparência ou por suas medidas; levantar uma hipótese e examiná-la; apresentar os resultados de um experimento por meio de tabelas e diagramas; resolver uma tarefa de cálculo aplicado, etc".

A pesquisa e a produção científica são historicamente situadas. O objeto, o sujeito, o método, bem como todos os processos de conhecimento e o próprio conhecimento, por serem produções históricas e linguísticas, podem estar comprometidos com certas noções que solicitam terapia, pois podem padecer do enfeitiçamento da linguagem. É a partir disto que se mostra a necessidade e a importância de analisar o pensamento de Wittgenstein, enquanto ele pode se voltar, também, para a epistemologia. Se a hipótese levantada acima, qual seja a de tomar a modalidade discursiva da ciência como um jogo de linguagem, fizer sentido, então, toda a crítica à linguagem, feita por Wittgenstein, pode voltar-se, necessariamente, também, para a ciência. O autor não faz nenhuma teoria do conhecimento, e suas considerações, em relação à epistemologia, são, muitas vezes, breves. Além disto, coloca a epistemologia, em princípio, fora do foco direto da filosofia. Porém, à medida que há uso de linguagem, em todos os campos de conhecimento, as condições gramaticais, embora não teóricas, estabelecidas por Wittgenstein, podem ser usadas para melhor esclarecer como a própria ciência deve se prevenir quanto ao mau uso de certas noções que possam causar usos indevidos da linguagem. Embora não vejamos, em Wittgenstein, nenhuma preocupação direta com adotar um critério de verdade, ou fazer uma teoria sobre a verdade, podemos interpretar como seu uso pode ser significativo. Dito de outra forma, ao estabelecer as condições gramaticais para que noções como verdade e falsidade sejam utilizadas com sentido, da mesma forma como para todos os outros conceitos, que possam ser usados para fazer descrições, ele estabelece aquilo que é condição necessária e suficiente para o uso do discurso, também, no interior das ciências. Portanto, assim, também, pode ser feito com qualquer conceito da epistemologia. Esta forma de fundamentar o modo como se chega ao significativo parece ser relevante para a compreensão do que, na contemporaneidade, muitos entendem como "epistemologias regionais"²²³.

²²³ Conforme Daniel Adler et al no livro *Filosofia da ciência* I, p. 19. Várias passagens deste livro apresentam uma concepção de ciência que tem muita proximidade com a forma como Wittgenstein tem. Por exemplo, Adler, citando Herschel diz: "Salvo engano de nossa parte, as descobertas [da química] derrubam a idéia de uma matéria eterna e existindo por si, pois elas dão a cada um de seus átomos as características que pertencem à essência dos objetos manufaturados ou de agentes que executam uma ordem." (ADLER, 2005, p. 46). Outra citação, feita por Adler de Herschel, também é interessante: "Entretanto, "até que ponto seremos um dia capazes de ter conhecimento dos processos últimos e internos da natureza que produzem os fenômenos, não estamos em condição de saber [...]; parece que não há grande esperança de penetrar assim tão longe."" (ADLER, 2005, P. 45). Nesse sentido, à ciência caberia, portanto, cuidar do campo mais

Encontramos nas *Investigações Filosóficas*, e em *Da Certeza*, assim como nas *Observações Filosóficas e Gramática Filosófica*, várias passagens que sugerem esta possibilidade. Por exemplo, nas *Investigações*, quando Wittgenstein diz:

Assim você está dizendo, portanto, que a concordância entre os homens decide o que é certo e o que é errado? Certo e errado é o que os homens dizem; e os homens estão concordes na linguagem. Isto não é uma concordância de opiniões, mas da forma de vida. (IF, § 241, p.123).

Esta pequena passagem indica, enfaticamente, a dependência da análise conceitual e epistemológica, do uso que se faz das expressões linguísticas, nos jogos de linguagem, a partir das regras calcadas em formas de vida.

Pelo que já dissemos acima, pudemos constatar que Wittgenstein não escreveu nenhum tratado de epistemologia. A sua filosofia não se volta para o problema do conhecimento e seus limites, como é o caso de Kant e muitos outros. O trabalho filosófico de Wittgenstein não opera a partir do registro transcendental, no sentido clássico, investigando as condições apriorísticas, puras, das faculdades utilizadas na fundamentação do conhecimento. A natureza de sua reflexão é, eminentemente, sobre a lógica da linguagem e seus limites, no caso do *Tractatus*, e sobre as condições gramaticais da significação, a partir das *Investigações Filosóficas*. Portanto, o objetivo de sua análise crítica é para estabelecer condições de possibilidade de sentido, determinadas linguisticamente, e não pela possibilidade da verdade ou falsidade. Tampouco quer se ocupar do sujeito do conhecimento e das possibilidades modais de síntese, a priori, de um objeto da experiência possível. Há, em Wittgenstein, a passagem do registro das formas puras da sensibilidade e do entendimento do sujeito para o registro de estruturas, regras e conceitos linguísticos. Sendo assim, como podemos pensar o sentido da epistemologia em Wittgenstein? Qual é o lugar que ocupa, no pensamento de Wittgenstein, a epistemologia?

contingencial e, na visão de Wittgenstein, caberia à filosofia cuidar do que é necessário. Talvez já a noção de limite estabelecida por Kant, qual seja, de não aceitar a possibilidade de conhecermos as coisas em si mesmas, foi um marco essencial para o desenvolvimento e a compreensão dos limites do conhecimento até os dias atuais. Nesse sentido, entendemos que Wittgenstein pode ser tido como um seguidor de Kant.

No *Tractatus*, Wittgenstein diz que “O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos”, por isso conclui que a filosofia “não é uma teoria, mas uma atividade”, portanto, “Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações.” (TLP, 4.112, p.177). A partir desta concepção, diz que a “teoria do conhecimento é a filosofia da psicologia.” (ibidem). Sinteticamente, podemos ver aí a clara distinção entre a ciência, que deveria dar conta de certa representação do mundo, e a filosofia, que tem como tarefa estipular os limites lógicos de tais representações. Grosso modo, à ciência competiria cuidar do contingencial e à lógica cabe estipular o necessário.²²⁴ Nesse sentido, a análise lógica é uma espécie de elucidação de como a linguagem pode ser significativa e o que fica fora da possibilidade de ser dito. O que fica claro é que sua preocupação principal não é com a epistemologia, mas com a lógica, em sua primeira fase, e com a gramática, na segunda fase.

A narrativa científica é uma modalidade distinta de discurso do que a narrativa filosófica. Esta, por sinal, relegada ao campo da impossibilidade ou dos contrassensos, exigindo, portando, silêncio. Silêncio este, que surge após a tarefa toda ser concluída, qual seja, após a demarcação definitiva das condições e dos limites do campo do significativo e do não significativo. Ao cientista interessa, sobretudo, o campo do que pode ser descrito, encontrando a “totalidade das proposições verdadeiras.” (TLP, 4.11, p. 177). A distinção entre a filosofia e sua tarefa, e a ciência e sua tarefa é bastante nítida, aparece, literalmente, nesta expressão: “a palavra filosofia deve significar algo que esteja acima ou abaixo, mas não ao lado, das ciências naturais.” (TLP, 4.11, p. 177). Os aforismos de 4.113-4.116 completam, praticamente, a diferenciação anunciada.

A filosofia limita o território disputável da ciência natural; cumpre-lhe delimitar o pensável e, com isso, o impensável; cumpre-lhe limitar o impensável de dentro, através do pensável; ela significará o indizível ao representar claramente o dizível; tudo o que pode em geral ser pensado pode ser pensado claramente. Tudo o que se pode enunciar, pode-se enunciar claramente. (TLP. p. 177).

²²⁴ Uma ideia parece ter permanecido constante em toda sua obra: diferenciar, por uma análise lógica, o necessário do contingente. Podemos confirmar isto com expressões como esta: “Tudo o que é possível e necessário é separar o que é essencial do que não é essencial.” (OF, § 1, p. 37).

Nas *Investigações*, por outro lado, bem como em todo pensamento pertencente a assim chamada segunda fase de seu pensamento, estas explicações devem ser substituídas por descrições gramaticais, baseadas em regras, em distintos jogos de linguagem que se ancoram em formas de vida. Já na *Gramática Filosófica* diz: “O que interessa a nós no signo, o significado que importa para nós é o que está incorporado na gramática do signo.” (GF, § 44, p. 62). Neste sentido, em todo percurso pós *Tractatus*, os conceitos e sua significação não estarão atrelados a referentes últimos, às causas naturais, que é o caso das ciências, nem aos elementos empíricos e psicológicos, etc. A dimensão expressiva das palavras e suas possibilidades estão no centro das atenções de agora em diante. No lugar de explicações, podemos perceber descrições e exemplificações, através das exteriorizações. Mas, tanto descrições como exemplificações não terão função epistemológica. Portanto, não há apresentação de uma teoria para substituir outra ou a refutação de uma teoria para colocar outra em seu lugar. Bem como, não há nenhuma tese sendo defendida e provada. O objetivo central é dissolver possíveis entraves, gerados pelo mau uso da gramática dos conceitos, portanto, fazer terapia. A descrição dos usos dos conceitos deve levar-nos a compreender o uso indevido, gerador de problemas e mostrar, se possível a origem destes problemas.

Pelo que foi dito, podemos dizer que a busca não é por certezas ou conhecimentos evidentes, presentes nas práticas cotidianas, ou mesmo no interior do discurso científico. Os conceitos centrais da epistemologia como: dúvida, saber, certeza, evidência, verdade, conhecimento, objeto, crença justificada, causalidade, etc. não visam ser fundamentados teoricamente. Todos eles são submetidos à análise crítica gramatical. Interessa a Wittgenstein analisar o uso destes conceitos em determinados jogos de linguagem, que se ancoram em formas de vida. E, na análise deste uso, mostrar, possivelmente, como muitos fazem ou tentam fazer um uso dogmático, ambíguo e genérico, etc. destes conceitos. Por isso, a referência ao mundo e ao sujeito do conhecimento é destituída de prioridade e as significações são encontradas na análise dos jogos de linguagem e suas relações, em seus respectivos usos, obedecendo a determinadas regras, considerando os sistemas de referências que podem ser usados como critério para as condições de sentido.

Os conceitos epistemológicos não são, em si mesmos, a condição da significação como elementos necessários, universais e suficientes. A significação destes conceitos é alcançada pela aplicação dos mesmos nos jogos que os envolvem e no uso regrado que se

faz deles, no interior destes jogos e nas relações entre os jogos, por via da semelhança. A significação de tais conceitos depende, portanto, do papel que exercem em determinado jogo²²⁵. Os processos de formação da significação estão atrelados ao funcionamento da linguagem. E o que pertence à linguagem? Diz Wittgenstein: “todo o fato cuja ocorrência constitua o pressuposto da significação.” (OF, § 45, p. 62). À pergunta: como é estabelecido, então, o significado destes conceitos, é respondida assim: “Uma definição como parte de um cálculo não pode atuar à distância. Só atua sendo aplicada.” (GF, § 39, p. 58). Por isso, não há necessidade de relacionar os conceitos epistemológicos aos seus referentes. “A ligação entre “linguagem e realidade” é feita por meio de definições de palavras e estas pertencem à gramática, de modo que a linguagem permanece autocontida e autônoma.” (GF, § 55, p. 69). No uso de tais conceitos, nos papéis cumpridos no interior do jogo, não ocorre a relação hipotética com os fatos, nem a estipulação de uma causalidade como condição de significação. “Não estamos no domínio das explicações causais e toda explicação de tal tipo soa trivial para nossos propósitos.” (GF, § 63, p. 77). A busca de uma fundamentação última torna-se desnecessária, pois, até o significado de tal pretensão deveria ser estabelecido pelos usos linguísticos, nos modos possíveis de aplicação, considerando a normatividade inerente a tais práticas.

As descrições feitas a partir destas condições não podem extrapolar o solo das formas de vida. Também não há preferência por um modo de descrição em relação ao outro. Neste processo, várias analogias são usadas para mostrar como certos usos se valem de práticas, ou de conceitos que são tomados de modo unilateral, impedindo, portanto, os sujeitos que discursam, de perceber vários sentidos e significados diferentes para aquele mesmo conceito. O que decide pela descrição a ser adotada é o sistema em que o signo é usado. Diz Wittgenstein: “Uma é tão boa quanto a outra e em cada caso o que representa é o sistema em que o signo é usado. – (“A representação é dinâmica, não é estática.”).” (GF, § 60, p.72).

²²⁵ “A filosofia está constantemente recolhendo uma abundância de proposições sem se importar com a verdade ou a falsidade.” (OF, § 60, p. 75).

Toda abordagem do real, quer de forma empirista, quer de forma idealista, pressupõe usos de símbolos linguísticos como intermediários dessa relação²²⁶. Não haveria possibilidade de testar uma hipótese, para estabelecer algum tipo de comprovação ou verificação, sem o uso de determinadas combinações de signos estipuladas convencionalmente.

É como se tivéssemos que penetrar nos fenômenos: mas nossa investigação não se dirige aos fenômenos, e sim, como poderia dizer, às possibilidades dos fenômenos. Isso quer dizer que meditamos sobre a espécie de asserções que fazemos sobre os fenômenos. (IF, § 90, p. 65).

Para esta empreitada, é que se faz necessário permanecer no nível da “reflexão gramatical.” (ibidem). Por isso o limite do modo como se chega à significação pelos usos linguísticos esbarra, em última instância, nas formas de vida. Este conjunto de considerações mostra que qualquer pretensão epistemológica não tem independência em relação à linguagem. Todo e qualquer gesto, todo e qualquer lance, todo e qualquer movimento de uso de um instrumento, de um mecanismo de explicação causal ou natural está atrelado a uma modalidade linguística. “Acredita-se estar indo sempre de novo atrás da natureza, e vai-se apenas ao longo da forma pela qual nós a contemplamos.” (IF, § 114, p. 72). Por isso, toda e qualquer tentativa de estipular uma teoria ou um modelo não poderá ser estabelecida sem prestar contas à linguagem, sob pena de cair num dogmatismo filosófico, ou mesmo estabelecer paradoxos insolúveis, ou nem perceber quais paradoxos são estabelecidos e por quais condições. Neste caso, assim como em todos os casos similares, a origem dos problemas epistemológicos de ordem filosófica estaria nos “mal-entendidos”²²⁷. “Mal-entendidos que dizem respeito ao uso das palavras, provocados, entre outras coisas, por certas analogias entre as formas de expressão em diversas áreas de nossa linguagem.” (IF, § 90, p. 65).

²²⁶ “A ligação entre palavras e coisas é estabelecida pelo ensino da linguagem.” (GF, § 56, p. 70).

²²⁷ “Estamos interessados na linguagem como um processo segundo regras explícitas porque os problemas filosóficos são mal-entendidos que devem ser removidos por meio do esclarecimento das regras segundo as quais estamos inclinados a usar palavras.” (GF, § 32, p. 48).

O caminho indicado como solução dos possíveis mal-entendidos é o abandono da busca por fundamentos últimos, pelo abandono das definições ostensivas, pelo abandono do modelo referencialista, pelo abandono do modelo explicativo e da possibilidade de pensar uma ligação isomórfica entre linguagem e mundo. A linguagem é constituída de modo heterogêneo e o seu elo com a vida se dá de um modo variado. Nessa relação entre linguagem e mundo, pressuposto tácito da ciência, ou mesmo linguagem e vida, o que implica fatos empíricos e psicológicos, históricos e antropológicos, as explicações, quer naturalistas, quer idealistas devem ser substituídas por descrições das formas da linguagem. Diz Wittgenstein: “estamos interessados apenas na descrição do que acontece, e não é a verdade mas a forma da descrição que nos interessa. O que acontece considerado um jogo.” (GF, § 30, p. 47). Vemos, nesta afirmação, a mudança radical em relação ao *Tractatus*. Esta mudança de concepção em relação a como chegar à significação dos conceitos na linguagem aplica-se, também, à epistemologia. Se no *Tractatus*, um dos objetivos principais era compatibilizar a necessidade lógica com a causalidade natural, porque, via a forma lógica e o espaço lógico, teríamos a condição de possibilidade de toda e qualquer forma, inclusive da causalidade, embora sem o sucesso almejado, nas *Investigações*, e em, praticamente, todas as obras posteriores ao *Tractatus*, o objetivo principal é exemplificar e descrever as condições de possibilidade de sentido, independente da efetividade do uso da linguagem e da causalidade natural²²⁸. Nas *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*, reconhece, assim como em vários outros momentos, um dos problemas centrais de sua primeira obra, qual seja:

O mal originário da lógica russeliana, bem como da minha no *Tractatus*, é ilustrar o que é uma proposição usando como exemplos uns poucos lugares comuns e depois pressupor que isso foi compreendido de maneira universal. (BPP, § 38, p. 20).

Deste mal, a filosofia atual, ou seja, de sua segunda fase, não deve mais padecer. Por consequência, a filosofia, quando volta seu olhar para a epistemologia, deve analisar

²²⁸ “A experiência decide se uma proposição é verdadeira ou falsa, mas não decide sobre o seu sentido.” (OF, § 23, p. 50).

criticamente seus conceitos, utilizando os mesmos critérios, ou seja, observar o modo de funcionamento da linguagem, pelos jogos regrados, analisando o papel que os conceitos exercem, derivando o significado do uso que se faz dos mesmos. “Todo signo, sozinho, parece morto. O que lhe confere vida? Ele está vivo no uso. Ele tem em si o hálito da vida? Ou é o uso seu hálito?” (IF, § 432, p. 173). Nisso vemos, claramente, o abandono de um modelo explicativo da origem da linguagem ou do significado derivado de tal explicação, pois “qualquer tipo de explicação de uma linguagem já pressupõe uma linguagem.” (OF, § 6, p. 40). No lugar de explicação, Wittgenstein coloca exemplificações e descrições, para entender como os conceitos são aplicados. E “por aplicação entendo o que faz a combinação de sons ou marcas em uma linguagem. No sentido de que é a aplicação que faz a vara com marcas uma vara de medir: a confrontação entre a linguagem e a realidade.” (OF, § 54, p. 69). Esta caracterização é própria para a epistemologia, ou a epistemologia pode se valer desta concepção, de alguma forma, uma vez que a epistemologia sempre está às voltas com teorias sobre o mundo natural, analisando sua legitimidade, embora Wittgenstein diga que aquilo que faz “parte do mundo não pode ser expresso pela linguagem.” (OF, §54, p. 68). Também entendemos que sua crítica sugere que o significativo, na linguagem, deve sempre permitir poder imaginar o contrário. Não cabe, pois, à filosofia a tarefa de dizer o mundo, uma vez que tal tarefa exigiria “descrever a natureza do mundo.” (OF, §54, p. 69). A tarefa da filosofia deve tomar como objeto a linguagem e tentar estabelecer, criticamente e gramaticalmente, suas condições de sentido.

Mas a natureza da linguagem é uma imagem [figuração] da natureza do mundo, e a filosofia, na qualidade de depositária da gramática, pode de fato entender a natureza do mundo, não somente nas proposições da linguagem mas em regras para essa linguagem que excluam combinações de signos que resultem em contra-sensos. (OF, § 54, p. 69).

Esta é uma das passagens em que podemos ver, com certa clareza, a relação entre a filosofia e a ciência. O que Wittgenstein deixa claro, em sua crítica, é que a pretensão, tanto dos realistas, quanto dos idealistas, de dizer algo específico sobre a natureza do mundo, com certeza absoluta, pode incidir em contrassensos de ordem metafísica. “O que caracteriza

proposições da forma “isto/esta/este é...” é somente o fato de que a realidade fora do chamado sistema de signos entra de certa maneira no símbolo.” (OF, § 95, p. 101). Este modo de inserção da realidade na linguagem não caracteriza, de modo algum, um isomorfismo entre mundo e linguagem, diferentemente do *Tractatus*. Portanto, o critério de verdade como adequação não pode ser aceito como garantia de fundamento dos próprios conceitos epistemológicos. A verdade, também, depende, em última instância, do uso, pois “precisamos compreender o que as pessoas dizem para podermos julgar se estão falando a verdade.” (GLOCK, 1998, p. 177). Mesmo que as descrições possíveis tenham que dar conta dos objetos, de algum modo, dependendo do discurso em pauta, existe algo nos objetos que não pode ser amplamente descrito. “a descrição não lhe pode atribuir nenhuma propriedade cuja ausência reduzisse a existência do próprio objeto a nada, isto é, a descrição pode deixar de exprimir o que seria essencial para a existência do objeto.” (OF, § 94, p. 100). Talvez, por esta dificuldade, é que Wittgenstein volta sua descrição, mais especificamente, para as formas de expressão do que para os objetos propriamente ditos. “E tudo o que é descritivo num jogo de linguagem é do domínio da lógica.” (UG, § 56, p. 29). E o modo como a linguagem se refere à realidade é sempre de um modo estruturado, por isso “O que aplico como um padrão à realidade não é uma proposição, mas um sistema de proposições.” (OF, § 82, p. 93). Esta ideia é retomada no início do *Da Certeza*, quando Wittgenstein estipula que uma proposição pode ser provada ou derivada de outras proposições. Então, se não temos como estipular se uma proposição descreve, de modo satisfatório, o fato que pretende descrever, significando-o, podemos relacionar esta proposição a outras proposições. Este encadeamento com outras proposições implica a possibilidade de relacioná-la ao sistema de referência e, em última instância, às formas de vida.

O que interessa, prioritariamente, para Wittgenstein, é estabelecer proposições gramaticais como coordenando este encadeamento, de tal forma que o sistema de crenças aí implicado, bem como a *Weltbild*, utilizada, também, na formação dos juízos e sistema de juízos, façam sentido para os propósitos de descrição no caso determinado. Sendo assim, modos específicos desta aplicação podem ser percebidos, também, nas ciências. Assim, no conjunto da linguagem de um povo, podemos perceber o jogo de linguagem da ciência, junto de outros jogos como arte, religião, estética, etc. Nesse sentido, “Os jogos de linguagem estão aí muito mais como objetos de comparação, os quais, por semelhança e

dessemelhança, devem lançar luz nas relações de nossa linguagem.” (IF, § 130, p. 76). Isso deve permitir que possamos entender uma regra, em sua aplicação, por uma conexão interna, somente compreendida na gramática. Por outro lado, pela própria aplicação da regra, podemos entender como os lances no interior de cada jogo são realizados, envolvendo crenças, juízos e conceitos, que vão adquirindo sentido pela própria aplicação. Nesta aplicação, com as descrições exaustivas, exemplificações e analogias, permitidas pela ordem do jogo, a normatividade interna, que direciona o próprio modo de descrever, apareceria, sendo mostrada. Com isto, os próprios jogos passam a ser vistos como diferentes entre si. Com estas diferenças, aprenderíamos e compreenderíamos, por exemplo, diferenças estruturais e fundamentais entre filosofia e religião.

A simplicidade, a unidade e a totalidade, conceitos aplicados, mais propriamente, a objetos metafísicos, não são mais usados para estipular a unidade entre os vários jogos de linguagem. O modo de perceber a relação entre os diferentes jogos é somente pela semelhança. A conexão interna que está para além das explicações possíveis, mostrada, portanto, apenas, nas descrições, tornaria um jogo de linguagem diferente do outro. Esta passagem é central para este tipo de compreensão, “toda explicação tem que sair e em seu lugar entrar apenas descrição.” (IF, § 109, p. 71).²²⁹

Com isto podemos compreender, também, que o sentido da verdade e da falsidade só podem ser concebidas considerando a relação de regras e sua aplicação em determinados jogos, numa especificidade de forma de vida. Então, se “certo e errado é o que os homens dizem” (IF, § 241, p. 123) uma questão “deve ser decidida com certeza” (Idem, p. 91) e, “A espécie de certeza é a espécie do jogo de linguagem.” (Idem, p. 290). Esta certeza deve ser determinada gramaticalmente, não psicologicamente. Portanto, conceitos epistemológicos como conhecimento e verdade recebem seu sentido no uso e aplicação. Os critérios devem ser, portanto, públicos, pois são decididos na prática e uso da regra, que nunca é individual. Em *Da Certeza*, Wittgenstein diz que “A verdade das minhas afirmações é a prova da minha

²²⁹ A descrição torna-se central em Wittgenstein. Muitos intérpretes dão ênfase a esta mudança. Vejamos um exemplo: “Aber die Beschreibung ist nicht nur in den Sozialwissenschaften wichtig. Auch in den Biowissenschaften, der Zoologie, der Physiologie usw. spielt sie eine grosse. oft unterschätzte Rolle.” (GEBAUER, 2009, p. 252). “Mas a descrição não é importante apenas nas ciências sociais. Também nas ciências biológicas, na zoologia, na fisiologia etc. ela desempenha um grande papel muitas vezes subestimado.”

compreensão dessas afirmações (...) Aquilo que conta como prova adequada de uma afirmação é do domínio da lógica. Pertence à descrição do jogo de linguagem.” (UG, § 80 e 82, p. 35). Além disso, o que pode ser colocado como critério para considerar certeza e verdade é sempre o quadro de referência, pois é “o quadro de referência herdado que me faz distinguir o verdadeiro do falso.” (Idem, p. 41). As boas razões apresentadas para certeza e verdade devem alcançar a objetividade. Estas razões devem levar alguém a poder afirmar, convictamente, o que diz, embora nem todos possam concordar com isso. Porém, isto indica que “pertencemos a uma comunidade que está ligada pela ciência e pela educação.” (UG, § 298, p. 87). Considerando isto, deveríamos aceitar, por consequência, que havendo uma educação diferente iríamos construir uma visão de mundo diferente, assim como a visão de homem, a visão da ciência e seu papel, a visão da religião e seu papel, etc.

Se a certeza não é mais fundamentada nos moldes do realismo e idealismo, nem por isso somos proibidos de usar esta expressão com sentido ou como condição de sentido, pois “pertence à lógica das nossas investigações científicas que certas coisas de fato não sejam postas em dúvida.” (UG, § 342, p. 99). Se existem certas coisas que não devem ser colocadas em dúvida, dentre estas coisas podem estar, também, proposições descritivas das ciências, tidas como certas e verdadeiras. Embora, em relação a estas nunca devemos esquecer que o que é tido como verdade nunca é tido como definitivo e absoluto. É central, no entanto, para Wittgenstein, fazer as devidas distinções entre o modo de articular a descrição nas ciências e o modo de fazer descrições, com fins elucidativos, na filosofia. À filosofia, caberia analisar, crítica e terapeuticamente, como as normas de descrição, que apareceriam no desenrolar destas descrições, e como as condições de sentido das próprias descrições são estabelecidas.

A própria descrição do mundo, ou de um aspecto do mundo, já pressupõe certa relação interna entre gramática e mundo. Esta relação entre linguagem e mundo pode ser concebida a partir dos modos de agir inerentes aos jogos de linguagem. Compreendemos esta noção de ação, inerente aos jogos de linguagem, quando Wittgenstein diz: “é o nosso actuar que está no fundo do jogo da linguagem.” (UG, § 204, p. 67). Podemos dizer, portanto que as descrições, com o fim de esclarecer certos sentidos de conceitos, também, da epistemologia, estão relacionadas ao uso da palavra num jogo de linguagem. Ao lermos, nas *Investigações*, “O significado de uma palavra é seu uso na linguagem” (IF, § 43, p. 38),

entendemos que Wittgenstein atrela a descrição de certos conceitos a certas condições. Estas condições podem ser tomadas como o elemento gramatical, independente da experiência, como critério normativo de toda e qualquer descrição, portanto, também, de descrições de uma determinada ciência. Porém, nem a própria ciência, pois não é sua tarefa, nem a filosofia deveriam pretender explicitar, via a descrição, as próprias condições da descrição. As condições para a descrição poderiam apenas ser mostradas pela descrição. Ao dizer que "O que dizemos adquire o seu significado a partir do resto dos nossos procedimentos" (UG, § 229, p. 71), Wittgenstein parece atrelar o sentido do que é descrito nas condições de descrição. É neste ponto, ou é a partir de considerações como esta, que é possível pensar um diálogo crítico entre a filosofia e a ciência. As descrições só poderiam ser significativas pelo fato de as ações de descrever estarem atreladas ao sistema de referência utilizado e às formas de vida. "Esta é a maneira como se tem de decidir se alguma coisa é conhecimento ou não". (UG, § 230, p. 71).

Nesta discussão entre o que é descrição, em nível empírico, e o que da descrição é utilizado como condição de possibilidade da própria descrição, portanto a priori, podemos perceber, claramente, a dimensão da autonomia da gramática. Somente uma regra gramatical autônoma é que pode ser colocada com independência daquilo que é ocorrência fenomênica no mundo, passível de uma descrição científica. Muitas das descrições podem envolver certos modelos de ordem causal e mecânica, algo próprio de algumas ciências. Quando isso ocorre, parece que os próprios fatos são chamados, em certa medida, como testemunhos de um conhecimento hipotético sobre o mundo. Porém, nestas condições, não encontraríamos a autonomia e independência da gramática, a partir dos conceitos que ela usa como indicadores de sentido. Para Arley Moreno, esta é uma das dificuldades enfrentadas por Wittgenstein, "a saber, de que há certos jogos de linguagem cujas regras parecem depender diretamente do que lhes é exterior, dos fatos do mundo - situação que relativizaria a autonomia da gramática dos usos da linguagem." (MORENO, 2007, p. 29). Segundo o próprio Arley, Wittgenstein sugere tais ameaças para mostrar que é necessário fazer a terapia das mesmas.

A relação harmônica entre linguagem e realidade, ou mesmo entre pensamento e realidade sempre foi um dos temas caros à filosofia e, em alguns casos, também para a

ciência²³⁰. Wittgenstein oferece uma crítica filosófica à linguagem e uma descrição gramatical, estabelecendo condições e limites para que o uso, em qualquer um dos campos, quer da filosofia, quer da ciência, não incorra em contrassensos. O modo de pensar esta relação harmônica, pelo autor, traz elementos novos e interessantes, comparativamente à filosofia clássica. A novidade central, a nosso ver, é estipular a tarefa da filosofia, não mais como defensora de teses, ou construtora de teorias, mas de uma atividade exercida com fins elucidativos e descritivos. A tarefa terapêutica, neste sentido, é dupla, vale tanto para a própria filosofia, como para a própria ciência. Esta ideia é assim apresentada por Arley:

Ora, a mesma análise terapêutica aplicada às situações de encaixe, ou de harmonia entre dois domínios de conteúdos quaisquer, é também, aplicada, por Wittgenstein, ao sentido das proposições descritivas usadas nas ciências naturais, proposições passíveis de verdade ou de falsidade relativamente à sua concordância ou não com os fatos que ocorrem no mundo. (MORENO, 2007, p. 80).

Neste sentido, o jogo de linguagem, que ocorre em condições empíricas nas ciências naturais, pode apresentar, via a descrição, elementos que podem ser tidos como problemáticos, por exemplo, a noção de realidade que é aceita ou colocada como base ou ponto de partida. Alguns dos conceitos usados pela ciência, que podem merecer análise terapêutica, seria, por exemplo, a indução, a causalidade. A crença de que se pode, via uma lei da indução, proporcionar sínteses adequadas das ocorrências fenomênicas, lendo, portanto, como a realidade seria em si mesma e reproduzindo a estrutura da realidade em estruturas representacionais adequadas. Ou mesmo, a crença na lei da causalidade como algo constitutivo da realidade.

Já no *Tractatus*, vemos uma crítica neste sentido, pois Wittgenstein diz o seguinte: "Se houvesse uma lei da causalidade, poderia formular-se assim: "Há leis naturais"". "Mas isso não se pode, é claro, dizer: mostra-se." (TLP, § 6.36, p. 271). As elucidações de sentido deveriam ser buscadas na dimensão estrutural e lógica interna à linguagem e não no seu

²³⁰ "Como tudo o que é metafísico, a harmonia entre pensamento e realidade deve encontrar-se na gramática da língua." (ZT, § 55, p. 27).

cotejo com o mundo. Tal imbricação com o mundo poderia, apenas, conferir verdade ou falsidade a uma proposição, porém nunca o seu sentido. Cabe à proposição mostrar o seu sentido por si mesma e nunca na dependência com a factualidade das ocorrências fenomênicas. "A proposição mostra seu sentido. A proposição mostra como estão as coisas se for verdadeira. E diz que estão assim." (TLP, § 4.022, p. 169). As proposições significativas mostram, portanto, o seu sentido com total independência dos fatos que representam. Com a relação afiguradora, mostram a relação lógica entre os nomes que as compõem e os objetos que estes nomes designam. A proposição carrega em si o seu sentido, pois é isso que ela afirma ao ser independente da ocorrência ou não ocorrência dos fatos. A própria relação lógica interna às proposições estipula as condições gerais de descrição bem como seus limites. Nesse sentido, as condições lógicas da descrição devem poder mostrar que existem leis para descrever fenômenos naturais, juntamente com os limites em que tais descrições são tidas como suficientes para constituir aquilo que se chama de conhecimento nas ciências naturais. A realidade a ser considerada, ou o aspecto da realidade a ser considerado, é aquela dimensão em que as descrições podem penetrar por completo. "A totalidade das proposições verdadeiras é toda a ciência natural ou a totalidade das ciências naturais." (TLP, § 4.11, p. 177). Mesmo que Wittgenstein diga que não existe algo como uma lei da causalidade, é possível pensar, ainda assim, em relações causais entre fatos. A lógica da linguagem pode mostrar como a causalidade apresenta-se, ao invés de uma lei da própria natureza, como uma forma das próprias proposições descritivas das ciências. Sendo assim, é possível reconhecer certas proposições como descrevendo fatos que sugerem algo como causas e outros fatos que sugerem algo como efeito. Porém, disto não é lícito deduzir que tal relação causal seria uma propriedade objetiva essencial e até metafísica da natureza. As condições lógicas da linguagem permitiriam estipular os limites do significativo, formalmente, sendo, a partir disto, possível estipular algo como causa e algo como efeito. Dito de outra forma, uma proposição significativa poderia, por sua natureza representativa, mostrar um fato como sendo a causa de outro fato.

Com a afirmação de que "A filosofia não é uma das ciências naturais." (TLP, § 4.111), Wittgenstein sugere uma tarefa distinta para a filosofia. No diálogo com a ciência, ela deveria cuidar das condições lógicas e seus limites para as condições de possibilidade das descrições científicas ocorrerem, mas não cuidar das próprias descrições ou dos conteúdos

destas mesmas descrições. Neste sentido é que "A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade." (TLP, § 4.112). Nesta atividade elucidativa, chega ao reconhecimento de que, em uma ciência, pode ocorrer certa forma precisa de descrição. Então, na física, por exemplo, podemos perceber o uso da forma da causalidade como uma das possibilidades de descrições hipotéticas do mundo e, até mesmo, para fazer certas previsões de ocorrências fenomênicas futuras. O que tem nas ciências como condição de possibilidade, é o que deriva da lógica. "Aqui, como sempre, o que é certo a priori revela-se como algo puramente lógico. Não acreditamos a priori numa lei da conservação, mas sabemos a priori da possibilidade de uma forma lógica." (TLP, § 6.33, p. 267).

As proposições científicas devem estar dispostas sobre a forma da causalidade. Mas a forma da causalidade é apenas uma dentro da gama de possibilidades de condições de descrição dos fatos do mundo. A gama de possibilidades de outras formas de descrição, para além da forma da causalidade, deve ser determinada logicamente e a priori. A articulação do discurso das ciências é um modo hipotético, contingente, portanto, de descrever as manifestações fenomênicas que visam ser abarcadas e compreendidas. A linguagem da ciência deve, portanto, transitar e descrever uma série de possibilidades que sejam tidas como descrições suficientes dos fatos num espaço delimitado. O que se subordina ao espaço circunscrito pode ser descrito como uma das possibilidades do mundo estar assim, enquanto assim se mostra. Por outro lado, as condições de descrição devem poder prever outras circunscrições limitadas, onde outras situações se mostrariam como possíveis, revelando que, agora, o mundo dos fatos se configura desta forma, diferente daquela outra. Entendemos, assim, que todos os fatos podem ser representados. O que importa é dar-se conta dos mecanismos que dispõem a diversidade de formas possíveis de descrições, elucidando as condições que permitem prever várias formas ou modelos de descrições fenomênicas. Cada forma só pode descrever algo a partir de limites muito claramente delimitados. Estes limites devem ser estipulados pela lógica da linguagem.

Voltando à diferenciação entre a filosofia e a ciência, no segundo período, observamos que, a partir desta relação, não faz sentido pensar que o modo como a filosofia analisa as condições de dizibilidade parte de elementos básicos do jogo, sendo estes elementos conceitos epistemológicos. Há, isto sim, uma prática como elemento básico, que permite conferir sentido ao próprio modo de analisar o uso e o domínio de técnicas

envolvidas no uso da linguagem. Esta prática é determinada, portanto, pelo agir e não pelo pensar. Por isso, a filosofia é uma atividade. Assim, o pensamento não é tomado como tendo existência, numa dimensão extralinguística, capaz de emprestar sua força para a significação ocorrer de modo adequado no interior dos próprios jogos. Os jogos são dinâmicos e encontram sua força nas condições básicas e estruturais para o seu funcionamento. A certeza e a ausência de dúvida são, por sua própria natureza, essenciais neste sentido. Os jogos, para se estruturarem em todos os lances possíveis, não podem prescindir destas condições. "O que tenho de mostrar é que uma dúvida não é necessária, mesmo quando é possível." (UG, § 392, p. 111). Certeza e ausência de dúvida, para poder jogar certos jogos, são determinadas por condições gramaticais. Por isso, uma reflexão epistêmica que se pretenda independente da linguagem, provavelmente, só produziria 'nós' insolúveis em questões científicas e filosóficas. Aquilo que, nos jogos de linguagem, é descrito como elementos estruturantes, são os quadros conceituais, sustentados em formas de vida que permitem manipular, adequadamente, formas de descrição voltadas à dimensão empírica. "Dá à nossa maneira de ver as coisas, às nossas pesquisas, a sua forma." (UG, § 211, p. 69). Por isso, nem tudo que é condição de sentido, nas descrições empíricas, deriva da experiência. Algo se constitui como independente da experiência, e independente da experiência não quer dizer, necessariamente, antes da experiência²³¹.

Para Wittgenstein, o que é levando em conta, como elemento para instaurar a credibilidade, pode ter várias origens. Interessa a Wittgenstein certas noções presentes em nosso uso da linguagem, que são consideradas suficientes e necessárias para a significação. "Tenho uma imagem de mundo. é verdadeira ou falsa? Sobretudo, é o substrato de todas as perguntas e afirmações. As proposições que a descrevem não são todas igualmente sujeitas à verificação." (UG, § 162, p. 58-59). Então, muito do que as proposições contêm, enquanto descrevem o que descrevem, não se relaciona, diretamente, ao imediato mundo dos fatos e das ocorrências fenomênicas, sujeitas à verificação empírica. A posse destas condições a

²³¹ Esta dimensão de independente da experiência, e não, necessariamente, antes da experiência, é um dos elementos presentes na forma como Wittgenstein compreende a autonomia da gramática. Naquilo que é considerado como gramatical, não poderíamos imaginar que o a priori seja estabelecido antes do uso das proposições descritivas. Observando o uso de proposições descritivas, descobriríamos que alguma condição se apresenta que a própria experiência não conseguiria nos ensinar como um fato. Um conjunto de experiências determinadas poderia, no máximo, mostrar como os elementos incondicionais aparecem como estruturadores do sentido. Mas sempre se colocariam como independentes dos próprios fatos.

priori sugere, inclusive, a não necessidade da experiência numa série de situações onde as condições de significação já estão dadas de modo satisfatório, já estão presentes como inerentes à própria relação das proposições com fatos empíricos. Tais condições, por conseguinte, não poderiam nem mesmo ser enunciadas pelas proposições empíricas. Elas têm algo que não pode ser dito; no entanto, este algo que não pode ser dito é uma condição necessária para poder expressar o que elas conseguem expressar. Da mesma forma como em Kant, as condições a priori da sensibilidade e do entendimento jamais seriam ensinadas pela experiência, as proposições, como dobradiças, como rocha dura, jamais seriam aprendidas por qualquer tipo de experiência, por mais extensa e complexa que fosse, no sentido de serem reduzidas a um mero efeito, ou consequência da experiência.

O que fica claro, a partir do que dissemos acima, é que a própria experiência só adquire significação em relação a tais elementos gramaticais, e a priori, e não o contrário. A própria dúvida de tal acoplamento entre o a priori e o a posteriori, expressando a harmonia entre linguagem e realidade, só poderia surgir após tais usos estarem em vigor. Mesmo assim, somente faria sentido duvidar em situações muito específicas, em casos onde, para se certificar se algo é, de fato, o que dizemos, poderia ocorrer somente se a dúvida motivasse tal certificação. A independência em relação ao uso empírico faz com que as proposições gramaticais nos auxiliem a reconhecer possibilidades conceituais nos próprios usos e sugerir, se for o caso, novas possibilidades de uso. Neste caso, a descoberta da possibilidade da variedade do uso poderia ser uma tremenda força contra as atitudes dogmatizantes nos usos que fazemos de certos conceitos, tanto na filosofia como na ciência.

Encerramos esta parte do trabalho compreendendo que os desafios de explicitar esta relação entre os jogos de linguagem e a epistemologia são grandes e apresentamos, portanto, apenas alguns aspectos desta imbricação. Mas, pelo que foi apresentado, é possível, pelo menos, relacionar este modo como Wittgenstein pensa a descrição gramatical dos usos com certas visões de ciência e seus limites, tal como compreendido na atualidade. Por exemplo, para Lenoir, as instituições científicas são incorporadas e não abstrações teóricas, “Eu as vejo como sítios para a coordenação e incorporação de habilidades.” (LENOIR, 2003, p. 12). Nesse sentido, algo próximo a como Wittgenstein entende as práticas linguísticas. A compreensão de ciência assim estabelecida é para contrapor-se à visão de ciência como algo essencialista e presenteísta, que teria como tarefa primordial fazer uma

investigação racional da natureza, visando à descoberta de leis universais. Uma visão de ciência da tradição pode estar comprometida, segundo Lenoir, com a ideia de que a ciência é cumulativa e progride em direção à verdade, tendo como bases fundamentais para tal procedimento noções como: realismo, objetividade, imparcialidade e autonomia. A ciência, vista desta forma, é desencarnada e contemplativa e, quanto ao conteúdo, não leva em conta o contexto da realização das atividades. Ela é tida como a busca neutra e desinteressada do conhecimento verdadeiro.

Contrapondo-se a esta visão, Lenoir entende que o conhecimento é sempre situado, local e parcial, portanto, não podendo prescindir da dimensão histórica, prática e contextual.²³² Para Lenoir, a ciência como busca desinteressada da verdade, conforme Merton e Ben-David, tornou-se, no século XIX, uma ocupação paga. De modo bastante diferente diz:

Para conciliar a noção de conhecimento como interessado no duplo sentido de abranger tanto um engajamento interpretativo ativo com o mundo quanto os interesses sociais e econômicos dos atores envolvidos na construção desse conhecimento, pareceu melhor perseguir um modo de investigação que trate o cognitivo e o social como mutuamente implicados um no outro. Uma abordagem como essa situa a ciência como uma forma de prática cultural. (LENOIR, 2003, p. 19).

A sua abordagem está implicada com uma história contextualista de ciência, que concebe as ações como socialmente engajadas, de forma interessada, dentro de uma forma de vida que permite a compreensão do entrelaçamento entre cultura, visão de mundo e linguagem.²³³ De forma muito próxima ao que percebemos no modo como Wittgenstein compreende a dimensão do conhecimento e de outras práticas. A citação a seguir serve para mostrar, em parte, como pode ser percebida esta aproximação. Para Lenoir,

²³² O que é mais um elemento que pode permitir a relação com a forma como Wittgenstein concebe o lugar e o modo da atividade científica.

²³³ “Cada campo, se política, economia, arte, literatura ou ciência, tem sua própria lógica” (LENOIR, 2003, p. 27). De modo análogo, podemos dizer que, em Wittgenstein, cada um destes campos tem uma normatividade própria, descrita pelos jogos de linguagem.

(...) a produção do conhecimento deve ser vista como uma ação socialmente engastada, que visa sustentar e estender um mundo vivido. Quando encaramos a produção do conhecimento como uma atividade interessada dentro de uma forma de vida, focamos não a lógica da validação, mas antes a retórica da argumentação persuasiva, os processos pelos quais fazemos escolhas dentro de situações contingentes e as decisões que tomamos ao realizar e praticar nossa forma de vida. (LENOIR, 2003, p. 256).

Sob esta perspectiva é que podemos dizer, conforme já salientamos no decorrer deste trabalho, que as epistemologias contemporâneas são regionalizadas. Nesse sentido, diferente da visão clássica da epistemologia que via a legitimação e justificação de uma teoria como a explicação de um mundo objetivo dos fatos, como exposição do que eram as leis da natureza representadas racionalmente de modo universal e necessário, a visão contemporânea entende a legitimidade da ciência “como a construção e prática de uma certa forma de cultura salienta o caráter radicalmente histórico, contingente e local da produção de conhecimento.” (LENOIR, 2003, p. 32).²³⁴ Este é um dos momentos onde percebemos como as formas de vida são essenciais para compreender como a legitimidade é constituída através destas práticas de produção do conhecimento. Distintas formas de vida intervêm de modo diverso nas diversas comunidades que impactam na formação e constituição do que é aceito como conhecimento legítimo. “A forma como ligações entre essas comunidades diferentes e entre diferentes domínios de ação são trabalhadas, de modo a gerar uma forma de vida significativa, é um objeto de investigação para estudos culturais da ciência”. (LENOIR, 2003, p. 33).

²³⁴ A epistemologia regionalizada é, portanto, uma prática construída. Assim, Lenoir diz que “Uma explicação deve ser dada a respeito de como significados produzidos localmente são multiplicados em outros sítios e como as representações circulam e adquirem legitimidade global.” (LENOIR, 2003, p. 32). Outro momento em que a epistemologia regionalizada é claramente explicitada é o seguinte: “Dentro dessa complexidade de controvérsias, geradas pela falta de unidade da ciência, a disciplina emerge como um sítio crucial, pois, assim como laboratórios e espaços de aprendizagem são essenciais para organizar e reforçar as economias de habilidades necessárias para conduzir a ciência localmente, as disciplinas são as estruturas em que essas habilidades são reunidas, entrelaçadas com outros elementos diversos e reproduzidas como conjuntos coerentes, apropriados para a condução de uma prática científica estável mais globalmente. (...) Ao mesmo tempo, na quantidade de operadores práticos corporificados, as disciplinas são estruturas políticas que de forma crucial fazem a mediação entre a economia política e a produção do conhecimento.” (LENOIR, 2003, p. 65).

CONCLUSÃO

As investigações filosóficas de Wittgenstein, do último período, travam um embate de como os usos expressivos dos conceitos imprimem o significado a partir deste uso. Ao colocar os jogos de linguagem como forma de apresentação dos conceitos, preocupa-se, sobretudo, como a gramática destes conceitos exerce sua função normativa a partir desta dimensão prática. O nosso tema foi analisado a partir desta perspectiva e, com o percurso feito, entendemos que ele pode ser esclarecido, em alguns de seus aspectos, a partir do modo genuíno como Wittgenstein concebe a filosofia, ou seja, não mais como teoria, mas como atividade prática de esclarecimento do modo como os conceitos são usados em diferentes jogos de linguagem. A filosofia assim concebida não estipula teses e teorias sobre o ser, o conhecimento e a linguagem, três grandes temas e problemas da história da filosofia. Nem mesmo sobre os desdobramentos destes temas. A filosofia, ao passo que se coloca em um patamar distinto do das ciências, procura apenas elucidar e esclarecer os usos dos conceitos, que são tomados como normas estipuladoras de sentido, portanto, necessários. Não se ocupando, portanto, com a clássica busca pela definição conhecimento, de verdade e de seus critérios. O esclarecimento mostra que as condições de sentido são estabelecidas com independência da verdade, constituindo, assim, a possibilidade da autonomia gramatical. A análise conceitual, imbricada no uso, visa, muito mais, buscar esclarecer como as condições de possibilidade de sentido são estabelecidas no interior das práticas e que, também, a partir delas a verdade pode ser pensada, usada e mostrada. Um dos objetivos centrais de Wittgenstein, ao direcionar a filosofia para os usos expressivos dos conceitos, é mostrar as confusões que, eventualmente, são derivadas destes usos e fazer a terapia do pensamento expresso linguisticamente, que pode estar ‘adoecido’, padecendo do enfeitiçamento da linguagem, ou do uso unilateral e dogmático de imagens paradigmáticas. Um dos fins claros da atividade terapêutica da filosofia de Wittgenstein é preparar-nos “para aprender algo completamente novo.” (AC I, § 15, p. 31). Este aprender algo completamente novo não é destruir as imagens antigas e inventar ou descobrir, completamente, novas imagens. Ver algo completamente novo pode ser, simplesmente, encontrar um novo uso

para as mesmas imagens. Nesse sentido, podemos dizer que a terapia conceitual de Wittgenstein não se volta contra as imagens em si mesmas, mas para os modos de organização e usos das imagens. É neste uso e organização que elas podem estar sendo usadas de modo doentio.

Os conceitos submetidos a este procedimento são inúmeros. Dentre a variedade enorme dos conceitos descritos por Wittgenstein, para serem compreendidos em seus usos, selecionamos os que, mais diretamente, ajudam a compreender os aspectos centrais relacionados ao nosso tema. Prioritariamente, destacamos a gramática dos conceitos ‘saber’ e ‘certeza’ e como eles só podem ser bem compreendidos a partir dos jogos de linguagem,²³⁵ nos usos contextuais, relacionados às formas de vida respectivas. Nesta forma de pensar, está, intrinsecamente, presente a crítica a Moore. “Se tivesse de dizer qual é o erro principal que os filósofos desta geração, incluindo Moore, fazem, diria que, ao olhar para a linguagem, o que se vê é uma forma das palavras e não o uso das formas das palavras.” (WITTGENSTEIN, 1991, p. 17). Com isso, vê-se que Wittgenstein não nega a presença de formas estruturantes na linguagem, pelo contrário, enfatiza tais formas. Porém, não se preocupa com sua gênese e definição. Quer mostrar como o seu sentido pode ser estabelecido a partir do uso (Gebrauch) e sugerir que é a partir da aplicação (Anwendung) que tais formas podem ser compreendidas em seus papéis.

Com o nosso percurso, não nos preocupamos em analisar, nos pormenores - pois seria tarefa inexequível, neste curto espaço de tempo - as nuances e as mudanças que o próprio tema sofreu, desde o *Tractatus* até o *Da Certeza*. Se tivéssemos que nos arriscar a dizer o que há de comum entre as diferentes obras, após o *Tractatus*, diríamos que é o pensamento em exercício para compreender-se a si mesmo, enquanto faz a análise conceitual do uso das formas de expressão. Porém, quais formas de expressão estão em jogo, e o fim, envolvido na tarefa terapêutica de esclarecimento do sentido do uso de tais formas, tem nuances complexas e diversificadas que não é simples identificar. Para o esclarecimento do modo como, em Wittgenstein, o tema pode ser compreendido, buscamos argumentos, exemplificações e descrições distribuídos em outros textos, além da obra

²³⁵ “E conceito de saber está associado ao do jogo de linguagem” (UG, § 560, p. 159). “Faz parte do jogo de linguagem com nomes de pessoas que toda a gente conhece o seu nome com a maior das certezas.” (UG, § 579, p. 163).

principal, que norteou o nosso trabalho, sem, todavia, tentar esclarecer em que se diferencia uma obra da outra. A noção de gramatical surge como elemento central naquilo que caracteriza a, assim chamada, segunda fase do pensamento de Wittgenstein. Nestas mudanças no pensamento de Wittgenstein, percebemos que não há uma simples troca da palavra lógica pela palavra gramática. A substituição implica compreender que existe uma tessitura de conceitos que só são bem compreendidos à luz de como ele concebe, agora, o exercício filosófico de descrição gramatical nos contextos de uso de tais conceitos.

O espaço lógico e a forma lógica, esteio comum de todos os possíveis gestos significativos, no *Tractatus*, bem como da estipulação de seus limites, é ampliado, na segunda fase, para o conjunto de jogos de linguagem, onde os conceitos são apresentados em seus usos contextuais, atrelados às formas de vida. As formas de vida cumprem, portanto, função semelhante, na segunda fase do seu pensamento, ao que cumpriria o espaço lógico, no *Tractatus*. Para Arley Moreno, (2010, p. 42), “a forma lógica se tornou forma de vida.” Neste tornar-se ou modificar-se, a forma, agora como forma de vida, possibilita ver ampliado o espaço da necessidade, regionalizada nos diferentes usos expressivos das regras, nos jogos de linguagem, onde as práticas podem ser percebidas como instauração da significação. Se as formas de vida podem ser tomadas neste sentido, então, elas são a condição de possibilidade, enquanto (Hintergrund) e (Voraussetzungen), de entender como proposições podem adquirir diferentes estatutos, dependendo do uso contextual nos diversos jogos de linguagem. O fato de a mesma proposição poder ser tomada, ora como empírica, ora como normativa, só é compreensível pela possibilidade de fazermos a associação a diferentes formas de vida.

Neste sentido, a diferenciação entre saber e certeza, saber e crença, certeza subjetiva e certeza objetiva, só pode ser estabelecida, elucidativamente, quando compreendermos que os jogos de linguagem podem ser tomados, também, como expressões das formas de vida nas quais eles se baseiam. Em certo sentido, as formas de vida são a própria condição para que o jogo possa ser jogado, estabelecendo o significativo, estruturadamente, pelas ações práticas.

O percurso feito na apresentação dos temas, começando pelo sentido filosófico de gramatical, passando pela análise, ainda que sintética, de como Wittgenstein faz uso da

noção de transcendental e a transforma, podendo, a partir desta transformação, ser tomada, simplesmente, como gramatical, fez com que fosse possível perceber uma ligação intrínseca entre o gramatical e as formas de vida. Este modo de entrelaçamento é compreendido a partir de descrições gramaticais que são colocadas, por Wittgenstein, no lugar das explicações e teorizações. Pela descrição gramatical, somos levados a perceber a insuficiência da fenomenologia no imbricamento entre linguagem e mundo – topos da constituição do conhecimento e da certeza, bem como a constituição das práticas humanas significativas – e, é na exploração dos conceitos usados, como laço interno entre mundo e linguagem, que a própria fenomenologia, como linguagem primária, não dá mais conta da complexidade que aí reside. Restam, no entanto, legítimos problemas fenomenológicos que serão, todavia, resolvidos pelo esclarecimento terapêutico, via a análise de como a gramática dos conceitos exercita sua tarefa elucidativa nos usos regrados e normatizados de tais conceitos. Descartada a fenomenologia como método de esclarecimento da relação entre realidade e linguagem, na produção da significação e das condições de sentido, o debate sobre o papel de proposições, que são usadas para dizer algo do mundo, ou mostrar quais condições são usadas para poder dizer o que se diz e como se diz, é oportuno, então, entender as questões centrais que aparecem no debate entre Wittgenstein e Moore, distribuídas amplamente no texto *Da Certeza*.

Se Wittgenstein não está preocupado em refutar o cético, tal como Moore, nem provar o mundo exterior, por teses realistas ou idealistas, muito menos levantar hipóteses de como uma teoria pode ser tomada como descrição verdadeira de fatos do mundo, está, isto sim, incansavelmente, buscando entender quais conceitos são usados e como são usados estes conceitos, nas diversas formas possíveis de nos referirmos aos fatos do mundo – quer estes conceitos signifiquem saber, quer signifiquem certeza, quer signifiquem crença, quer signifiquem dúvida, etc. Para isto, visa explicitar o modo como, gramaticalmente, estes conceitos são distintos e como cumprem papéis distintos em nossos jogos de linguagem, usados como expressão de tais conceitos. Para melhor compreender este objetivo de Wittgenstein, entendemos que o contexto de uso das proposições, ou dos conceitos, é algo central e ajuda-nos a perceber por que e como, por exemplo, conceitos como saber e certeza podem ser colocados em categorias distintas. Enquanto participam de categorias

distintas, cumprem papéis distintos, nos respectivos jogos de linguagem que se ligam, de forma panorâmica e perspícua, às formas de vida.

A distinção entre conhecimento e certeza, tal como Wittgenstein faz em *Da Certeza*, é uma boa indicação de como podemos compreender, a partir disto, as principais diferenças entre ciência e filosofia. O conhecimento é, para Wittgenstein, sempre hipotético. Portanto, as proposições que descrevem o conhecimento sobre fatos são sempre passíveis de serem tomadas como verdadeiras ou falsas. É claro que, enquanto uma teoria científica é tida como coerente e suficiente para descrever fatos e fazer previsões, satisfatoriamente, ela é tida como verdadeira. Nesse sentido, cremos que Wittgenstein ainda aceitaria a sua colocação do *Tractatus*, de que “A totalidade das proposições verdadeiras é toda a ciência natural (ou a totalidade das ciências naturais)” (TLP, § 4.11, p. 177), bem como a atribuição dos distintos papéis que cabem à filosofia e à ciência, “A filosofia não é uma das ciências naturais. (A palavra “filosofia” deve significar algo que esteja acima ou abaixo, mas não ao lado, das ciências naturais).” (TLP, § 4.111, p. 177). Talvez, a mudança seja mais nitidamente perceptível no modo como ele vê a filosofia. No *Tractatus*,

O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos. A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações. O resultado da filosofia não são “proposições filosóficas”, mas é tornar proposições claras. Cumpre à filosofia tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turvos e indistintos. (TLP, § 4.112, p. 177).

De modo bastante distinto, na segunda fase, principalmente a partir das *Investigações Filosóficas*, vê a filosofia como descrição gramatical dos usos dos conceitos, sendo, com isto, seu objetivo fazer a terapia destes usos, a partir da apresentação dos modos de aplicação em diversos contextos de uso. A terapia incide sobre os usos tão somente quando o uso dos conceitos parece ser problemático, confuso, paradoxal, dogmático e unilateral. “As pessoas são muitas vezes enfeitiçadas por uma palavra. Por exemplo, pela palavra “saber.”” (UG, § 435, p. 125). A substituição da explicação por descrições e exemplificações visa mostrar o uso expressivo dos conceitos, enquanto estabelecem as condições de limite do uso legítimo das palavras para serem significativas. Nesse sentido, a gramática dos usos visa circunscrever

os limites das condições de possibilidade do significativo – tarefa exclusiva da filosofia – ao passo que à ciência caberia oferecer, via diversas metodologias, descrições e padrões de descrições dos fenômenos observáveis empiricamente, etc. Portanto, a ciência conduz seus empreendimentos circunscrita ao campo contingencial, e a filosofia, de modo bastante distinto, cuida da gramática dos usos dos conceitos, delimitando, necessariamente, dentro de quais condições eles são a condição de possibilidade de sentido²³⁶ e significação e, também, a condição de possibilidade da verdade, em nível científico. Tomadas em suas tarefas, ainda que sinteticamente, neste sentido, evidenciam-se, a partir daí, as diferenças centrais entre o normativo e o descritivo. Ainda que, em Wittgenstein, não vejamos uma demarcação nítida e definitiva entre estes dois conceitos, eles não podem ser tomados como tendo funções idênticas e, nem mesmo, semelhantes. Tampouco, que há alguma coisa que os liga, induzida pelo uso da palavra entre. Entre, aqui, não significa que há alguma coisa que esteja estabelecida entre ambos. O “entre” pretende significar, apenas, o caráter provisório da distinção, sem se instaurar, contudo, um relativismo ao estilo protagórico.

No *Da Certeza*, Wittgenstein não estabelece nenhum critério definitivo de demarcação entre estas noções. No sentido de, em todos os jogos de linguagem, sabermos sempre distinguir as condições normativas, que engendram o modo como os lances do jogo são jogados, e a especificidade de cada lance válido no interior destes jogos. A priori, não há nenhum elemento garantidor de uma proposição ser normativa ou descritiva. O contexto de uso é o indicativo central de qual estatuto pode ser aplicado a cada proposição. Nesse sentido, as ações práticas são coordenativas e estipulativas de como a normatividade emerge no imbricamento, jogos e linguagem e formas de vida, bem como no imbricamento, jogos de linguagem e formas de vida relacionadas ao factual e ao contingente. Por isso, os jogos de linguagem que vinculam saber distinguem-se, nitidamente, dos jogos de linguagem que vinculam certeza.

Após ter realizado este singelo percurso, perscrutando elementos para compreender a relação daquilo que Wittgenstein compreende por gramatical com sua noção – complexa e abrangente – de formas de vida, várias questões surgiram, sem que pudéssemos trabalhá-las

²³⁶ “Este método é basicamente a transição da questão da verdade para a questão do sentido.” (WITTGENSTEIN, 2001, vol. 1, II Band, p. 177, IN: MORENO, 2009, p. 142).

adequadamente, indicando a necessidade da continuidade na pesquisa, para o devido esclarecimento. Diga-se, esclarecimento terapêutico, aos modos de Wittgenstein. Apesar de ter investigado, entre outras coisas, a gramática do conceito certeza, o resultado e o alcance deste trabalho, para o próprio autor, mostra muitas dúvidas, incertezas e lacunas difíceis de ser preenchidas. Mas, não teria o próprio Wittgenstein o objetivo de mostrar que, em relação a certos conceitos, nunca poderemos atingir uma compreensão completa e definitiva de seu significado? Se as condições para a significação mudam, ainda que vagarosamente, como a metáfora do leito do rio sugere, mas, ainda assim, mudam, como alcançar e colocar as condições que exigem algo de necessário, fixo, um padrão, uma estrutura para a significação ser estabelecida? Vários jogos de linguagem, no *Da Certeza*, sugerem, via a gramática da imaginação, ameaças para a autonomia da gramática.²³⁷ Qual o objetivo de Wittgenstein com estas insinuações aparentemente perigosas?²³⁸

A certeza deve ter um caráter objetivo e público, assim como o saber, em determinado nível. Sendo assim, o que diferencia, especificamente, conhecimento objetivo e certeza objetiva? Em algumas passagens, sugere Wittgenstein, a certeza ser algo subjetivo²³⁹. Como compreender isto? Seria a “certeza subjetiva” aquele momento em que

²³⁷ Um dos momentos onde Wittgenstein apresenta esta ameaça é este: “Certos acontecimentos por-me-iam numa situação em que não poderia prosseguir com o velho jogo de linguagem. Em que eu fosse arrancado à segurança do jogo. Na verdade, não aparecerá óbvio que a possibilidade de um jogo de linguagem é condicionada por certos fatos?” (UG, § 617). “Neste caso, pareceria como se o jogo de linguagem tivesse de “mostrar” os fatos que o tornam possível (mas isso não é como se passam as coisas). Pode, então, alguém dizer que só uma certa regularidade nas ocorrências torna possível a indução? “O “possível”, evidentemente, teria de ser “logicamente possível.”” (UG, § 618, p. 175).

²³⁸ Talvez, mostrar o perigo de certas concepções que podem estar tanto na mente de filósofos, sociólogos e cientistas, como tendo a ciência as seguintes características: “(...) como uma investigação racional da natureza, no que diz respeito à inferência lógica, objetivando descobrir leis universais, de preferência escritas na linguagem das matemáticas, e a predição de novos fatos empíricos dedutíveis da teoria confirmada pela observação e pela experimentação.” (LENOIR, 2003, p. 12). Características estas presentes nas ciências naturais, principalmente na física. A ameaça dos fatos a certa imagem de mundo, crença, ou mesmo concepção de certeza e conhecimento cristalizados na linguagem, pode muito bem ser visto como a tentativa de mostrar algo de modo duplo: tanto a limitação da concepção vigente, quanto a não necessidade de utilizar os fatos, por eles mesmos, para justificar qualquer dimensão de uma teoria ou concepção. A gramática da imaginação que coloca os fatos como risco para a manutenção da autonomia da linguagem pode ser um exercício para mostrar os próprios limites de como concebemos os fatos, via uma imagem de mundo científica ou filosófica e, por outro lado, de como concebemos uma teorização destes mesmos fatos.

²³⁹ “A quem é que alguém diz que sabe qualquer coisa? A si mesmo ou a outra pessoas. Se o diz para si mesmo, como é que se distingue da afirmação de está seguro de que as coisas são assim? Não há segurança subjetiva

não há necessidade de duvidar, por estar incorporada, no uso e na ação, à certeza incondicional? Mas não estaria ela, neste sentido, atrelada à crença? Sistemas de crença podem formar aquela condição que permite à convicção certa ser mantida e afastar qualquer possibilidade de dúvida? O critério para a certeza objetiva e sua distinção da subjetiva é, apenas, o fato de tentar pensar o contrário ser considerado como absurdo? Como, também, o fato de não ser possível a admissão do erro? Então, certeza subjetiva implica ausência de dúvida, e certeza objetiva, impossibilidade de estabelecer o contrário, ou de negar tal proposição, tida como certa? Muitas proposições parecem não se encaixar, tranquilamente, nem na categoria de empírica, nem duramente na categoria de gramatical, ou normativa. Haveria uma espécie de proposições híbridas? Ora tendendo para o empírico, ora tendendo para o normativo? Não seria isso um completo absurdo? As proposições que, para Moore, poderiam ser tomadas como meramente empíricas, para Wittgenstein, exercem, muitas vezes, o papel normativo.²⁴⁰ Estas não poderiam ser consideradas, no sentido forte do termo, normativas, incondicionalmente. Outras, como o branco é mais claro do que o preto, parecem ser incondicionalmente certas, portanto, normativas. A metáfora do leito do rio que se altera, ainda que lentamente, com o tempo, só vale para certo tipo de proposições, ou para todas as proposições? Se vale para todas as proposições, qual critério usaríamos para distinguir as que exercem, no sentido mais duro do termo, o papel de

de que eu saiba qualquer coisa. A certeza é subjetiva, mas não o saber. Assim, se digo "eu sei que tenho duas mãos" e isso não for para expressar apenas a minha certeza subjetiva, então tenho de poder convencer-me de que estou certo. Mas não posso fazer porque o ter duas mãos não é menos certo antes de ter olhado para elas do que depois. Mas podia dizer: "eu ter duas mãos é uma crença inabalável". Isso exprimiria o facto de que não estou disposto a aceitar qualquer invalidação desta proposição." (UG, § 245, p. 76-77). Em outro momento, também, parece a certeza ser estabelecida a partir da subjetividade, "A certeza é por assim dizer um tom de voz em que alguém declara como são as coisas, mas não se infere desse tom que tem razão." (UG, § 29, p. 23). Ser a certeza algo objetivo, depende, então, das razões oferecidas para tal? Aqui parece que sim.

²⁴⁰ Uma das passagens interessantes a este respeito é a seguinte: "É bem possível que você, ao dar cumprimento à ordem "traga-me um livro", possa ter de verificar se a coisa que vê além é realmente um livro; mas então você sabe pelo menos o que é que as pessoas querem dizer com a palavra "livro"; e, se não sabe, pode consultar um dicionário mas, para isso, precisa de saber o significado de algumas outras palavras. E o facto de uma palavra significar isto e aquilo, utilizar-se desta e daquela maneira é, por sua vez, um facto empírico, tal como o facto de que aquilo que você vê além é um livro. Portanto, para que você seja capaz de executar uma ordem, tem de haver algum facto empírico acerca do qual não tenha dúvidas. A própria dúvida baseia-se apenas naquilo que não está em dúvida. Mas como um jogo de linguagem é algo que consiste nos processos recorrentes do jogo ao longo do tempo, parece que não se pode dizer num caso individual que isto e aquilo têm de ser indubitáveis para que haja um jogo de linguagem, mas pode dizer-se que, em regra, alguns juízos empíricos têm de ser indubitáveis." (UG, § 519, p. 147).

normativas e as que exercem, no sentido fraco, o papel de normativas? Não tendo mais o espaço lógico e a forma lógica como condições últimas de possibilidade da significação, e a necessidade gramatical regionalizada pela expressividade dos jogos de linguagem, o consolo seria a constatação da falta, na nossa gramática, de uma (Übersicht)?

As ligações intermediárias e as semelhanças de família são a constatação definitiva da impossibilidade de encontrar uma essência comum, na linguagem? Sendo assim, como evitar o relativismo, ao estilo dos sofistas, e restringir a análise conceitual à relatividade dos usos regrados, nos jogos de linguagem? Tal uso expressivo dos conceitos deve poder mostrar como o significado se instaura e, a partir daí, vê-se o que, de fato, decorre, quer relativismo ou não. É esta uma saída satisfatória?²⁴¹ Se não para todos os casos, parece ser a possível, diante da necessidade de desfazer confusões e evitar usos dogmáticos e unilaterais.

Na investigação gramatical, proposta por Wittgenstein, interessa a relação interna entre os conceitos expressos descritivamente nos contextos dos jogos de linguagem. Nesse sentido, o esclarecimento filosófico prescinde dos instrumentais da ciência, que buscam explicações causais para explicar a relação entre mundo e linguagem, o que faz a linguagem depender de algo alheio a si²⁴². Mas, como, em Wittgenstein, a linguagem pode acolher algo do mundo – significar novos fatos, por exemplo - sem perder o estatuto de autônoma em

²⁴¹ O risco do relativismo é superado, no nosso entender, por duas vias: em relação às proposições empíricas, o que vai decidir se são verdadeiras ou falsas é sua correlação aos fatos, portanto, não é a subjetividade que decide tal questão; em relação às proposições normativas é o papel que cumprem num jogo de linguagem. Neste caso, pelo uso, compreendemos que é a prática regrada que confere significação aos conceitos e não a subjetividade, fonte principal do relativismo. Sendo assim, parece que a pergunta, se Wittgenstein é um relativista ou não, não faz tanto sentido.

²⁴² Entendemos que, nesta citação, há um esclarecimento, pelo menos parcial, deste aspecto. “Como afirma em um Prefácio não publicado do álbum – tendo como interlocutor principal, certamente, o espírito encarnado pelos pensadores do Círculo de Viena, i.e., o de uma filosofia científica -: Nossa civilização se caracteriza pela palavra ‘progresso’. O progresso é sua forma, não uma de suas qualidades, o progredir. É tipicamente construtiva. Sua atividade repousa em construir um produto cada vez mais complicado. E a clareza está a serviço deste fim; não é um fim por si-própria. Para mim, pelo contrário, a clareza e transparência é um fim em si próprio. (...) cada uma das frases que escrevo remete ao todo e, assim sempre ao mesmo e são, por assim dizer, apenas aspectos de um objeto visto por ângulos diferentes (...) Um movimento dispõe um pensamento ao lado do outro, o segundo aspira (zielt) sempre, novamente, permanecer no mesmo lugar. Um movimento constrói, tomando pedra por pedra (na mão), o outro sempre, novamente, a mesma pedra.” (WITTGENSTEIN, 1998, Prefácio de 1930, p. 9-10, IN: MORENO, 2009, p. 156).

relação a estes mesmos fatos? Mais, junto disso, chegar à clareza completa? (IF, § 133, p. 76).

A clareza completa não precisa ser necessariamente sobre a totalidade das teorias, das imagens de mundo, ou das ideias científicas e filosóficas. A clareza completa pode ser sobre o uso de uma concepção enquanto tem força, na medida em que é utilizada, na sociedade e cultura, como a ideia de ciência apresentada por Ben-David,

O autor descreve a busca da ciência do século XIX à Primeira Guerra Mundial como vocação. A descoberta era considerada o trabalho inspirado de um gênio carismático antes que o produto disciplinado do método, da instrumentação e da técnica. Como busca do conhecimento se torna um valor em si mesmo, a busca da pesquisa científica se torna aceita como um dos mais respeitados e importantes modos de buscar afirmações de verdade. Sendo assim, embora os cientistas necessariamente procurassem recursos materiais para levar adiante sua pesquisa, eles eram motivados por uma busca desinteressada da verdade. (LENOIR, 2003, p. 17).

Com posições como esta, a distinção nitidamente traçada entre ciência pura e aplicada é mantida como central e importante. Lenoir entende que esta distinção não tem sentido e sugere que a produção do conhecimento científico e a meta buscada pela investigação científica é influenciada pela cultura, pelo contexto e pela prática. Analogamente, em Wittgenstein, embora em um sentido um tanto distinto, a distinção entre uma teoria da linguagem e uma aplicação da linguagem perde o sentido, assim como a diferenciação nítida entre os jogos de linguagem entre si. Então, assim como para Lenoir, não faz sentido uma história das teorias científicas desvinculada da prática²⁴³, não faz sentido para Wittgenstein uma teoria explicativa da linguagem desvinculada de seu uso. Lenoir entende que esta história das teorias científicas, na antiga sociologia funcionalista, vista como “(...) a atuação visando à descoberta de novos fatos científicos era regulada pelas normas da ciência. Estas

²⁴³ “O foco na prática expande o horizonte de inquirição sobre a produção do conhecimento científico. A instrumentação, o experimento e o trabalho interpretativo prático são mostrados como simultaneamente participando em uma economia de interesses sociais, políticos e culturais, dissolvendo dessa forma a distinção entre interno e externo da história e sociologia tradicionais da ciência.” (LENOIR, 2003, p. 21). Esta é outra aproximação possível, pois para Wittgenstein, também, não interessa a distinção entre externo e interno. Quando esta distinção constitui-se num problema, a terapia filosófica sugere dissolver os problemas.

eram idealizações estáticas alcançadas pelo privilégio concedido a padrões de decisão em certos campos e pela imposição de critérios desses campos a outros campos.” (LENOIR, 2003, p. 24). Um bom lugar para a terapia filosófica de Wittgenstein? Poderíamos dizer que sim, pois “a distinção entre conhecimento puro e aplicação era tomada como relativamente óbvia, e a avaliação positiva dos campos puros deu poderes ao argumento da autonomia.” (ibidem). Com esta atitude, possivelmente, não ficava claro o modo como a ciência poderia estar sendo influenciada por outros campos.²⁴⁴ Nem tampouco as implicações mútuas, pois “a história da ciência é quase sempre escrita como a história da teoria.” (LENOIR, 2003, p. 36). Tal como Wittgenstein compreende a descrição gramatical dos usos dos conceitos para mostrar, via o uso e aplicação, qual o significado destes e, também, como, nestes usos, as confusões e distorções são originadas, pode ser um instrumento útil e interessante para mostrar quais concepções estão implicadas, por exemplo, nesta descrição da história teórica da ciência.

Podemos dizer que, no debate entre a teoria científica e a experimentação, não é mais importante perguntar se a teoria é autônoma em relação à prática ou se a prática tem uma estrutura própria e sustenta-se independente de uma teoria²⁴⁵. A partir de Wittgenstein, via a descrição gramatical dos usos encontraríamos, possivelmente, a dica de observar em ambas as posições, como os conceitos adquirem o significado a partir do uso e quais problemas podem decorrer a partir disto. Então, não haveria uma elucidação teórica do que deveríamos priorizar nesta discussão entre os determinantes teóricos ou experimentais da ciência. No imbricamento entre teoria e prática os modelos podem ser evocados como tendo papel importante. “A ligação entre estes dois domínios é fornecida pelos modelos. A construção destes facilita o diálogo entre teoria e experimentação de duas maneiras: modelos são ao mesmo tempo modelos para os fenômenos e modelos para as teorias.” (LENOIR, 2003, p. 39). Mas os modelos tomados, neste sentido, não podem

²⁴⁴ De modo distinto, Lenoir defende que “a abordagem centrada na prática, que estou defendendo, evita os problemas das dicotomias interno-externo e trata a busca do conhecimento pelos próprios critérios imanentes como uma forma interessada de ação social.” (LENOIR, 2003, p. 29).

²⁴⁵ “A maioria das especulações teóricas inicialmente não se enreda com a natureza, pois não é possível derivar afirmações testáveis diretamente da teoria. Porém, deficiências nos meios para articulá-la podem não ser o único problema. Ideias experimentais e tecnologia podem também ser insuficientes para testar teorias.” (LENOIR, 2003, p. 39).

significar que tenham a capacidade de explicação última da realidade. Eles podem ser concebidos como uma forma de representação da realidade que denota, apenas, aproximadamente o que seria a realidade em si mesma.²⁴⁶ Portanto, uma amostra ou aproximação da realidade que só é representada de forma recordada e parcial.²⁴⁷ Nesse sentido, novamente o contexto deve ser levado em conta para reconhecer criticamente estes limites na representação. O contexto permite ver que

A construção dos conceitos está entrelaçada com as práticas que os operacionalizam, que dão a eles referência empírica e que os fazem funcionar como ferramentas para a produção de conhecimento. Para desenvolver novas estruturas conceituais, é necessário expandir, alterar e dar nova forma ao conjunto de práticas empíricas. (LENOIR, 2003, p. 48).

Embora Wittgenstein não esteja interessado em fazer uma teoria do conhecimento, não negligencia as formas usadas na constituição do sentido em tais práticas. A análise das formas de expressão encaixa-se, no nosso entender, como descrição das condições de possibilidade nestas construções. Uma vez que ela é vista como

O resultado dessa sintonização apurada de conceitos, práticas e mesmo das ferramentas de ambas as comunidades é a emergência de uma forma de vida culturalmente específica, de um mundo adequado a um acondicionamento auto-suficiente e auto-referente de práticas teóricas e experimentais. (LENOIR, 2003, p. 50).

Entendemos que Wittgenstein pode ser tido como um bom interlocutor desta análise crítica, pois toda atitude epistemológica, envolvendo os elementos descritos acima não está

²⁴⁶ “Fenômenos, nesse sentido, não são descobertos. Eles são criados”. (LENOIR, 2003, p. 40).

²⁴⁷ Este recorte exerce um papel formal diante da complexidade da realidade, na medida em que reduz o fenômeno ao que é possível sintetizar dele pelo instrumento, modelo ou técnica utilizada, no experimento, no laboratório. “Nós analisamos esta complexidade produzindo neste laboratório fenômenos puros isolados. O contexto prático do laboratório e da cultura da vida de laboratório é, dessa forma, essencial à produção do conhecimento.” (LENOIR, 2003, p. 40).

mais comprometida com noções teóricas puras. A prática implicada nesta descrição aceita a ideia de que “qualquer explicação da ciência que trate a relação da teoria com o experimento como uma questão de uma implicação lógica dedutiva fechada” (LENOIR, 2003, p. 54) deve ser descartada. A passagem das explicações para as descrições, sugerida por Wittgenstein, tal como já apresentamos, no decorrer deste trabalho, poderia ser um modo interessante de análise da relação entre a teoria e a prática concebidas desta forma, pois via as descrições, as condições estruturantes de tal investigação ficariam à mostra, para serem vistas e entendidas em seu significado a partir do papel que cumprem.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÓN, Joaquín Jareño. *Religión y Relativismo en Wittgenstein*. Barcelona: Editora Ariel, 2001.
- ANSCOMBE, G. E. M. *An Introduction to Wittgenstein's Tractatus*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1971.
- BAKER, Gordon. *Wittgenstein's Method - Neglected Aspects - Essays on Wittgenstein by Gordon Baker*. Edited and introduced by Katherine J. Morris. Oxford: Balckwell Publsiing, 2004.
- BARRET, Cyril. *Wittgenstein on Ethics and Religious Belief*. Oxford: Balckwell, 1991.
- BEERMANN, Wilhelm. *Die Radikalisierung der Sprachspiel-Philosophie - Wittgensteins These Über Gewißheit und ihre aktuelle Bedeutung*. Heidelberg: Bernd Kuchenbeiser, 1997.
- BILLING, Hans. *Wittgensteins Sprachspielkonzeption*. Abhandlungen zur Philosophie, Psychologie und Pädagogik, Band 153. Bonn: Bouvier Verlag Herbert Grundmann, 1980.
- BIRNBACHER, Dieter und BURKHARDT, Armin *Sprachspiel und Methode - Zum Stand der Wittgenstein-Diskussion*. Berlin; New York: de Gruyter, 1985.
- CASSIN, Bárbara. *Aristóteles e o Logos*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet, São Paulo: Loyola, 1999.
- CHAPMAN, Michael and DIXON, Roger A. *Meaning and the Growth of Understanding - Wittgenstein's Significance for Developmental Psychology*. Berlin - Heidelberg - New York - London - Paris - Tokyo: Springer-Verlag, 1987.
- COOK, John. *Wittgenstein's Metaphysics*. Cambridge: University Press, 1994.
- DORN, Georg, SCHURZ, Gerhard & WEINGARTNER, Paul (Hrsg.). *Die Rolle der Pragmatik in der Gegenwartsphilosophie*. Akten des 20. Internationalen Wittgenstein-Symposiums. 10. bis 16. August 1997. Wien: Verlag Holder-Pichler-Tempsky, 1998.
- DROMM, Keith. *Wittgenstein on Rules and Nature*. New York: Continuum, 2008.
- ECO, Umberto. *Os Limites da Interpretação*. Tradução de Pérola de Carvalho, 1ª edição, São Paulo: Perspectiva, 2000.

EGIDI, Rosaria. *Wittgenstein: Mind and Language*. Edited by Rosaria Edigi, Department of Philosophy Third university of Rome, Italy. DORDRECHT/BOSTON/LONDON: Kluwer Academic Publishers, 1995.

ENGEL, S. Morris. *Wittgenstein's Doctrine of the Tyranny of Language - an Historical and Critical Examination of His Blue Book*. With an Introduction by Stephen Toulmin. University of Southern California: Martinus Nijhoff/ The Hague, 1971.

FAHRNKOPF, Robert. *Wittgenstein on Universals*. Series V Philosophy vol. 56. New York, Bern, Frankfurt am Main, Paris: 1988.

FINSCH, Henry Le Roy. *Wittgenstein - The Early Philosophy An Exposition of the "Tractatus"*. New York: Humanities Press, 1971.

FISCHER, Eugen and AMMERELLER, Erich. *Wittgenstein at Work - Method in the Philosophical Investigations*. London and New York: Routledge, 2004.

FISCHER, Hans Rudi (Hrsg.) *Ludwig Wittgenstein - Supplemente zum hundertsten Geburtstag*. Köln: JANUS Verlagsgesellschaft, 1989.

_____. *Sprache und Lebensform - Wittgenstein über Freud und die Geisteskrankheit*. Monographien zur philosophischen Forschung - Begründet von Georgi Schischkoff, Band 246. Frankfurt am Main: Athenäum, 1987.

FROMM, Susanne. *Wittgensteins Erkenntnisspiele contra Kants Erkenntnislehre*. München: Alber, 1979.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método – Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 2ª edição, Tradução de Flávio Paulo Meurer, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GARVER, Newton. *This Complicated Form of Life - Essays on Wittgenstein*. Chicago and La Salle, Illinois: Open Court, 1994a.

_____. *Wittgenstein and Approaches to Clarity*. New York: Humanity Books, 2006.

_____. *Naturalism and transcendentalism*. IN: TEGHRARIAN, S. *Wittgenstein and Contemporary Philosophy*. England: Thoemmes Press, 1994b.

_____. *Die Unbestimmtheit der Lebensform*. IN: LÜTTERFELDS, W. & ROSER, A. S. *Der Konflikt der Lebensformen in Wittgensteins Philosophie der Sprache*. Suhrkamp: Frankfurt am Main: 1999.

GEBAUER, Gunter, GOPPELSRÖDER, Fabian und VOLBERS, Jörg (Hersg.) *Wittgensteins - Philosophie als Arbeit an Einem selbst*. Münche: Wilhelm fink GmbH & Co., 2009.

_____. *Wittgensteins Anthropologisches Denken*. München: C. H. Beck oHG, 2009.

GARGANI, G. Aldo. *Wittgenstein*. Tradução de Carmen Carvalho, Lisboa: Edições 70, 1988.

GENOVA, Judith. *Wittgenstein - A Way of Seeing*. New York: Routl, s.d.

GESSMANN, Martin. *Wittgenstein als Moralist - eine medienphilosophische Relektüre*. Heidelberg: Transcript Verlag, Bielefeld, 2009.

GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Tradução de Helena Martins, Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *Wittgenstein-Lexikon - Aus dem Englischen übersetzt von Ernst Michael Lange*. Stuttgart: Neil McBeath, 2000.

_____. *Wittgenstein's Philosophical Investigations - Text and Context*. London and New York: Routledge, 1991.

GOERES, Ralf. *Die Entwicklung der Philosophie - Ludwig Wittgenstein - unter besonderer Berücksichtigung seiner Logikkonzeption*. Epistemata: Reihe Philosophie; Bd. 279 - 2000. Düsseldorf, Univers., Diss., 1999.

HACKER, P. M. S. & BAKER, G. P. *An analytical commentary on the Philosophical Investigations - Volume 1 - Wittgenstein Understanding and Meaning*. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

_____. *Volume 2 - Wittgenstein - Rules, Grammar and Necessity*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

_____. *Volume 3 - Wittgenstein - Meaning and Mind*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

_____. *Volume 4 - Wittgenstein - Mind and Will*. Oxford: Basil Blackwell, 1996.

_____. *Insight and Illusion - Wittgenstein on Philosophy and the Metaphysics of Experience*. Oxford: Clarendon Press, 1972.

_____. *Wittgenstein's Place in Twentieth-century Analytic Philosophy*. Oxford: Balckwell Publishers Ltd, 1996.

_____. *Insight and Illusion - Themes in the Philosophy of Wittgenstein*. Virginia: Thoemmes Press: 1989.

HADOT, Pierre. *Wittgenstein y los Limites del Lenguaje*. Traducción de Manuel Arranz, España: Valencia: J. VRIN, PRE-TEXTOS, 2007.

HALLER, Rudolf et all. *Metaphysik im post-metaphysischen Zeitalter*. Akten des 22. Internationalen Wittgenstein-Symposiums. 15. bis 21. August 1999. Wien: öbv&h, 2001.

HALLER, Rudolf & PUHL, Klaus. *Wittgenstein und die Zukunft der Philosophie - Eine Neubewertung nach 50 Jahren*. Akten des 24. Internationalen Wittgenstein-Symposiums. 12. bis 18. August 2001 - Kirchberg am Wechsel (Österreich). Wien: öbv&h, 2002.

_____. et all. *Schriftenreihe der Wittgensteingesellschaft - Wittgensteins Philosophie der Mathematik*. Akten des 15. Internationalen Wittgenstein-Symposiums. Wien: Verlag Holder-Pichler-Tempsky, 1993.

_____. *Wittgenstein e a Filosofia Austríaca: Questões*. Tradução de Norberto Abreu e Silva Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

_____. *Variationen und Bruchlinien einer Lebensform*. IN: LÜTTERFELDS, W. & ROSER, A. S. *Der Konflikt der Lebensformen in Wittgensteins Philosophie der Sprache*. Suhrkamp: Frankfurt am Main: 1999.

HANNA, Robert. *Kant e os fundamentos da filosofia analítica*. Coleção Idéias. Tradução de Leila Souza Mendes, São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2004.

HANFLING, Oswald. *Wittgenstein's Later Philosophy*. London: Macmillan Press, 1989.

HARK, Michel Ter. *Beyond the Inner and the Outer - Wittgenstein's Philosophy of Psychology*. Studies in Epistemology, Logic, Methodology, and Philosophy of Science. Volume 214. Boston / London: Kluwer Academic Publishers, 1990.

HARRIS, Roy. *Language, Saussure and Wittgenstein - How to play games with words*. London and New York: Routledge, 1988.

HEBECHE, Luiz. *O Mundo da Consciência - Ensaio a partir da filosofia da psicologia de L. Wittgenstein*. Coleção Filosofia - 138. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HINTIKKA, Jaakko et all. *Wittgenstein and Contemporary Philosophy*. Edited and Introduced by Souren Tegerian. Bristol: Athenaeum Press Ltd., Gateshead, Tyne & Wear, 1994.

_____ & HINTIKKA, Jaakko. *Uma Investigação sobre Wittgenstein*. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 1994.

HOFMANN, Doris Vera. *Gewißheit des Fürwahrhaltens - Zur Bedeutung der Wahrheit im Fluß des Lebens nach Kant und Wittgenstein*. Berlin - New York: Walter de Gruyter, 2000.

HOLTZMAN, Steven H. & LEICH Christopher M. *Wittgenstein: to Follow a Rule*. London, Boston and Henley, 1981.

HUNNINGS, Gordon. *The World and Language in Wittgenstein's Philosophy*. New York: State University of New York Press, 1988.

HUSSERL, Edmund. *A Ideia da Fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, s.d.

KLEMKE, E. D. *Essays on Wittgenstein*. Urbana, Chicago, London: University on Illinois Press, 1971.

KENNY, Anthony. *Wittgenstein*. London: Allen Lane The Penguin Press, 1973.

KOBER, Michael. *Gewissheit als Norm - Wittgenstein erkenntnistheoretische Untersuchungen in Über Gewißheit*. Quellen und Studien zur Philosophie - Herausgegeben von Jürgen Mittelstraß, Günther Patzig, Wolfgang Wieland - Band 35. Berlin-New York: Walter de Gruyter, 1993.

KÖLBEL, Max, & WEISS, Bernhard. *Wittgenstein's Lasting Significance*. London and New York: Routledge, 2004.

KROß, Matthias. *Klarheit als Selbstzweck - Wittgenstein über Philosophie, Religion, Ethik und Gewißheit*. Berlin: Akademie Verlag, 1993.

KUNZMANN, Peter. *Dimensionen von Analogie - Wittgenstein Neuentdeckung eines Klassischen Prinzips*. Düsseldorf, Bonn: Parerga, 1998.

LANDSCHEID, Ulf. *Wittgenstein - Theorien und Tatsachen - Wittgensteins sprachanalytische Methode und die Lösung der Leib-Seele-Probleme*. Alber-Reihe Tehsen, Band 10. München: Verlag Karl Alber Freiburg, 2000.

LEBRUN, Gerard. *A Filosofia e a sua História*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

LENOIR, Timothy. *Instituindo a Ciência - A produção cultural das disciplinas científicas*. Tradução de Alessandro Zir, São Leopoldo: RS, Editora Unisinos, 2003.

LÜTTERFELDS, Wilhelm & ROSER, Andreas (Hersg.). *Der Konflikt der Lebensformen in Wittgensteins Philosophie der Sprache*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1999.

MACHADO, Alexandre Noronha. *Lógica e forma de vida - Wittgenstein e a natureza da necessidade lógica e da filosofia*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2007.

MALCOLM, Norman. *Nothing is Hidden - Wittgenstein's Criticism of his Early Thought*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

MARQUES, Antônio. *O Interior – Linguagem e Mente em Wittgenstein*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MONK, Ray. *Wittgenstein – o dever do gênio – uma Biografia*. Tradução de Carlos Afonso Malferrari, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORAWETZ, Thomas. *Wittgenstein & Knowledge - the Importance of on Certainty*. Massachusetts: Basil Blackwell, Publishers, 1980. MORICK, Harold. *Wittgenstein and the Problem of Other Minds*. New Jersey: Humanities Press; Sussex: Harvester Press, 1981.

MORENO, Arley. *Wittgenstein Através das Imagens*. 2ª edição, Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

_____. (Org.). *Wittgenstein: certeza*. Volume 58 – Coleção CLE. Campinas: UNICAMP, 2010.

_____. (Org.). *Como ler o Álbum?* Volume 55 – Coleção CLE. Campinas, SP: UNICAMP, 2009.

_____. *Introdução a uma Pragmática Filosófica*. Campinas, SP: UNICAMP, 2005.

_____. (Org.) *Wittgenstein - Aspectos Pragmáticos*. Volume 49, Coleção CLE. Campinas: UNICAMP, 2007.

_____. & ÉVORA, R. R. Fátima. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*. Série 3, v. 14, nº 2, jul-dez. Campinas: UNICAMP, 2004.

NETO, Bento Prado. *Fenomenologia em Wittgenstein – Tempo, Cor e Figuração*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

PEARS, David. *As Idéias de Wittgenstein*. Tradução de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

PEREIRA, Oswaldo Porchat, IN: GOLDSCHMIDT, Victor. *A Religião de Platão*. Tradução de Ieda e Oswaldo Porchat Pereira, 2ª edição, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

PERISSINOTTO, Luigi. *Logica e Immagine del Mondo - Studio su Über Gevissheit di L. Wittgenstein*. Milano: Edizioni Angelo Guerini e Associati, 1991.

PERLOFF, Marjorie. *A Escada de Wittgenstei: a Linguagem Poética e o Estranhamento do Cotidiano*. Tradução de Elizabeth Rocha Leite e Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

PEUKER, Thomas & KELLERWESSEL, Wulf. *Wittgensteins Spätphilosophie Analysen und Probleme*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 1998.

PHILIPS, D. Z. & WINCH, Peter. *Wittgenstein: Attention to Particulars - Essays in honour of Rush Rhees (1905-89)*. London: Macmillan, 1989.

PUHL, Klaus. *Wittgenstein Philosophie der Mathematik*. Akten des 15. Internationalen Wittgenstein-Symposiums II. 16. bis 23. August 1992 - Kirchberg am Wechsel (Österreich). Wien: Verlag Holder-Pichler-Tempsky, 1993.

RAATZSCH, Richard. *Ludwig Wittgenstein zur Einführung*. Hamburg: Junius Verlag GmbH, 2008.

RUNDLE, Bede. *Wittgenstein and Contemporary Philosophy of Language*. Cambridge: Basil Blackwell, 1990.

SCHMITZ, François. *Wittgenstein*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques, São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

SCHROEDER, Severin. *Wittgenstein and Contemporary Philosophy of Mind*. London: Palgrave, Macmillan, 2001.

SEARLE, J. R. *Os Actos de Fala – Um Ensaio de Filosofia da Linguagem*. Tradução de Carlos Vogt et al, Coimbra: Portugal, Livraria Almedina, 1981.

SHANKER, Stuart. *Ludwig Wittgenstein - Critical Assessments*. Volume Two - From *Philosophical Investigations* to *On Certainty*: Wittgenstein's Later Philosophy. London, Sydney, Dover, New Hampshire: Croom Helm, 1987.

SHANKER, S. G. *Wittgenstein and the Turning-Point in the Philosophy of Mathematics*. London & Sydney: Croom Helm, 1987.

SHARROCK, Danièle Moyal and BRENNER William H. *Readings of Wittgenstein's On Certainty*. Palgrave, Macmillan: New York, 2005.

_____. *The Third Wittgenstein – The Post-Investigations Works*. ASHGATE: USA, 2004a.

_____. *Understanding Wittgenstein's On Certainty*. Palgrave, Macmillan: New York, 2004b.

SILVA, João Carlos Salles Pires Da. *O Retrato do Vermelho e Outros Ensaio*s. Salvador: Quarteto Editora, 2006.

_____. *A Gramática das Cores em Wittgenstein – Volume 35, Coleção CLE*. Campinas: UNICAMP, 2002.

SLUGA, Hans. & STERN, David G. *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Berkeley, Califórnia: Cambridge University Press, 1996.

SPANIOL, Werner. *Filosofia e Método no segundo Wittgenstein - uma luta conta o enfeitiçamento do nosso entendimento*. São Paulo: Loyola, 1989.

STERN, David G. *Wittgenstein on Mind and Language*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1995.

STERN, G. David & STERN, David G. *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Edited by Hans Sluga, University of California, Berkeley: Cambridge University Press, 1996.

STROLL, A. *Moore and Wittgenstein on Certainty*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

_____. *Understanding On Certainty: Entry 194*, In: HALLER, Rudolf & PUHL, Klaus. *Wittgenstein und die Zukunft der Philosophie - Eine Neubewertung nach 50 Jahren*. Akten des 24. Internationalen Wittgenstein-Symposiums. 12. bis 18. August 2001 - Kirchberg am Wechsel (Österreich). Wien: öbv&h, 2002.

THIMOTHY, Lenoir. *A produção cultural das disciplinas científicas*. Col. Filosofia da Ciência. Tradução de Alessandro Zir, São Leopoldo: RS, Editora Unisinos, 2003.

THORNTON, Tim. *Wittgenstein - sobre linguagem e pensamento*. Tradução de Alessandra Siedschlog Fernandes e Rogério Betttoni. São Paulo: Loyola, 2007.

TRAVIS, Charles. *The Uses of Sense - Wittgenstein's Philosophy of Language*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

VOSENKUHL, Wilhelm (Hrsg.). *Von Wittgenstein lernen*. Berlin: Akademie Verlag GmbH, 1992.

_____. *Ludwig Wittgenstein*. München: Verlag C. H. Beck oHG, 2003.

ZILHÃO, António. *Linguagem da Filosofia e Filosofia da Linguagem – Estudos sobre Wittgenstein*. Lisboa: Colibri, 1993.

WALLNER, Friedrich. *Die Grenzen der Sprache und der Erkenntnis - Analysen an und im Anschluß an Wittgensteins Philosophie*. Philosophica 1. Wien: Wilhelm Braumüller, Universitäts-Verlagsbuchhandlung Ges. m. b. H.1983.

_____. *A Obra Filosófica de Wittgenstein como Unidade*. Tradução: Álvaro Alfredo Bragança Júnior & Idalina Azevedo da Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

WEINBERG, ANJA. *Und die Begründung hat ein Ende*. Die Bedeutung von Religion und Ethik für den Philosophen Ludwig Wittgenstein und das Verständnis seiner Werke. Wien: Wuv-Universitätsverlag, 1998.

WILLIAMS, Meredith. *Wittgenstein, Mind and Meaning - toward a social conception of mind*. London and New York: Routledge, 1999.

WILLIAMS, Michael. *Wittgenstein, Truth and Certainty*. IN: KÖLBEL, Max, & WEISS, Bernhard. *Wittgenstein's Lasting Significance*. London and New York: Routledge, 2004.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cadernos – 1914-1916*. Tradução de João Tiago Proença, Lisboa: Edições 70, 2004.

_____. *Anotações sobre as Cores*. Apresentação, estabelecimento do texto, tradução e notas de João Carlos Salles Pires da Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. *Anotações sobre as Cores*. Tradução de Felipe Nogueira e Maria João Freitas, Lisboa: Edições 70, 1996.

_____. *Aulas e Conversas sobre Estética, Psicologia e Fé Religiosa*. Compilado a partir de notas recolhidas por Yorick Smythies, Rush Rhees e James Taylor. Organizado por Cyril Barrett. Tradução de Miguel Tamen. 3ª edição. Lisboa: Edições Cotovia, 1998.

_____. *Cadernos: 1914-1916*. Tradução de João Tiago Proença. Revisão de Artur Morão. Lisboa, Edições 70, 2004.

_____. *Cultura e Valor*. Tradução de Jorge Mendes. Revisão Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2000.

_____. *Diarios Secretos*. Edición de Wilhem Baum. Traducción de los textos alemanes: Andrés Sánchez Pascual. Cuadernos de Guerra de Isidoro de Reguera. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

_____. *Gramática Filosófica*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. *Investigações Filosóficas*, In: *Coleção Os Pensadores*. Tradução de José Carlos Bruni, 2ª edição, São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. *Letters to Russell, Keynes and Moore*. Edit. By G. H. von Wright. Oxford: Blackwell, 1974.

_____. *Observações Filosóficas*. Seleccionadas entre seus escritos póstumos por: Rush Rhees. Tradução para o inglês: Raymond Hargreaves e Roger White. Tradução para o português: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. *Observações sobre a Filosofia da Psicologia - vol. I e II*. Tradução e revisão técnica Ricardo Hermann Ploch Machado. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2008.

_____. *O Livro Azul*. Tradução de Jorge Mendes. Revisão de Carlos Morujão. Lisboa: Edições 70, 1992.

_____. *O Livro Castanho*. Tradução de Jorge Mendes. Revisão de Carlos Morujão. Lisboa: Edições 70, 1992.

_____. *Vorlesungen und Gespräche über Ästhetik, Psychoanalyse und religiösen Glauben*. Zusammenge stellt und herausgegeben aus Notizen vom Yorick Smythies, Rush Rhees und James Taylor von Cyril Barrett. Deutsche Übersetzung von Ralf Funke. Frankfurt am Main, 2005.

_____. *Tractatus Lógico-Philosophicus*. Tradução, Apresentação e Ensaio Introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos, 2ª edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. *Últimas Conversaciones*. Segunda Edición. Tradución e edición de Miguel Ángel Quintana Paz sobre el original inglés *Wittgenstein: Conversations 1949-1951*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2004.

_____. *Wittgenstein*. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

_____. *Aulas e Conversas*. Tradução de Miguel Tamen, Lisboa: Cotovia, 1991.

WRIGHT, Crispin. *Scepticism, Certainty, Moore and Wittgenstein*, IN: KÖLBEL, Max, & WEISS, Bernhard. *Wittgenstein's Lasting Significance*. London and New York: Routledge, 2004.

WRIGHT, Georg Henrik Von. *Wittgenstein*. Übersetzt von Joachin Schulte. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986.

_____. *Wittgenstein*. Great Britain: Basil Blackwell, 1982.